

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

ALEKSEI ZOLNERKEVIC

**A GEOGRAFIA E OS ESTUDOS ELEITORAIS:
A INFLUÊNCIA DO CONTEXTO NO COMPORTAMENTO ELEITORAL**
Versão Corrigida

SÃO PAULO

2018

ALEKSEI ZOLNERKEVIC

**A Geografia e os Estudos Eleitorais:
A influência do contexto no comportamento eleitoral**

Versão Corrigida

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor.

Orientadores: Prof. Dr. Rodrigo R. H. F. Valverde
Prof. Dr. Reinaldo Paul Pérez Machado

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Z86g Zolnerkevic, Aleksei
A Geografia e os Estudos Eleitorais: A influência do contexto no comportamento eleitoral / Aleksei Zolnerkevic; orientador Rodrigo Valverde. - São Paulo, 2018.
200 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. GEOGRAFIA POLÍTICA. 2. ELEIÇÕES (PROCESSO POLÍTICO). 3. COMPORTAMENTO ELEITORAL. 4. LUGAR. I. Valverde, Rodrigo, orient.
II. Título.

Nome: ZOLNERKEVIC, Aleksei

Título: A Geografia e os Estudos Eleitorais: A influência do contexto no comportamento eleitoral

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento _____

AGRADECIMENTOS

Aos Professores Rodrigo R. H. F. Valverde e Reinaldo Paul Pérez Machado pela paciência e ajuda, e pela oportunidade da realização do doutorado.

Ao Departamento de Geografia, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana e à Capes pela bolsa de estudos entre os anos de 2016 e 2017.

A APPC pela disponibilidade de realização dos “Surveys”.

A minha família e aos amigos pelo incentivo e apoio durante a realização desse trabalho.

“A geografia é um componente integral nos estudos eleitorais, porque o espaço é um recurso que é necessariamente manipulado nas lutas pelo poder dentro das políticas democráticas – os melhores estrategistas eleitorais são bons geógrafos.”

Ron Johnston e Charles Pattie (2016, p.38) sobre a geografia eleitoral

RESUMO

ZOLNERKEVIC, Aleksei. **A Geografia e os Estudos Eleitorais: A influência do contexto no comportamento eleitoral**. 2018. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2018.

Esse trabalho busca apresentar os principais estudos, teorias e métodos de pesquisa da subdisciplina geografia eleitoral, desde os primeiros estudos de mapeamento eleitoral de André Siegfried, na França, e Frederick Turner, no EUA, até a perspectiva de análise eleitoral baseada nos lugares, de John Agnew. Em um segundo momento, discutimos os estudos sobre a influência do contexto no comportamento eleitoral. Argumentamos que os indivíduos do ponto de vista contextual seriam influenciados em dois níveis: por suas redes sociais de contato e de comunicação política, e pelo contexto geográfico ao seu redor, onde ocorrem as práticas sociais cotidianas. Na parte empírica do trabalho, usamos a técnica estatística de análise fatorial para identificar os períodos de mudança e estabilidade nos padrões espaciais de votação das eleições presidenciais de 1989 a 2014. Encontramos um período de estabilidade (voto normal) de 2006 a 2014, com uma clivagem regional norte/sul entre PT e PSDB. Por fim, a partir da hipótese que a mobilidade espacial e as redes de interação social modulariam a influência do contexto no comportamento eleitoral discutimos os resultados de uma análise de dados de “surveys”, aplicados na cidade de São Paulo em 2016.

Palavras-chave: Geografia Eleitoral, Estudos Eleitorais, Comportamento Eleitoral, Efeitos Contextuais, Lugar.

ABSTRACT

ZOLNERKEVIC, A. **Geography and Electoral Studies: The context influence in political behaviour**. 2018. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2018.

This work seeks to present the main studies, theories, and research methods of the Electoral Geography subdiscipline, from the André Siegfried's first studies of electoral mapping in France, the Frederick Turner's in the United States, to the John Agnew's place based electoral analysis perspective. After that, we discuss the studies about the context influence on electoral behaviour. We argue that, from the contextual point of view, individual electoral behaviour would be influenced on two levels: by its social networks of contacts and political communication, and by its surrounding geographical context, where everyday social interactions occur. In the empirical section of our work, we use the factorial analysis statistical technique to identify the periods of change and stability of spatial patterns during the presidential elections from 1989 to 2014. We find a stability period (normal vote) from 2006 to 2014, with a North-South regional cleavage between PT party and PSDB party. Finally, through the hypothesis that spatial mobility and networks of social interaction modulate context's influence on electoral behaviour, we discuss the results of an analysis of data from a survey held in São Paulo city in 2016.

Keywords: Electoral Geography, Electoral Studies, Electoral Behaviour, Context Effects, Place.

LISTA DE TABELAS

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Tabela 1 – Porcentagem de votos dos primeiros colocados nas eleições presidenciais em primeiro e segundo turno de 2006 a 2014 no Brasil..... | 142 |
| Tabela 2 – Porcentagem de votos dos primeiros colocados nas eleições presidenciais em primeiro e segundo turno de 2006 a 2014 na região eleitoral de apoio do PT..... | 142 |
| Tabela 3 – Porcentagem de votos dos primeiros colocados nas eleições presidenciais em primeiro e segundo turno de 2006 a 2014 na região eleitoral de apoio do PSDB..... | 143 |
| Tabela 4 – Índice de desigualdade regional cumulativo sobre o resultado eleitoral dos três principais candidatos no primeiro turno da eleição municipal de 2000 na cidade de São Paulo aplicado na escala dos distritos administrativos da cidade..... | 153 |
| Tabela 5 – Perguntas elaboradas para a pesquisa de “survey” de junho/julho e agosto de 2016..... | 168 |
| Tabela 6 – As 5 levas de perguntas sobre a opinião dos entrevistados sobre o PT nas pesquisas de opinião junho/julho..... | 168 |
| Tabela 7 – Médias das opiniões dos entrevistados sobre PT e PSDB (de 0 a 10) nas pesquisas de opinião de junho/julho e agosto de 2016..... | 170 |
| Tabela 8 – Modelo de regressão linear múltipla entre opinião sobre os partidos PT e PSDB na cidade de São Paulo e algumas características socioeconômicas dos eleitores mais a sua localização entre as regiões eleitorais de apoio ao PT e PSDB..... | 173 |
| Tabela 9 – Modelo de regressão linear múltipla entre opinião sobre o PT nas regiões de apoio eleitoral (periferia e centro) e algumas características socioeconômicas dos eleitores mais as perguntas C e D..... | 174 |
| Tabela 10 – Modelo de regressão linear múltipla entre a opinião sobre o PSDB nas regiões de apoio eleitoral (periferia e centro) e algumas características socioeconômicas dos eleitores mais as perguntas C e D..... | 177 |
| Tabela 11 – Relação entre as perguntas: se o entrevistado considera sua própria opinião similar ou parecida com os outros do seu bairro (F) e se ele costuma conversar sobre política com os seus vizinhos (E)..... | 178 |
| Tabela 12 – Modelo de regressão linear múltipla entre opinião sobre os partidos PT e PSDB nos distritos centrais cobertos pela pesquisa de opinião de agosto de 2016 e algumas características socioeconômicas dos eleitores mais as perguntas E e F..... | 179 |
| Tabela 13 – Coeficiente de correlação de Pearson entre a opinião sobre o PT e PSDB e a pergunta “F” e se o entrevistado considera sua opinião diferente ou similar aos seus vizinhos entre aqueles que consideram o PSDB o partido mais forte no bairro..... | 183 |
| Tabela 14 – Coeficiente de correlação de Pearson entre a opinião sobre o PT e PSDB e a pergunta “F” e se o entrevistado considera sua opinião diferente ou similar aos seus vizinhos entre aqueles que consideram o PT o partido mais forte no bairro..... | 183 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Gráfico 1 – Relação entre composição de classe e apoio ao Partido Comunista Francês nos distritos de Paris..... | 45 |
| Gráfico 2 – Representação gráfica da análise fatorial “modelo T” da porcentagem de votos do PT nas eleições presidenciais de 1989 a 2014 na escala dos estados brasileiros, utilizando os métodos de componentes principais e rotação oblíqua simples “oblímin”..... | 125 |
| Gráfico 3 – Representação gráfica da análise fatorial “modelo T” da porcentagem de votos do PT nas eleições presidenciais de 1989 a 2014 na escala das microrregiões, utilizando os métodos de componentes principais e rotação oblíqua simples “oblímin”..... | 126 |
| Gráfico 4 – Representação gráfica da análise fatorial “modelo T” da porcentagem de votos do PSDB nas eleições presidenciais de 1989 a 2014 na escala dos estados brasileiros, utilizando os métodos de componentes principais e rotação oblíqua simples “oblímin”..... | 127 |
| Gráfico 5 – Representação gráfica da análise fatorial “modelo T” da porcentagem de votos do PSDB nas eleições presidenciais de 1989 a 2014 na escala das microrregiões, utilizando os métodos de componentes principais e rotação oblíqua simples “oblímin”..... | 128 |
| Gráfico 6 – Representação gráfica do índice de dissimilaridade generalizado e do índice de isolamento sobre os resultados eleitorais de PT, PSDB e terceiro colocado nas eleições presidenciais em primeiro turno no período de 1994 a 2014 na escala das microrregiões..... | 145 |
| Gráfico 7 – Representação gráfica do índice de dissimilaridade generalizado e do índice de isolamento sobre os resultados eleitorais de PT, PSDB e terceiro colocado nas eleições presidenciais em primeiro turno no período de 2006 a 2014 na escala das microrregiões, na região de apoio eleitoral do PT..... | 146 |
| Gráfico 8 – Representação gráfica do índice de dissimilaridade generalizado e do índice de isolamento sobre os resultados eleitorais de PT, PSDB e terceiro colocado nas eleições presidenciais em primeiro turno no período de 2006 a 2014 na escala das microrregiões, na região de apoio eleitoral do PSDB..... | 146 |
| Gráfico 9 – Representação gráfica dos índices de dissimilaridade e isolamento sobre os resultados eleitorais de PT e PSDB nas eleições presidenciais em segundo turno no período de 2002 a 2014 na escala das microrregiões..... | 147 |
| Gráfico 10 – Representação gráfica dos índices de dissimilaridade e isolamento sobre os resultados eleitorais de PT e PSDB nas eleições presidenciais em segundo turno no período de 2006 a 2014 na escala das microrregiões, na região de apoio eleitoral do PT..... | 148 |
| Gráfico 11 – Representação gráfica dos índices de dissimilaridade e isolamento sobre os resultados eleitorais de PT e PSDB nas eleições presidenciais em segundo turno no período de 2006 a 2014 na escala das microrregiões na região de apoio eleitoral do PSDB..... | 148 |

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Gráfico 12 – Representação gráfica dos índices de dissimilaridade e isolamento nos resultados eleitorais de PT e PSDB das eleições presidenciais em primeiro turno no período de 1994 a 2014 na cidade de São Paulo na escala dos distritos administrativos..... | 161 |
| Gráfico 13 – Representação gráfica do índice de dissimilaridade e isolamento sobre os resultados eleitorais de PT e PSDB nas eleições presidenciais em primeiro turno no período de 2006 a 2014 na cidade de São Paulo na escala dos distritos administrativos, na região de apoio ao PSDB..... | 162 |
| Gráfico 14 – Representação gráfica do índice de dissimilaridade e isolamento sobre os resultados eleitorais de PT e PSDB nas eleições presidenciais em primeiro turno no período de 2006 a 2014 na cidade de São Paulo na escala dos distritos administrativos, na região de apoio ao PT..... | 162 |
| Gráfico 15 – Opinião sobre o PT ao longo do tempo na cidade de São Paulo baseado nas pesquisas de survey ESEB 2002, ESEB 2006, ESEB 2010, ESEB 2014, e a pesquisa junho/julho de 2016 utilizada nesse trabalho..... | 169 |
| Gráfico 16 – Representação gráfica da média da opinião sobre o PT quando da interação entre as variáveis renda e a pergunta C, se o indivíduo trabalha no bairro que mora (sim ou não), na região de apoio eleitoral do partido (periferia)..... | 175 |
| Gráfico 17 – Representação gráfica da média da opinião sobre o PT quando da interação entre as perguntas C, se o indivíduo trabalha no bairro que mora (sim ou não), e a pergunta D, se conversa sobre política no seu local de trabalho, na região de apoio eleitoral do partido (periferia)..... | 176 |
| Gráfico 18 – Representação gráfica do efeito na opinião sobre o PSDB da interação entre os casos por distritos agrupados em classes de renda e a pergunta “F” (opinião diferente/similar), nos distritos coberto pela pesquisa de agosto..... | 180 |
| Gráfico 19 – Porcentagem de entrevistados que consideram PT ou PSDB como o partido mais forte no seu bairro (pergunta G), nos distritos agregados de acordo com a classe de renda..... | 181 |
| Gráfico 20 – Representação gráfica do efeito na opinião sobre o PT da interação entre os casos por distritos agrupados em classes de renda e a pergunta “F” (opinião diferente/similar), nos distritos coberto pela pesquisa de agosto..... | 182 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 1 – Comparação entre a disposição espacial dos votos, altitude e afiliação religiosa no período da Terceira República na França em 4 cantões da região de Ardeche..... | 25 |
| Figura 2 – As três subculturas americanas propostas por Daniel Elazar (1972): Moralista, Norte e Noroeste; Tradicionalista, Sul e Sudeste; e Individualista, Médio Atlântico e Meio Oeste..... | 32 |
| Figura 3 – Representação cartográfica dos fatores encontrados na análise fatorial do modelo “S” sobre os resultados eleitorais do partido Democrata Americano na escala dos estados americanos de 1872 a 1980 no estudo de Archer e Taylor (1981)..... | 34 |
| Figura 4 – Representação gráfica dos fatores encontrados na análise fatorial do modelo “T” sobre os resultados eleitorais do partido Democrata Americano na escala dos estados americanos de 1872 a 1980 no estudo de Archer e Taylor (1981)..... | 35 |
| Figura 5 – Condados “anômalos” em áreas metropolitanas na eleição presidencial americana de 2004 onde o partido Republicano foi vitorioso..... | 38 |
| Figura 6 – Os quatro modelos de reação do indivíduo em relação aos seus contatos sociais..... | 48 |
| Figura 7 – Exemplo de uma configuração espacial do voto e distribuição dos votos por distrito eleitoral hipotética em três fases de nacionalização..... | 58 |
| Figura 8 – Distribuição de votos Concentrada-dominante de um candidato a deputado federal do PMDB do Rio Grande do Norte..... | 80 |
| Figura 9 – Evolução da porcentagem de votos de uma seção eleitoral do município de San Cristóbal de las Casas na província de Chiapas, México..... | 86 |
| Figura 10 – Exemplo de uma rede social de comunicação densa ou fechada somente com vínculos fortes e uma rede dispersa ou aberta contendo vínculos fortes e fracos..... | 103 |
| Figura 11 – Exemplo de vinculo fraco servindo como ponte em um buraco estrutural entre duas redes de comunicação previamente independentes..... | 104 |
| Figura 12 – Espaço social de uma rede social de comunicação dispersa espacialmente..... | 105 |
| Figura 13 – Exemplo de uma rede fechada em um bairro residencial onde as pessoas concentram as suas redes de contatos sociais localmente..... | 112 |
| Figura 14 – Exemplo de dois colegas de trabalho (C e D) que moram em dois contextos de vizinhança diferentes e não compartilham as mesmas redes de contato social e de comunicação política..... | 113 |
| Figura 15 – Representação cartográfica do fator I gerado a partir do modelo “S” de análise fatorial sobre os resultados eleitorais de PT e PSDB nas eleições presidenciais em primeiro turno de 2006 a 2014 na escala dos estados brasileiros, utilizando os métodos de componentes principais e rotação ortogonal ”Varimax”..... | 130 |
| Figura 16 – Representação cartográfica dos fatores II, III e IV gerados a partir do modelo “S” de análise fatorial sobre os resultados eleitorais de PT e PSDB nas eleições presidenciais em primeiro turno de 2006 a 2014 na escala dos estados brasileiros, utilizando os métodos de componentes principais e rotação ortogonal ”Varimax”..... | 131 |

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 17 – Representação cartográfica do fator I gerado a partir do modelo “S” de análise fatorial sobre os resultados eleitorais de PT e PSDB nas eleições presidenciais em primeiro turno de 2006 a 2014 na escala das microrregiões, utilizando os métodos de componentes principais e rotação ortogonal “Varimax”..... | 132 |
| Figura 18 – Representação cartográfica dos fatores II, III, IV e V gerados a partir do modelo “S” de análise fatorial sobre os resultados eleitorais de PT e PSDB nas eleições presidenciais em primeiro turno de 2006 a 2014 na escala das microrregiões, utilizando os métodos de componentes principais e rotação ortogonal “Varimax”..... | 133 |
| Figura 19 – Representação cartográfica do modelo “S” da análise fatorial sobre os resultados eleitorais de PT e PSDB nas eleições presidenciais em primeiro turno de 2006 a 2014 na escala dos distritos administrativos da cidade de São Paulo, utilizando os métodos de componentes principais e rotação ortogonal “Varimax”..... | 157 |
| Figura 20 – Distritos administrativos pesquisados no “survey” de agosto de 2016..... | 166 |
| Figura 21 – Distribuição geográfica da média das opiniões sobre o PT (0 a 10) na cidade de São Paulo dividida em 8 regiões (Centro, Leste 1, Leste 2, Noroeste, Norte, Oeste, Sul 1 e Sul 2)..... | 171 |

LISTA DE MAPAS

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Mapa 1 – Porcentagem de votos para o candidato Aécio Neves do PSDB na cidade de Campinas, na escala dos bairros no primeiro turno da eleição presidencial de 2014..... | 91 |
| Mapa 2 – Porcentagem de Domicílios permanentes com renda mensal menor que 2 salários mínimos, na escala dos bairros na cidade de Campinas..... | 92 |
| Mapa 3 – Porcentagem de votos para a candidata Dilma Roussef do PT na cidade de Guarulhos, na escala dos bairros no primeiro turno da eleição presidencial de 2014..... | 93 |
| Mapa 4 – Porcentagem de Domicílios permanentes com renda mensal menor que 2 salários mínimos, na escala dos bairros na cidade de Guarulhos..... | 94 |
| Mapa 5 – Candidato vitorioso no primeiro turno da eleição presidencial de 2006 na escala das microrregiões..... | 134 |
| Mapa 6 – Candidato vitorioso no primeiro turno da eleição presidencial de 2010 na escala das microrregiões..... | 135 |
| Mapa 7 – Candidato vitorioso no primeiro turno da eleição presidencial de 2014 na escala das microrregiões..... | 136 |
| Mapa 8 – Porcentagem de domicílios permanentes com renda mensal menor que 2 salários mínimos, na escala dos estados brasileiros..... | 137 |
| Mapa 9 – Porcentagem de domicílios permanentes com renda mensal menor que 2 salários mínimos, na escala das microrregiões..... | 138 |
| Mapa 10 – Candidato vitorioso por zona eleitoral da cidade de São Paulo no primeiro turno da eleição municipal de 1985..... | 151 |
| Mapa 11 – Candidato vitorioso por distrito administrativo da cidade de São Paulo no primeiro turno da eleição municipal de 2000..... | 154 |
| Mapa 12 – Desempenho eleitoral do candidato Paulo Maluf do partido PP no primeiro turno da eleição municipal de 2000 na cidade de São Paulo..... | 155 |
| Mapa 13 – Candidato vitorioso por distrito administrativo da cidade de São Paulo no primeiro turno da eleição presidencial de 2006..... | 158 |
| Mapa 14 – Candidato vitorioso por distrito administrativo da cidade de São Paulo no primeiro turno da eleição presidencial de 2010..... | 159 |
| Mapa 15 – Candidato vitorioso por distrito administrativo da cidade de São Paulo no primeiro turno da eleição presidencial de 2014..... | 160 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|------|--------------------------------------------------------|
| AAG | <i>American Association of Geographers</i> |
| ABC | Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul |
| ACP | Análise de Componentes Principais |
| APPC | Antônio de Pádua Prado Consultoria e Pesquisa |
| B | Coefficiente Não Padronizado |
| Beta | Coefficiente Padronizado |
| BF | Bolsa Família |
| CEM | Centro de Estudos da Metrópole |
| DC | Partido Democrata Cristão |
| DEM | Democratas |
| ED | <i>Home Enumeration District</i> |
| ESEB | Estudo Eleitoral Brasileiro |
| EU | União Europeia |
| EUA | Estados Unidos da América |
| FHC | Fernando Henrique Cardoso |
| GM | <i>General Motors</i> |
| GWR | <i>Geographically Weighted Regression</i> |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IDRC | Índice de Desigualdade Regional Cumulativo |
| LISA | <i>Local Indicators of Spatial Association</i> |
| MAUP | <i>Modifiable Areal Unit Problem</i> |
| N | Número de Casos |
| PCB | Partido Comunista Brasileiro |
| PCI | Partido Comunista Italiano |
| PEA | População Economicamente Ativa |
| PFL | Partido da Frente Liberal |
| PP | Partido Progressista |
| PPB | Partido Progressista Brasileiro |

| | |
|----------------|----------------------------------------------------|
| PSD | Partido Social Democrático |
| PSDB | Partido da Social Democracia Brasileira |
| PT | Partido dos Trabalhadores |
| PTB | Partido Trabalhista Brasileiro |
| R ² | Coefficiente de Determinação |
| SEADE | Sistema Estadual de Análise de Dados |
| SIG | Sistema de Informação Geográfica |
| SM | Salário Mínimo |
| SPSS | <i>Statistical Package for the Social Sciences</i> |
| TRE-SP | Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo |
| TSE | Tribunal Superior Eleitoral |
| Valor-p | Probabilidade de Significância |

SÚMARIO

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Capítulo 1 – INTRODUÇÃO | 17 |
| 1.1– Objetivo..... | 17 |
| 1.2 – Organização da tese..... | 19 |
| Capítulo 2 – SISTEMATIZANDO OS ESTUDOS DA GEOGRAFIA ELEITORAL: AS PRINCIPAIS TEORIAS E MÉTODOS DE ANÁLISE | 20 |
| 2.1 – Classificando os estudos sobre geografia eleitoral..... | 20 |
| 2.2 – A Geografia das eleições..... | 23 |
| 2.2.1 – Abordagem cartográfica..... | 23 |
| 2.2.2 – Abordagem ecológica: o uso da análise fatorial no estudo dos padrões espaciais de votação em eleições consecutivas..... | 29 |
| 2.3 – Influência da geografia nas eleições..... | 40 |
| 2.3.1 – O modelo de Kevin Cox e os efeitos contextuais..... | 40 |
| 2.3.2 – Teorias sociais e a perspectiva de lugar nos estudos eleitorais na geografia..... | 53 |
| 2.3.2.1 – Teoria da estruturação de Anthony Giddens..... | 61 |
| 2.3.2.2 – Análise do comportamento eleitoral baseado nos lugares..... | 63 |
| Capítulo 3 – A GEOGRAFIA DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA | 73 |
| 3.1 – Uma análise crítica sobre a geografia do voto no Brasil..... | 73 |
| 3.2 – Uma proposta de estudo para a geografia da representação política no Brasil..... | 82 |
| Capítulo 4 – INFLUÊNCIA DO CONTEXTO E AS REDES SOCIAIS DE CONTATO E COMUNICAÇÃO POLÍTICA | 89 |
| 4.1 – Noção de contexto e os efeitos contextuais na geografia..... | 89 |
| 4.2 – Redes sociais de contato e comunicação política: a tese contextual..... | 98 |
| 4.3 – Uma proposta de análise para os efeitos contextuais em um ambiente urbano..... | 111 |
| Capítulo 5 – GEOGRAFIA ELEITORAL NO BRASIL E NA CIDADE DE SÃO PAULO: PERÍODO DE “VOTO NORMAL” E A INFLUÊNCIA DO CONTEXTO NO COMPORTAMENTO ELEITORAL | 119 |
| 5.1 – Uma análise da geografia eleitoral das eleições presidenciais brasileiras de 1989 a 2014..... | 120 |
| 5.2 – Uma análise sobre a geografia eleitoral da cidade de São Paulo e a influência do contexto no comportamento eleitoral..... | 150 |
| 5.2.1 – Resultados das pesquisas de opinião..... | 165 |
| Capítulo 6 – CONCLUSÃO | 185 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 190 |

Capítulo 1

INTRODUÇÃO

A Geografia Eleitoral é uma subdisciplina da geografia que busca estudar os aspectos geográficos da organização, condução e dos resultados das eleições a partir de categorias geográficas como espaço, território e lugar (GREGORY, D. et. al. 2009). A Geografia Eleitoral também pode ser descrita como uma análise espacial sistemática das eleições (SHELLEY; JOHNSTON; TAYLOR, 1990). O principal argumento dessa perspectiva geográfica no estudo das eleições é que a decisão de voto do eleitor seria influenciada pelo contexto ou lugar onde ocorre a sua socialização, sendo esta última um processo contextual construído a partir dos elementos, informações políticas, interações interpessoais e características histórico-sociais encontradas no lugar onde o eleitor vive.

Desde o começo do século XX os geógrafos vêm se debruçando sobre o tema eleitoral, adotando a perspectiva geográfica nas suas análises. Os primeiros estudos podem ser encontrados na França com o mapeamento eleitoral de André Siegfried (1913, 1949) o “pai” da geografia eleitoral francesa; na Inglaterra o estudo de Henry Krehbiel (1916) investigando a influência dos fatores geográficos e naturais nas predileções políticas dos eleitores britânicos no início do século XX; e finalmente no EUA os estudos de Carl Sauer (1918), conhecido geógrafo cultural americano que analisou a prática do “gerrymandering” no processo de redesenho dos distritos eleitorais daquele país e os de Frederick Jackson Turner (1932) que realizou uma série de estudos eleitorais entre 1908 e 1926 sobre o fenômeno do “seccionalismo” ou regionalismo no desenvolvimento da política americana.

1.1 – Objetivo

O objetivo principal desse trabalho é apresentar para a comunidade geográfica brasileira de uma forma sistemática os estudos dentro dessa subdisciplina da geografia, principalmente os realizados nos países anglo-saxônicos, para então entrar mais especificamente na discussão sobre a influência do contexto no comportamento eleitoral. O trabalho se justifica pela escassez de estudos sobre o tema na literatura geográfica brasileira e pela necessidade de uma maior inserção da geografia em um tema que cada de vez mais se torna importante nas ciências humanas e na sociedade como um todo.

A tese implícita nesses estudos é que o espaço e o contexto entendido como “lugar”, local físico associado a processos, identidades e experiências de vida, são componentes importantes para a explicação dos fenômenos relacionados ao voto.

Esses estudos mostram que os padrões espaciais de votação identificados, muitas vezes estão associados a certas características socioeconômicas, culturais e políticas das regiões e dos lugares. Os estudos de Kevin Cox (1969a) e John Agnew (1987) por sua vez, tentam demonstrar como funcionaria o mecanismo causal por trás dessa associação. Os indivíduos se socializariam e tomariam suas decisões político-eleitorais através das fontes de informação, interações sociais, práticas cotidianas disponíveis no contexto social geográfico mais próximo a eles, ou seja, o lugar onde vivem. A partir dessa perspectiva geográfica, a decisão de voto do eleitor seria influenciada não apenas pelas suas características composicionais socioeconômicas (renda, classe, idade, etc.) mas também pela sua localização no espaço. Dependendo do lugar onde vive e interage socialmente, o eleitor estaria mais ou menos propenso a se comportar de acordo com as suas predisposições sociológicas. Em outras palavras, um cidadão com certas características de classe e renda pode se comportar de forma diferente dependendo, por exemplo, se vive em um bairro trabalhador ou de classe média, ou se mora no campo ou na cidade.

Do ponto de vista contextual, o comportamento político pode ser visto como influenciado em dois níveis distintos: redes de contato e interação social nas quais o eleitor se informa politicamente, representando o seu espaço social, e contexto geográfico onde pratica sua vida cotidiana, ou seja, sua vizinhança e seu local de trabalho. A partir da constatação em estudos como o de Baybeck e Huckfeldt (2002) de que na maioria das vezes as redes de contato e de comunicação política das pessoas em um espaço urbano extrapolam o contexto de vizinhança, no objetivo específico do nosso trabalho, buscamos testar a hipótese de que a mobilidade espacial e a configuração das redes de interação social dos eleitores modulariam a influência desse contexto no voto e funcionariam como indicadores dessa influência. O eleitor que tem suas interações sociais concentradas em um determinado lugar teria uma maior probabilidade de reproduzir no seu comportamento político individual as opiniões baseadas na realidade social, econômica e cultural local.

1.2 – Organização da tese

No capítulo 2 buscamos apresentar as principais teorias, conceitos e métodos de análise da geografia eleitoral de uma forma cronológica e sistemática, com o objetivo de facilitar a compreensão da evolução dessa subdisciplina ao longo do tempo: primeiramente tratando dos estudos que analisam a geografia das eleições - identificação e descrição dos padrões espaciais de votação ao longo do tempo e as possíveis associações destes com outras variáveis socioeconômicas e culturais, e em um segundo momento os estudos que investigam a influência da geografia no comportamento e nos resultados eleitorais a partir da noção de contexto e do conceito de lugar.

O capítulo 3 aborda o tema da geografia da representação no Brasil, tanto nos estudos da geografia quanto nos da sociologia política. Os trabalhos sobre esse tema na literatura brasileira estudam em sua maioria as estratégias político-eleitorais dos candidatos e parlamentares, envolvendo o território. Em uma análise crítica, propomos que essas estratégias estão associadas à forma como o fluxo de informações políticas se dá no espaço, causando o efeito contextual de “amigos e vizinhos” por exemplo, e às estruturas sociais dos lugares que tornam a adoção dessas estratégias mais ou menos custosas.

O capítulo 4 discute de forma conjunta a noção de contexto, os estudos sobre o efeito de vizinhança e os que tratam da influência da configuração das redes sociais de contato e comunicação no comportamento político das pessoas, propondo ao seu final a hipótese do trabalho.

O capítulo 5 apresenta um estudo empírico sobre as eleições brasileiras em que aplicamos os conceitos e métodos de análise extraídos dos estudos sobre geografia eleitoral apresentados no trabalho. Inicialmente analisamos a geografia eleitoral das eleições presidenciais ao longo do tempo, utilizando a técnica estatística da análise fatorial do modo T e S, buscando identificar os períodos de estabilidade e mudança nos padrões espaciais de votação, e por fim, investigamos a influência do contexto no comportamento eleitoral através de um estudo de caso na cidade de São Paulo, testando a hipótese do trabalho.

Capítulo 2

SISTEMATIZANDO OS ESTUDOS DA GEOGRAFIA ELEITORAL: AS PRINCIPAIS TEORIAS E MÉTODOS DE ANÁLISE

Nesse capítulo abordaremos os estudos da geografia eleitoral ao longo do tempo, apresentando os diversos temas e mudanças nos enfoques metodológicos.

Os primeiros estudos da geografia eleitoral na França e nos EUA procuravam associar a distribuição espacial dos resultados com as características naturais e culturais das regiões, a partir da técnica de comparação de mapas. A partir dos anos 1960, influenciados pelos novos métodos de análise quantitativa nas ciências sociais, os estudos da geografia eleitoral se concentraram, por um lado na adoção de métodos de análise estatística multivariada que possibilitam a análise conjunta de uma grande quantidade de dados como, por exemplo, os resultados eleitorais de várias eleições consecutivas, buscando padrões espaciais temporais de estabilidade e mudança; e por outro na investigação da influência da geografia no comportamento eleitoral, argumentando que a distribuição espacial dos votos não refletiria apenas a disposição dos eleitores com certas características sociais no espaço - o contexto geográfico influenciaria no comportamento eleitoral das pessoas através, por exemplo, da difusão espacial das informações políticas através de redes de interação social (COX, 1969a). Nos anos 1980, começa um processo de maior inserção da geografia eleitoral nas teorias sócio geográficas em desenvolvimento, como a “teoria da estruturação” de Anthony Giddens utilizada por Agnew (1987) na sua perspectiva de análise do comportamento eleitoral baseada nos lugares. Essa perspectiva defende que os padrões encontrados a partir da espacialização dos resultados eleitorais seriam derivados das ações e do comportamento das pessoas que ocorrem e são estruturados nos lugares.

2.1 – Classificando os estudos sobre geografia eleitoral

A partir do levantamento bibliográfico realizado por esse trabalho, podemos classificar os estudos na geografia eleitoral pelos seus temas, objetivos, abordagens metodológicas e tipos de pesquisa.

Os principais temas relacionados com as eleições estudados pelos geógrafos podem ser subdivididos em (TAYLOR; JOHNSTON, 1979):

1. A geografia das eleições: o mapeamento dos resultados eleitorais e a análise dos padrões espaciais de votação através da sua distribuição no espaço e correlação com variáveis

socioeconômicas e culturais, por meio da comparação de mapas e técnicas de análise estatística.

2. A influência da geografia nas eleições: tenta determinar a influência da geografia no comportamento eleitoral. Nas escalas local e urbana, esses estudos evidenciam que a distribuição espacial das pessoas, composição socioeconômica dos bairros e fluxo de informações políticas em circulação nesse espaço, influenciam o comportamento eleitoral. Em uma perspectiva de lugar, estuda-se a relação entre o comportamento eleitoral e as diferentes características socioeconômicas e culturais dos lugares, construídas a partir da intersecção entre ação do homem na sua prática cotidiana e estruturas sociais baseadas em processos de caráter local, regional, nacional ou global.
3. A geografia da representação política: estuda os aspectos espaciais da representação política e organização das eleições. Nos países que adotam o sistema distrital, os estudos são focados principalmente nos problemas relacionados ao desenho dos distritos eleitorais. Nos que adotam o sistema proporcional como o Brasil, esses estudos geralmente estão relacionados às estratégias eleitorais dos partidos e candidatos incluindo, por exemplo, o processo de “territorialização” do espaço através da conexão eleitoral e das práticas clientelistas.

Pode-se classificar os estudos da geografia eleitoral de acordo com os seus objetivos (AGNEW, 1990):

1. Geografia do comportamento eleitoral, geografia eleitoral francesa de Siegfried e Goguel.
2. Influência da geografia do fluxo de informação interpessoal no comportamento eleitoral individual, Kevin Cox, Ron Johnston e outros.
3. A geografia dos sistemas eleitorais (regras de representação, distritos eleitorais).
4. A relação entre a geografia do desempenho eleitoral e a da organização e mobilização dos partidos políticos.

Pode-se também classificar os estudos na geografia eleitoral pela sua abordagem metodológica (BOSQUE 1988):

1. Abordagem cartográfica: Mapeamento das eleições e observação da distribuição dos votos. Esses estudos buscam relacionar os mapas eleitorais com outras variáveis através da comparação visual.

2. Abordagem ecológica: Busca analisar, através de técnicas de análise estatística multivariada, uma grande quantidade de dados eleitorais e socioeconômicos procurando associações quantitativas entre eles.
3. Abordagem sócio geográfica do comportamento: Abordagem mais teórica, que se confunde com os estudos da sociologia política sobre a tese contextual, a qual defende que o contexto e o ambiente social mais próximo do eleitor influenciam o comportamento eleitoral.

Clark (1990) classifica os estudos na geografia eleitoral em três tipos de pesquisas relacionadas com:

1. Desempenho¹ - concentra-se em mapear o resultado eleitoral dos candidatos em uma eleição, assim como a distribuição de grupos e classes sociais que têm seus interesses políticos representados no parlamento.
2. Configuração² - estuda as características dos sistemas eleitorais: quem pode votar, onde e quando as pessoas votam, como os eleitores são organizados em distritos, etc.
3. Regulação³ - estuda a condução e as regras das eleições. Não apenas eleições ordinárias para câmaras legislativas, mas também eleições para sindicatos e outras organizações sociais.

Por fim, além dessas formas de ordenação, os estudos eleitorais dependendo de quando e onde foram realizados, podem defender também diferentes teses sobre a distribuição do voto no território:

1. A tese nacional defende que a distribuição espacial dos votos no espaço nacional seria reflexo de um padrão de apoio eleitoral na escala individual, baseado nas características sociais das pessoas e na existência de clivagens sociais: estado/igreja, rural/urbano, centro/periferia e de classes, que ao longo do tempo foram promovidas e se desenvolveram em conjunto com os sistemas partidários de cada país.
2. A tese regional ou seccional defende que a distribuição do voto ao longo do tempo segue padrões regionais de apoio eleitoral devido às diferenças no desenvolvimento socioeconômico, cultural e político das secções do território, pelos eventos históricos e especificidades físicas e sociais locais.

¹ Tradução nossa de “Performance-oriented”

² Tradução nossa de “Design-oriented”

³ Tradução nossa de “Regulation-oriented”

3. A tese reestruturalista ou de base de lugar defende uma análise dos resultados eleitorais a partir dos lugares. É avessa à adoção de padrões nacionais ou regionais que seriam simplesmente o agregado dos resultados eleitorais produzidos e influenciados pelas características sempre em transformação de cada lugar.

Observa-se, a partir dessas várias formas de se sistematizar e subdividir os estudos na geografia eleitoral, o nível de complexidade e fragmentação desses estudos.

Usando como parâmetro as classificações em temas (TAYLOR; JOHNSTON, 1979) e em abordagem metodológica (BOSQUE, 1988), buscamos apresentar cronologicamente os principais estudos, teorias e métodos da geografia eleitoral.

2.2 – A Geografia das eleições

2.2.1 – Abordagem cartográfica

O enfoque cartográfico caracteriza-se por analisar as eleições, observando a disposição geográfica dos resultados eleitorais agregados por região (região, distritos administrativos ou eleitorais), por meio da comparação visual entre mapas. A partir dessa metodologia procura-se identificar padrões e áreas homogêneas de comportamento eleitoral ao longo do tempo analisando a evolução da distribuição espacial dos votos em eleições consecutivas.

Os estudos eleitorais de abordagem cartográfica podem ser divididos em dois tipos: estruturais e ecológico-territoriais. Enquanto os primeiros examinam os padrões espaciais de voto encontrados a partir dos resultados eleitorais, os últimos procuram relacionar esses padrões às características socioeconômicas dos ambientes, partindo do princípio que as pessoas votam de acordo com os interesses regionais (PRESCOTT, 1972). O objetivo desses estudos é delinear as regiões políticas de acordo com o grau de homogeneidade espacial dos resultados.

Esse enfoque cartográfico no estudo da análise espacial das eleições tem como seus principais pioneiros André Siegfried, François Goguel e seguidores, representando a geografia eleitoral francesa clássica. Comparando os padrões espaciais de voto identificáveis com dados sobre a organização da sociedade e as características físicas do terreno, os autores procuravam estabelecer uma geografia do comportamento eleitoral a partir das características socioeconômicas e culturais das regiões.

Embora seguindo o método de análise regional de Vidal de la Blache, André Siegfried nos seus estudos sobre a variação espacial das tradições e atitudes das regiões francesas, tem como maior inspiração os estudos de psicologia política de Montesquieu

sobre as formas de governo, e os de Tocqueville sobre a psicologia dos povos (SANGUIN, 1985). Demonstrando o viés psicológico de Siegfried, Sanguin (1985), mostra que no estudo “Tableau des partis en France” de 1930, Siegfried descreve a França como um país politicamente de esquerda mas socialmente de direita, ao considerar que a França como coletivo ou sociedade seria um país progressista, mas com relação às ações individuais no voto seria conservadora.

Siegfried, nos seus estudos seminais da geografia eleitoral (SIEGFRIED, 1913 e 1949), tem como objetivo principal demonstrar o longo período de estabilidade nas tendências político-ideológicas das regiões francesas no período da Terceira República Francesa (1870-1940), através da disposição de uma série de mapas eleitorais, físicos e sócio geográficos.

Ao constatar que em determinados lugares, entre 1871 e 1936, havia um apoio estável ao longo do tempo a determinados partidos ideologicamente alinhados, Siegfried divide os distritos da região de Ardeche na França em apoiadores da esquerda ou apoiadores da direita política. Essa divisão ideológica no comportamento político dos distritos seria atribuída às características geológicas e de relevo (altitude) destes, que por sua vez influiriam no tipo de atividade produtiva, no tamanho das propriedades, na densidade populacional e na afiliação religiosa dos seus habitantes (ver o exemplo da figura 1).

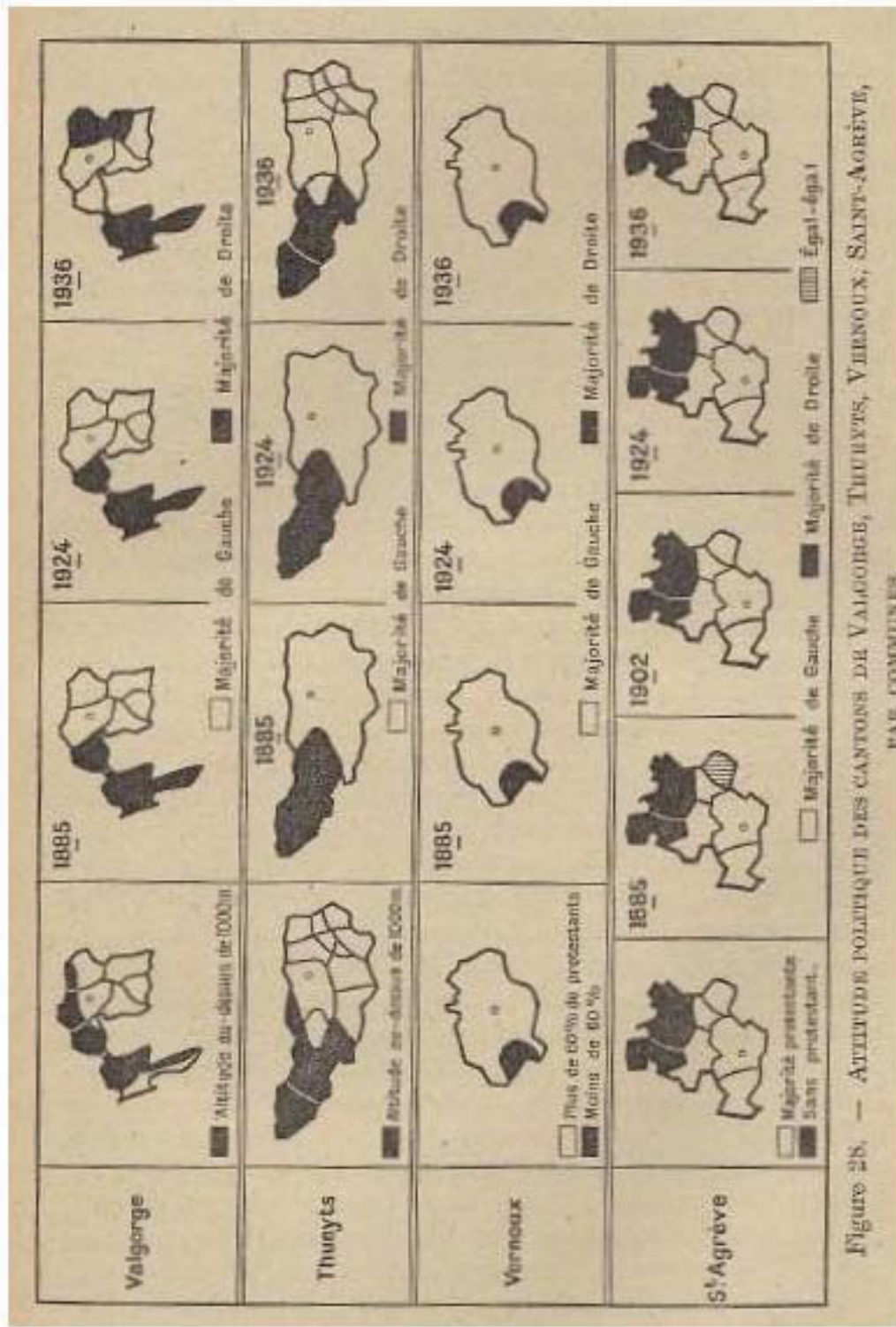


Figura 1 – Comparação entre a disposição espacial dos votos, altitude e afiliação religiosa no período da Terceira República na França em 4 cantões da região de Ardeche. Fonte: Imagem da internet sem direitos autorais, em <<http://www.penserespace.com/geographic-electoral/tenaces-permanences-electorales-en-ardeche/>>

Um outro geógrafo a adotar essa metodologia de análise cartográfica foi François Goguel, principal seguidor de André Siegfried. Foi através de Goguel que a geografia eleitoral francesa, chamada de “sociologia eleitoral”, verdadeiramente se estabeleceu como disciplina naquele país. Assim como nos estudos de Siegfried, Goguel demonstra as diferenças entre as regiões francesas a partir da análise, através de mapas, da associação entre as características socioeconômicas e o comportamento político dessas regiões.

Goguel argumenta (DUPEUX; GOGUEL, 1968 apud VINEM, 2002), que pode-se explicar a política de uma região a partir de 4 fatores principais: padrão de posse das propriedades, práticas religiosas, atividade dos partidos políticos e mudanças econômicas.

O historiador inglês Richard Vinen (2002, p.17-18) critica os estudos da geografia eleitoral francesa pelas suas limitações em demonstrar através da cartografia a causalidade por trás dos padrões espaciais de votação e suas variações ao longo do tempo. O autor argumenta que esses estudos não conseguiam explicar satisfatoriamente porque certas combinações de fatores apresentados gerariam diferentes práticas políticas de lugar para lugar, principalmente em períodos de instabilidade e transformação da sociedade, como no período Pós-Segunda Guerra Mundial, quando se aceleraram as transformações sociais, políticas e econômicas nas regiões francesas, causadas pela migração populacional e pelas novas práticas econômicas.

Nos EUA, um dos pesquisadores pioneiros dessa abordagem cartográfica na geografia eleitoral foi o historiador e membro da Associação dos Geógrafos Americanos (AAG), Frederick Jackson Turner, que realizou uma série de estudos eleitorais entre 1908 e 1926 publicados postumamente no livro “O significado das secções na história americana” de 1932.

Turner é mais conhecido pela sua “tese da fronteira”, na qual defende que o desenvolvimento histórico, ideais democráticos e identidade cultural americana teriam sido construídos a partir da experiência de expansão da fronteira para o oeste, pelo contato dos migrantes com a natureza selvagem.

No seu estudo eleitoral, Turner considerava que devido ao tamanho continental da América, as partes ou “secções” do país (norte, sul e meio oeste) desenvolveram-se com interesses econômicos diferentes. O conflito entre essas secções na defesa das suas demandas regionais, ocorreria no âmbito das disputas políticas entre os partidos nacionais, os quais se regionalizaram ao longo do tempo, defendendo os interesses dessas “secções” na indústria, mineração, agricultura, transporte, preço das terras, política de impostos, etc. Assim, essa mediação política dos conflitos regionais manteve a América unida:

“(…) o partido nacional tem sido na América um vínculo maleável, em casos extremos permitindo insurgências seccionais, frequentemente produzindo proposições legais em resposta a demandas e ameaças regionais, mas sempre tendendo a impelir as secções para um acordo nacional através de negociações e compromissos. Uma língua, uma lei e instituições comuns, a ausência de concentração regional de religiões e raças, e a ausência de ressentimentos históricos, tudo isso ajudou a evitar a fragmentação da América ao contrário do que ocorreu na Europa; mas a geografia regional, partidos quase continentais, e uma organização congressional nacional que é interseccional, através da qual o seccionalismo pode se expressar pelo voto ao invés da guerra — esses são fatores importantes no contraste entre os modos europeu e americano de resolver as dificuldades, e explicação da nossa unidade continuada (TURNER, 1932, p.92 tradução nossa).”

Acreditava também que as condições do ambiente natural e modo de ocupação territorial nas grandes regiões americanas poderiam ser determinantes para os fenômenos sociais tais como os padrões espaciais de votação. Em um encontro da Sociedade Geográfica Americana em 1914, por exemplo, apresentou um trabalho intitulado “A influência geográfica na história política americana”, ilustrado com uma série de imagens que sobrepunham a distribuição espacial dos votos às diferenças geológicas das regiões e os fatores econômicos relacionados (BLOCK, 1980).

“(…)As regiões agrícolas menos valorizadas, os condados com maioria da população iletrada, tendem na sua maioria a serem Democratas, assim como as populações imigrantes das grandes cidades. Regiões de solo fértil, populações minimamente iletradas e os distritos industriais e altamente capitalizados tendem a ser anti- Democratas, Federalistas, Whig, ou Republicanos de acordo com a área (TURNER, 1932 p.92 traduções nossa).”

No ensaio “Está o seccionalismo desaparecendo na América?”, apresentou uma série de mapas das eleições presidenciais americanas entre 1836 e 1904 em duas escalas de análise diferentes: uma nacional e outra de condados abrangendo os estados de Ohio, Indiana e Illinois. Comparando visualmente os padrões espaciais de voto nesses mapas, verificou a tendência de regiões similares em suas características geográficas e sociais apresentarem resultados eleitorais parecidos ao longo do tempo. Turner talvez foi o primeiro acadêmico a observar que o padrão espacial de voto numa eleição é frequentemente um bom preditor do mesmo na eleição seguinte; mais ainda, ao analisar eleições em escalas geográficas diferentes, percebeu que clivagens diferentes podem se manifestar dependendo da escala em que se está estudando. (ARCHER; SHELLEY, 1986, p.15).

Em uma visão multidisciplinar inovadora para a época, o autor ao final do seu estudo, convoca geógrafos interessados nos aspectos regionais da geografia humana, estatísticos, políticos, economistas, banqueiros, homens de negócio, historiadores, estudantes de literatura,

para analisarem como as regiões geográficas naturais determinam as ações humanas (TURNER, 1932).

Assim como nos estudos da geografia eleitoral clássica francesa de Siegfried e Goguel, a principal crítica a Turner foi o excessivo determinismo ambiental dos seus estudos, relacionando a geografia física das regiões com os padrões espaciais de votação.

Outra crítica a esses primeiros trabalhos foi em relação ao seu método de análise, a comparação entre mapas, que geraria a partir das técnicas disponíveis até aquele momento conclusões meramente indutivas e não estatísticas (BOSQUE, 1988); quanto mais mapas eram compilados para obter generalizações mais amplas, as técnicas de comparação visual tornavam-se cada vez mais lentas e complicadas. Sem a ajuda da estatística, os mais habilidosos geógrafos poderiam interpretar um número reduzido de mapas, desde que estes apresentassem padrões de correlação positivos. Mas, se os padrões fossem negativamente relacionados, ou se diferenciassem muito em termos espaciais e de textura, esse método de comparação visual não seria confiável (ARCHER; SHELLEY, 1986, p.34).

A importância desses estudos iniciais da geografia eleitoral consiste no estabelecimento da ideia de que as características dos lugares criam as condições determinantes das predileções políticas de seus habitantes. Mais tarde, essa ideia foi resgatada e teorizada, principalmente pelos estudos de John Agnew na sua perspectiva do comportamento eleitoral baseada nos lugares, através da teoria da estruturação.

Recentemente, geógrafos franceses contemporâneos como Michel Bussi, têm se esforçado para devolver a importância dos trabalhos clássicos da geografia francesa, demonstrando a importância de se estudar o comportamento individual dos eleitores através de “meios coletivos”. Bussi (2008), defende a compreensão dos fenômenos sociais através do que ele considera como as “atitudes espaciais individuais cumulativas”, ou seja, o agregado do comportamento individual a partir do sistema de interação dos múltiplos grupos (coletivos) sociais a que o indivíduo pertence: sua região, localidade, família, etc.

No Brasil, podemos citar como exemplos de estudos eleitorais na geografia que adotam exclusivamente a abordagem cartográfica, os trabalhos dos geógrafos brasileiros Cesar Romero Jacob e Dora Rodrigues Hees, e seus colegas franceses Philippe Waniez e Violette Brustlein que realizaram uma série de estudos sobre as eleições brasileiras, principalmente as presidenciais (JACOB et al. 2009, 2010, 2011).

2.2.2 – Abordagem ecológica: o uso da análise fatorial no estudo dos padrões espaciais de votação em eleições consecutivas

A partir da década de 1960, foram introduzidos métodos quantitativos de análise nos estudos eleitorais da geografia, principalmente nos EUA. A chamada abordagem ecológica, além do uso da cartografia, buscava obter a partir de métodos estatísticos tais como análise fatorial e regressão, relações quantitativas entre os resultados eleitorais agregados e outras variáveis socioeconômicas e políticas (BOSQUE, 1988). Em outras palavras, além da comparação de mapas passou-se a utilizar técnicas estatísticas de análise, em busca de associação entre os padrões espaciais de voto e outras variáveis socioeconômicas e culturais.

A introdução dos métodos estatísticos de análise quantitativa nos estudos eleitorais da geografia, possibilitou a análise simultânea de uma quantidade imensa de dados. Segundo o geógrafo Peter Taylor (1978 apud JOHNSTON; PATTIE, 2016), as eleições seriam um sonho positivista para o pesquisador, propiciando a ele um grande volume de dados que podem ser mapeados e analisados.

A análise fatorial é um dos métodos estatísticos introduzidos, que permite a análise de um grande número de variáveis, através do agrupamento em um número reduzido de fatores sem que nesse processo ocorra uma perda significativa das informações contidas nos dados originais. As variáveis pertencentes a um mesmo fator seriam fortemente correlacionadas entre si, mas pouco correlacionadas com as variáveis de outro fator, e assim por diante.

A série de estudos de maior destaque dentro da geografia eleitoral usando a análise fatorial, pertence ao geógrafo americano Clark Archer e colegas (ARCHER; TAYLOR, 1981 e ARCHER; SHELLEY, 1986) que estudaram os padrões espaciais de votação nas eleições presidenciais americanas.

Archer no seu estudo de 1981 “Section and Party”, usando como base a tese seccional de Frederick Turner, analisa na escala dos estados americanos o desempenho eleitoral do Partido Democrata nas eleições presidenciais de 1829 até 1980. Nesse estudo, identifica períodos de estabilidade e de mudança nos padrões espaciais de votação ao longo do tempo, padrões esses relacionados com o desenvolvimento econômico e cultura política das três principais secções americanas: norte, sul e oeste.

Segundo Archer e Taylor (1981), existiria uma série de modelos de análise fatorial alternativos para dados eleitorais, entre eles os modelos “T” (Time) e “S” (Space) aplicados especificamente no estudo da geografia das eleições.

O “modelo T” busca agrupar as eleições com padrões espaciais de votação semelhantes, no caso presidenciais, em fatores que são classificados como “épocas” de “voto normal”. As eleições que marcam o intervalo entre épocas diferentes, por sua vez, são denominadas de “eleições críticas”.

O conceito de “voto normal” foi cunhado por Converse (1966) em um estudo que tenta operacionalizar a teoria do “funil de causalidade” desenvolvido em Campbell et al. (1960) em uma dimensão temporal. O termo “funil de causalidade” representaria o conjunto de causas que determinam a decisão eleitoral do indivíduo no dia do pleito. Existiriam causas mais antigas e duradoras, relacionadas por exemplo à distribuição estável das identidades partidárias entre grupos sociais que se formaram por acontecimentos históricos marcantes, como a guerra civil americana e o “New Deal”; e causas mais próximas, relacionadas a acontecimentos do período eleitoral atual, envolvendo os candidatos e suas campanhas eleitorais.

O conceito de “voto normal” operacionalizaria esse “funil de causalidade” da seguinte forma: a tendência do eleitor decidir seu voto a partir de estímulos acumulativos passados, que determinaram o seu voto nas eleições anteriores, produziria o “voto normal”; e os estímulos recentes, relacionados a acontecimentos próximos à eleição atual, produziriam uma flutuação em torno desse “voto normal”.

O conceito de “eleição crítica” foi identificado por Key (1955). Uma eleição crítica é identificada quando, na análise dos padrões de voto, encontra-se uma alteração no apoio partidário entre os eleitores diferentemente das clivagens eleitorais pré-existentes nas eleições anteriores. As eleições críticas ocorreriam em momentos de mudança social, econômica e em reação a acontecimentos históricos traumáticos como citado anteriormente. Esses acontecimentos marcariam a formação de novas coalisões e alianças entre atores políticos e sociais em resposta aos novos temas de interesse surgidos, que podem permanecer ao longo do tempo, caracterizando um novo período de “voto normal”.

De acordo com Campbell et al (1966 apud ARCHER; TAYLOR,1981) poder-se-ia classificar as eleições em três tipos: “mantida” (maintaining elections), onde o voto normal ou a “força causal de longo termo” é dominante; “desviante”, quando acontecimentos de curto

prazo são importantes para alterar o resultado eleitoral, mas não o suficiente para gerar uma nova clivagem eleitoral, voltando portanto ao padrão de voto normal anterior nas eleições subsequentes; e “realinhamento”, que seria a “eleição crítica” causando uma reestruturação dos padrões de apoio aos partidos entre os eleitores. Pela extensão do “trauma social” causado pelos acontecimentos que levaram a essa mudança, esse novo período de “voto normal” se manteria por um longo tempo. “Para muitas pessoas a ligação emocional a um partido e a hostilidade em relação a outro, formados em tempo de crise, permanecem como uma parte essencial das suas identidades pessoais para o resto das suas vidas (SUNDQUIST, 1973 apud MAYHEW 2002 nossa tradução).”

O “modelo S”, por sua vez, procura encontrar padrões de votação entre regiões, no caso estados, e não entre eleições. Os estados com padrões de votação similares ao longo do tempo são agrupados em um mesmo fator e mapeados, representando regiões eleitorais. Segundo o próprio Clark Archer “*The S-mode analysis can be thought of as summarizing correlations between districts over elections*” (informação verbal)⁴.

A interpretação dos resultados nos estudos de Archer, em ambos os modelos, é feita a partir da tese seccional de Turner de que o desenvolvimento histórico dos partidos americanos se daria de acordo os conflitos de interesse econômico e as diferentes culturas políticas entre as secções, ao longo do tempo.

Com o surgimento das novas tecnologias de comunicação e transporte nos EUA, no século XIX, ocorreram dois processos antagônicos: de um lado o sistema político partidário americano nacionalizou-se pela facilidade da mobilização em massa dos eleitores através dos meios de comunicação, e de outro, acelerou-se o processo de especialização econômica pela revolução nos sistemas de transporte, principalmente ferroviário e hidroviário. Esse último processo, une economicamente as regiões noroeste (que fornecem a matéria prima necessária - carvão mineral) com a Leste, criando o chamado “cinturão manufatureiro americano”. Ao mesmo tempo, isolam o Sul, tanto na sua economia, como nas suas demandas seccionais junto às instituições federais, principalmente no que diz respeito à política fiscal e economia escravagista, o que acaba levando à guerra civil americana.

Ao fim do conflito, com a vitória do norte, o desenvolvimento econômico nacional se consolida em uma estrutura integrada do tipo núcleo-periferia: o núcleo no norte dominando a

⁴ Informação fornecida por Clark Archer por email.

economia, e a periferia nas porções sul e oeste, porém com características distintas: o sul permanecendo atrasado e o oeste com uma economia mais dinâmica e mais integrada ao núcleo.

Além do fator econômico, Archer também considera a associação de cada seção americana a uma cultura política diferente, assim como nos estudos de Siegfried, partindo do princípio de que nem todos os estados e seções partilham das mesmas visões sobre o papel do governo e dos indivíduos no processo político. Ele adota as três subculturas propostas pelo cientista político Daniel Elazar (1972) (figura 2) e que correspondem às três seções iniciais de Turner (1932): no Norte (Nova Inglaterra), a “cultura moralista” ou “Yankee”, que busca o interesse público acima do individual, tendo uma visão da sociedade como bem comum; no Sul, a “cultura tradicionalista”, com uma sociedade substancialmente hierarquizada, em que o direito da elite social governar está enraizado; finalmente, no Médio Atlântico e maior parte do Meio Oeste, a “cultura individualista”, que enfatiza a preocupação privada em uma concepção utilitária e eficiente da política e dos negócios.

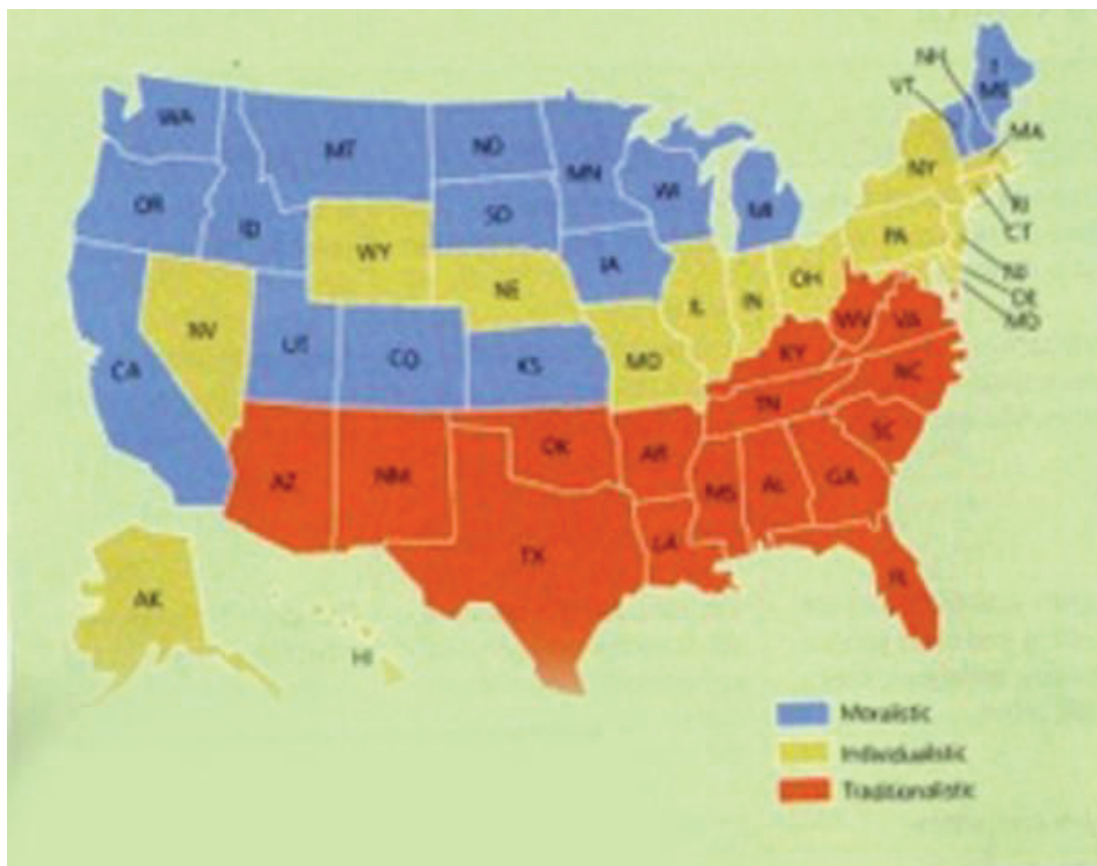


Figura 2 – As três subculturas americanas propostas por Daniel Elazar (1972): Moralista, Norte e Noroeste; Tradicionalista, Sul e Sudeste; e Individualista, Médio Atlântico e Meio Oeste. Fonte: Imagem da internet sem direitos autorais, em <<https://psmag.com/news/different-states-government-ideas-political-culture-73037>>.

Aplicando a análise fatorial de “modelo S” para os resultados eleitorais em porcentagem do partido Democrata nas eleições presidenciais de 1872 a 1980, na escala dos 48 estados americanos, Taylor e Archer (1981) encontram três fatores, que juntos explicam 92,5% da variabilidade total dos dados. Mapeando os três fatores, encontra-se em cada um deles, um agrupamento de estados com alta carga fatorial (figura 3) e que pode ser associado às três subculturas e às relações econômicas centro/periferia previamente desenvolvidas: fator 1 - norte/núcleo, fator 2 – sul/periferia e fator 3 - oeste/periferia. Os estados de Washington e Califórnia apesar de se encontrarem na porção oeste do país são classificados como núcleo, pelas suas características mais urbanas e pela economia menos periférica do que os seus vizinhos.

Usando o “modelo T” para os mesmos dados, são encontrados seis fatores que explicam 92,6% do total da variabilidade, cada um deles representando um período temporal (epoch) com um padrão de distribuição espacial dos votos diferente: Reconstrução, Voto Normal, Revolta do Oeste, Revolta do Sul, Voto Normal Diluído e Voto Normal Liberal (figura 4).

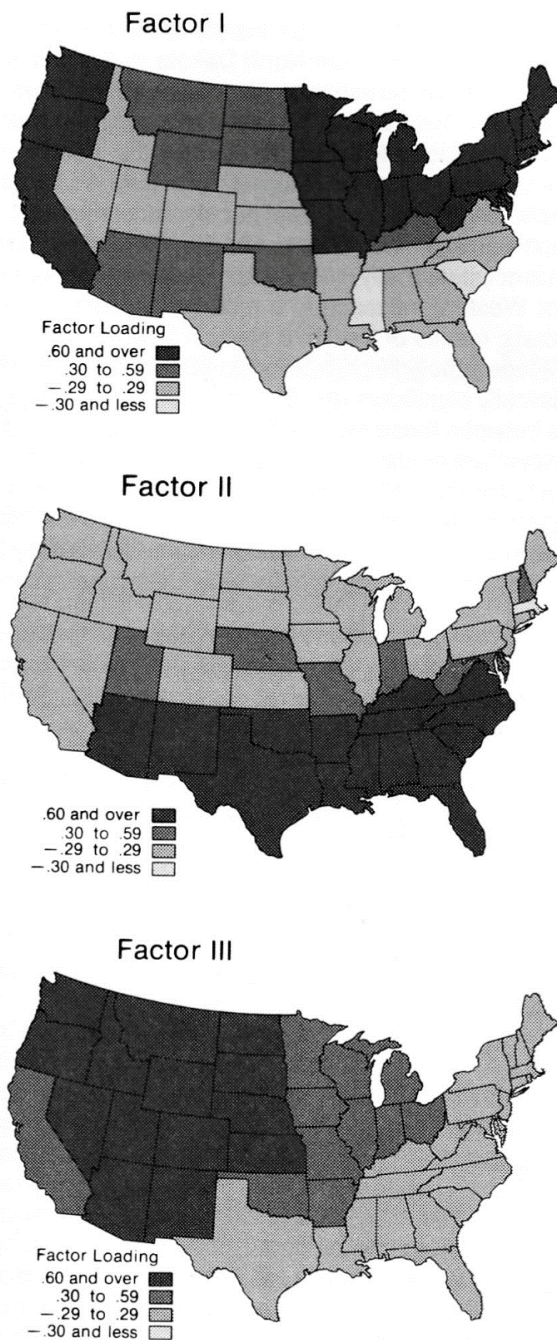


Figura 3 – Representação cartográfica dos fatores encontrados na análise fatorial do modelo “S” sobre os resultados eleitorais do partido Democrata Americano na escala dos estados americanos de 1872 a 1980 no estudo de Archer e Taylor (1981). Fonte: Archer e Shelley (1986).

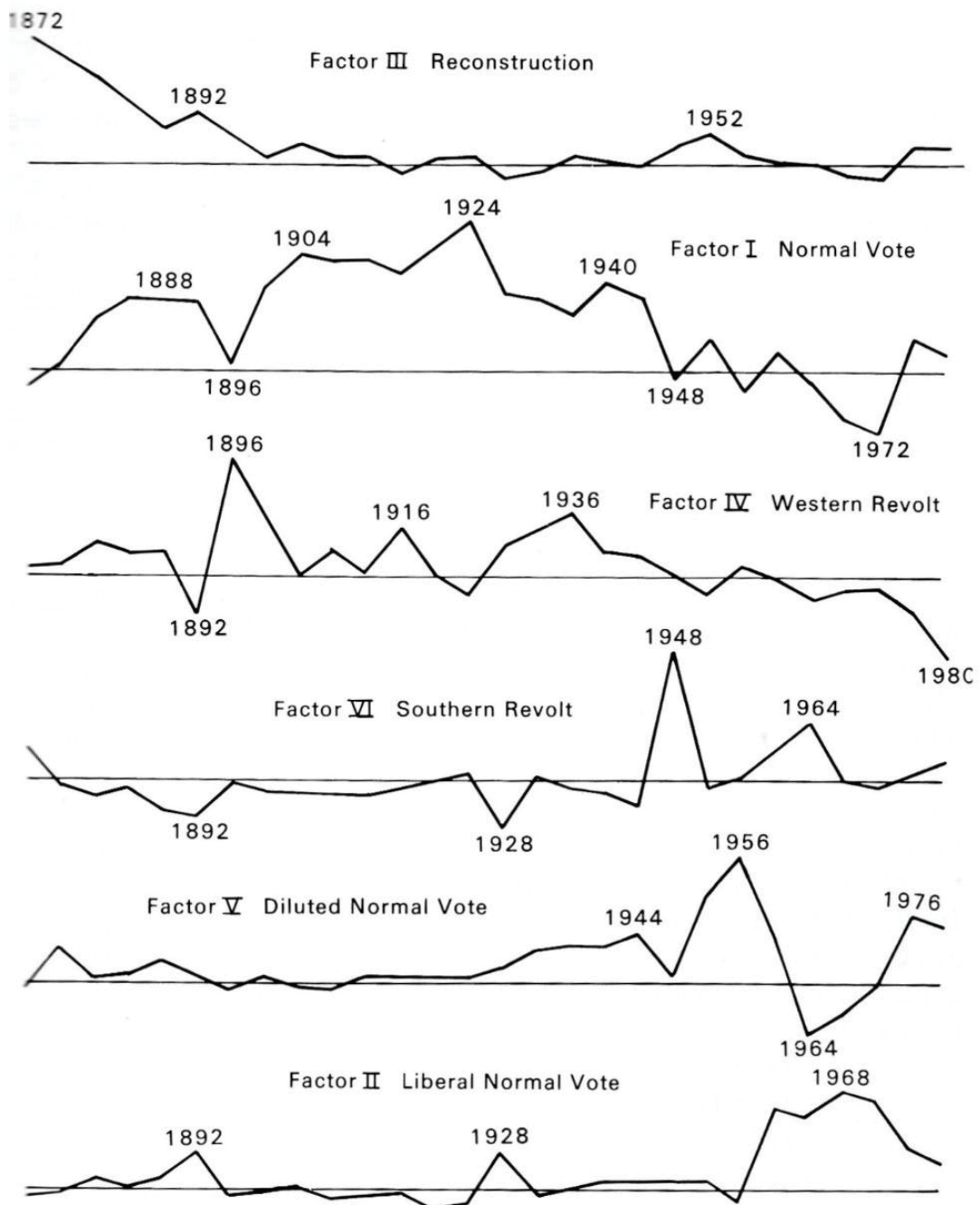


Figura 4 – Representação gráfica dos fatores encontrados na análise fatorial do modelo “T” sobre os resultados eleitorais do partido Democrata Americano na escala dos estados americanos de 1872 a 1980 no estudo de Archer e Taylor (1981). Fonte: Archer e Shelley (1986).

O fator “Reconstrução” é identificado no período imediato após a guerra da secessão, quando o sul ainda estava ocupado militarmente pelos republicanos do norte, e é caracterizado por um padrão de voto não seccional, ou seja, os republicanos eram hegemônicos em todas as regiões do país. Enquanto no Norte o apoio ao Partido Republicano se consolida, no Sul a situação política é variada, dependendo da forma da Reconstrução e da reintrodução dos estados sulistas à União, bem como o papel dos negros que apoiavam os Republicanos no processo eleitoral.

O fator “Voto Normal” se caracteriza por uma forte clivagem entre o Sul democrata contra o Norte e Oeste mais republicanos, e que se mantém com algumas variações por um longo período, até o fim da Segunda Guerra Mundial.

Os dois fatores seguintes, são classificados como “Revolta das Periferias”: o primeiro, a “Revolta do Oeste”, caracteriza-se por uma perda de apoio eleitoral do Partido Republicano no Oeste, como consequência de uma aliança entre as periferias Sul e Oeste contra o Norte, principalmente nas eleições de Wilson em 1916 e Roosevelt em 1932 e 1936; e o segundo a “Revolta do Sul” logo após a Segunda Guerra Mundial, na eleição de Harry Truman em 1948, e na de 1964, quando enfraquece o apoio aos democratas no Sul⁵.

A partir dos anos 1950 aparece um período de volatilidade nos padrões espaciais de voto, que coincide com o surgimento da teoria do desalinhamento eleitoral, prevendo um declínio da importância dos partidos políticos e um aumento do voto não ideológico. Nesse período, os autores identificam o fator “Voto Seccional Diluído” nas duas eleições do presidente Eisenhower, ocorrendo uma total inversão dos apoios seccionais: Norte e Oeste apoiando os Democratas e o Sul os Republicanos. Finalmente o fator “Voto Liberal Normal”, referindo-se às eleições de Kennedy em 1960 e Carter em 1976. O padrão desse fator mostra um desempenho melhor do Partido Democrata no Norte, pior no Sul e intermediário no Oeste.

No estudo de Archer e Shelley (1986), é acrescentado também o fator “Conservador Normal” identificado inicialmente em 1976 na eleição de Nixon, e nas eleições de Reagan em

⁵A eleição de 1948 é considerada pelos autores como “como a primeira grande quebra do apoio contínuo do sul ao partido democrata no período pós reconstrução” (ARCHER; TAYLOR, 1981, p.136, tradução nossa).

1980 e 1984, caracterizado por uma concentração relativa de força Democrata no Sudeste e fraqueza no Oeste, enquanto o Nordeste apresenta uma postura intermediária.

Em resumo esses trabalhos utilizam a técnica da análise fatorial (em vez da comparação visual de mapas) para estudar os padrões espaciais de votação do Partido Democrata nas eleições presidenciais americanas de 1872 a 1984, buscando padrões temporais semelhantes de eleições e de regiões ou estados, comparando esses padrões com as características de desenvolvimento econômico e com a cultura política das três grandes secções americanas.

Assim como no estudo clássico de Turner (1932), Archer, Murauskas e Shelley (1985), e Archer e Shelley (1986), investigam também os padrões espaciais de votação em escala de condados (county scale), na eleição presidencial de 1984, ilustrando o padrão de votação que permanece desde o “New Deal” - apoio Democrata nas grandes regiões metropolitanas urbanas (principalmente Norte) e em condados com predominância de minorias raciais (negros e hispânicos); e apoio Republicano nas regiões rurais ou não metropolitanas (principalmente Sul e Oeste) e nos subúrbios ricos em torno dos grandes núcleos urbanos.

Em contraposição aos estudos de Archer e colegas que buscam identificar amplos padrões homogêneos regionais ou nacionais, outros trabalhos mostram que esses padrões não são absolutos. Morril, Knopp e Brown (2007), por exemplo, estudam os resultados das eleições presidenciais americanas de 2000 e 2004 na escala dos condados, com o objetivo de identificar “condados anômalos”. Em uma abordagem ecológica, analisam as correlações estatísticas entre cerca de 30 variáveis socioeconômicas (religião, classe, raça, gênero, cultura política, economia local, etc.) e os resultados eleitorais dos partidos Democrata e Republicano. Os autores identificam grandes áreas metropolitanas e condados com eleitores de minorias raciais votando para os republicanos, bem como áreas não metropolitanas votando para os democratas. A figura 5 mostra condados de áreas metropolitanas dos EUA onde o partido Republicano foi vitorioso por uma grande, média e pequena vantagem em relação ao partido Democrata.

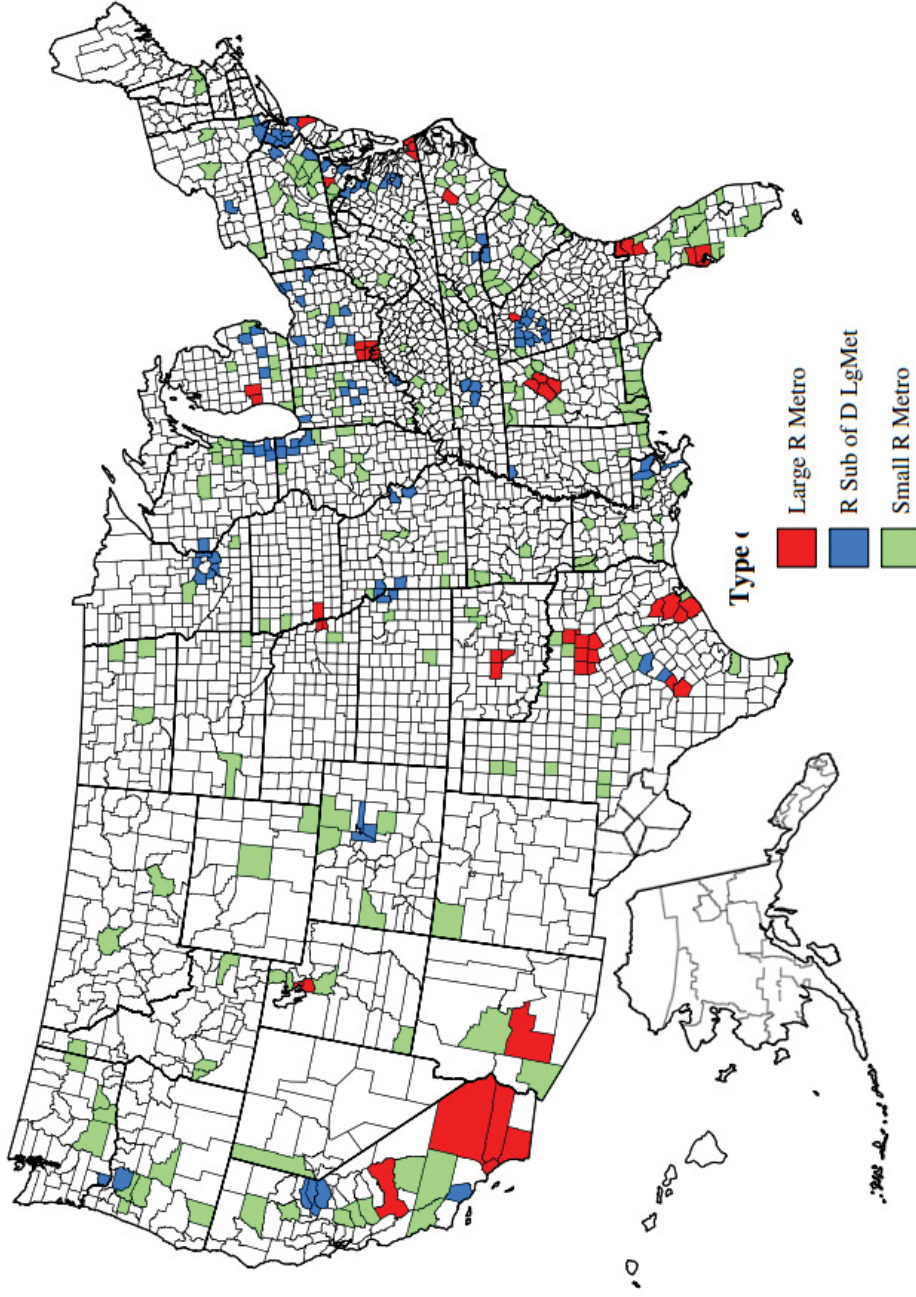


Figura 5 – Condados “anômalos” em áreas metropolitanas na eleição presidencial americana de 2004 onde o partido Republicano foi vitorioso.
 Fonte: Morril, Knopp e Brown (2007).

Com o aprimoramento das técnicas de análise espacial e do geoprocessamento (Sistema de Informação Geográfica - SIG), foram introduzidas nos estudos de abordagem ecológica novas formas de análise dos padrões espaciais de votação, principalmente as que utilizam os chamados índices espaciais locais. Esses índices, ao invés de considerar na análise o número total de elementos de uma variável (distritos, microrregiões, estados, etc.), índices globais, atribuem “pesos espaciais” diferentes para cada elemento, através de funções baseadas em matrizes de vizinhança (ou proximidade). Essas matrizes atribuem, por exemplo, o valor igual a 1 para elementos vizinhos e o valor igual a 0 para não vizinhos. Outros índices locais utilizam funções ainda mais complexas, como as “gaussianas”, que adotam valores diferentes de acordo com a distância espacial.

O índice mais comumente utilizado é a versão local do índice de Moran, proposto por Luc Anselin (1995), denominado índice local de associação espacial (LISA - Local Indicators of Spatial Association) que tem como objetivo analisar a dependência espacial entre variáveis através da autocorrelação local, informando a interdependência espacial entre as variáveis estudadas e identificando agrupamentos espaciais (“clusters”) de alta e baixa associação entre as variáveis. (Ver SOARES; TERRON, 2008).

O modelo de Autoregressão Espacial ou Regressão Geograficamente Ponderada (GWR - Geographically Weighted Regression), por sua vez, tem como objetivo analisar o relacionamento entre variáveis em uma determinada área, utilizando um modelo de regressão linear que usa pesos espaciais como forma de normalizar os resultados. Essa técnica ao contrário do modelo de regressão linear global, tem como base o ajustamento de um modelo de regressão para cada caso no conjunto de dados, ponderando as observações utilizadas no cálculo em razão da distância espacial (ver SHIN; AGNEW, 2008; SHIN; AGNEW, 2011, WARF 2011).

Os estudos de abordagem ecológica como os de Morril, Knopp e Brown (2007), frequentemente recebem críticas pela possibilidade da “falácia ecológica”: quando se assume que a partir de relações identificadas em dados agregados de uma determinada população, podemos inferir essas mesmas relações para dados individuais.

A falácia ecológica foi identificada primeiramente por Robison (1950), que percebeu a diferença entre as correlações estatísticas encontradas em dados agregados e individuais. O autor analisou a associação entre as variáveis “imigrante” e “iletrado” nos EUA. Na correlação ecológica foi computada a porcentagem de estrangeiros e de iletrados por estado e a correlação

encontrada foi negativa (-0,53), em outras palavras, quanto maior o número de imigrantes no estado, menor é o número de iletrados. Numa segunda análise, utilizando dados individuais, a correlação encontrada entre as variáveis foi positiva (+0,12), os imigrantes na média eram mais iletrados do que os nativos. Assim, ele observou que se deve ter cautela em inferir correlações individuais a partir de dados agregados.

Com o passar dos anos, várias pesquisas foram desenvolvidas com o objetivo de aprimorar as técnicas de inferência ecológica e reduzir a probabilidade desse erro ocorrer. A mais recente e destacada foi desenvolvida por King (1997), que combinou métodos deterministas e probabilísticos para inferir o comportamento individual a partir de dados agregados (WITHERS, 2001).

Um outro problema associado à análise ecológica é o “MAUP” (Modifiable Areal Unit Problem), identificado por Tobler (1989), quando se constata que a correlação estatística encontrada entre variáveis baseadas em dados agregados, varia em grandeza e direção, de acordo com a escala de análise da pesquisa. Isso aconteceria por causa da diferença na quantidade de casos e da configuração geográfica das circunscções estudadas (LINKE; O’LOUGHLIN, 2015). Por exemplo, correlação entre voto e renda em um município, será numericamente diferente dependendo da escala em que os dados estão agregados tais como zonas de ponderação do IBGE ou distritos administrativos de uma cidade.

2.3 – Influência da geografia nas eleições

2.3.1 – O modelo de Kevin Cox e os efeitos contextuais

Em paralelo os estudos de abordagem ecológica sobre a análise dos padrões espaciais de votação, no final dos anos 1960, surgiu um novo campo de estudos dentro da geografia eleitoral que investiga a influência da geografia no comportamento eleitoral através das noções de contexto e de redes de difusão espacial das informações políticas.

Suas principais bases teóricas foram postuladas no estudo seminal do geógrafo inglês Kevin Cox “Progress in Geography: The voting decision in a spatial context” de 1969 (apud TAYLOR; JOHNSTON, 1979; JOHNSTON; PATTIE, 2006 e JOHNSTON; PATTIE, 2016). Nesse modelo, o ambiente (o contexto) onde as decisões eleitorais são tomadas, é entendido como uma rede (network) através da qual a informação política é passada, processada e sujeita a vieses (bias) identificáveis. Cada indivíduo, família, grupo formal ou informal, seria um elemento dessa rede, exercendo o papel de nó (node). Nessa rede, a informação política transita

ao longo de várias conexões entre os nós, e a fluidez e difusão da informação dependeria da localização dos nós e da natureza das conexões entre eles.

Os nós, por sua vez, podem desempenhar diferentes papéis na rede. Eles podem enviar informações: campanhas eleitorais dos partidos políticos, mídia local, pessoas conversando com seus amigos e vizinhos, etc. A efetividade no envio dessas informações dependeria da quantidade de pessoas que recebem, e o quanto é conceituado o mensageiro dentro dessa rede. Por exemplo, existem pessoas mais bem informadas politicamente e que exercem maior influência sobre certo grupo, os chamados formadores de opinião, que repassam as informações dos partidos políticos para as pessoas menos esclarecidas, funcionando como um atalho cognitivo (CAMPBELL et al 1960). Quanto maior for a polarização partidária dentro de uma rede, maior a propensão dos indivíduos de enviar informações para favorecer certo partido, e maior a pressão sobre aqueles que recebem essas informações para concordar com elas.

Além de enviar informações, esses nós também são receptores, ou seja, recebem informações das campanhas políticas, da mídia local e das conversas. Alguns indivíduos seriam melhores receptores do que outros: aqueles mais partidários, teriam maior propensão de omitir informações contrárias às suas opiniões preexistentes, do que aqueles mais independentes. Nesse sentido, os indivíduos não seriam nós passivos dentro dessas redes, recebendo e passando informações, seriam também processadores ativos dessas informações, pesando e avaliando as mensagens que recebem, e decidindo quais e como serão passadas para os outros. Essa ideia, mais tarde, vai ser usada por Agnew (1987) no seu argumento sobre como as mensagens partidárias são interpretadas de maneiras diferentes, de lugar para lugar, de acordo com as particularidades de cada um deles, enfatizando a importância do estudo eleitoral nessa escala de análise.

O tipo de informação que flui através da rede não dependeria unicamente dos nós, mas também do tipo de conexão entre eles. Cox especula a existência de quatro tipos de vieses (bias) que poderiam influenciar na forma das conexões dentro de uma rede, e que seriam mais ou menos efetivos na transmissão das informações políticas entre os nós: a distância geográfica, o “círculo de conhecidos” (acquaintance circles), o “campo de força ou de coerção” (forced field) e a reciprocidade entre os nós.

Distância geográfica teria relação com o fato dos nós (pessoas e grupos) mais próximos tenderem a manter mais conexões do que aqueles mais distantes, como a primeira lei geográfica de Tobler (1970) sugere: “todas as coisas são relacionadas umas às outras, mas aquelas

próximas são mais relacionadas do que as distantes”. Essa tendência contribuiria para o efeito de vizinhança, na medida em que as pessoas tenderiam a ser mais influenciadas pelas fontes de opinião política mais próximas a elas, seu bairro de residência. Estudos posteriores (TAYLOR; JOHNSTON, 1979) argumentam que a distância geográfica afetaria mais as pessoas que concentram suas interações sociais no seu local de residência do que aquelas com locomoção geográfica maior, ou seja, com maior mobilidade espacial. Cox, no seu estudo, especula ser maior esse efeito sobre a decisão do voto entre as pessoas com menor escolaridade.

Essa ideia da distância geográfica é análoga aos estudos de “geomarketing” que utilizam modelos gravitacionais (de Reilly, 1929 e Huff, 1962) baseados na Lei de gravitação universal de Newton⁶, para calcular o grau de atração de cada centro comercial sobre os consumidores em uma determinada área.

O chamado “círculo de conhecidos” estaria relacionado com a tendência das pessoas interagirem socialmente trocando informações com seu círculo de pessoas mais próximas: família, amigos, colegas de trabalho, etc. A homogeneidade das opiniões geradas dentro desses círculos dependeria do quanto abertos ou fechados eles são. Grupos mais abertos de conhecidos estão mais expostos a opiniões divergentes, e portanto menor a probabilidade de concordarem uns com os outros.

Essa ideia está presente em estudos posteriores, principalmente na ciência política, como os de Granovetter (1973) que introduz o conceito de “vínculos fracos” (weak ties). Em um círculo de amizade, uma pessoa seria amiga de uma segunda, a qual por sua vez não seria amiga dos demais amigos da primeira. Essa segunda pessoa seria o “vínculo fraco”, e como não teria contato com os outros membros desse círculo, seria capaz de enviar à primeira, informações novas e não conhecidas pelas demais, enfraquecendo a homogeneidade do círculo. Huckfeldt e Sprague (1987, 1995), Huckfeldt, Johnson e Sprague (2004), traduzem essa ideia de “vínculos fracos” nos seus estudos sobre redes sociais de informação através do conceito de redes homogêneas ou heterogêneas, dependendo do número de vínculos fracos dentro delas, como veremos com maior detalhe no capítulo 4.

No viés de “campo de força” (forced field) os nós (pessoas, grupos, partidos) enviam a informação política em um ambiente hierarquizado, estão numa posição de força em relação aos que recebem, coagindo os receptores a concordar com as suas posições. O maior exemplo

⁶ “Dois corpos são atraídos entre si na proporção direta de suas massas e na proporção inversa ao quadrado da distância”

de como esse viés pode operar é o que acontecia com os eleitores no período anterior ao voto secreto: uma pessoa em uma posição de poder podia punir ou recompensar o eleitor, conforme sua escolha de voto.

O último viés, o da “reciprocidade”, está relacionado com a reciprocidade entre os nós, ou seja, ambos recebem e enviam informações, influenciando-se mutuamente. Esse movimento de reciprocidade faria com que ambos os nós compartilhassem as mesmas informações, criando um processo gradual de consenso entre eles.

Resumidamente, o modelo de Cox explica como a decisão do voto das pessoas é influenciada pela configuração espacial e co-localização das fontes de informação política no espaço: as pessoas, os grupos sociais, a mídia, os partidos políticos, etc., que transmitem, recebem e processam essas informações por meio da interação social.

Esse modelo serviu de base para o estudo da influência dos chamados “efeitos contextuais”, principalmente o de vizinhança, sobre o comportamento eleitoral.

O efeito contextual pode ser definido como o impacto do ambiente local sobre as atitudes e comportamentos (não só eleitorais) das pessoas. A maioria dos estudos em ciências sociais é baseada nos efeitos composicionais, onde atitude e comportamento são influenciados pela posição “não” geográfica dos indivíduos na sociedade (classe social, religião, etc.); nesse sentido, indivíduos com determinadas características sociais deveriam se comportar e agir da mesma maneira, não importando sua localização e onde vivem. De acordo com os argumentos da abordagem contextual, porém, indivíduos que vivem em lugares diferentes pensam e agem diferentemente por causa das interações com suas respectivas vizinhanças. Segundo Agnew (1987), existe uma falsa impressão de que o padrão nacional de comportamento eleitoral seria baseado unicamente nas características composicionais dos indivíduos, quando na realidade, esse padrão reflete o agregado do comportamento dos indivíduos nos lugares.

Os primeiros efeitos contextuais descritos na literatura foram: o de “vizinhança”, identificado por Herbert Tingsten na Suécia em 1937, ao perceber que as pessoas da classe trabalhadora tendiam a votar nos partidos de esquerda quando moravam em bairros trabalhadores; o “efeito de amigos e vizinhos”, identificado por Vladimir Key (1949) ao perceber que a localização e a distância relativa entre eleitores e candidatos influem no comportamento eleitoral - candidatos a cargos majoritários ou legislativos, geralmente recebem mais votos nas áreas mais próximas da sua residência atual ou natal e nos lugares onde desenvolveram suas carreiras políticas; e finalmente o efeito de “ruptura” (breakage),

identificado nos primeiros estudos da escola sociológica de Columbia, na década de 1950. Berelson et al. (1954) refere-se a ele como a tendência de eleitores com uma visão minoritária em certo contexto, acabarem adotando a opinião da maioria, como reflexo do ambiente político local.

A definição atual do efeito de vizinhança, segundo o dicionário de geografia humana é:

“(...)um tipo de efeito contextual pelo qual as características do meio social local influenciam no modo como as pessoas pensam e agem. Os vizinhos se apresentam como indivíduos com modelos de atitudes e práticas que podem em relação a você (1) estar de acordo com as suas ideias e assim reforçar a sua autoidentidade e comportamento ou (2) contradizer as suas ideias e sugerir alternativas que podem ser adotadas, especialmente se existe pressão considerável para isso. A busca pelos efeitos de vizinhança tem sido marcadamente característica da geografia eleitoral com numerosos estudos mostrando, por exemplo, uma maior polarização espacial de apoio a um partido político numa área do que seria sugerido pelas características sociais de seus residentes. A maioria desses estudos usa dados agregados, porém podem envolver a “falácia ecológica” (...) (GREGORY et al., 2009, p.495, tradução nossa)”.

O primeiro estudo empírico de Cox sobre o efeito de vizinhança foi um artigo sobre a votação de Londres (COX, 1969b apud JOHNSTON; PATTIE, 2006 e JOHNSTON; PATTIE, 2016). O autor encontrou evidências do efeito contextual de vizinhança, explicando a diferença de votação do Partido Conservador Inglês entre as áreas suburbanas e centrais de Londres. Usando apenas dados agregados dos resultados das eleições nacionais de 1950 e 1951 em 69 distritos eleitorais da cidade Londres e dados censitários, o autor testou a hipótese de que o Partido Conservador teria mais apoio nas áreas afastadas da cidade (suburban áreas) do que no centro (inner city), devido à existência de uma rede social estruturada de apoio local ao Partido Conservador nas primeiras.

Utilizando a análise fatorial para obter variáveis independentes sobre dados eleitorais e dados censitários de 1951, e medindo a distância de cada distrito ao centro de Londres, concluiu que a localização suburbana estava relacionada com classe social (média e alta) e idade (não jovens), que por si só já estimulariam um maior apoio aos conservadores, mas verificou também que esse apoio era maior do que o esperado, considerando apenas essas características composicionais, o que atribuiu à rede social estruturada de apoio aos conservadores nessas áreas.

Nesse mesmo período, o autor apresentou um outro estudo (COX, 1971) sobre o Partido Comunista Frances em Paris, em que agora combinava dados agregados com pesquisas de opinião (“survey”). Assim como no seu estudo sobre Londres, procurou estabelecer que o

Partido Comunista recebia um apoio maior do que o esperado, devido a um efeito de vizinhança que operava separadamente dos componentes sociais. O apoio ao Partido Comunista Frances era maior que o antecipado nas áreas com grande porcentagem de trabalhadores na sua população (gráfico 1).

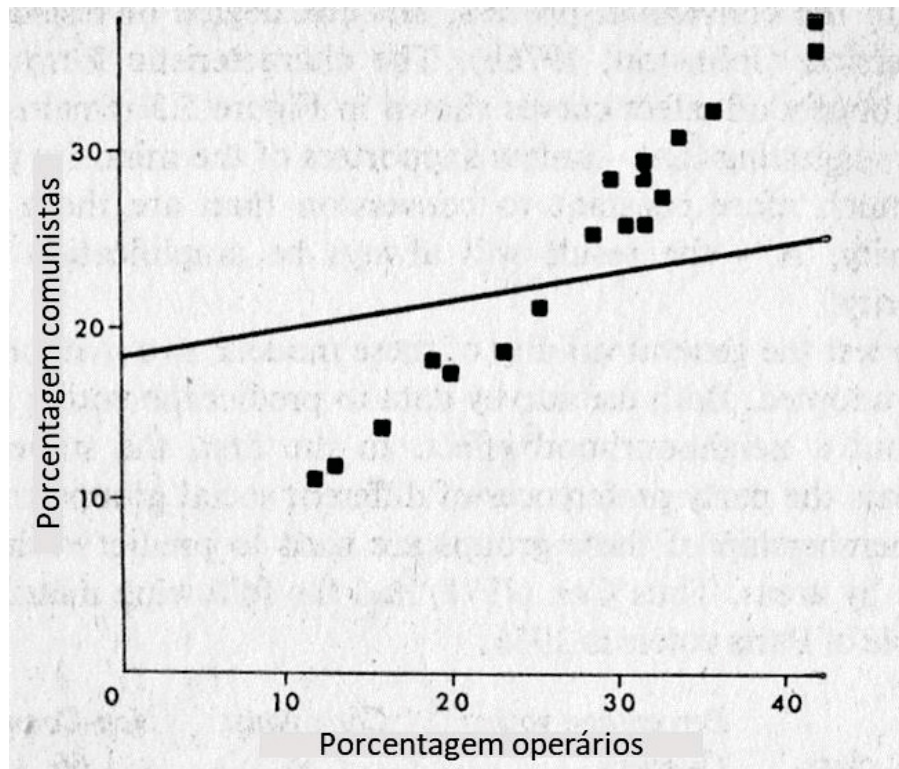


Gráfico 1 – Relação entre composição de classe e apoio ao Partido Comunista Francês nos distritos de Paris. Fonte: Cox (1971 apud TAYLOR; JOHNSTON, 1979) modificado. Nota: No eixo x porcentagem de trabalhadores; no y porcentagem de votos ao Partido Comunista.

Nesse estudo, os dados de pesquisa de opinião utilizados, assim como em artigo anterior (COX, 1970) sobre os padrões de voto no País de Gales, buscavam, em uma escala individual, determinar se os entrevistados variavam o seu comportamento eleitoral de acordo com a orientação política do distrito em que moravam. Essa pesquisa questionava se os entrevistados eram novos moradores, se eles tinham amigos locais, se conversavam sobre política com os seus amigos e se eram membros de organizações locais como associação de moradores, grupos de igreja, etc.

Os principais achados foram com relação ao grau de associativismo e a diferença entre novos e velhos moradores. Pessoas pertencentes a redes formais, principalmente aquelas focadas na organização voluntária local (sindicatos, paróquias, etc.), tinham uma maior

probabilidade de gerar padrões de votação consistentes com o efeito de vizinhança do que aquelas pertencentes a organizações de alcance mais amplo e a redes informais, em outras palavras, os membros de associações formais estavam mais envolvidos com as redes de informação local do que os demais, e portanto tenderiam a ter uma opinião política parecida com a maioria nesses distritos.

Mais ainda, Cox notou que entrevistados que se declaravam como novos moradores tinham maior probabilidade de ter uma opinião política parecida com a maioria do seu novo bairro, lançando a hipótese de que os indivíduos selecionam os lugares aonde moram de acordo com suas preferências políticas. Schelling (1980 apud BUSSI 2008) chama esse processo de “resultado coletivo da combinação do comportamento discriminatório individual”, e que seria análogo aos estudos empíricos sobre redes de informação de Robert Huckfeldt e de Anthony Downs sobre o homem racional, em que as pessoas buscariam interagir com outras que compartilhem as mesmas opiniões, evitando opiniões dissonantes.

Após essa série de artigos baseados no seu modelo inovador sobre redes de difusão espacial de informações políticas, Kevin Cox não trabalhou mais com geografia eleitoral, mudando o seu foco de estudo para Política Econômica Urbana e Geografia Política Marxista. Segundo o próprio Cox:

“Minha maior preocupação... é que o estudo dos padrões de voto não deve ser visto como um fim nele mesmo. Meu artigo de 1969 assumiu que ele poderia ser. Minha descoberta de que isso era intelectualmente insatisfatório afastou-me dos estudos do voto... eu não conseguia ver como eles pudessem ser relacionados satisfatoriamente à geografia política como um todo”. (JOHNSTON; PATTIE, 2016 p. 36).

Os estudos sobre os efeitos contextuais e o efeito de vizinhança foram continuados principalmente pelo geógrafo britânico Ron Johnston, um dos primeiros alunos de pós-graduação de Kevin Cox em Ohio (WUSTEN; MAMADOUH, 2014).

As principais críticas ao modelo de Cox estão na sua ênfase demasiada na distância espacial entre os nós, e sua ideia de que pessoas que vivem próximas umas das outras teriam maior probabilidade de pertencer às mesmas redes sociais do que as que moram distantes. Estudos como o de Huckfeldt (1986), Baybeck e Huckfeldt (2002), por exemplo, argumentam que as redes sociais locais não são sistemas fechados: os indivíduos a elas pertencentes podem ter amigos e conhecidos fora dos seus bairros de moradia, trazendo novas informações; ao mesmo tempo, indivíduos morando perto uns dos outros não se influenciam necessariamente, apesar da sua proximidade espacial.

Nesse sentido, o efeito de vizinhança seria mais efetivo entre as pessoas que concentram suas interações sociais no seu local de moradia. Taylor e Johnston (1979) por exemplo, defendem que este efeito atinge de modo diverso diferentes grupos de pessoas, dependendo de como é a interação social entre elas. Grupos locais, pessoas muito ligadas à sua localidade e com pouca mobilidade, tais como idosos, pobres, crianças e donas de casa, têm uma probabilidade maior de agir de acordo com seus vizinhos, por concentrarem espacialmente suas interações sociais. O inverso pode ocorrer em grupos cosmopolitas, que têm uma maior mobilidade, e portanto, não são tão ligados a um determinado lugar, tais como moradores que tenham carros, pessoas solteiras, estudantes, pessoas que trabalham longe de casa.

Já o cientista político Willian Miller (1977, 1978 apud MACALLISTER et al., 2001), apresenta um modelo alternativo para o efeito de vizinhança que se baseia no conceito de contato social através da conversação. O seu principal argumento é que a interação social via conversação entre os indivíduos nos seus locais de moradia, afeta suas atitudes políticas e seu comportamento eleitoral, e que o contato social é a condição para o consenso sobre as opiniões políticas. O indivíduo seria influenciado por quem conversa com ele: se a maioria dos seus contatos sociais apoia determinado partido ou opinião política, maior a probabilidade dessa pessoa ter a mesma posição, mesmo que sua predisposição sociológica seja outra. Nos termos do autor, “pessoas que conversam juntas votam juntas”⁷ (tradução nossa, MACALLISTER et al. 2001).

Esse argumento de Miller tinha como objetivo dialogar com outros estudos sobre o comportamento eleitoral na Inglaterra, notadamente Butler e Stokes (1969), que ao combinarem dados agregados de resultados eleitorais com dados de pesquisa de opinião, notaram a tendência de certos distritos tornarem-se politicamente homogêneos ao longo do tempo, lançando a hipótese da existência de um processo ecológico de pressão causado pelo ambiente político local e que faria com que as pessoas com opiniões dissonantes mudassem de opinião. Esse processo dependeria de como essas pessoas adquirem as informações políticas: aquelas que adquirem informações pela mídia nacional, tenderiam a apresentar um comportamento condizente com os padrões nacionais, enquanto que as que conversam sobre política localmente e se informam através de fonte locais, tenderiam a apoiar a opinião política majoritária da sua comunidade, em um efeito de vizinhança.

⁷ “people who talk together vote together”

Miller no seu estudo sobre o efeito de vizinhança baseado no contato social via conversação, identifica quatro modelos possíveis de como as pessoas reagem ao contato com os seus vizinhos (figura 6):

1. Nenhum efeito ambiental – O contato com o seu vizinho não influencia na escolha do voto.
2. Efeito ambiental reativo – O contato com o seu vizinho que tem uma opinião política oposta à sua, reforça sua própria opinião (contrária à do vizinho) e o apoio ao seu “partido de classe”.
3. Efeito ambiental consensual – As pessoas serão influenciadas na direção do consenso com os seus contatos. Por exemplo, tanto indivíduos de classe média quanto trabalhadores são mais conservadores quanto vivem em áreas de classe média.
4. Efeito ambiental Przeworski – sugere que as duas classes se comportam de maneira diferente – a classe média em bairros trabalhadores pelo modelo reativo, e a classe trabalhadora nas áreas de classe média seguindo o modelo consensual.

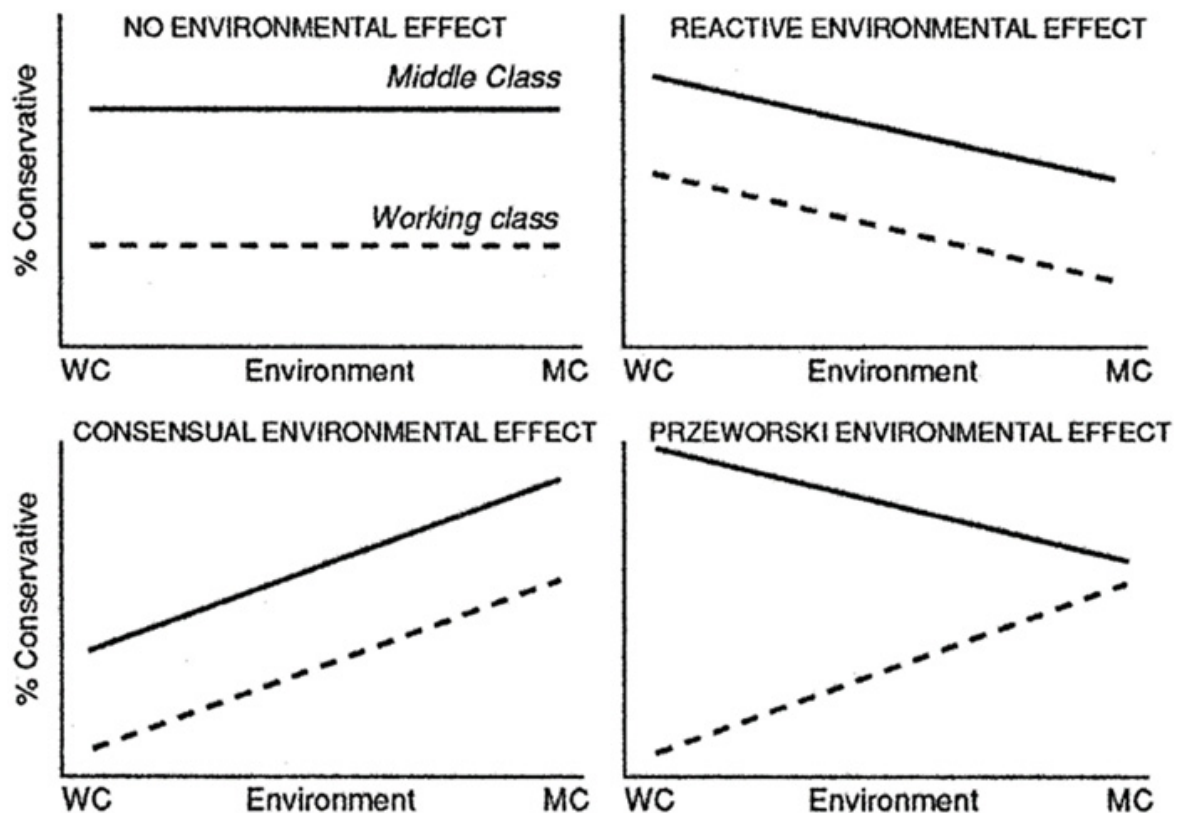


Figura 6 – Os quatro modelos de reação do indivíduo em relação aos seus contatos sociais.
Fonte: Miller (1977 apud MACALLISTER et al. 2001).

A importância desses modelos foi acrescentar à teoria sobre o efeito de vizinhança as diversas formas como o indivíduo reage ao contato social, ou no termo de Cox (1969a) às suas conexões. O efeito ambiental consensual aproxima-se bastante do viés de “reciprocidade” de Cox, por exemplo, enquanto que o efeito ambiental Przeworski é o viés de ‘campo forçado’ ou de coerção.

Para Miller, o efeito de vizinhança estaria relacionado com o grau de heterogeneidade social das áreas em uma sociedade politicamente polarizada como a Inglesa, com base em classes sociais. A interação entre pessoas com opiniões próximas e/ou socialmente semelhantes causaria um reforço nas suas próprias posições políticas, podendo amplificar a polarização política espacial. A conversação entre pessoas socialmente diferentes e com opiniões divergentes em um determinado meio social poderia levar à conversão da minoria pela maioria ou vice-versa, dependendo do grau de inserção, da hierarquização e da intensidade do contato social.

O autor testa esses modelos em um estudo empírico que compara dados agregados sobre os resultados eleitorais das eleições gerais britânicas de 1964 a 1974 e dados individuais, através de pesquisa de opinião sobre classe social dos eleitores durante esse período. Ele analisa a variação na quantidade de apoio ao Partido Conservador entre indivíduos de classe média e trabalhadora de acordo com o status socioeconômico do distrito. As conclusões desse trabalho são de que o modelo do efeito ambiental consensual descreve melhor o comportamento eleitoral britânico durante esse período, ou seja, quanto maior o status social do bairro, maior o número de apoiadores do Partido Conservador em ambas as classes. O status socioeconômico dos distritos teria um papel mais importante na polarização política entre conservadores e trabalhistas do que a posição social dos eleitores. Esse resultado é semelhante ao encontrado por Cox (1969b, 1970) nos seus estudos sobre Londres e Paris e condizente com o efeito de vizinhança.

Inspirados no estudo de Miller, 30 anos depois do estudo inicial de Cox (1969a), Ron Johnston e colegas (MACALLISTER et al., 2001; JOHNSTON et al 2004 e JOHNSTON; PATTIE, 2006) testam o efeito de vizinhança no Reino Unido utilizando um método de análise que segundo eles providenciaria dados empíricos relevantes e estatisticamente mais precisos para a investigação: dados individuais dos eleitores a partir de pesquisas de opinião e dados socioeconômicos sobre o ambiente (milieux) mais imediato e próximo do eleitor, na menor escala possível. O estudo foi desenvolvido a partir da criação do que eles denominaram de “vizinhanças de conversação” (bespoke neighbourhoods), áreas numa escala variando de 250 a

2000 metros ao redor da casa do eleitor, sendo entrevistadas respectivamente 500 a 10.000 pessoas nessas áreas. Essas “vizinhanças de conversação” foram construídas tomando como base um conjunto de “EDs” (Home Enumeration Districts), pequenas áreas usadas no censo britânico e contendo em média 500 pessoas (correspondem aos setores censitários no Brasil), agrupadas contiguamente até alcançar as respectivas escalas. O argumento dos autores é que se teria uma maior uniformidade nos resultados uma vez que distritos administrativos ou eleitorais variam muito em tamanho e densidade populacional, estando portanto mais sujeitos a erros de análise tais como o MAUP (“Modifiable Areal Unit Problem”, Tobler, 1989, citado anteriormente).

Essas “vizinhanças de conversação” foram classificadas de acordo com o status social de seus moradores em uma escala variando de 1 a 5, através de um índice baseado em diversas variáveis (pessoas com carro próprio, casa própria, taxa de desemprego, estrutura das casas), e depois foram verificadas as intenções de voto dos entrevistados por sua vez classificados em três classes sociais: profissionais liberais e gerentes (“salarariat”), classe média baixa (“routine non-manual”) e classe trabalhadora (“working class”).

Nessa pesquisa, o efeito de vizinhança foi identificado em todas as escalas de “vizinhanças de conversação”. Constatou-se que o eleitor de qualquer origem social tem uma maior tendência de votar no partido que a maioria da população da sua área de residência apoia. Por exemplo, em áreas mais pobres (“low bespoke neighbourhoods status”) tanto o membro da classe trabalhadora como o da classe média tende a votar no Partido Trabalhista. Esse resultado seria consistente com o modelo ambiental consensual encontrado por Miller (1977).

Além do efeito de vizinhança, os estudos da geografia eleitoral que envolvem a difusão espacial de informações políticas identificam outros efeitos contextuais, talvez menos pesquisados, como os descritos pelo influente geógrafo espanhol Bosque Sendra (1988). Para ele, os efeitos contextuais seriam formados a partir da combinação dos aspectos composicionais⁸ dos eleitores (classe social, idade, cultura, etc.) com as características contextuais⁹ do lugar onde vivem (cultura política, economia, etc.). O autor descreve sete tipos de efeitos contextuais:

1. Contágio espacial ou de vizinhança: causado pelo contato social do eleitor com as demais pessoas que vivem na mesma área.

⁸ “Estruturais”, nos termos do autor

⁹ “Médio-ambientais” nos termos do autor

2. Cultura política: valores e crenças políticas arraigadas nos lugares.
3. Proteção local: convergência eleitoral a um determinado partido ou candidato com o objetivo de defender uma comunidade ou localidade à margem de diferenças sociais e ideológicas.
4. Campanha eleitoral: efeito contextual local criado pelos partidos políticos através de suas campanhas eleitorais.
5. Amigos e vizinhos: quando a decisão eleitoral é grandemente influenciada pela localização da residência dos eleitores em relação aos candidatos, em outras palavras, o candidato recebe mais votos nas áreas próximas à sua residência atual ou natal (KEY, 1955).
6. Realocação ou migração: quando novos moradores acolhem a opinião eleitoral média do seu novo local de residência, ou quando a posição eleitoral de um certo lugar muda influenciada pela imigração;
7. Votação tática ou estratégica: é o chamado “voto útil”, quando certas circunstâncias levam o eleitor inicialmente inclinando a escolher determinado candidato ou partido a mudar seu voto em favor de outro que tenha maior chance de vitória¹⁰. Comum em sistemas eleitorais majoritários como, por exemplo, para os cargos executivos no Brasil.

Os processos pelos quais esses efeitos contextuais atuariam no comportamento eleitoral podem ser resumidos em sete modos (BOOKS; PRYSBY, 1991; JOHNSTON et al. 2005):

1. Observação Pessoal: avaliação e interpretação dos acontecimentos presentes no meio social do indivíduo como, por exemplo, o estado da economia local (JOHNSTON; PATTIE, 2006, Cap. 5).
2. Interação informal: comunicação interpessoal entre os indivíduos através da conversação.
3. Interação baseada em organizações formais: local de trabalho, igrejas, sindicatos e outras organizações, muitas das quais estruturadas localmente, proporcionando fóruns de encontro e discussão sobre temas políticos.
4. Mídias de massa locais: trazendo sugestões politicamente relevantes sobre os acontecimentos da região onde vivem os eleitores.

¹⁰ Efeitos psicológicos dos sistemas eleitorais (NICOLAU; SCHMITT, 1995).

5. Seleção ambiental: as pessoas escolhem morar perto de outras semelhantes a elas em suas opiniões.

6. Emulação: as pessoas escolhem comportar-se como seus vizinhos, mesmo sem interagir com eles, apenas através da observação.

7. Pressão local: partidos políticos ou quaisquer detentores de alguma influência coerciva¹¹ ou não, pressionando as pessoas a votar numa determinada direção através, por exemplo, de técnicas de campanhas locais (corpo a corpo). Processo análogo ao viés de “campo de força” de Cox (1969a).

Em resumo, a partir do estudo pioneiro de Cox (1969a), esses estudos eleitorais sobre os efeitos contextuais passam a defender a influência do contexto geográfico no comportamento eleitoral buscando evidências empíricas de que a co-localização dos eleitores no espaço e a interação entre eles no contexto, através principalmente do processo de contato social via conversação, influenciaria na sua decisão do voto.

No entanto, até o final dos anos 1980, esses trabalhos sobre a influência do contexto no comportamento eleitoral permaneceram de certa forma isolados dentro da sociologia política e geografia devido ao seu caráter metodológico obsessivo e excepcionalista, ou seja, que trata do diferente e do anômalo. Só a partir da perspectiva de lugar introduzida pelo geógrafo John Agnew é que a problematização contextual no comportamento eleitoral ganhou uma maior importância dentro das ciências sociais.

¹¹ Traficantes de drogas nas “comunidades”, por exemplo.

2.3.2 – Teorias sociais e a perspectiva de lugar nos estudos eleitorais na geografia

Nos anos 1980, a partir de uma série de críticas aos estudos eleitorais na sociológica política e na geografia surge uma nova perspectiva sobre a influência da geografia nas eleições elaborada pelo geógrafo britânico John Agnew¹².

Em seu estudo seminal de 1987, apresenta uma perspectiva de análise onde o comportamento eleitoral é baseado nos “lugares”, tendo como ponto central redirecionar o foco dos estudos quantitativos sobre o comportamento individual dos eleitores para uma perspectiva mais qualitativa, que considere mais importante a análise do eleitor como inserido no coletivo social do lugar onde vive e pratica suas relações sociais. “(...) nós nunca podemos explicar satisfatoriamente o que guia as escolhas e ações individuais ao menos que situemos os indivíduos no contexto social geográfico das suas vidas (AGNEW, 1996b, p. 165, tradução nossa)”.

Para entendermos melhor o ponto de vista de John Agnew é necessário fazer um enquadramento histórico da geografia no período em que ele formulou seu estudo. No final dos anos 1970, através de autores como David Harvey, surgiu um movimento dentro da geografia que se opunha à chamada revolução quantitativa e ao neo-positivismo até então em voga na geografia anglo-saxônica. Através do resgate de ideias extraídas do pensamento marxista, o principal objetivo desse movimento era explicar os processos espaciais estruturantes causados pelo modo de produção capitalista e os arranjos institucionais que naquele período (anos 1970 e 1980) estavam resultando em grandes mudanças do espaço mundial, principalmente nos países industrialmente desenvolvidos. Essas mudanças estariam ocorrendo devido à transição do capitalismo industrial que se apresentava esgotado no seu papel de produtor de mais-valia, para o capitalismo financeiro e à adoção do modo flexível de produção.

Do ponto de vista espacial, a adoção desse modo flexível funcionava transferindo a produção e substituindo o capital fixo de um lugar para outro a partir de certos parâmetros de produtividade favoráveis para o acúmulo de capital tais como: infraestrutura física e social, quantidade e qualidade do mercado de trabalho, nível de especialização da produção (tecnologia da produção, estruturas de distribuição) e capacidade possível de locação de atividades produtivas em um determinado local, criando as chamadas “cidades agrupadas”(cluster cities) (KNOX; PINCH, 2010 e HARVEY, 2013). Nesse período de transformação do modo de produção e deslocamento de capital de um lugar para outro “(...)o que importa não são as

¹² Assim como Ron Johnston, aluno de Kevin Cox (WUSTEN; MAMADOUH, 2014).

características únicas de identidades locais, mas a maneira como elas se combinam com os requisitos de um capital cada vez mais versátil” (BOTELHO, 2000 p.65).

A consequência dessa reestruturação espacial do sistema capitalista nos países anglo-saxônicos foi a desindustrialização de regiões industriais tradicionais do Reino Unido como o norte da Inglaterra (Manchester), o norte do País de Gales com as suas minas de carvão e a Escócia. O mesmo ocorreu em cidades norte-americanas como Chicago, Cleveland, Detroit, trazendo consequências graves do ponto de vista social, como diminuição da oportunidade de emprego e rebaixamento da condição de vida dessas populações.

Essa reestruturação espacial causada pelo capitalismo, segundo os estruturalistas de ideologia marxista, seria explicada através do estudo do funcionamento dos amplos processos e estruturas globais do capital e da luta de classes. Essa linha de pensamento, segundo seus críticos, dá pouca importância à ideia do voluntarismo nas ações humanas na sociedade, estas seriam uma reprodução recursiva das estruturas sociais às quais pertencem os indivíduos, em um pensamento materialista histórico-determinista.

Posteriormente, surgiu uma nova linha de pesquisa na geografia (pós-estruturalista) que analisava a reestruturação do capital observando as consequências e as respostas a essas transformações nas escalas local e regional, através da aplicação de estudos empíricos qualitativos. Os pós-estruturalistas defendiam que o mundo capitalista não pode ser explicado apenas através do estudo da narrativa das grandes estruturas globais do capital ou pelos conflitos de classe; haveria outras fontes de desigualdade dentro da sociedade de origem comportamental, étnica, religiosa e linguística, cada uma delas produzindo discursos e narrativas próprias que englobariam o conjunto de significados que faz com que o capitalismo se expanda e se modifique diferentemente de lugar para lugar (KNOX; PINCH, 2010).

As diferentes características sociais e culturais encontradas em diferentes lugares interferem na nova fase do capitalismo e fazem com que as transformações se manifestem de modo diferente em cada lugar. Para Massey (1991b), por exemplo, o capitalismo não pode ser tratado como uma coisa, mas sim como um processo, logo a análise do seu impacto sobre os diversos lugares além de trazer mais elementos para compreender como esse processo funciona, demonstra a importância da geografia para o seu entendimento.

Assim como no pós-estruturalismo os processos espaciais causados pelo capitalismo devem ser analisados através de seus efeitos na escala local, para John Agnew, o espaço político nacional deve ser visto como o agregado das atitudes e comportamentos políticos nos lugares a

partir das suas características e singularidades. Essa somatória de comportamentos e atitudes políticas nos lugares, que podem se assemelhar ou diferir em diversos graus, formaria ao longo do tempo padrões identificáveis nacionalmente, mas que na verdade são um agregado dos processos locais interagindo entre si. Por exemplo, sobre os padrões seccionais americanos Agnew argumenta que “(...) são agregados de processos locais definidos pelos interesses econômico-políticos das populações locais (p.180 AGNEW, 1987)”.

A partir dessa ideia da análise baseada nos lugares, Agnew faz algumas críticas às teorias compartilhadas com a sociologia política nos estudos eleitorais da geografia como as relacionadas com as clivagens sociais e a nacionalização dos sistemas partidários.

A teoria das clivagens sociais de Lipset e Rokkan (1967 apud TAYLOR; JOHNSTON, 1979 e CARAMANI, 2004) considera que os sistemas de partidos na Europa Ocidental refletem uma série de clivagens sociais (centro/periferia, estado/igreja, rural/urbana e de classes) surgidas durante os processos de desenvolvimento, modernização e nacionalização dos Estados-Nação.

Essas clivagens sociais se desenvolveriam por dois grandes eixos: territorial e funcional.

O eixo territorial representaria, em uma ponta, o conflito entre as culturas subjugadas e dominantes, ou seja, as oposições locais ao processo de centralização e padronização do território promovido pelas elites nacionais, e na outra, os conflitos territoriais de caráter nacional como por exemplo a “política do cercamento” durante a revolução industrial.

O eixo funcional representaria, em uma ponta, os conflitos sobre alocação de recursos econômicos e interesses instrumentais, e na outra, conflitos sobre interesses de identidade que definem os grupos sociais, como língua e religião.

Durante o processo histórico de formação e desenvolvimento das nações ocidentais, cada uma das clivagens sociais teria exercido papel diferente em importância, sendo que no geral as clivagens do eixo territorial foram substituídas em importância pelas do funcional.

No período inicial da formação dos Estados-Nação, as clivagens do eixo territorial mais importantes eram aquelas referentes à construção da cultura nacional (étnica, linguística, religiosa) contra a resistência das culturas locais. Com a consolidação das fronteiras nacionais e o enfraquecimento das divisões internas, a importância desses conflitos diminuiu, predominando as clivagens do eixo funcional, por exemplo, o conflito de interesse entre os Estados-Nação em formação e os privilégios clericais.

Na idade moderna, no período da revolução industrial, a clivagem mais importante localizada no eixo territorial era a do conflito entre proprietários de terra e empreendedores industriais (“política do cercamento”). Posteriormente, em uma nova fase, foi substituída pela clivagem funcional do conflito de classes entre trabalhadores e patrões, no âmbito da massificação da política pela ampliação do sufrágio universal e que levou ao surgimento dos partidos de massa.

As razões para a redução da importância das clivagens do eixo territorial segundo a teoria da nacionalização dos sistemas partidários (SCHATTSCHEIDER, 1960 apud CARAMANI, 2004) se encontrariam ao longo de duas dimensões estimuladas por um maior desenvolvimento dos sistemas de transporte e comunicação no século XIX. Por um lado, teria acontecido um processo horizontal de homogeneização territorial e padronização das atitudes e do comportamento político devido ao processo de penetração nas periferias da cultura e dos costumes nacionais promovido pelas lideranças centrais; por outro, teria acontecido um processo vertical de substituição e deslocamento dos interesses, organizações e competências do nível local para o nacional, ou seja, uma centralização da vida política, econômica e social.

Por fim, a consequência desses processos de substituição das clivagens territoriais pelas funcionais e de nacionalização das sociedades seria o surgimento de sistemas partidários nacionais, ou seja, um sistema de partidos com o apoio e força eleitoral baseados na defesa dessas clivagens sociais de abrangência nacional.

Nos EUA, o processo de nacionalização causou um paradoxo: com o aumento da integração nacional pela revolução tecnológica nos sistemas de comunicação (telégrafo) e transporte (ferrovias), por um lado, tornaram-se possíveis campanhas eleitorais a nível nacional contribuindo para a consolidação do sistema bipartidário nacional; por outro, a existência de uma rede de transportes cada vez mais barata e regular encorajou uma especialização cada vez maior das economias nas regiões americanas (norte, sul, oeste), contribuindo para o aprofundamento dos conflitos políticos seccionais baseados nos interesses econômicos (ARCHER; TAYLOR, 1981).

Kevin Cox contribuiu ativamente com a teoria das clivagens¹³. Argumentava que as diversidades regionais histórico-geográficas de cada país afetariam o grau de importância de

¹³ Segundo Wusten e Mamadouth, 2014, Cox teria colaborado com um dos seus idealizadores dessa teoria, o cientista político e sociólogo Stein Rokkan.

cada uma das clivagens ao longo do tempo, causando uma variação na formação dos sistemas partidários e nas preferências eleitorais de cada país.

Cox teria sugerido (TAYLOR; JOHNSTON, 1979 e CARAMANI, 2004), um modelo para se explicar a evolução da configuração espacial dos padrões de votação em resposta a esse processo de nacionalização dos sistemas partidários que apresentaria três fases distintas (figura 7). Uma fase territorial, no começo do período de competição eleitoral entre os partidos, onde o voto seria geograficamente segregado e com um padrão espacial de concentração desproporcional acompanhando as características econômicas, étnicas e religiosas das regiões; uma fase funcional caracterizada por um maior fluxo de informações e migração populacional devida aos processos de industrialização e urbanização crescente, em que as clivagens territoriais seriam substituídas por aquelas sobre conflitos entre interesses rurais e urbanos bem como econômicos e religiosos; e a fase atual onde a clivagem entre áreas rurais e urbanas seria substituída pela clivagem de classe onde a distribuição espacial dos votos seria altamente fragmentada acompanhando o status socioeconômico dos bairros residenciais, por exemplo, bairros pobres - Partido Trabalhista, bairros ricos - Partido Conservador.

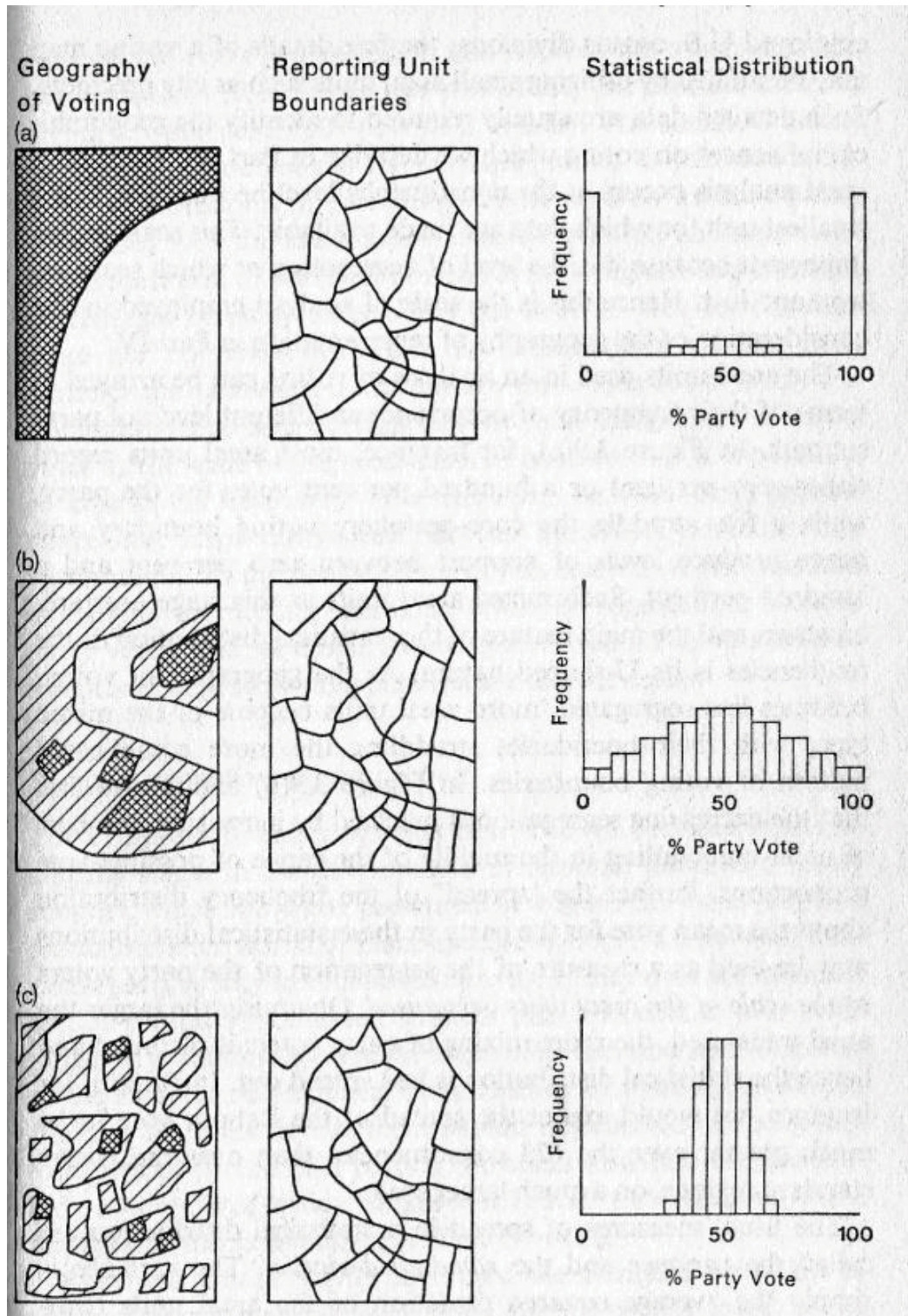


Figura 7 – Exemplo de uma configuração espacial do voto e distribuição dos votos por distrito eleitoral hipotética em três fases de nacionalização. Fonte: Taylor e Johnston, 1979.

Agnew critica a adoção e busca de padrões nacionais ou regionais de votação a partir dessas duas teorias (das clivagens e da nacionalização dos sistemas partidários). Os estudos iniciais da geografia eleitoral, especialmente aqueles de Cox sobre o efeito de vizinhança, ao aceitarem a ideia da existência de padrões fixos de votação, nacionais e regionais, causados pelo processo de nacionalização, faziam com que os estudos sobre a variação geográfica do voto focassem apenas em mostrar o papel do contexto nos resultados anômalos e desviantes dos padrões “normais” nacionais:

“O que eu estou preocupado em refutar é o entendimento do efeito de vizinhança que o enxerga como um desvio de um padrão nacional que define o comportamento de voto ‘normal’ (...) Agnew (1996b, p. 165 traduções nossa)”.

Agnew defende a importância da geografia, dos processos locais e da diferenciação dos lugares para compreender por completo o comportamento eleitoral e as atitudes políticas das pessoas.

Uma segunda crítica diz respeito à tendência dos pesquisadores eleitorais dentro da sociologia e ciência política em analisar o comportamento eleitoral dos indivíduos a partir de categorias sociológicas nacionais como classe social, idade, raça, trabalho, etc., sem considerar o indivíduo como localizado em um contexto geográfico específico, no que ele percebe como uma “desvalorização” do lugar na ciência social contemporânea (AGNEW; DUNCAN, 1989 apud JOHNSTON; PATTIE, 2006). Essa ideia é análoga àquela sobre o efeito contextual que mostra como o indivíduo independentemente das suas características composicionais (categorias sociológicas) seria influenciado pelo meio e pela rede social de informação política do seu contexto mais próximo.

Podemos encontrar essas duas críticas em um trecho da sua revisão sobre os estudos sobre a geografia eleitoral publicado em 1990:

“A principal reivindicação no interesse da teoria social geográfica é que as categorias sociais nacionais não são nem empiricamente apropriadas nem teoricamente coerentes como causas do comportamento eleitoral. As categorias nacionais não podem ser causa de decisões individuais de voto. A causalidade só pode ser entendida por mecanismos sociais específicos que traduzem estruturais sociais em atos individuais e vice versa (AGNEW, 1990, p.18, tradução nossa).

Em resposta ao argumento de Agnew de que o contexto (lugar) importa nos estudos eleitorais mas é amplamente ignorado o cientista político Gary King (1996) apresentou três argumentos contrários: primeiro que o contexto raramente importa citando a afirmação de McAllister e Studlar de que existe considerável variação espacial no comportamento eleitoral “(..) mas depois que nós controlamos o que temos aprendido sobre os eleitores, não sobra muito para os efeitos contextuais (MCALLISTER; STUDLAR 1992 apud KING 1996); segundo, que o objetivo prático mais produtivo dos geógrafos políticos deveriam ser demonstrar que na realidade o contexto não conta, e por fim, “nos estudos prévios sobre contexto muitos resultados foram enganosos (KING, 1996 p. 159)”

O contra argumento imediato de Agnew (1996b) no artigo “*Maps and Models in Political Studies: A Reply to Comments*” foi:

“A alternativa de King (à análise contextual) é o individualismo ontológico (e metodológico). A geografia (de acordo com King) se ocupa de como os indivíduos estão dispersos e divididos em agregados. Isso é um monumento à nossa ignorância, no sentido de que dispersão e agregação limitam as possibilidades de fazer inferências diretas sobre as escolhas e atos dos indivíduos. Entretanto, uma vez que nós descobrimos o que move as escolhas individuais entre um número suficiente de indivíduos, nós não precisaremos mais nos preocupar sobre isso. Explicação e generalização sobre os indivíduos são o mesmo. Mas o meu ponto é que nós não podemos nunca explicar satisfatoriamente o que move as escolhas e ações individuais a menos que situemos os indivíduos nos contextos geográfico-sociais das suas vidas... em outras palavras, as causas das crenças e ações políticas dos indivíduos são organizadas geosociologicamente (AGNEW, 1996b p.165, tradução nossa).

2.3.2.1 – Teoria da estruturação de Anthony Giddens

Os primeiros estudos da geografia eleitoral de Siegfried e Turner visavam analisar o comportamento político-eleitoral a partir da comparação entre as características socioeconômicas e culturais das regiões e os resultados eleitorais. Já a análise eleitoral pela perspectiva de Agnew aproxima-se desses estudos ao associar as ações políticas das pessoas com as características dos lugares, mas ao mesmo tempo busca sua causalidade através da intersecção entre estrutura social e as ações humanas geograficamente localizadas baseando-se na “teoria da estruturação” de Anthony Giddens.

A “teoria da estruturação” de Giddens proporcionou à geografia política anglo-saxônica um arcabouço teórico que colocou a noção de “lugar” num papel central no estudo do comportamento político e eleitoral. A partir dela, o “lugar” passou a ser entendido como uma “estrutura” que mediava a atividade política, a qual por sua vez, criava e recriava continuamente os lugares (TAYLOR; FLINT, 2000).

Giddens elabora essa teoria tentando conciliar duas escolas da sociologia: a humanística, que colocava muita ênfase na liberdade da ação humana e a estruturalista marxista, demasiado determinista. Ele aceita o argumento de Karl Marx de que os seres humanos “fazem história, mas não através das suas próprias escolhas”, no sentido de que ações humanas são limitadas pelas estruturas. Os lugares seriam vistos como sendo construídos por “agentes” operando dentro de um contexto social específico ou “estrutura”. A relação estrutura/agente é mediada por uma série de regras sociais e arranjos institucionais. Teríamos então, três níveis de análise identificáveis: “agentes” que são os atores humanos, “estruturas” que são as práticas sociais consolidadas, como as que regem a família e a vida cotidiana, e finalmente as “instituições” que representam a forma fenomenológica da estrutura como, por exemplo, o estado.

As estruturas são formadas a partir das práticas sociais recursivas, e como são produzidas pela ação humana, também podem ser mudadas por ela. Em outras palavras, as estruturas agem como limitadoras da ação humana, mas elas são também ao mesmo tempo, meio e resultado do comportamento que elas repetidamente organizam; haveria uma co-dependência entre a ação humana e a estrutura.

Para o geógrafo americano Edward Soja (1993), podemos chamar essa relação estrutura/agente de “dialética socioespacial” ao considerar a construção do espaço pelo homem como um processo de duas vias: enquanto que as estruturas sociais determinam ou condicionam as ações humanas, essas últimas ao mesmo tempo modificam as estruturas através da prática

social. Já na visão da “geografia do tempo” de Hagerstrand (1989 apud SANTOS, 2012), o espaço (paisagem nos termos do autor) apresentaria as condições para a ação humana que seria uma projeção da matéria, então, as ações humanas se converteriam em trajetórias espaço-temporais inscritas no espaço. Como no pensamento de Hagerstrand, a estrutura seria ao mesmo tempo uma causa e um efeito das ações humanas e o grau de reprodução e determinismo dessas ações dependeria do balanço entre essas forças.

A prática da vida cotidiana através das ações rotineiras é que faria com que as pessoas achessem significado nas suas próprias ações, nas dos outros e entendessem o mundo. Em outras palavras, a visão do mundo de uma pessoa seria baseada na forma como ela vive a sua vida rotineira e é socializada no lugar. Essa “rotineiração” das práticas sociais contribuiria para a integração e o desenvolvimento dos sistemas sociais e estruturas entre as pessoas.

A partir dessa lógica, as biografias individuais e os modos coletivos de vida se confundiriam. Giddens incorpora a ideia da “geografia do tempo” de Hagerstrand de que as pessoas seguem na sua vida caminhos que são limitados pela estrutura tempo/espaço. Ele acrescenta que essas limitações impostas à ação humana não se referem apenas aos recursos e instituições do tempo/espaço mais próximos e imediatos, mas também a interconexões espaçotemporais de estruturas mais amplas e externas, formando uma espécie de integração de sistemas sociais distantes no tempo e espaço como, por exemplo, o processo de globalização causado pela evolução dos meios de comunicação e transporte. Em resumo, a vida das pessoas é estruturada por normas e instituições formadas nos lugares onde elas vivem e são socializadas, mas também pelas mais distantes e intangíveis que estão conectadas às estruturas locais.

Por fim, a “teoria da estruturação” sugere que a vida cotidiana recursiva e a integração de sistemas sociais nas suas diversas escalas espaçotemporais formando as estruturas dos lugares levam a um constante estado de mudança e transformação dessas estruturas. A construção dos lugares é entendida como um processo imprevisível onde agente e estrutura transformam-se eventualmente um no outro em uma intersecção entre práticas sociais recursivas e relações estruturadas de poder.

Essa ideia de interpretar as ações humanas como estruturadas em um contexto geográfico específico, o “lugar”, que elas por sua vez alteram, transformou a forma como os estudos de abordagem ecológica nas ciências sociais e na geografia interpretam a associação entre as características das regiões e os fenômenos sociais e políticos.

Para Doreen Massey (1994 apud TAYLOR; FLINT, 2000), “lugar” é a combinação de identidade, instituições locais e conexões globais. Este “lugar” seria o palco de um conjunto dinâmico de inter-relações sociais. Por um lado, a variedade específica das relações e o modo único como elas interagem produz a particularidade do lugar, e por outro, o dinamismo das relações sociais sugere que os lugares mudam enquanto mantêm sua singularidade. Para compreender os lugares seria necessário não apenas analisar o conteúdo local, mas também suas relações com diferentes lugares e escalas. Essa ideia fica clara no seu conceito de “Geometria do Poder” (MASSEY, 1991a, 1993), em que a singularidade dos lugares é construída a partir de uma rede particular de interações e articulações mútuas entre relações sociais, fluxo de pessoas, informação e capital, nas diversas escalas desde a local até a global. A inserção dos lugares nos processos espaciais econômicos e culturais de globalização, por exemplo, dependeria do grau de integração entre os processos globais e locais.

2.3.2.2 – Análise do comportamento eleitoral baseado nos lugares

A partir da teoria da estruturação, a associação entre as características de uma região e os resultados eleitorais deixou de ser interpretada na geografia eleitoral como uma mera relação quantitativa entre duas variáveis neutras. Essas características particulares (sociais, culturais e políticas) seriam um fragmento da estrutura social do lugar, estrutura esta que ao mesmo tempo mediaría e produziria a decisão de voto: a mudança na estrutura social de um lugar poderia alterar os estímulos que levam o eleitor a votar numa determinada direção.

Na perspectiva de análise de John Agnew, “as ações e crenças políticas dos indivíduos são organizadas de formas diferentes de acordo com o contexto histórico-político em que eles vivem” (AGNEW, 2002, p.3). Ao assumir que os lugares são singulares e únicos devido ao conjunto de elementos histórico-geográficos, práticas sociais, relações com outros lugares e identidades diversas neles encontradas, espera-se igualmente diferentes comportamentos em cada lugar. Dessa forma, o comportamento político-eleitoral seria intrinsecamente geográfico, baseado e construído nos lugares, sendo ao mesmo tempo mediado e produzido pelos elementos daquele contexto específico. A partir desse processo, os indivíduos formariam suas opiniões políticas, fariam suas escolhas, mobilizar-se-iam e se engajariam em movimentos sociais e partidários sendo impactados e tomando decisões eleitorais a partir de acontecimentos e processos locais, nacionais ou globais atuando nos lugares onde vivem.

As reestruturações espaciais promovidas pelo modo flexível de produção do capitalismo nos anos 1980 e 1990 e o impacto, nos dias atuais, da globalização na economia promovida por

instituições políticas supranacionais como a União Europeia seriam exemplos de processos que acabaram influenciando as escolhas eleitorais das pessoas nos lugares. É o caso do voto a favor do Brexit¹⁴ no Reino Unido muito influenciado pelo impacto negativo das políticas alfandegárias da UE nas economias locais daquele país.

John Agnew identifica três componentes do “lugar” que levariam a um comportamento eleitoral específico nele baseado: “localidade” (locale), “localização” (location) e “senso de lugar” (sense of place).

Localidade (locale), termo usado por Giddens (1983 apud AGNEW, 1987), seria o palco onde as relações sociais (informais ou institucionais) são constituídas. Representa as ações e prática social das pessoas, contextualizadas em um determinado lugar, institucionalizadas ou historicamente consolidadas, tais como, religião, cultura, linguagem, etc.

A socialização e vida cotidiana dos indivíduos acontece na sua “localidade”, no contexto social à sua volta, apesar deles estarem cada vez mais inseridos e influenciados pela sociedade de massa e global. Em cada lugar, os indivíduos têm uma visão do mundo que é limitada pela interpretação e processamento das informações pelos grupos e elementos de referência locais com suas particularidades. Essa noção de localidade pode ser entendida como análoga à rede mais próxima do eleitor, onde as informações políticas são processadas e passadas via interação social como no modelo de Cox (1969a). Localidade também pode ser definida como a escala ou alcance das experiências decorrentes das atividades cotidianas realizadas no lugar aonde as pessoas vivem (TAYLOR, 1989).

Localização (location), refere-se aos efeitos locais dos processos espaciais econômicos, sociais e culturais de caráter regional, nacional ou global. Envolve o impacto nos lugares das relações de reprodução e transformação desses processos, operando de cima para baixo nas diversas escalas que se inter-relacionam. Cada lugar tem certos atributos ligados aos seus recursos naturais, às suas características sociais e culturais que fazem com que tenham diferentes relações com outros lugares e escalas. Em outras palavras, localização refere-se às relações do lugar com outros lugares e escalas, como no conceito de lugar de Massey e na teoria da estruturação de Giddens.

Dependendo do ciclo econômico, as localidades podem ser beneficiadas ou não, de acordo com seu papel nas cadeias de produção (industrial, agrícola, ou de serviços). Esse processo seria

¹⁴ Referendo sobre a saída do Reino Unido da União Europeia.

uma das causas do desenvolvimento desigual entre os lugares e é explicado no estudo clássico de Massey (1984) através de um análogo geológico: a cada ciclo de expansão ou retração dos investimentos, a distribuição desses não ocorre de forma uniforme no espaço, alguns lugares serão mais adequados que outros para recebe-los, ou seja, irão prover um melhor retorno a esses investimentos. Assim, após vários ciclos de expansão e retração poderia analisar-se e diferenciar os lugares de acordo com as suas “camadas” de investimento recebidas durante esses ciclos econômicos globais.

Os processos estruturais econômicos, sociais e culturais que influenciam os lugares podem ser tanto locais quanto globais, dependendo do grau de conexão com essas escalas e de inserção nas cadeias globais. Ao mesmo tempo que os lugares estão inseridos em estados-nação com suas fronteiras, governos e regras, haveria também com o processo de globalização uma crescente gama de redes e fluxos multi-escalares de capital, informação, pessoas, mensagens, símbolos, etc. que atuariam nos lugares modificando-os (AGNEW, 2002). Essa relação na construção dos lugares através da prática da vida cotidiana e da pressão dos amplos processos estruturantes pode ser entendida como um conflito lugar/espaço:

“Lugar representa o encontro de pessoas com outras pessoas e coisas no espaço. Ele se refere a como a vida cotidiana está inscrita no espaço e assume significado para grupos específicos de pessoas e organizações. O espaço pode ser considerado “de cima para baixo”, definido por atores poderosos impondo o seu controle e suas narrativas sobre os outros. O lugar pode ser considerado “de baixo para cima” representando as perspectivas e ações das pessoas mais comuns. Os lugares tendem a ser situados quando associados com o familiar, “estando em casa”. Mas eles também podem ser áreas maiores, dependendo dos padrões de atividade, das conexões de rede, e da projeção de sentimentos de conexão, conforto, e pertencimento... [Lugar] é também o espaço da vida cotidiana que continua a ser formado e reformado num mundo tecnologicamente e economicamente encolhido (AGNEW 2002, p.5 apud MCDANIEL, 2014, tradução nossa)”.

Assim o lugar seria visto como uma construção de baixo para cima através da vida cotidiana enquanto que o espaço representa uma imposição de cima para baixo de amplos processos globais estruturantes controlados por atores poderosos.

Outros geógrafos também tratam essa relação entre prática social do mundo cotidiano e estruturas sociais mais amplas como um conflito espaço/lugar. Taylor (1989,1999), desenvolve uma influente teoria sobre a tensão entre espaço e lugar. As organizações hegemônicas (estados, corporações) associadas a processos gerais como a globalização e políticas neoliberais imporiam um controle espacial sobre os lugares (casa, localidades, comunidades, etc) criando essa tensão. Assim, o “lugar” representaria o conflito entre a construção da vida cotidiana

histórica, cultural e social (de baixo) e a ordem global que impõe (de cima) em um processo de eliminação das diferenças e barreiras de identidade cultura, étnica e regional. Mais ainda, o autor defende a ideia da conversão de espaço em lugar: com o passar do tempo processos espaciais que a princípio eram impostos aos lugares acabam sendo absorvidos tornando-se familiares e fazendo parte da reprodução da vida cotidiana dos lugares. O que melhor representa essa conversão espaço-lugar seriam os estados-nação (TAYLOR 1999). Os estados, desde sua formação vêm construindo imaginários e narrativas em torno das ideias de nação e soberania que com o passar do tempo acabam sendo incorporados à identidade dos cidadãos e lugares.

Senso de lugar (sense of place) se refere à estrutura de sentimentos subjetivos (structures of feelings) relacionados aos lugares. Essa ideia é próxima à perspectiva humanista de Tuan (1977, 1979) que defende uma relação afetiva das pessoas com os lugares (fields of care). O termo “estrutura de sentimentos” foi usado por Raymond Willians (1973) para relacionar a estrutura social de um lugar (“fixa”) com a subjetividade (“móvel” e “momentânea”) dos sentimentos relacionados a ele. Esta última, relativa às experiências atuais ali vividas seria transitória enquanto a primeira estaria localizada no passado em uma noção de processo concluído e estático no tempo.

O senso de lugar seria o processo pelo qual as pessoas reconhecem o lugar como um significado simbólico ligado à sua identidade pessoal - a totalidade das experiências sociais cotidianas realizadas na localidade, onde praticam suas atividades. Agnew (2002), não associa esse senso de lugar necessariamente à noção de territorialidade ou à de identidade territorial baseada em acontecimentos históricos ou imagens construídas como é o caso do conceito de comunidade que presume um envolvimento pessoal íntimo e pró-ativo com uma ordem local específica muitas vezes coercitiva. O senso de lugar estaria relacionado a uma noção ou percepção da singularidade dos lugares de acordo com a confluência de fatores encontrados, sem que aja uma relação de poder territorial envolvida.

Na perspectiva feminista da geografia, por exemplo, a percepção das experiências nos lugares ocorre diferentemente de pessoa para pessoa, dependendo do seu gênero, grupo social, etc. Sob esse ponto de vista podemos dizer que o senso de lugar é reflexivo, ou seja, em um mesmo lugar pode haver vários “sensos de lugar” relacionados à gama de sentimentos diversos gerados pelas experiências individuais e de grupo das pessoas.

Diferentes sentimentos relacionados às experiências vivenciadas podem gerar comportamentos políticos e eleitorais distintos. No sul dos EUA, por exemplo, logo após o fim

da guerra civil americana havia dois grandes sentimentos: o de derrota dos brancos proprietários de terra e o de vitória e libertação dos afro-americanos emancipados. No âmbito eleitoral, o Partido Democrata que já tinha forte apoio entre os brancos antes da guerra explorou esse sentimento de derrota estimulando a manutenção da cultura de supremacia branca e promovendo políticas segregacionistas que se mantiveram por quase cem anos. Já o Partido Republicano, recebia apoio maciço dos afro-americanos como uma forma de gratidão ao presidente Abraham Lincoln, patrono da abolição da escravatura.

A extensão e projeção do senso de lugar para lugares contíguos e conectados entre si faria com que surgissem as identidades regionais e nacionais. No seu estudo empírico sobre a Itália Agnew (2002), argumenta que a incapacidade das elites de estabelecer uma narrativa de identidade territorial nacional naquele país fez com que as identidades regionais e locais permanecessem ao longo do tempo.

O geógrafo Peter Taylor (TAYLOR; FLINT, 2000, p.337) traduz essas três noções que compõe o conceito de lugar de Agnew da seguinte forma: “localidade” refere-se ao conjunto de características específicas de um lugar, a sua tradição sindical, religiosa, cultural, etc. que permeia os aspectos do cotidiano inclusive a sua política; “localização” seria o papel que o lugar tem na economia mundial - sua base industrial ou seu papel geopolítico; finalmente o “senso de lugar” seria a essência da identidade específica do lugar e que dá coerência e significado às ações dos seus habitantes.

Relacionando a noção de lugar de Agnew com a teoria da estruturação de Giddens, a construção dos lugares a partir das ações recursivas baseadas na prática social da vida cotidiana seria resumida na noção de localidade (locale) enquanto que as interconexões espaçotemporais da estrutura social local com as mais amplas e externas seria traduzida na noção de localização (location). Os lugares seriam estruturados a partir da relação entre localidade e localização produzindo sua singularidade. Por fim, os indivíduos reconheceriam a singularidade dos lugares na sua identidade pessoal através do senso de lugar.

Para Agnew, a variação no comportamento político dos indivíduos de acordo com os lugares onde vivem também está relacionada com a forma como o poder político se distribui no espaço. As políticas e seus atores são mediados pelo espaço podendo ser modificados no momento em que são deslocados de um lugar para outro absorvendo as características dos lugares; isso é válido também para o capitalismo que se adapta e se modifica de acordo com as características culturais locais como defendido pelo pós-estruturalismo. As políticas nacionais ou as propostas

de um partido ou movimento social não são aceitas de modo uniforme no espaço porque as respostas das pessoas a esses estímulos são moldadas pelas realidades e características histórico-geográficas locais. A força dos movimentos sociais e políticos deve ser entendida sob a perspectiva da sua aceitação dentro do mosaico de lugares que é o espaço nacional, lembrando que os seus discursos variam de lugar para lugar exatamente para aumentar a sua aceitação.

Podemos fazer um paralelo entre a forma como a política se desloca no espaço sofrendo alterações na sua aceitação e o seu impacto na estratégia político-eleitoral de partidos e candidatos. Os partidos nacionais tendem a apresentar uma agenda política mais generalista com o objetivo de receber apoio de um maior número de pessoas e lugares; já partidos nacionalistas de abrangência regional tendem a apresentar uma agenda política mais alinhada a interesses de uma determinada região ou grupo cultural sendo difícil portanto a sua expansão (HOUTEN 2009).

Os partidos políticos podem também ser entendidos como mediadores dos conflitos entre os lugares, visando obter a estabilidade política necessária para a legitimação dos governos e elites estatais. Essa relação entre estado, partidos políticos e lugares pode ser vista como uma tensão centro/periferia, por exemplo, na distribuição de recursos materiais e de poder político criando uma geografia da hegemonia política (WALLERSTEIN 1974, 1979). Para Agnew (2002), o poder político seria a soma de todos os recursos e estratégias envolvidos nos conflitos sobre recursos coletivos que um partido ou grupo busca controlar através de legitimação. Esse poder político seria passível de modificação a partir do seu deslocamento no espaço:

(...) (1) o poder político se acumula em centros como resultado da concentração de recursos coercivos (poder instrumental) e pela transferência e apoio dos grupos inferiores aos superiores na hierarquia de poder (poder associativo); (2) a transmissão do poder político através do espaço envolve práticas pela intervenção de outros atores que os transformam à medida que esse poder se desloca de um lugar para outro. O fluxo de poder no seu desenvolvimento espacial real não apenas pode ser potencialmente rompido, como também está sujeito a negociação e redirecionamento (AGNEW, 2002, p.17, tradução nossa).

Em outras palavras, o estado e suas elites centrais exercem uma ação política coerciva através de controle sobre as regras sociais, fiscais e jurídicas; por outro lado, para manter sua hegemonia e a estabilidade política necessitam do apoio e da legitimação dos partidos e governos locais que defendem os seus próprios interesses de poder e teoricamente funcionam como organizadores e mobilizadores das demandas dos lugares. Assim, ocorre um processo de concessão e redistribuição de recursos e poder entre ambos os lados. A somatória desse

processo nunca é igual a zero, alguns lugares são mais hegemônicos que outros com relação à influência política diante do estado de acordo com suas particularidades como lugar (distinções sociais, culturais, religiosas, políticas e econômicas), o que os torna diferenciados dentro do balanço de poder político.

Em alguns casos, de acordo com as particularidades históricas de cada estado, as elites políticas ignoram essa pressão redistributiva mantendo-se no poder através de regimes autoritários. Um dos motivos para as seguidas rupturas democráticas nos países periféricos é a incapacidade de produzir recursos suficientes para viabilizar uma política de redistribuição. Logo, quem chega ao poder usa os recursos coercitivos do estado para prejudicar o seu adversário e controlar e concentrar a riqueza apenas em torno de si (TAYLOR, 1989).

Agnew (1996a, 2002), apresenta seis processos que estariam por trás das possíveis atividades e ações políticas dos indivíduos nos lugares (na Europa Ocidental e nos EUA) e que juntos configurariam a geografia da atividade econômica, cultural e política do espaço nacional e transnacional. O peso de cada um desses processos variaria de país para país, e de lugar para lugar, de acordo a inserção das suas práticas sociais e vida cotidiana no espaço mundial. Essa inserção variaria no tempo, de acordo com as alterações nas condições geopolíticas, culturais, econômicas e tecnológicas do mundo como um todo. Esses processos são:

1. A microgeografia da vida cotidiana, o lugar onde as interações sociais e a socialização dos indivíduos ocorre (noção de localidade). Refere-se à forma como o lugar media e restringe o modo como as pessoas vivem o seu cotidiano, associam-se em grupos, formam o seu senso de reconhecimento e identidade local assim como nacional, e constroem a sua vida material e emocional. Em outras palavras, é a forma como as pessoas são socializadas a partir das práticas sociais contextualizadas em um determinado lugar e que reflete na maneira como as pessoas agem politicamente.
2. Influência da divisão social do trabalho que caracteriza os lugares (noção de localização). Existe um desenvolvimento econômico desigual relacionado às interconexões espaço-econômicas do local com outros lugares e escalas que repercute na sua estrutura social e nas características da política local.
3. As modernas tecnologias de comunicação e transporte que criam geografias de isolamento ou acessibilidade diante das interações sociais que ocorrem através do espaço, impactando na forma como as informações são difundidas e influenciando no comportamento político.

4. A tensão centro-periferia dentro dos estados. Processo relacionado às políticas de redistribuição de recursos.
5. As divisões étnicas, de classe, de gênero e antagonismos que são difundidos por organizações e movimentos políticos. Essas divisões se materializam em discursos que acabam servindo de âncora para as ideologias políticas: nacionalismo, socialismo, liberalismo, etc.
6. Finalmente, nos manifestos e declarações dos movimentos políticos podem ser encontradas reivindicações de nações, regiões, localidades, assim como de etnias, classes e gêneros. Essas reivindicações geram respostas diferentes em lugares diferentes, e podem ligar movimentos e partidos políticos a certas representações do espaço nacional. Partidos que presumivelmente seriam nacionais, declaram-se defensores de identidades, interesses regionais e locais, como uma forma de se viabilizarem politicamente naquele lugar.

Para o estudo desses processos que configurariam a forma como as pessoas atuam politicamente nos lugares, o autor utiliza um “mapeamento político” que “(...) mostra como as identidades e interesses políticos são estruturados geograficamente em resultado da ação humana no lugar onde as pessoas vivem (AGNEW, 2002, p.1)”. Esse mapeamento político prevê três tipos de investigação empírica envolvendo pesquisas qualitativas e quantitativas:

1. Uma análise quantitativa de larga escala para detectar tendências temporais e escalas de variação geográfica em relação, por exemplo, à estabilidade e variação eleitoral.
2. Dados disponíveis das identidades, interesses populares e das elites locais, submetidos a um minucioso exame crítico-histórico.
3. Estudo envolvendo entrevistas e fontes escritas locais para subsidiar o entendimento dos mundos intersubjetivos do cotidiano.

Como vimos, o pós-estruturalismo defende a realização de estudos de caso na escala local para a compreensão do impacto dos processos espaciais macroeconômicos nas localidades. Da mesma forma, John Agnew emprega estudos de caso para compreender a dinâmica do espaço político nacional. No seu estudo sobre a Escócia, por exemplo, para demonstrar a relação entre a expressão política¹⁵ e os contextos locais específicos de cada lugar (atividade econômica, composição étnica, religião e características da força de trabalho), investiga a história do

¹⁵ Dividida entre o apoio ao Partido Trabalhista e o Nacional Escocês.

comportamento eleitoral de quatro lugares diferentes: as cidades industriais de Glasgow e Dundee, a cidade litorânea de Peterhead, influenciada naquele momento pela indústria da extração de petróleo e gás natural do mar do Norte, e a região rural “Western Isles” (AGNEW,1987).

Alguns autores colocam restrições a essa perspectiva de análise argumentando que o conceito de lugar de Agnew permanece elusivo pela dificuldade de se reproduzir esse conceito e relacionar de forma conjunta as três dimensões que o compõe (localidade, localização e senso de lugar). Outro problema seria a falta da apresentação de lugares operando como palco da vida cotidiana (localidades) em quantidade e variedade suficientes para que obtenhamos algum sentido sistêmico do seu funcionamento como indutores da socialização das pessoas, do ponto de vista do engajamento político. Ainda segundo esses autores, Agnew contornaria estas últimas restrições argumentando que a maioria das pessoas são socializadas e espacialmente constrangidas por poucos lugares, apenas uma minoria é influenciada por mais de um lugar, porém, sem apresentar categorias médias desses tipos de pessoas, quantas existem e como estão distribuídas na população (WUSTEN; MAMADOUH, 2014).

A resposta a essa questão, como uma pessoa pode ser influenciada por mais de um lugar, talvez esteja no conceito de identidade e senso de lugar. No seu estudo sobre o comportamento eleitoral em Glasgow, Agnew (1987) argumenta que no final do século XIX a imigração em massa de irlandeses, historicamente socialistas, fez com que a cidade, antes apoiadora do Partido Liberal, se tornasse majoritariamente trabalhista sem que a divisão sectária entre protestantes (escoceses) e católicos (irlandeses) tivesse muita influência. As características de identidade dos irlandeses relacionadas à sua condição de trabalhadores manuais e reativos aos grandes proprietários (poder colonial inglês que durante séculos dominou a Irlanda) fizeram com que esses imigrantes ao chegarem à Escócia se identificassem mais com o Partido Trabalhista.

Resumidamente, a perspectiva de análise eleitoral baseada nos lugares de John Agnew, influenciada pela “teoria da estruturação”, defende que as ações e o comportamento político dos indivíduos são estruturados no contexto social entendido por “lugar”, onde os indivíduos são socializados e praticam a sua vida social. Os elementos que compõe os lugares, os processos multi-escalares (local/global), e o senso de lugar, seriam os pontos de referência para a compreensão das respostas e atitudes dos indivíduos em relação aos acontecimentos políticos, aos temas de interesse nas eleições e à forma como eles se mobilizam apoiando determinados

partidos. Ron Johnston resume o argumento da perspectiva de lugar de Agnew “(...) como um argumento teórico que valoriza a importância do lugar na criação da identidade política pessoal e a mobilização de apoio para partidos políticos (JOHNSTON; PATTIE, 2006, p.43)”.

Capítulo 3

A GEOGRAFIA DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

3.1 – Uma análise crítica sobre a geografia do voto no Brasil

Como vimos, segundo a classificação de Taylor e Johnston (1979), os estudos na geografia eleitoral podem ser divididos em três temas: a geografia das eleições, a influência da geografia nas eleições e finalmente a geografia da representação política. No Brasil, esse último tema é o que mais despertou interesse na geografia (CASTRO 1992, 2005, 2011; SOUSA; CATAIA; JUNIOR, 2002; MAGDALENO, 2010, entre outros) e na ciência política através dos estudos da “geografia do voto” (PEREIRA; RENNÓ, 2001; AMES 2003, 2012; AVELINO; BIDERMAN; SILVA, 2011; AVELINO; BIDERMAN; BARONE, 2012 e SILVA, 2013 entre outros).

Nos países que adotam o sistema eleitoral distrital de maioria simples, como EUA e Reino Unido, principalmente no primeiro, os estudos sobre a geografia da representação dedicam-se ao tema do “redistritamento”, tema inaugurado por Sauer (1918), que discute a forma como os distritos eleitorais são desenhados e modificados ao longo do tempo. No Reino Unido cada distrito eleitoral elege um representante para a “Câmara dos Comuns”. Esses distritos a cada 10 anos, de acordo com dados do censo demográfico, são delimitados e redesenhados por uma comissão eleitoral independente. Nos EUA, o redesenho dos distritos nas eleições para a “Câmara dos representantes” também ocorre de acordo com dados do censo a cada 10 anos (a partir de uma lei aprovada em 1929¹⁶), mas com algumas exceções, este redesenho é da competência do legislativo de cada estado, e portanto passível de pressões políticas para favorecer o partido que está em maioria naquele momento.

Os abusos eleitorais mais comuns nesse processo de redesenho dos distritos eleitorais são o “malapportionment” e o “gerrymandering”. Geralmente, os distritos eleitorais têm um número fixo de eleitores, por exemplo, na Inglaterra cada distrito tem em média 70 mil eleitores. O “malapportionment” ocorre quando em uma região onde certo partido é eleitoralmente mais forte, o desenho dos distritos eleitorais não respeita a proporcionalidade entre população e número de distritos: estabelece-se um número maior de distritos do que se fosse respeitada esta proporcionalidade. Com essa manobra numérica, o partido beneficiado teria um número maior

¹⁶ Essa lei estabeleceu que as 435 cadeiras legislativas fixadas em 1910 seriam realocadas a cada 10 anos de acordo com o censo demográfico. JACOBSON, G. C. 2004, p. 7

de cadeiras no legislativo, caso fosse eleito em todos os distritos dessa região específica. Esse tipo de prática era muito comum na Inglaterra até o começo do século XIX quando áreas rurais pouco populosas, controladas por senhores de terra (Landlords), obtinham o mesmo número de cadeiras no parlamento que áreas muito mais populosas dos grandes centros urbanos, como Manchester (TAYLOR; JOHNSTON, 1979).

No EUA o malapportionment nas eleições para a câmara dos representantes ocorria ou através da existência de distritos plurinominais, quando o distrito eleitoral elegia mais de um representante, prática que permaneceu até 1842 quando se passou a exigir um representante por distrito ou através do redesenho dos distritos eleitorais sem respeitar uma igualdade na quantidade de habitantes por distrito. Jacobson (2004), cita como exemplo o caso dos distritos do estado de Nova York em 1930 onde o maior deles continha por volta de 700.000 e o menor 90.000 habitantes essa prática foi proibida apenas em 1964 quando a Suprema Corte fez prevalecer o princípio de “uma pessoa-um voto” colocando virtualmente um fim à prática do malapportionment.

O “gerrymandering” ocorre quando se modifica o formato de um distrito eleitoral para beneficiar o grupo político que está no poder. A principal ideia é redesenhar os distritos numa forma em que os eleitores do partido adversário estejam localizados em um número reduzido de distritos com uma previsão de ganhar por uma larga margem (desperdiçando votos). Já os eleitores do partido que controla o legislativo estadual naquele momento estarão localizados numa maior quantidade de distritos onde a vitória é certa embora por uma margem reduzida (JACOBSON, 2004). Assim esse redesenho dos distritos normalmente não respeita as fronteiras político-administrativas dos condados, cidades, bairros e etc.

O termo “gerrymandering” foi cunhado pelo jornal “Boston Gazette”, em 1812, para denunciar a manobra do governador democrata Elbridge Gerry de redesenhar os distritos eleitorais para beneficiar os seus aliados na eleição para o senado pelo estado de Massachusetts. Um dos distritos redesenhados contornava o distrito de Boston em um formato que lembrava uma Salamandra, daí o termo “gerrymandering” (TAYLOR; JOHNSTON, 1979). O desenho desse distrito buscava maximizar a eleição dos candidatos democratas e republicanos em detrimento dos federalistas, terceiro partido que existiu naquele país no período de 1792 a 1816 (MORRIL 1981 apud ARCHER; SHELLEY, 1986).

O estudo seminal de Carl Sauer (1918) sobre o “gerrymandering” comparava os resultados eleitorais para governador e congresso americano em dois estados, Missouri e Kentucky, no

ano de 1916. Na eleição para governador de Missouri, o candidato democrata havia ganho por uma pequena margem de votos, 2600 votos em um universo de quase 800.000 eleitores. Já na eleição para o congresso nacional, o mesmo partido conseguiu 14 cadeiras contra apenas duas dos republicanos, o mesmo ocorrendo no estado de Kentucky. Essa diferença extrema entre os resultados para governador e congresso, segundo o autor, acontecia pela manipulação do desenho eleitoral dos distritos usados na eleição para o congresso.

No Brasil, adota-se o sistema proporcional onde é eleito mais de um representante por distrito. Os estados da federação são os distritos eleitorais para os cargos legislativos federais e o sistema proporcional adotado é o de lista aberta. O eleitor tem duas opções de voto, ou no partido (voto de legenda), ou em um candidato específico (voto preferencial) escolhido dentre as listas apresentadas pelos partidos. A distribuição das cadeiras nas câmaras legislativas acontece de acordo com a proporção de votos que cada partido recebe na eleição.

No sistema majoritário distrital de maioria simples, como se elege apenas um representante por distrito, a relação entre o representante político e o distrito pelo qual foi eleito é mais evidente, a percepção territorial na representação política é muito mais explícita, tanto para o eleitor quanto para o candidato. No sistema eleitoral proporcional, necessariamente plurinominal, em que se elege mais de um representante por distrito, principalmente quando há uma elevada magnitude dos distritos eleitorais¹⁷, o elemento territorial na relação representante/representado é menos aparente e de certa forma não tão imperativo como no sistema distrital. Por esse motivo, os trabalhos sobre geografia do voto no Brasil se concentram em evidenciar o caráter territorial na representação política e analisar as estratégias de competição político-eleitoral dos partidos e candidatos relacionadas ao território, tais como a “distritalização” de campanhas eleitorais e mandatos através da conexão eleitoral, esta também muitas vezes associada ao processo da territorialização (conjunto de estratégias e ações utilizadas para estabelecer certo controle sobre um território, GOMES, 2002).

Na visão da geógrafa Iná Elias de Castro, precursora desses estudos no Brasil, o espaço geográfico seria intrinsecamente político, seria a arena onde se dariam os conflitos pelo seu controle através de normas e regulamentos. Nas sociedades democráticas representativas, esses conflitos entre as elites teriam sido transferidos para instituições políticas através dos sistemas

¹⁷ No Brasil na eleição para a câmara federal a magnitude dos distritos eleitorais variam de 70 a 8 cadeiras dependendo da sua população.

de representação como uma forma de racionalização e mediação. Nesse sentido, em toda disputa política existiria um certo grau de interesses vinculados ao território:

“A geografia deve ser capaz de demonstrar que os interesses sociais são também territorializados e que não apenas esta territorialidade da política afeta o sistema de representação política, mas que nela reside uma parcela da própria natureza do sistema (CASTRO, 2005, p.148).”

Em outras palavras, o seu argumento é que os conflitos pela territorialização do espaço, por causa dessa mediação via representação política, estariam presentes na arena política e se refletiriam na forma como as instituições políticas e o próprio sistema de representação estão constituídos.

Castro seria contrária à interpretação da geografia pós-estruturalista anglo-saxônica, presente no pensamento de autores como Doreen Massey, que adotam o “lugar” como o marco espacial que baliza os estudos sobre política e democracia na geografia, considerando que esta interpretação dá pouca importância à questão do conflito de interesses entre os atores políticos locais na disputa pelo poder e supervaloriza a ideia de identidade e comunidade local onde todos cooperam em direção a um interesse comum. Castro associa essa perspectiva de lugar da geografia à ideia da representação política direta, como concebida na Grécia antiga. No que ela intitula de “base epistemológica mais pluralista”, o marco espacial nos estudos da democracia na geografia seria o próprio estado e suas instituições políticas que teriam um componente espacial e de territorialidade importante. No estudo da democracia, a autora reivindica para a geografia um papel maior do que simplesmente o da geografia eleitoral (da representação política), ampliando o seu alcance para discussões mais amplas, como a reforma política no Brasil, por exemplo (CASTRO, 2011).

No sistema distrital uninominal, onde o vencedor leva tudo, é mais fácil tanto para o eleitor como para o representante ter uma percepção da política como defensora dos interesses locais. O sistema proporcional plurinominal, que em princípio visa dar voz ao máximo de pessoas da sociedade organizada e expressar a diversidade da população no parlamento, acaba por realçar mais a competição entre candidatos e partidos políticos através de diversas práticas e estratégias que não estariam necessariamente relacionadas às reivindicações locais ou nacionais das populações representadas. Assim, é natural que os estudos eleitorais sobre representação política no Brasil tenham o seu interesse maior no funcionamento e na configuração das instituições políticas. Porém, a nosso ver, nada impede que o pesquisador adote uma análise

geográfica culturalista, considerando o “lugar” como estruturador do comportamento político das pessoas.

No seu estudo mais conhecido, “O mito da necessidade”, Castro (1992), a partir da análise dos discursos dos deputados nordestinos na câmara federal, identifica o uso político do discurso de “regionalismo nordestino” como exemplo empírico de um processo de territorialização do espaço. Na sua interpretação, a ausência de diferenças regionais nítidas no Brasil no âmbito étnico, cultural e religioso, diferentemente da Europa, faria com que as “elites intelectuais conservadoras” da região nordeste encontrassem no discurso do regionalismo nordestino a base do argumento para as reivindicações regionais, dentro do processo de redistribuição de recursos públicos na escala regional e nacional.

Sobre essa ausência de diferenças regionais no Brasil, Campello de Sousa (2006), ao analisar o período de 1930 a 1964, conclui:

“Os partidos brasileiros funcionavam num cenário caracterizado pela inexistência de conflitos sociais de grande monta, fossem eles linguísticos, culturais ou separatistas, com força suficiente para repercutir na organização dos partidos (CAMPELLO DE SOUSA 2006, p.27)”.

Para essa autora, dois fatores influiriam no desenvolvimento do sistema partidário brasileiro da época: o conflito que colocava de um lado as forças políticas nacionais que buscavam a modernização da sociedade e de outro as que buscavam a manutenção do status quo; e as diferenças políticas de cada estado e região que funcionariam como condutoras do alinhamento político partidário regional.

O regionalismo nordestino apontado por Castro (1992) seria focado principalmente no imaginário de que a natureza semiárida e a seca nordestina seriam os principais entraves para o desenvolvimento regional, e não a estrutura de apropriação da terra e organização socioeconômica e política da região perpetuada por essas mesmas elites. Com a manutenção dessa estrutura social, manter-se-iam as condições de vulnerabilidade dos trabalhadores rurais às secas e o argumento de que as mazelas dessa população são consequência da natureza. A adoção de medidas paliativas para o problema através de práticas como o paternalismo e clientelismo e que reproduzem o assistencialismo, no entanto, sem alterar a estrutura de poder vigente, reforçaria mais do que reduziria os desequilíbrios estruturais da região ao mesmo tempo que garantiria o apoio político junto às populações locais.

Os dados empíricos do seu trabalho, uma pesquisa sobre a abrangência territorial das questões levantadas pelos parlamentares nordestinos em seus discursos no congresso nacional

nas legislaturas do período 1945-1986, identificam que 35% desses discursos tratavam da região nordeste, 32 % de questões estaduais e 10% das municipais, em um fórum que, segundo a autora, deveria tratar de assuntos estritamente nacionais.

Em estudo semelhante, Magdaleno (2010), estuda o comportamento dos parlamentares fluminenses na câmara federal e estadual, a partir das suas proposições parlamentares (projetos apresentados pelos legisladores para avaliação e votação) e discursos proferidos em plenário. O autor utiliza como arcabouço teórico a “teoria da estruturação “de Giddens, assim como Agnew (1987), considerando o território como agente estruturador da ação do representante político e que as práticas parlamentares (proposições e discursos) seriam capazes de reorganizar o território, requalificando as forças estruturadoras daquela localidade. Assim como em Castro (1992), a atuação do parlamentar através de proposições e discursos que fazem referência a uma localidade específica, seria a prova empírica do processo de territorialidade do representante sobre esses locais. Essa atuação ressaltaria o vínculo representante/localidade nos territórios políticos dos parlamentares, “centros pessoais de votação dos deputados”, e balizariam a sua atuação legislativa.

Magdaleno (2010) identifica esses territórios políticos dos parlamentares utilizando a distribuição do desempenho eleitoral dos mesmos no espaço. A partir dessa análise, e baseando-se no postulado de Ames (2003), o autor classifica os municípios fluminenses em: territórios de “dominância política” quando um candidato recebe uma quantidade elevada de votos em relação aos seus adversários e “compartilhada” quando nenhum dos candidatos obtém a maioria, podendo “dominância” e “compartilhamento” se expressarem em vários graus. Por fim, compara essa classificação dos municípios em territórios políticos com o seu levantamento sobre as proposições e discursos dos parlamentares, demonstrando existir uma associação entre a atuação parlamentar e o seu “território político”.

No geral, esses estudos que defendem a existência do uso da territorialização e do discurso territorial como estratégias de poder político e eleitoral estão relacionados ao conceito de “conexão eleitoral”, muito usado na ciência política.

A conexão eleitoral seria a relação condicional que o político tem entre sua atividade parlamentar e a arena eleitoral (PEREIRA; MUELLER, 2003). O pressuposto da conexão eleitoral é que os eleitores elegem ou reconduzem um político a um cargo público caso aprovelem sua atuação política ou vida pública pregressa (MONTEIRO 2010). Assim, os políticos

buscariam durante seus mandatos trabalhar a favor de seu reduto eleitoral com o objetivo de garantir sua reeleição.

Uma série de estudos apontam a conexão eleitoral como principal preocupação dos políticos durante sua vida parlamentar (AMES 1995a, 2003; MAINWARING 1999, PEREIRA; RENNÓ 2001). Nos seus mandatos, os congressistas procurariam favorecer ao máximo suas respectivas bases territoriais de apoio, criando “distritos eleitorais informais”. Essa estratégia política é também conhecida na literatura americana como “barril de porco” (“pork barrel”), em que membros do legislativo procuram propor e aprovar projetos que beneficiem suas respectivas bases territoriais de apoio em seus estados, com o objetivo de mantê-las e ampliá-las.

Um dos primeiros a estudar a conexão eleitoral no Brasil foi o brasileiro Barry Ames. Em Ames (1994), o autor identifica o fenômeno denominado de “efeito coattail reverso” entre prefeitos e candidatos à presidência em 1989, onde o governo federal repassaria recursos aos municípios e em troca os prefeitos fariam campanha para o candidato do governo. Esse mesmo mecanismo teria sido identificado mais tarde nas eleições ao legislativo federal (AMES 1995a, 1995b, PEREIRA; RENNÓ 2001), em que os congressistas enviariam recursos (“pork barrel”) para os municípios onde tinham influência em troca de apoio eleitoral, o que comprovaria a existência dos “distritos eleitorais informais”.

A partir dessas evidências empíricas, Ames (2003) propõe uma tipologia da distribuição espacial dos votos para deputado federal no Brasil, a partir do nível de dominância de municípios e concentração de votos: se os votos do município são compartilhados entre vários candidatos ou dominados por apenas um (como usado por MAGDALENO, 2010), e se a distribuição espacial dos votos do candidato dentro do distrito eleitoral é concentrada em um único município, em municípios contíguos, ou dispersa.

Pelo cruzamento dessas variáveis, o autor chega a quatro tipos de padrões espaciais de distribuição do voto:

1. Concentrado-dominado – Seria o clássico reduto eleitoral brasileiro comum em estados menos desenvolvidos, onde predominam oligarquias políticas familiares e práticas clientelistas e onde um político “domina” eleitoralmente um grupo de municípios contíguos (figura 8 mostra um exemplo).
2. Concentrado-compartilhado – Áreas metropolitanas onde existem municípios populosos que podem eleger vários candidatos.

3. Disperso-compartilhado – Candidatos representantes de minorias étnicas ou religiosas ou de classes trabalhadoras específicas que têm apoio em vários municípios, mas em pequeno número.
4. Disperso-dominado – Candidatos que ocuparam cargos públicos com potencial clientelista substancial, recebendo apoio eleitoral significativo em municípios espacialmente dispersos no distrito eleitoral.

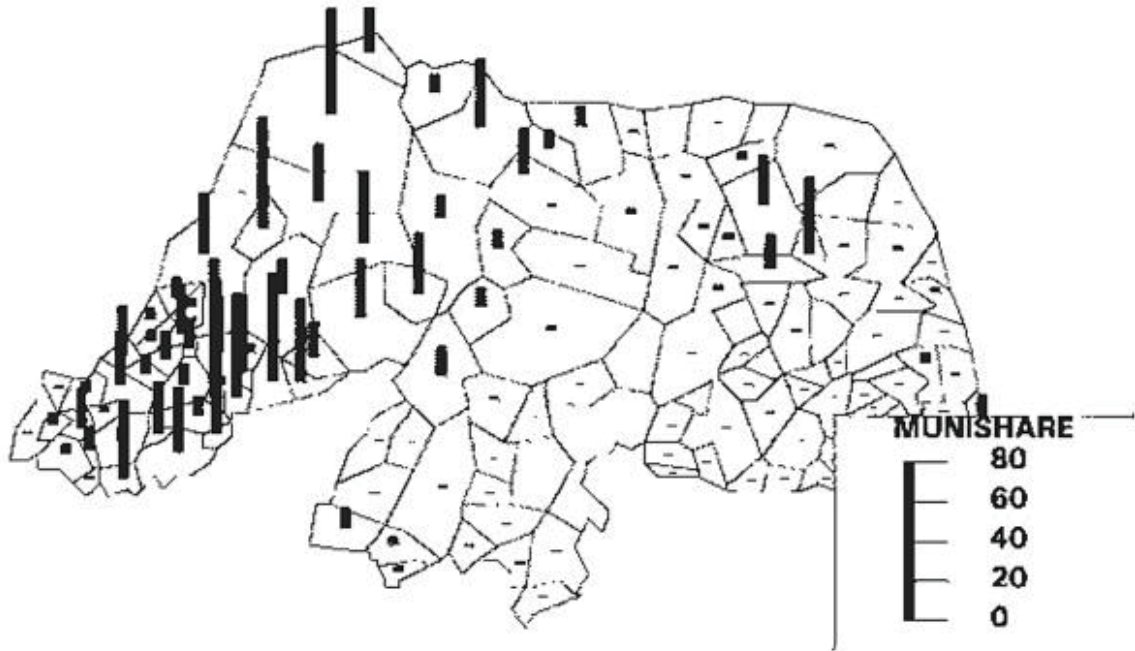


Figura 8 – Distribuição de votos Concentrada-dominante de um candidato a deputado federal do PMDB do Rio Grande do Norte. Fonte: AMES, 2012.

Em estudo posterior Carvalho (2003), analisando os padrões nacionais nas eleições para deputado federal em 1994 verificou que 17% dos deputados apresentavam o padrão “concentrado-dominado”, 29% o “concentrado-compartilhado”, 21% o “disperso-compartilhado” e 32% o “disperso-dominado”, já em 1998 os resultados foram, respectivamente, 16%, 31%, 18% e 35%. O número de deputados eleitos que apresentavam uma distribuição espacial “concentrado-dominado” era portanto baixo e restrito a uma porção pequena do território. O mais comum seria o “disperso-dominado”, mais evidente a nível da região nordeste, onde 57% e 64% dos seus deputados eleitos em 1994 e 1998 respectivamente, seguiram esse padrão. Em outras palavras, a concentração de votos em um município ou em municípios contíguos seria o menos encontrado, sendo mais comum a dispersão territorial dos votos.

Outros autores refutam essa ideia de que os candidatos visam exclusivamente basear sua carreira legislativa em vínculos regionais e clientelistas e que tenham como objetivo a formação de redutos eleitorais para se reelegerem indefinidamente. Não existiriam incentivos institucionais suficientes para a adoção dessa prática no Brasil devido a uma maior disciplina partidária aqui existente em relação aos EUA, por exemplo, e também porque a carreira política não seria uma carreira estática ou linear (FIGUEREDO; LIMONGI, 1999, 2002, 2008).

Uma outra crítica a esses estudos seria com relação à identificação da conexão eleitoral a partir do monitoramento do comportamento político dos parlamentares através dos seus discursos e proposições. Seria difícil aferir a partir desse monitoramento as intenções dos mesmos em suas estratégias de atuação e de jogo político; poderiam, por exemplo, omitir seus objetivos privados e revelar apenas aqueles que seriam mais favoráveis junto às suas bases de apoio (como o discurso territorial). Em relação ao próprio conceito de conexão eleitoral, seria também prematuro assumir que o desapontamento dos eleitores com o desempenho dos políticos no seu papel de provedores de políticas públicas fosse suficiente para que esses eleitores mudassem o seu voto. O político poderia adotar outras estratégias que contornassem essa avaliação negativa, aproveitando-se da percepção subjetiva dos eleitores sobre a política (MONTEIRO, 2010).

O estudo de Avelino, Biderman e Barone (2012), através de cálculos estatísticos, encontra evidências de que um determinado partido realmente tenderia a ter mais votos numa eleição proporcional para deputado federal ou estadual se o município fosse governado anteriormente por um prefeito desse mesmo partido, como proposto por Ames (1995a e 1995b) e Pereira e Rennó (2001). No entanto, reforçando o argumento de Figueiredo e Limongi (1999, 2002, 2008), Avelino, Biderman e Silva (2011) concluem que os distritos informais e a concentração espacial de votos, através desses mecanismos de conexão eleitoral, seriam apenas mais uma estratégia eleitoral dos candidatos e não necessariamente a mais eficaz. Analisando as eleições para deputado federal no estado de São Paulo, os autores verificaram que a concentração espacial de votos entre os eleitos é menor do que entre os não eleitos, e entre os eleitos seria mais comum a concentração de votos regional do que a municipal. Nesse mesmo estudo, também esboçam um possível caminho temporal para a estratégia eleitoral dos candidatos ao legislativo: o candidato na sua primeira eleição, por ser menos conhecido, focaria a campanha no seu município de origem, apresentando padrões de votação concentrados municipalmente (efeito contextual de “amigos e vizinhos” de Vladimir Key 1949); com o passar do tempo, essa

concentração passaria para uma escala regional e por fim o candidato apresentaria um padrão de votação disperso.

3.2 – Uma proposta de estudo para a geografia da representação política no Brasil

No nosso entender, analisando esses estudos sobre a geografia da representação política no Brasil em conjunto com os estudos sobre os efeitos contextuais e a perspectiva de lugar de Agnew, haveria dois caminhos: primeiro, o estudo da influência dos efeitos contextuais na distribuição espacial das informações políticas e nos resultados eleitorais como um todo e na estratégia adotada pelos candidatos e partidos; e segundo, os estudos sobre as estruturas sociais e os condicionantes espaciais dos lugares onde a disputa eleitoral ocorre.

Como vimos anteriormente, um dos primeiros efeitos contextuais identificados pela literatura foi o de “amigos e vizinhos”, identificado por Key (1949) ao perceber que em certos contextos os candidatos recebem um maior apoio eleitoral nas áreas geográficas mais próximas à sua região natal ou onde desenvolveram sua carreira política. Estudos indicam (KEY, 1949; LEWIS-BECK; RICE, 1983; RICE; MACHT, 1987 e MEREDITH, 2013) que esse efeito ocorreria nas situações em que pela falta de diferenças reconhecíveis entre os candidatos e baixo interesse das pessoas pelos temas de relevância em pauta na eleição, os eleitores adotariam um comportamento político “localista” e apoiariam um candidato simplesmente por terem maior conhecimento sobre ele: sua pessoa, sua família, sua trajetória na vida pública. Por esse motivo, em áreas menos desenvolvidas e menos populosas, esse localismo se manifestaria com mais força.

Adotando o modelo teórico de Cox (1969a), essa questão do nível de conhecimento dos eleitores sobre os candidatos pode ser entendida pela difusão espacial de informação sobre eles através de nós dentro de redes de contato informal (conversação, por exemplo), formal (formadores de opinião, associações de bairro, paróquias, etc.), mídias de massa e campanhas eleitorais locais. Então, a configuração espacial dos votos dos candidatos dependeria de como se dá a distribuição espacial das informações sobre eles. Estudando as eleições estaduais da Califórnia, Bowler, Donovan e Shipp (1993 apud JOHNSTON et al 2016), observaram que como as mídias locais usadas pelos candidatos para difundir suas mensagens não cobriam o estado de uma forma uniforme, havia uma distribuição desigual das informações sobre eles, gerando um efeito de “amigos e vizinhos”. Em outras palavras, os candidatos foram mais bem votados próximo a seus condados de origem, onde suas mensagens eram melhor difundidas.

Assim, para os candidatos menos conhecidos, em início de carreira ou sem o apoio de uma estrutura partidária e de campanha, o “localismo” e a consequente concentração espacial de votos em um município, como aponta Avelino, Biderman e Silva (2011), talvez não seja uma estratégia eleitoral intencional, mas uma condição inerente ao candidato desconhecido e com pouco acesso aos recursos do partido. Com o passar do tempo, o político ao crescer dentro da hierarquia partidária ganharia acesso aos recursos do partido, tais como estrutura física e financeira, conseguindo então ampliar a difusão das informações políticas através de sua rede de contatos e da mídia de massa em uma área geográfica maior. Esse político então, passaria a ter inicialmente uma votação concentrada regionalmente e posteriormente dispersa pelo distrito eleitoral, apresentando uma distribuição espacial de voto “disperso-dominada” ou “disperso compartilhada” pelo postulado de Ames (2003, 2012). Uma outra causa para que ocorresse esse efeito, seria o fato do candidato local ter mais facilidade de mobilizar os eleitores da sua região por ser mais conhecido (RICE; MACHT, 1987), o eleitor partiria do princípio de que o candidato local tenderia a defender mais seus interesses e trazer mais benefícios para a sua comunidade. Esse aspecto do efeito de “amigos e vizinhos” seria então uma clara referência à conexão eleitoral e às práticas clientelistas.

No entanto, entendemos que a adoção da territorialização da atividade parlamentar como mostram Castro (1992) e Magdaleno (2010), ou a tentativa de distritalização dos votos pelos candidatos seriam vantajosos dependendo da oferta local de votos versus incidência de candidatos. Quanto maior a oferta de votos e menor o número de candidatos em um determinado lugar (município ou região), maior seria o estímulo para o político distritalizar sua campanha eleitoral e posteriormente seu mandato através da conexão eleitoral.

O estudo de Magdaleno (2010), por exemplo, mostra que duas áreas do estado do Rio de Janeiro tiveram preferência entre os parlamentares para estabelecer vínculos territoriais: o norte fluminense, “áreas menos urbanizadas e marcadas por relações políticas tradicionais”, com padrões de “dominância”, e a região metropolitana que teria padrões de “compartilhamento”. A região metropolitana, apesar de apresentar um padrão “compartilhado”, tem uma alta oferta de votos. É o mesmo mecanismo encontrado nas eleições presidenciais quando se escolhe um candidato de um estado populoso para obter a vantagem do estado natal, através do efeito de “amigos e vizinhos” (ZOLNERKEVIC; FERNANDES, 2016). A “dominância política”, em regiões menos populosas como as rurais, seria efetiva no âmbito da estratégia política se o candidato conseguisse obter uma porcentagem expressiva de votos (80, 90% dos votos). Para

alcançar esse resultado a estrutura social daquele lugar deveria proporcionar um controle clientelista com baixo custo operacional.

Para o sociólogo Olivier Ihl (2004), ao analisar o fenômeno do voto de um ponto de vista antropológico, a estrutura social de cada configuração eleitoral seria o que ele chama de “Política Eleitoral”. Para o autor, o voto, enquanto relação social, usa três dispositivos fundamentais: uma transação ou troca, uma adesão e uma opinião. Se esses fatores, muitas vezes misturados, constituíssem “tipos ideias” poderíamos distinguir várias formas de “política eleitoral”: o voto de troca, o voto comunitário e o voto de opinião.

A troca de bens e serviços por apoio eleitoral numa relação eleitor/candidato constitui o voto de troca ou clientelista. Cada candidato, através da distribuição de favores, tenta criar uma rede de clientes (pessoas e grupos influentes) necessária para a sua vitória. As relações clientelistas geralmente estão associadas a abusos eleitorais como compra de votos, diversas práticas coercitivas para seduzir, convencer e obrigar membros de clientelas rivais. Essa política eleitoral pode se basear também numa relação de obediência e deferência a uma família (senhor da terra), numa amizade instrumental ou uma simples dependência econômica. No Brasil, essa prática está associada às estruturas sociais oligárquicas presentes em partes do país e herdadas do período colonial, onde o oligarca, fazendeiro, latifundiário, dominava uma porção do território e exerceria controle sobre sua população. Pode-se complementar que a prática clientelista também esteve presente durante o período da República Velha sob a forma do “coronelismo”, sistema político nacional pelo qual as lideranças oligárquicas locais, governadores estaduais, definiam previamente os candidatos a serem eleitos e através de fraudes como compra de votos, práticas coercitivas e clientelistas garantiam esse resultado (LEAL, 1975; RICCI; ZULINI, 2012).

A decisão coletiva baseada em interesses de grupo caracteriza o voto comunitário. A mobilização eleitoral se baseia em reivindicações de pertencimento e conflitos de identidade. Os temas da eleição se referem à condição e à integração de uma comunidade ou grupo dentro de uma sociedade mais ampla. Ocorre tanto em arranjos institucionais consociativistas, que garantem representação dos diversos grupos que compõem uma sociedade nacional dívida por razões históricas, étnicas ou religiosas, como em arranjos institucionais autoritários, hierarquizados, quando um grupo suprime os direitos de outro.

Finalmente, a decisão individual dos eleitores em torno da adesão a uma tendência ou ideologia política representa o voto de opinião. O candidato apresenta seu programa e suas

propostas e o eleitor decide o voto através da sua avaliação individual sobre as ideias apresentadas.

O nosso argumento é que em cada lugar, de acordo com sua estrutura social, poderiam ser encontradas essas “políticas eleitorais”, ou seja, a estrutura social é condicionante para a existência dessas configurações nos lugares. Essa variação das “políticas eleitorais” pode ser analisada também do ponto de vista temporal, como na transição histórica do voto coletivo para o individual e adoção do sufrágio universal. Durante o século XIX a competição e o pluralismo político ainda eram restritos; a maioria dos países ainda se adotava o voto aberto e o censitário¹⁸. Mais ainda, as eleições, assim como no período coronelista no Brasil, eram decididas por meio de acordos e compra de votos entre as elites: a disputa eleitoral ocorria mais no âmbito da decisão de qual área cada família ou grupo iria controlar e manter influência perante os eleitores. Os resultados eleitorais eram quase unânimes (voto coletivo), não existindo propriamente uma disputa nas urnas. No Reino Unido, por exemplo, Stokes (2011) demonstra que as práticas clientelistas, o suborno e a fraude eleitoral eram amplamente difundidos. Porém, com o passar do tempo, a diminuição nas restrições ao voto, a criação de uma legislação mais dura contra as fraudes e mais a adoção do voto secreto, tornaram cada vez mais difícil o controle do eleitorado através daquelas práticas. Esse processo culminou no consenso entre as elites políticas de que a disputa eleitoral baseada no convencimento programático e ideológico seria mais lógica e menos custosa do que através do clientelismo e da fraude.

Analisando, na perspectiva de Agnew, o espaço da política nacional como um mosaico de lugares possivelmente encontremos, tanto lugares com estruturas sociais e relações políticas arcaicas onde o custo de se manter uma relação clientelista entre representados e representantes é ainda vantajosa, como outras integradas ao sistema de representação política baseado no voto de opinião. O sociólogo Willibald Sonnleitner (2010), por exemplo, utiliza essas três “políticas eleitorais” para classificar os lugares dentro da província de Chiapas no México. Usando como parâmetro os resultados eleitorais, o autor associa o voto comunitário com altas taxas de votação para um mesmo partido em várias eleições consecutivas em regiões rurais e indígenas; o voto clientelista com altas taxas de votação a partidos diferentes num mesmo lugar ao longo do tempo, em que as elites e os partidos vão se revezando no controle clientelista (figura 9); e

¹⁸ Quando existiam certas exigências e restrições para votar e se candidatar, geralmente associadas à posse de propriedade e renda.

finalmente o voto de opinião com uma diferenciação porcentual mais estreita entre os candidatos.

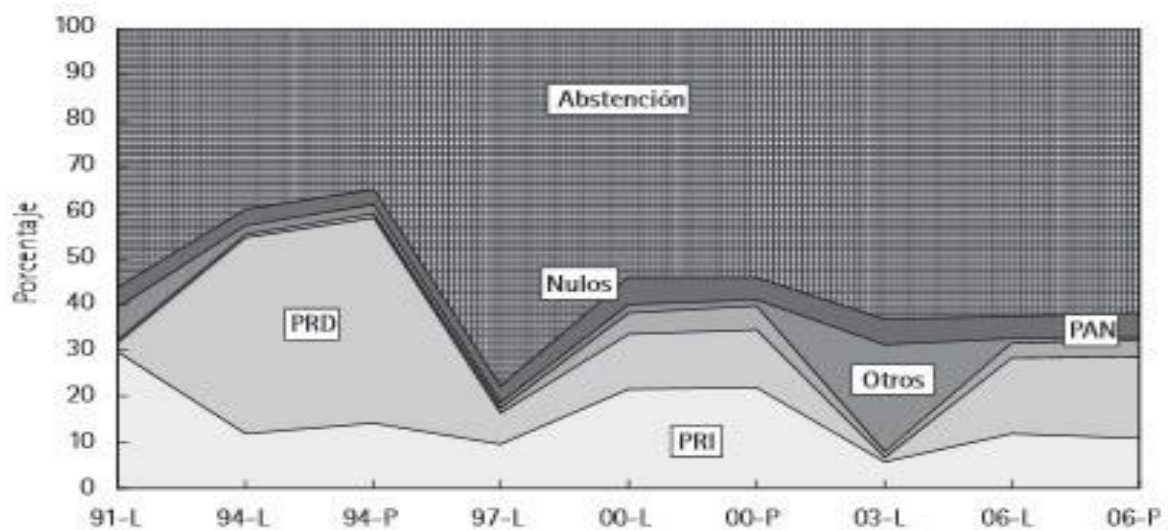


Figura 9 – Evolução da porcentagem de votos de uma seção eleitoral do município de San Cristóbal de las Casas na província de Chiapas, México. Fonte: Sonnleitner (2010). Nota: Segundo Sonnleitner (2010) essa seção eleitoral apresentaria padrões de votação condizentes com o voto clientelista.

No Brasil, ao estudar a questão da dominância eleitoral, o grau de concentração eleitoral existente em cada município, Marengo (2013), constata que em municípios menores é pouco frequente um prefeito ser eleito com menos de 50% dos votos, concluindo que “a escala demográfica, concentração de oportunidades econômicas ou o acesso restrito à informação dificultam a constituição de uma arena eleitoral pluralista competitiva (... p.9)”. Mais ainda, o autor afirma que em pequenos municípios (rurais ou urbanos) os vínculos pessoais ainda predominam, reduzindo espaço para competição política, enquanto que nos grandes centros urbanos a escala populacional e a impessoalidade nas relações públicas e de mercado favorecem a constituição de uma arena eleitoral competitiva. Carvalho (2003, p.81), mostra que nas eleições para a câmara dos deputados de 1998, 72% dos municípios da região nordeste apresentavam um padrão de alta concentração de votos para um único candidato, com estados como Paraíba e Piauí chegando a 82%, enquanto que esse valor na região sul seria de apenas 34%. Podemos concluir que em municípios pouco desenvolvidos, com baixa população e reduzida competição política, essa estrutura social específica contribuiria para um baixo custo na adoção de práticas clientelísticas.

Entende-se aqui a competição política como busca por votos pelos partidos através do convencimento programático e ideológico em um ambiente onde a “política eleitoral” predominante é o voto individual. Há outras formas de competição política como a do coronelismo na República Velha e o período do voto aberto e censitário no Reino Unido, como descritos anteriormente.

Devemos ponderar que essa falta de pluralidade e competitividade política em municípios menores e com pouca população pode ser atribuída também às regras eleitorais que, por exemplo, determinam nas eleições legislativas municipais a quantidade de representantes de acordo com a população, ou seja, municípios com baixa população tem um menor número de representantes no legislativo local. Dessa forma é pouco provável a existência física de um grande número partidos (diretórios e comissões provisórias, GUARNIERI, 2011) que teoricamente contribuiriam para uma maior diversidade das informações políticas circulando nos lugares.

Se considerarmos o argumento de Castro (1992) de que nas democracias representativas a disputa entre as elites pela administração dos recursos no território teria sido transferida para a arena política, então em municípios pequenos e em regiões menos desenvolvidas devido à escassez de recursos econômicos existiria um menor número de agentes suficientemente fortes para a disputa política e eleitoral; ao mesmo tempo, o controle das elites dominantes sobre os recursos e o eleitorado através de práticas clientelistas teria um custo suficientemente baixo para se perpetuar ao longo do tempo. Assim, quando numa região ocorre um desenvolvimento causado por processos econômicos e sociais mais amplos e não totalmente controlados pelas elites locais, a estrutura oligárquica e clientelista pode ruir, surgindo novos atores políticos capazes de disputar o poder, seja por causa da multiplicação das oportunidades econômicas, seja pela intensificação das clivagens e da desigualdade social, criando novas demandas a serem representadas. Em outras palavras, o desenvolvimento econômico social seria indutor de um aumento do pluralismo e da competitividade eleitoral.

Esse último argumento não é novo, sendo conhecido na ciência política como “teoria da modernização” (VANHANEN, 1997). Essa teoria sustenta que a democracia estaria relacionada com o grau de desenvolvimento de um país: o aumento da urbanização, da instrução da população e da produção econômica estimulariam a formação de um eleitorado mais independente, esclarecido, e de um sistema político mais plural e competitivo, ao mesmo tempo

que diminuiria a força política dos partidos tradicionais de base oligárquica rural (MARENCO, 2013).

O argumento contrário a essa teoria da modernização, que na verdade não a refuta, é a de que a maioria do eleitorado mora nas áreas mais urbanas e desenvolvidas do país, sendo portanto essa diferenciação das políticas eleitorais entre os lugares menos relevante para se compreender ou prever o resultado eleitoral de uma eleição majoritária como a presidencial. Nesse sentido, entramos em outra discussão que seria qual é o real papel dos estudos eleitorais do ponto de vista científico. Serviriam unicamente como subsídio para a previsão e compressão dos resultados das eleições ou também ajudariam na compreensão de como os eleitores se comportam e tomam as suas decisões nos lugares onde vivem. O voto é um dos poucos fenômenos sociais onde o pesquisador consegue registros periódicos e de forma detalhada na menor escala possível, dessa forma a sua análise nos lugares pode trazer informações que conduzam a conclusões para além da esfera político-eleitoral, como por exemplo, a cultura e organização social das populações locais.

Em resumo, nesse capítulo analisamos criticamente os estudos no Brasil sobre a geografia da representação política, defendendo que a adoção de estratégias político-eleitorais como a distritalização do mandato parlamentar e das campanhas através, por exemplo, da territorialização dependeria das condições locais para a difusão espacial das informações políticas sobre os candidatos e da estrutura social dos lugares que influenciariam no custo da adoção de práticas clientelistas e da conexão eleitoral como um todo.

Capítulo 4

INFLUÊNCIA DO CONTEXTO E AS REDES SOCIAIS DE CONTATO E COMUNICAÇÃO POLÍTICA

Nesse capítulo iremos discutir alguns elementos específicos do contexto que podem influenciar o comportamento político tais como localização, padrão de deslocamento espacial e configuração das redes de interação social. Apresentaremos os estudos sobre redes sociais de contato e comunicação do cientista político Robert Huckfeldt e colegas, tentando relacioná-los aos trabalhos sobre o efeito de vizinhança e perspectiva de lugar na geografia. Concluímos que do ponto de vista contextual o comportamento eleitoral dos indivíduos pode ser entendido como sendo estruturado em dois níveis distintos: primeiro, por sua rede de contatos sociais e comunicação política, e segundo, pelo contexto entendido como “lugar”, onde ele vive e pratica sua vida social, com a hipótese de que as redes de contato social e o padrão de deslocamento espacial em um espaço urbano “modulariam” a influência do contexto geográfico no comportamento eleitoral.

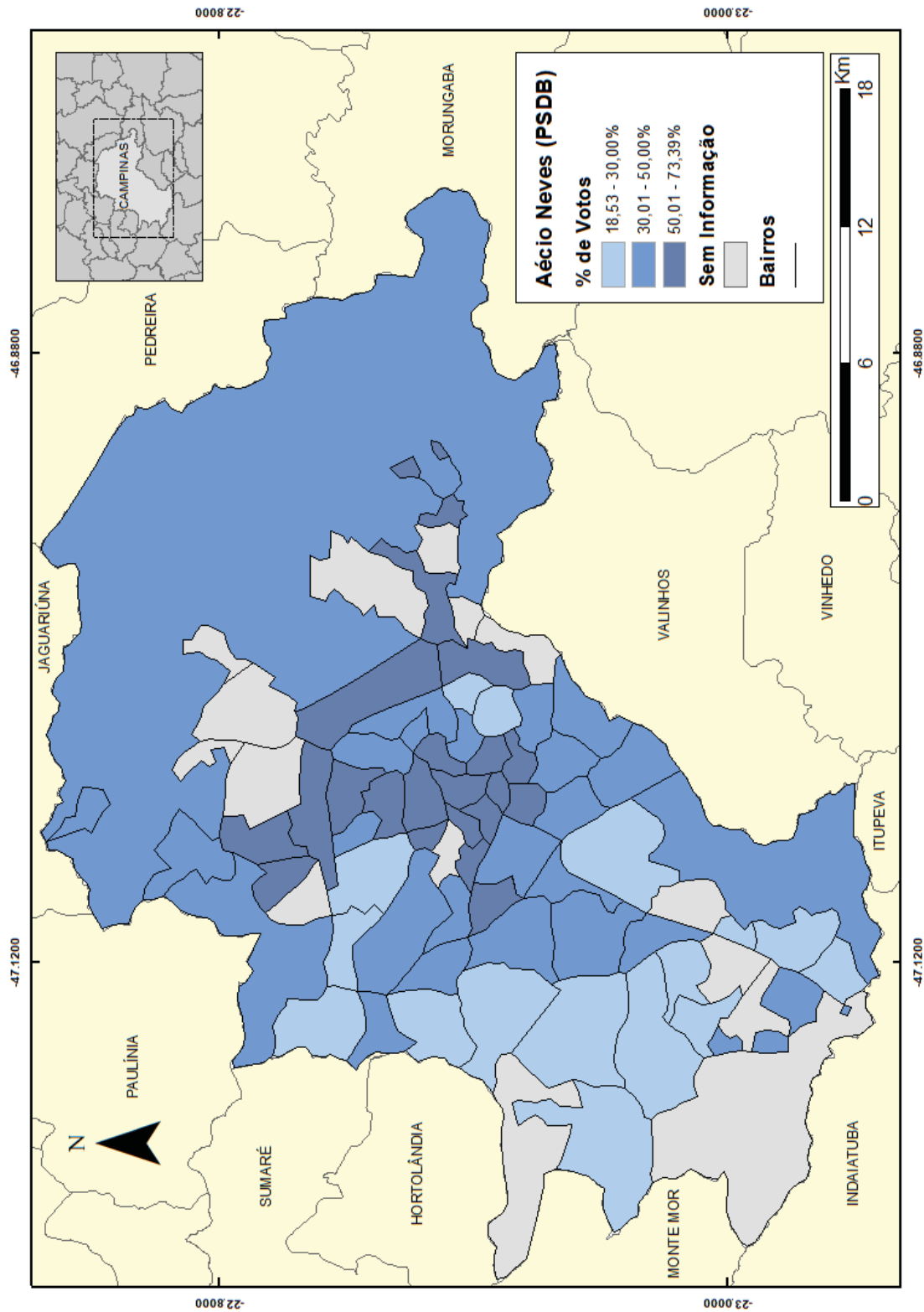
4.1 – Noção de contexto e os efeitos contextuais na geografia

Os primeiros estudos da geografia eleitoral de Siegfried e Turner, através da comparação de mapas, mostraram como os padrões espaciais de votação podem corresponder às características físicas, culturais e socioeconômicas das regiões. Em uma escala urbana, essa associação pode ser encontrada entre o voto e as características sociais dos bairros ou distritos, principalmente em sociedades com clivagens sociais bem definidas e consolidadas: por exemplo, a associação entre bairros ricos e pobres e um maior ou menor apoio para determinado partido.

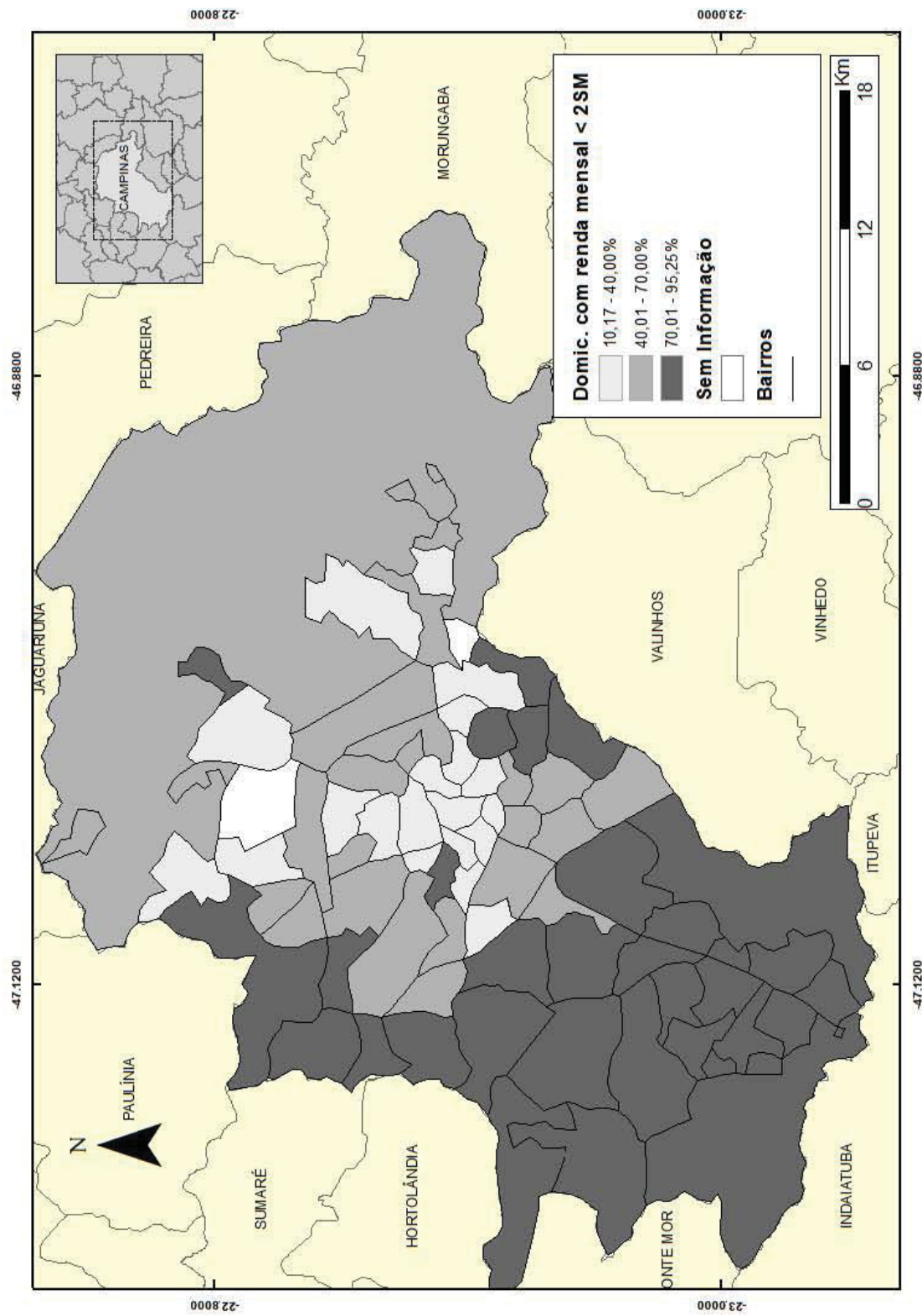
Esse fenômeno pode ser verificado quando comparamos mapas sobre renda e voto nas eleições presidenciais brasileiras de 2014 em dois lugares diferentes: os municípios de Campinas e Guarulhos, ambos no estado de São Paulo (mapas 1 a 4). Através da comparação visual dos mapas observa-se evidências de uma associação entre o apoio a PT e PSDB e as características socioeconômicas dos bairros, aqui representadas pela variável renda (porcentagem de domicílios permanentes com renda mensal menor que dois salários mínimos¹⁹). Quanto mais pobre o bairro, maior o apoio ao PT, o oposto ocorrendo com o PSDB. Por exemplo, observamos na cidade de Campinas, comparando os mapas 1 e 2, que os bairros

¹⁹ De acordo com dados do censo de 2010 do IBGE.

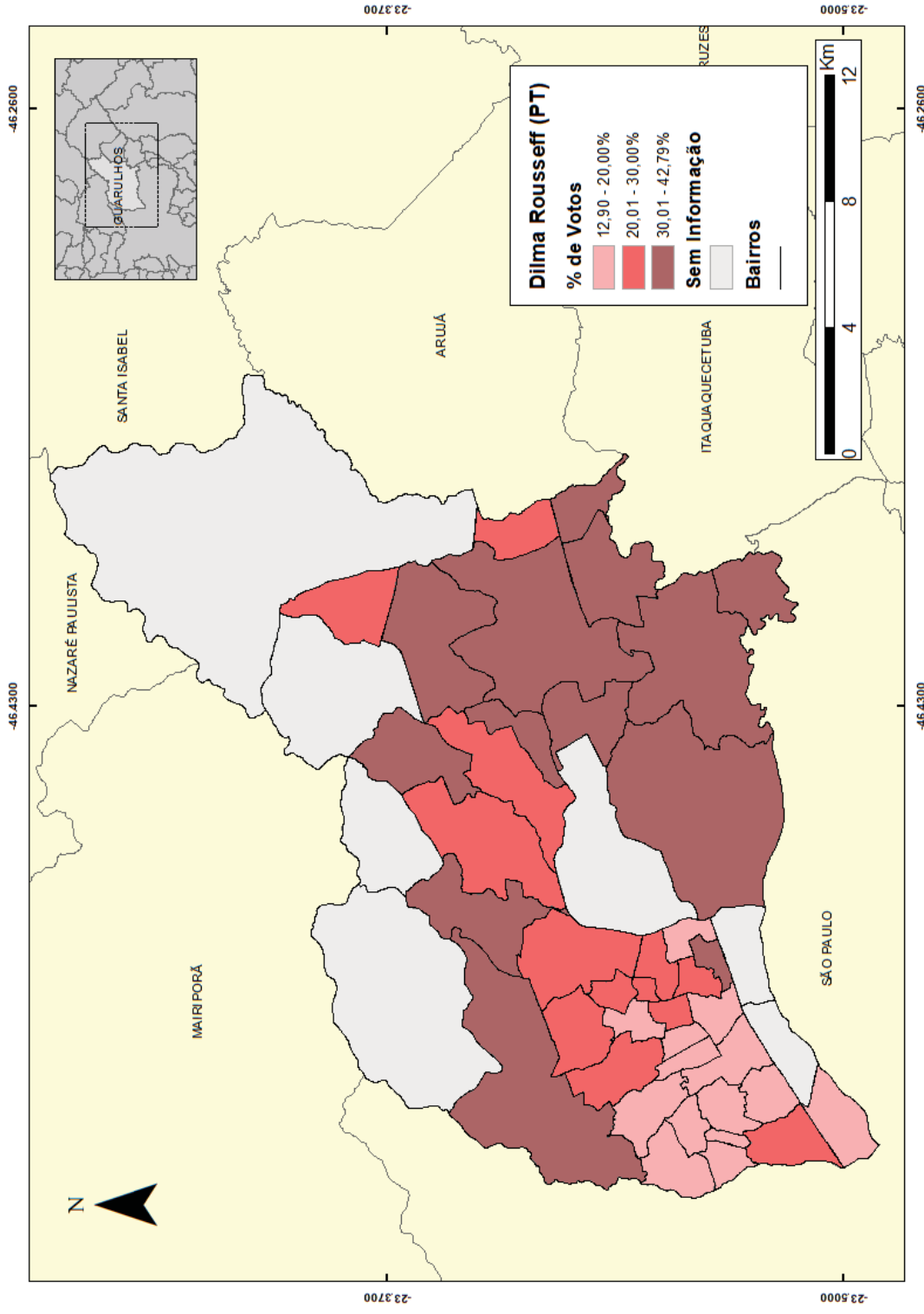
com maior renda (10 a 40% de domicílios com renda menor que dois salários mínimos) são aqueles onde o candidato Aécio Neves obteve maior votação (50 a 70% dos votos válidos). Na cidade de Guarulhos, comparando os mapas 3 e 4, observa-se que os bairros mais pobres (80 a 90% de domicílios com renda menor que dois salários mínimos) foram os que apresentaram a maior votação para o PT.



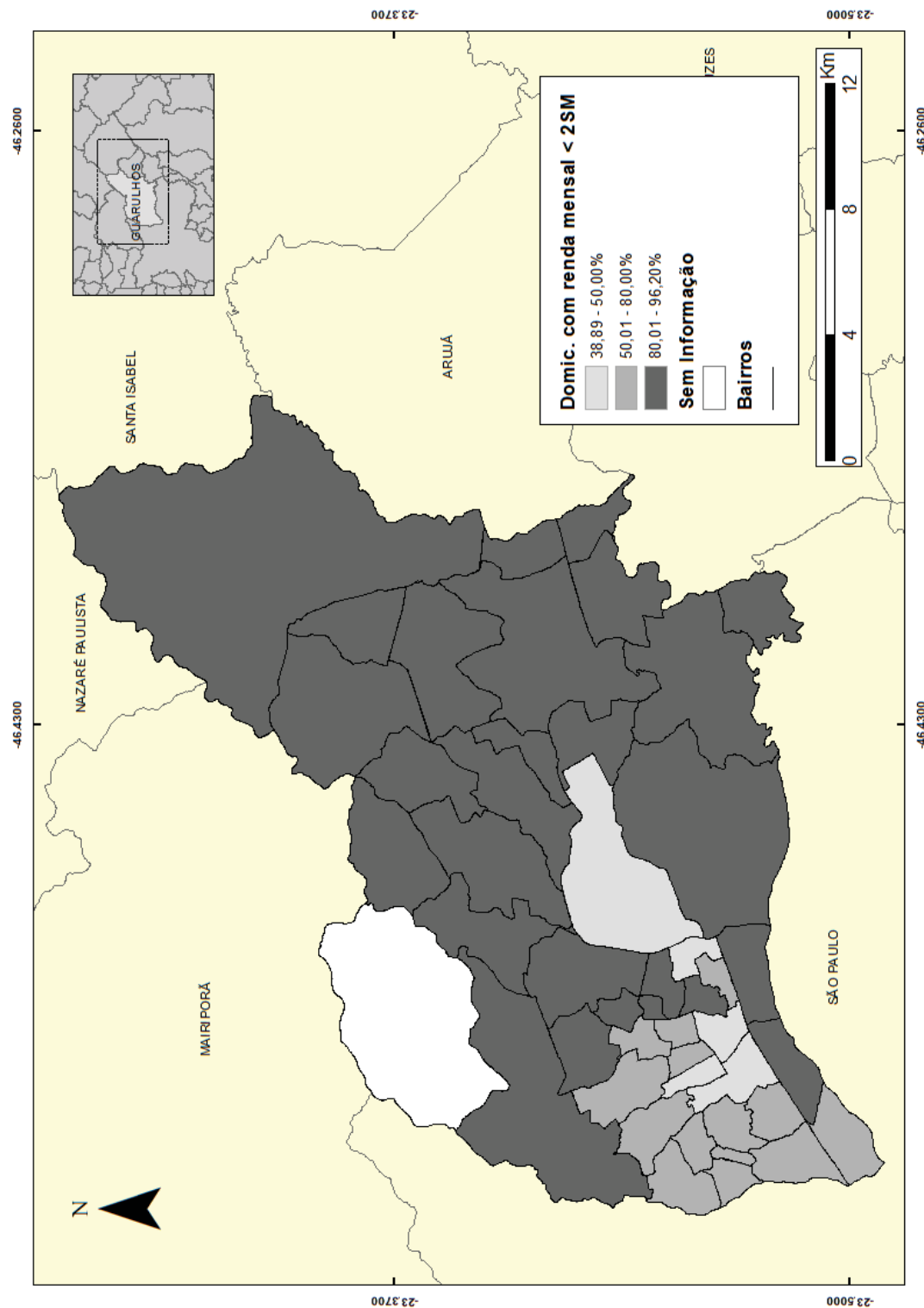
Mapa 1 – Porcentagem de votos para o candidato Aécio Neves do PSDB na cidade de Campinas, na escala dos bairros no primeiro turno da eleição presidencial de 2014. Fonte: TSE, IBGE e elaboração própria.



Mapa 2 – Percentagem de Domicílios permanentes com renda mensal menor que 2 salários mínimos, na escala dos bairros na cidade de Campinas. Fonte: IBGE, Censo de 2010, elaboração própria.



Mapa 3 – Porcentagem de votos para a candidata Dilma Rousseff do PT na cidade de Guarulhos, na escala dos bairros no primeiro turno da eleição presidencial de 2014. Fonte: TSE, IBGE e elaboração própria.



Mapa 4 – Porcentagem de Domicílios permanentes com renda mensal menor que 2 salários mínimos, na escala dos bairros na cidade de Guarulhos. Fonte: IBGE, Censo de 2010, elaboração própria.

O geógrafo eleitoral francês contemporâneo Michel Bussi (2008), em um pensamento estruturalista, defende que os estudos eleitorais na geografia deveriam se concentrar em como as estruturas do capital interferem nas características e composição social dos bairros em uma cidade. O autor argumenta que com o aumento da locomoção espacial das pessoas aumentaria também a capacidade mobilizatória do capital sobre elas para que reproduzissem no seu comportamento a competição espacial intra-urbana existente entre os lugares, através de estímulos institucionais tais como planejamento urbano, amplificando assim o mecanismo de seleção urbana sobre a distribuição das pessoas nas cidades. Em outras palavras, com o aumento da mobilidade e da capacidade de realocação, a distribuição das pessoas no espaço seria cada vez mais determinada por processos relacionados aos interesses do capital no espaço urbano e menos pelas escolhas voluntárias das pessoas. Um desses processos espaciais é o da “gentrificação”, palavra inglesa que se refere à transformação da composição social de certas áreas e bairros de uma cidade através de intervenções urbanas privadas ou estatais, levando a uma valorização dessas áreas e conseqüente expulsão de antigos moradores de baixa renda. Esse processo portanto, refletir-se-ia em última instância na alteração dos padrões espaciais de votação dos partidos e candidatos. Assim, nessa perspectiva, o geógrafo eleitoral deveria ser preocupar com o porquê de haver uma concentração de ricos ou pobres em certos bairros como no nosso exemplo de Campinas e Guarulhos.

Porém, mais do que uma constatação de que a localização das pessoas com certas características sociais no espaço se reflete em um determinado padrão espacial do voto, os estudos sobre os efeitos contextuais no comportamento eleitoral têm como objetivo tentar responder à seguinte questão tautológica: o lugar influencia no modo das pessoas votarem, ou simplesmente, as pessoas que votam de uma determinada maneira moram num determinado lugar. Em outras palavras, o contexto influi realmente no comportamento eleitoral das pessoas?

O conceito de “contexto” na literatura geográfica e nas ciências humanas como um todo ainda não é muito claro como pode ser visto na tentativa de definição do cientista social Lawrence Grossberg (2013):

“(...) uma singularidade que é também uma multiplicidade, um conjunto ativo, organizado e organizador de relationalidades (...) que condiciona e modifica a distribuição, função e efeitos – o próprio ser e identidade – dos eventos que são eles mesmos ativamente envolvidos na produção do próprio contexto. Contextos são produzidos mesmo que eles “articulem” os “fatos” ou individualidades e relações que os compõem. Contextos estão sempre em

relação a outros contextos, produzindo conjuntos complexos de relações e conexões multidimensionais. Eles são o resultado de e incorporam múltiplas tecnologias – residuais, dominantes e emergentes – que estão ativamente envolvidas na (auto-produção) do contexto. Essas tecnologias definem os mecanismos e modalidades de articulação ou tornam-se – condensações de múltiplos instrumentos, múltiplos processos, múltiplos projetos e múltiplas formações – que impõem uma organização, uma individualidade e uma conduta particular às “populações” do contexto. Grossberg (2013, p. 34, tradução nossa)”

Na geografia política, a concepção de contexto ou lugar tem se afastado de uma visão puramente geométrica e cartesiana, para uma que considera também o conjunto de relações e processos associados que talvez sejam difíceis de mensurar (LINKE; O’LOUGHLIN, 2015). Na concepção de lugar ou contexto geográfico de autores pós-estruturalistas, como John Agnew e Dorren Massey²⁰, além das suas características quantitativamente mensuráveis, considera-se suas conexões com outros lugares e processos, os quais interferem na forma como o lugar é construído no espaço e tempo a partir das práticas sociais. Dessa forma, a definição de contexto “geográfico” entendida por esse trabalho é: um “lugar físico” sem uma escala pré-definida, associado a processos econômicos e sociais, relações de identidade, experiências vividas pelas pessoas a partir das atividades cotidianas, e conexões com outros lugares que modificam e interferem na vida de seus moradores. Em uma microescala, o termo contexto pode também se referir simplesmente ao ambiente mais próximo do eleitor onde ocorrem as suas relações sociais e que como vimos é entendida no modelo de Cox (1969a) como uma rede (network).

Como já visto, a relação de causalidade entre as características dos lugares e certos comportamentos de voto está na forma como as pessoas são socializadas através dos lugares: o indivíduo age de acordo com os elementos encontrados no ambiente (milieux) ou contexto social onde ele está inserido e realiza a sua vida cotidiana. A vida cotidiana nesse ambiente próximo ao indivíduo serviria como balizador ou fronteira do seu aprendizado social, inclusive no que diz respeito à política.

No modelo de Cox (1969a), as pessoas tomam suas decisões a partir das fontes de informação (vizinhos, amigos, partidos, instituições locais) que estão mais próximas a elas tanto geograficamente quanto socialmente. Os acontecimentos e os temas de relevância numa determinada eleição são recebidos, enviados e interpretados por essas fontes de informação mais próxima que funcionam como um filtro, mediando, adequando e contextualizando esses

²⁰ “ (...) place or context may be defined by group membership or network ties in addition to physical location Massey (1994)”.

tópicos de discussão para a realidade cotidiana do local e do seu ambiente social mais próximo. As informações transmitidas pelas mídias de massa de escala nacional como a televisão são interpretadas de maneiras diferentes pelos indivíduos de lugar para lugar, de acordo com cada estrutura social específica: identidade, relações de trabalho, composição étnica e religiosa, etc (AGNEW, 1987).

A evidência empírica mais estudada da influência do contexto sobre o comportamento político é o efeito de vizinhança, quando as características do meio social local influenciam no modo como as pessoas pensam e agem, fazendo com que, por exemplo, votem diferentemente do que seria esperado apenas pelas suas características composicionais. Os primeiros estudos sobre o efeito de vizinhança demonstravam como certos resultados locais eram desviantes dos padrões nacionais de apoio eleitoral, porém na perspectiva de “lugar“ de Agnew, esses resultados seriam a prova de que o comportamento eleitoral é intrinsecamente geográfico e localmente estruturado.

Os estudos sobre o efeito de vizinhança mostram que o indivíduo seria influenciado pelo contexto através da interação social com o meio (*milieux*), principalmente via conversação com os seus vizinhos (MILLER, 1977 apud MACALLISTER et al., 2001). Quanto mais homogênea for a composição social e a opinião política da vizinhança, maior será a força de persuasão da maioria sobre a minoria. Os indivíduos em minoria teriam duas opções principais: serem persuadidos através de uma pressão social para se comportar como a maioria ou se isolarem socialmente.

Haveria outros processos pelos quais os eleitores seriam influenciados pelo contexto visto como lugar, por exemplo, a observação pessoal da situação econômica local. Como vimos, é intrínseco ao capitalismo a desigualdade espacial a nível de desenvolvimento econômico entre os lugares: alguns lugares acabam sendo mais prósperos economicamente que outros. Johnston e Pattie (2006) argumentam que as pessoas nos lugares conseguiriam, no caso da Inglaterra, adotar um comportamento político racional baseado em uma avaliação retrospectiva e prospectiva da economia, relativizando a sua condição econômica individual com a da sua região e a do seu país. Nas campanhas eleitorais, dentro dessa lógica, os candidatos ou partidos políticos incumbentes tentariam atribuir a prosperidade em certas áreas à sua atuação e se eximir da responsabilidade no caso de piora das circunstâncias em outras.

No entanto, se considerarmos a influência contextual sobre o comportamento político no nível urbano, os estudos do Robert Huckfeldt e colegas sobre as redes sociais de contanto e

comunicação política dos indivíduos mostram que a maioria das pessoas nesse ambiente têm uma grande mobilidade espacial, mantendo contatos sociais dispersos espacialmente, sendo portanto menos influenciadas pelo seu contexto social de vizinhança mais próximo. Esses estudos defendem analogamente aos estudos sobre a influência do “lugar” e do contexto no comportamento que os acontecimentos políticos teriam impactos diferentes sobre os indivíduos dependendo do ambiente dentro de suas redes sociais de comunicação. Essas redes, por sua vez, formariam um “espaço social” que não corresponderia necessariamente a um contexto geográfico de vizinhança específico, podendo-se então analisar a influência de ambos (redes e contexto) no comportamento de modo separado, porém dependente. A configuração espacial e a distribuição de opiniões políticas dentro dessas redes poderiam minimizar o impacto dos acontecimentos políticos, assim como chamar a atenção ou até magnificar a consequência desses eventos na opinião política individual. Em outras palavras, essas redes sociais, assim como o “lugar”, teriam a capacidade de estruturar o comportamento eleitoral dos indivíduos.

4.2 – Redes sociais de contato e comunicação política: a tese contextual

O contexto e os efeitos contextuais também são estudados na sociologia política e de maneira geral são vistos como tendo influência limitada no comportamento das pessoas (MCDANIEL, 2014). Para os primeiros autores da escola sociológica de Columbia (LAZARFELD; BERELSON; GAUDET, 1948), a escolha do voto seria influenciada pelas características sociológicas individuais das pessoas (religião, classe social, etc.) mas também seria reforçada pela interação com o ambiente social mais próximo (família, colegas de trabalho, conhecidos, etc), enfatizando a importância dos grupos sociais para o comportamento eleitoral. Os estudos que defendem a influência da interação social entre as pessoas no seu ambiente mais próximo são chamados de “tese contextual”.

Um dos cientistas políticos dessa perspectiva de análise é o americano Robert Huckfeldt que concentra seus estudos na influência das redes sociais de contato e comunicação sobre o comportamento político das pessoas. Como veremos a seguir, apesar desses estudos restringirem o papel do contexto no comportamento eleitoral, acabam chegando a conclusões parecidas e até análogas às da geografia eleitoral. Para Huckfeldt a compreensão do comportamento político individual dos eleitores, assim como o comportamento agregado de um distrito ou bairro, passa pela análise dos padrões de interação social dos eleitores vistos como cidadãos interdependentes dentro de redes de comunicação política:

“Primeiro e acima de tudo, a política não pode ser integralmente entendida em termos de grupos agregados de cidadãos mais do que ela pode ser entendida integralmente em termos de indivíduos. Uma análise que foca em cidadãos individuais isolados uns dos outros é politicamente e cientificamente incompleta. E as análises estão igualmente comprometidas se elas focam inteiramente em agregados – estado, condado, distrito – sem considerar os padrões de interdependência que existem entre os indivíduos que povoam essas unidades agregadas. A moral é que a política em ambos os níveis micro e macro, gira em torno de cidadãos interdependentes, e ao menos que essa interdependência seja considerada, nós corremos o risco de ignorar um aspecto fundamental da política (HUCKFELDT; JOHNSON; SPRAGUE, 2004 p.216, tradução nossa).”

O argumento principal desses estudos é que não existem indivíduos totalmente autônomos e politicamente isolados, as sociedades democráticas são compostas de cidadãos que dependem uns dos outros para obter informações e conselhos políticos para a tomada das suas decisões eleitorais. Huckfeldt, Johnson e Sprague (2004) citam o argumento de Durkheim de que os grupos formados por indivíduos interdependentes (redes de contato e comunicação), como é o caso no comportamento político, produzem uma realidade empírica totalmente diferente daquela dos indivíduos considerados autônomos ou isolados socialmente.

A opinião e o comportamento político dos indivíduos não podem ser explicados fora do ambiente onde eles ocorrem (HUCKFELDT, 1986). Assim como nos estudos da geografia eleitoral, o autor defende que as características composicionais dos indivíduos, sozinhas, não determinam as ações e opiniões políticas das pessoas, sendo que estas devem ser entendidas em termos de relações sociais dentro de um ambiente. Dessa forma, o autor estuda a maneira pela qual as relações e os padrões de interação social são estruturados dentro de um contexto de vizinhança e como influem no comportamento político. Aqui o termo “vizinhança” refere-se a um grupo de residentes que compartilham uma localidade geográfica e o “contexto” refere-se à composição social da população que ali vive.

Essa interação social no contexto seria politicamente influenciável em dois níveis: pessoal e informal. Interações sociais pessoais através, por exemplo, de grupos (redes de amigos, comunidades, paróquias, etc.) dentro de um contexto social serviriam como um importante recurso de informação e conselho político, enquanto que as interações sociais impessoais (ou casuais), que inevitavelmente ocorrem numa vizinhança, podem contradizer ou reforçar as

opiniões, crenças, identidades políticas e sociais das pessoas. Essas duas formas seriam importantes para o comportamento político e ambas estariam sujeitas a variação de acordo com o contexto social.

O contexto social circunscreve as oportunidades para as interações sociais interpessoais, impondo situações sociais “inescapáveis” que possivelmente podem ser desagradáveis ou contraditórias trazendo informações que vão influenciar a opinião política do indivíduo. Na verdade, a política não é uma atividade central na vida das pessoas, as pessoas buscam frequentar e são atraídas por determinados contextos sociais por motivos diversos da afinidade política. Por exemplo, as pessoas buscam trabalho em certo lugar por que o salário é melhor ou residem em certos bairros mais condizentes com a sua renda, e assim por diante. A escolha da associação pessoal entre os indivíduos seria frequentemente influenciada e estruturada pela proximidade residencial. Dessa forma, o contexto social de um bairro urbano influenciaria no conteúdo da interação pessoal entre os indivíduos e na formação de grupos homogêneos. Esse argumento se aproxima dos estudos empíricos de Kevin Cox (1969b) sobre o contágio espacial pelas redes sociais locais sobre novos moradores de bairros residenciais.

Huckfeldt (1986) encontra resultados parecidos com os da geografia eleitoral sobre o efeito de vizinhança. Na cidade de Buffalo (EUA), constata que membros da classe trabalhadora que moram nos bairros em que são maioria têm maior probabilidade de apoiar o Partido Democrata. Pessoas não pertencentes à classe trabalhadora e que moram nesses mesmos bairros também têm uma maior tendência de serem Democratas. Membros da classe média tendem a ser Democratas, quanto mais amigos de classe trabalhadora tem, e quanto mais trabalhador é o seu bairro de residência. Em outras palavras, a composição social dos bairros de certa forma influencia os padrões de interação entre as pessoas, levando os seus moradores a convergirem para a opinião política da maioria, não importando as características composicionais individuais.

Em trabalhos posteriores, o autor concentra seus estudos nas interações pessoais dos indivíduos dentro das redes de contato e de comunicação social, defendendo que enquanto o contexto social é estruturalmente imposto ao indivíduo, as redes sociais são coletivamente construídas pelas pessoas. Essas redes representariam o produto do conjunto de escolhas feitas pelos seus membros, porém essas escolhas seriam circunscritas pelas oportunidades e limitações impostas pelo contexto (HUCKFELDT; SPRAGUE, 1987). Em outras palavras, de

um lado os indivíduos escolhem os seus amigos e o conteúdo das discussões e de outro o contexto restringe os possíveis contatos pessoais e informações aos quais ele terá acesso.

Os eleitores tenderiam a pertencer a redes sociais de comunicação politicamente homogêneas porque naturalmente os indivíduos buscam se associar a pessoas que têm opiniões parecidas com as suas. As pessoas busariam evitar a exposição via interação social a informações conflituosas através, por exemplo, da exclusão das suas redes de contato social de pessoas com as quais discordam. Essa ideia é alinhada com o modelo de comportamento do voto racional de Anthony Downs (1999). Segundo esse modelo, os indivíduos racionais para reduzir o custo de obtenção da informação política, buscam obtê-la por meio de contatos pessoais dentro das suas próprias redes que compartilham seus próprios pontos de vista. A forma como as pessoas escolhem com quem vão interagir socialmente, como vão interpretar essas interações e reavaliar as suas próprias opiniões em consequência, é reproduzida pelos indivíduos quando interagem com as mídias de massa e com os formadores de opinião, ou seja, as pessoas buscam ler o jornal, ouvir o programa de rádio que expresse uma opinião política parecida com a sua (HUCKFELDT; SPRAGUE, 1995).

Ao mesmo tempo que as pessoas escolhem as suas fontes de informação de acordo com suas preferências, elas também só obtêm as informações que estão ao seu alcance e disponíveis no seu contexto social. Assim, a escolha individual sobre padrões de associação e discussão política pode ser vista como operando dentro das oportunidades e restrições impostas pelo contexto. Novamente, ideia parecida ao papel da distância espacial no comportamento político do modelo de Cox (1969a) e com a perspectiva de lugar de Agnew (1987), onde as ações e o comportamento das pessoas são produzidos pela vida cotidiana nos lugares, mas ao mesmo tempo restritos pela estrutura social, pelas informações e experiências que as pessoas têm acesso, derivando as ações humanas para uma reprodução recursiva do contexto à sua volta.

Nesse sentido, apesar das pessoas buscarem pertencer a redes sociais de comunicação homogêneas, muitas vezes essas redes apresentam graus de heterogeneidade em relação às informações políticas devido à restrição das oportunidades de contato social dos indivíduos num determinado contexto. No entanto, nos dias de hoje, dificilmente as pessoas conseguem se manter isoladas socialmente em grupos politicamente homogêneos (onde todos os membros sejam concordantes com as suas opiniões), ou seja, é muito difícil que uma pessoa não seja exposta a opiniões discordantes na sua rede de contatos sociais, no seu contexto social de vizinhança e nas mídias de massa (HUCKFELDT; JOHNSON; SPRAGUE, 2004).

Esse grau de heterogeneidade dependeria da configuração espacial das redes sociais. Assim como no modelo de Cox (1969a), o contexto social é visto como uma rede composta de nós, variando de acordo com a distância espacial e o “círculo de conhecidos”. As redes sociais de comunicação no conceito de Huckfeldt variam de acordo com a sua configuração: redes grandes ou pequenas (uma díade, tríade, etc), densas ou dispersas e simétricas ou assimétricas em relação à interação entre seus membros.

Essa variação na configuração das redes de comunicação política pode ser melhor entendida usando os conceitos de “Vínculos Fracos” (“weak ties”) de Granovetter (1973) e de “Buracos Estruturais” (“structural holes”) Burt (1992). Uma rede social é considerada densa quando cada membro está associado com todos os demais da mesma rede. O conceito de “Vínculos Fracos” caracteriza uma situação em que um ou mais dos contatos sociais individuais não interagem com todos os demais da mesma rede. Em uma rede social com poucos vínculos fracos (densa), todos os membros da rede compartilham os mesmos padrões de interação, por exemplo, uma rede de amizade onde os amigos dos seus amigos são também seus amigos. Quanto mais vínculos fracos existirem, maior a probabilidade desses padrões de interação não se repetirem. Como cada vínculo fraco tem uma maior probabilidade de fornecer informações novas e não redundantes, existiria uma maior tendência dos membros dessa rede ficarem expostos a pontos de vista políticos alternativos e até divergentes. Além da densidade, outro fator a ser considerado é o da simetria/assimetria ou reciprocidade/não reciprocidade. Por exemplo, dentro de uma rede de contatos, “A” e “B” são amigos de modo que “A” é fonte de informação para “B”, porém “B” pode não ser fonte de informação para “A” não havendo portanto reciprocidade na interação entre eles (HUCKFELT; SPRASGUE, 1995; HUCKFELDT; JOHNSON; SPRAGUE, 2004).

Podemos fazer uma analogia entre o “círculo de conhecidos” fechado ou aberto do modelo de Cox (1969a) com a rede densa ou dispersa de Huckfeldt. Combinando os dois, podemos dizer que um círculo de amizade é aberto ou fechado de acordo com a quantidade de vínculos fracos existentes (figura 10).

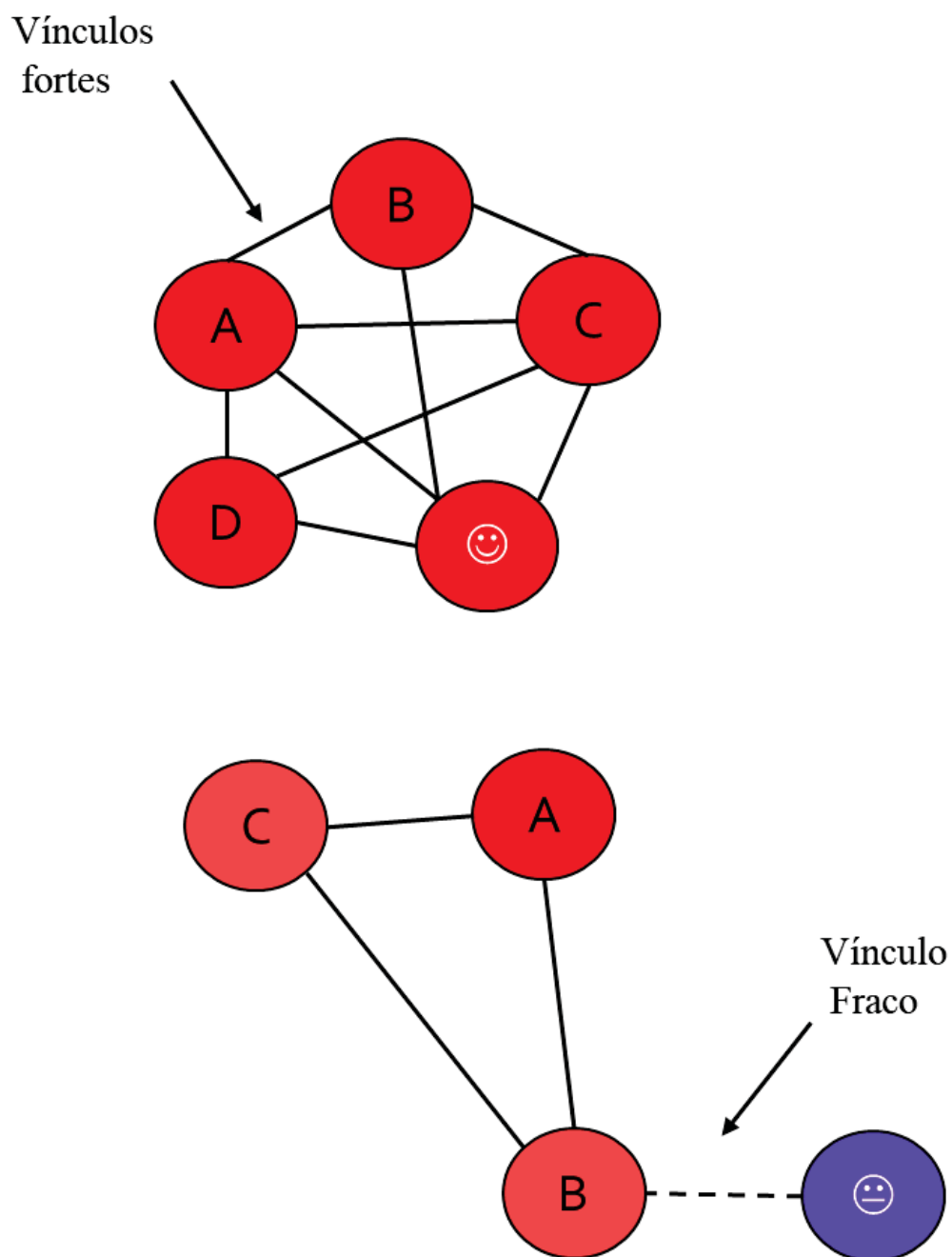


Figura 10 – Exemplo de uma rede social de comunicação densa ou fechada somente com vínculos fortes e uma rede dispersa ou aberta contendo vínculos fortes e fracos. Fonte: elaboração própria.

A falta de conexões fortes entre duas redes de comunicação social é vista por Burt (1992) como um “Buraco Estrutural” que caracteriza a separação entre redes independentes. Um contato social individual poderia funcionar como uma ponte entre duas redes sobre um buraco estrutural (figura 11). Esse contato, encontrar-se-ia numa posição privilegiada por ter acesso a uma maior variedade de fontes de informação, formando uma opinião baseada em perspectivas e pontos de vistas políticos mais diversificados. Ele também funcionaria como vínculo fraco para cada uma das redes, disseminando novas informações e pontos de vista diferentes.

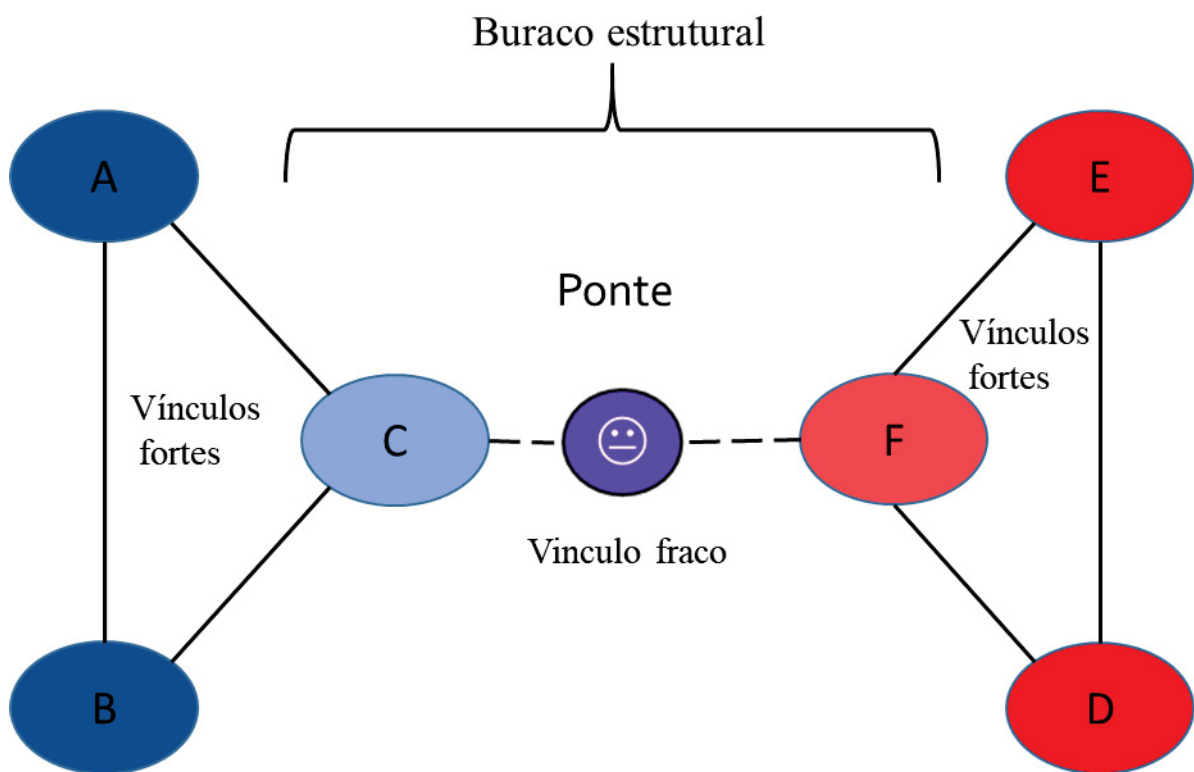


Figura 11 – Exemplo de vínculo fraco servindo como ponte em um buraco estrutural entre duas redes de comunicação previamente independentes. Fonte: elaboração própria.

No artigo “Urban contexts, spatially dispersed networks, and the diffusion of political information” publicado na revista “Political Geography” no ano de 2002, Robert Huckfeldt e seu colega Brady Baybeck defendem que a maioria das pessoas em um ambiente social urbano não estariam atreladas a um único contexto de vizinhança ou “lugar” específico na sua vida social, a tecnologia tornaria possível as pessoas manterem relações sociais independentemente do espaço, da distância e da localização. Elas pertenceriam a redes de contato social e

comunicação política que apresentam uma configuração espacial dispersa²¹ e não restrita a uma localidade física única. Em outras palavras, os membros dessas redes poderiam estar localizados em diferentes lugares e em diferentes distâncias entre si, formando o chamado “espaço social” do indivíduo (figura 12). Esse espaço social criado pelas redes de comunicação pode apresentar grandes distâncias físicas entre seus membros, ultrapassando o limite de um contexto geográfico.

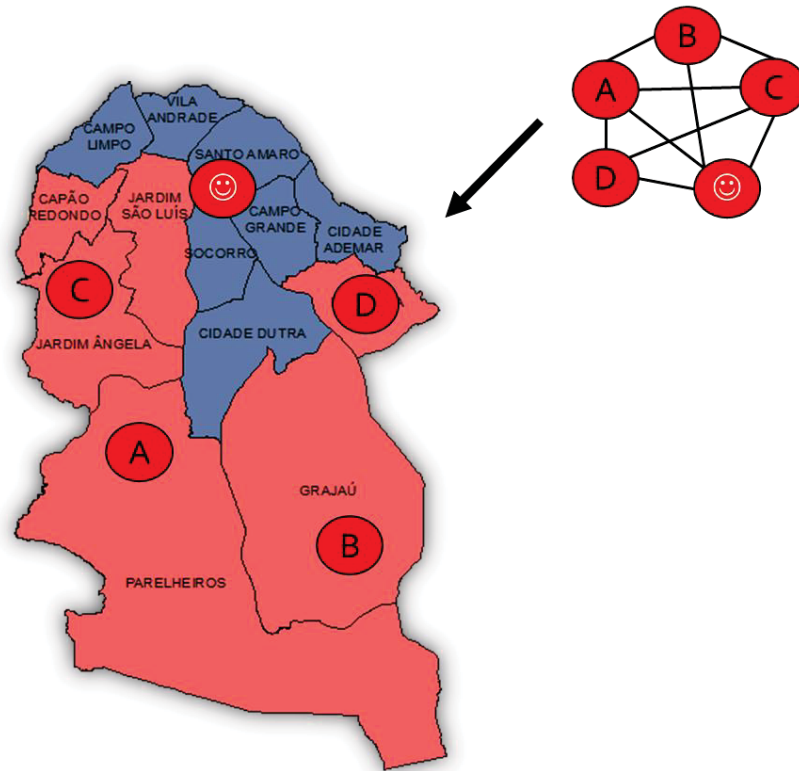


Figura 12 – Espaço social de uma rede social de comunicação dispersa espacialmente.
Fonte: elaboração própria

Mais ainda, as pessoas que moram próximas umas às outras em um mesmo contexto de vizinhança talvez não tenham interações entre si ou não compartilhem da mesma rede social de informações:

“(…) indivíduos que moram um ao lado do outro podem compartilhar a mesma vizinhança geográfica mas podem também estar imersos em redes sem nenhuma conexão. Eles dividem a mesma área geograficamente definida, mas os seus espaços sociais podem ser independentes (HUCKFELDT; JOHNSON; SPRAGUE, 2004 p.34, tradução nossa)”.

²¹ Não confundir “espacialmente dispersa” que se refere a distância geográfica com “dispersa” no sentido de maior número de “vínculos fracos” numa rede.

Por outro lado, o geógrafo francês Michel Bussi (2008), na sua visão estruturalista da geografia eleitoral, considera que na sociedade pós-moderna as pessoas socialmente parecidas e com posições políticas semelhantes (do ponto de vista composicional) acabam morando umas perto das outras sem que necessariamente tenham escolhido fazer-lo ou que tenham contatos sociais intensos com seus vizinhos. Assim, o fato de pessoas vizinhas não interagirem socialmente entre si não impediria que as mesmas tenham opiniões políticas parecidas.

Baybeck e Huckfeldt (2002) realizaram um estudo empírico nas regiões metropolitanas de Indianapolis (Indiana, EUA) e St. Louis (Missouri, EUA) em duas etapas, nos anos de 1996 e 1997. Primeiramente, usando uma lista dos eleitores registrados, entrevistaram uma série deles por telefone, solicitando o nome de cinco pessoas com quem conversavam sobre política, assim como o contato destas últimas. Em um segundo momento, esses interlocutores do primeiro grupo também foram entrevistados. Por fim, utilizando o software de geoprocessamento Arcgis, tanto os endereços dos primeiros entrevistados como dos seus interlocutores foram geocodificados num total de 915 díades (entrevistado/interlocutor). Assim os autores conseguiram mensurar a distância e a dispersão espacial de cada díade de associação.

O resultado da pesquisa revelou que as redes sociais de contato e de comunicação política não estão totalmente contidas dentro dos bairros de residência das pessoas. Enquanto apenas 33% dessas redes apresentavam uma distância média entre o entrevistado e o seu interlocutor de menos de 1 km, portanto caracterizando redes espacialmente concentradas, a maioria das redes (74%), apresentava uma distância de até 10 km, portanto redes espacialmente dispersas.

Redes espacialmente concentradas possuiriam menos vínculos fracos e seriam menores em tamanho e quantidade de membros; já redes espacialmente dispersas se caracterizariam por seu maior tamanho, não se limitando a uma determinada vizinhança, e apresentariam um número maior de vínculos fracos e buracos estruturais.

Os autores identificaram certas características que fariam com que os indivíduos pertencessem a uma rede espacialmente concentrada ou dispersa. A distância média encontrada entre entrevistados e interlocutores que têm parentesco mas que não são cônjuges (“non-spouses relatives”) foi de 4,6 km; a distância entre entrevistados e interlocutores sem parentesco, mas que não são colegas de trabalho foi de 5,7 km; e para colegas de trabalho sem parentesco a distância média elevou-se para 9.2 km. Baseados nesses resultados, os autores argumentaram que indivíduos que trabalham e mantêm contatos com os seus colegas de trabalho e interlocutores sem parentesco, apresentam uma rede social mais dispersa espacialmente e

tenderiam também a ter uma rede social menos densa. Assim, o micro contexto social do local de trabalho contribuiria para a existência de redes espacialmente dispersas e menos densas, porque os colegas de trabalho tendem a morar mais distantes uns dos outros e dificilmente compartilham os mesmos contatos sociais.

Para exemplificar o fato de que pessoas que trabalham têm uma maior probabilidade de manter interações com contatos sociais mais distantes, o estudo utiliza o exemplo de Fuchs (1955) que atribui a divergência na preferência política entre homens e mulheres em bairros judeus da América nos anos 1950 ao fato de que os homens trabalham mais fora, portanto estão mais expostos a interações sociais e opiniões políticas diversas em uma rede social mais dispersa espacialmente, enquanto que as mulheres permanecem em casa ocupadas com os afazeres domésticos e com menos contatos sociais.

Além de considerarem que pessoas empregadas têm uma maior probabilidade de pertencer a uma rede social maior, espacialmente dispersa, menos densa e portanto com um maior número de vínculos fracos e buracos estruturais, os autores acrescentam também a este grupo as pessoas mais instruídas, estudantes e indivíduos que frequentam cultos religiosos e outras organizações comunitárias. Essa constatação relaciona-se com a ideia descrita em Taylor e Johnston (1979) de como o efeito vizinhança e o contexto influenciam de forma diferente o grupo dos locais (idosos, pobres, crianças e donas de casa), que concentram suas interações sociais no bairro de residência, e o grupo dos cosmopolitas que têm uma maior mobilidade espacial.

No entanto, a rede espacialmente dispersa não reflete necessariamente uma maior diversidade social e política nas interações dos indivíduos: uma pessoa que mora em um bairro periférico e trabalha em um bairro central, tem uma maior probabilidade de manter contato com colegas da mesma classe social que moram em outro bairro igualmente periférico. Obviamente o fato dessa pessoa transitar em contextos geográficos diferentes faz com que ela tenha interações sociais mais diversificadas, como as interações sociais impessoais inescapáveis, vivenciando experiências cotidianas igualmente diversas.

Essa constatação de que as pessoas em ambientes urbanos mantêm contatos sociais para além dos seus bairros de residência não é inteiramente nova e não está associada ao surgimento das novas tecnologias de comunicação como a internet e o celular, ou com a maior facilidade nos meios de transporte. O estudo de Mok, Wellman e Carrasco (2010) através de uma pesquisa realizada na região metropolitana de Toronto, Canadá, no ano de 1978, mostrou que 73% dos adultos se socializavam com contatos (amigos e parentes) localizados fora do seu bairro de

residência. Porém, essa mesma pesquisa argumenta que quanto mais as pessoas se veem, maior será a conexão entre elas, ou seja, a proximidade espacial, como no modelo de Cox (1969a), faz com que a associação entre as pessoas seja mais densa, aumentando a homogeneidade das opiniões. Citando pesquisas empíricas recentes (no Canadá, Suíça, Holanda e Tailândia) os autores mostram que mesmo que as pessoas tenham contatos espacialmente dispersos para além do bairro onde residem, as conexões e os vínculos mais fortes ocorrem entre as pessoas que moram próximas umas das outras.

Huckfeldt, Johnson e Sprague (2004) num estudo posterior (“Political Disagreement: The survival of Diverse Opinions within Communication Networks”), mostram na interação entre dois colegas de trabalho de origens sociais parecidas que eles não compartilham os mesmos contatos sociais, ou seja, as suas redes de contato interceptam-se mas não correspondem. A interação social entre eles funcionaria como um vínculo fraco nas suas próprias redes e como uma ponte sobre o buraco estrutural entre essas redes previamente independentes, surgindo uma única grande rede social de comunicação espacialmente dispersa e menos densa. Essas redes teriam uma maior probabilidade de serem heterogêneas em relação ao fluxo de opiniões políticas que nelas circulam, acomodando um número maior de opiniões dissonantes entre os seus membros.

Haveria três grandes vias no comportamento humano para reduzir a dissonância entre as opiniões: persuasão, as pessoas procuram reduzir a dissonância pela adaptação de suas próprias crenças com as dos outros (nesse caso autopersuasão); censura, os indivíduos evitam conversação política com aqueles que introduzem ideias divergentes das suas; e finalmente a má interpretação, quando indivíduos reinterpretam o argumento dos outros para conciliar com as suas próprias visões (HUCKFELDT; JOHNSON; SPRAGUE, 2004).

Em uma rede densa e totalmente fechada, todos os membros compartilham do mesmo padrão de interação, ou seja, todos têm contatos com todos; nesse caso a tendência é o desacordo desaparecer ao longo do tempo e a rede se tornar homogênea. Como vimos, o contexto circunscreve as oportunidades de interação social do indivíduo. Por exemplo, mesmo que ele prefira se relacionar com pessoas de esquerda liberal, talvez no seu ambiente de trabalho tenha poucas oportunidades para fazê-lo, assim ele terá duas opções: ou se isolar socialmente ou aceitar o desacordo dependendo do seu grau de tolerância e do papel que a política exerce na sua vida social; pessoas mais partidárias tenderiam a ser menos tolerantes a opiniões contrárias às suas. Essa situação de contato com pontos de vista diferentes sobre um mesmo tema (opinião

sobre um candidato, por exemplo) faz com que o indivíduo enfrente o que foi conceituado por Lazarsfeld, Berelson e Gaudet (1948) como “pressões cruzadas” e que potencialmente pode fazer com que mude a sua própria opinião.

O desacordo político e a diversidade sobrevivem melhor em circunstâncias caracterizadas por duas condições principais: “influência auto regressiva” e “redes de baixa densidade”. A influência auto regressiva está associada à distribuição das opiniões dentro da rede: quanto maior a incidência de uma opinião particular, mais influente ela se torna. A influência da opinião de um indivíduo sobre outro (díade) é mediada por todas as outras opiniões da rede, ou seja, as pessoas são menos propensas a serem persuadidas por opiniões que tem apenas um apoio limitado nas suas redes de comunicação. Redes de baixa densidade, como já visto, são caracterizadas pela presença de um grande número de vínculos fracos e buracos estruturais na sua configuração. Por exemplo, se a fonte de opinião dissonante para uma pessoa dentro de uma rede é um vínculo fraco, ou seja, não tem conexão com os seus outros contatos, essa opinião tem uma influência auto regressiva baixa (por ter uma menor incidência), mas ao mesmo tempo tem uma maior chance de sobreviver por estar menos conectada aos outros contatos daquela primeira pessoa.

Huckfeldt, Johnson e Sprague (2004) no seu estudo empírico sobre a campanha presidencial americana de 2000 realizaram uma série de entrevistas com uma metodologia semelhante à de Baybeck e Huckfeldt (2002), constatando que a maioria das redes identificadas eram heterogêneas e menos densas. Menos da metade dos entrevistados pertencia a redes de associação em que todos os membros compartilhavam das mesmas preferências políticas, mais de um terço dos entrevistados se associava a pessoas que apoiavam o candidato à presidência oposto ao seu, e um quarto se relacionava com apoiadores de ambos os candidatos à presidência: Bush (Republicano) e Gore (Democrata).

A partir desses dados empíricos, os autores traçam três tipos ideias relacionando a configuração das redes de comunicação com as atitudes e o comportamento político: pessoas pertencentes a redes pequenas e pouco densas – teriam um engajamento político baixo e seriam incapazes de apresentar justificativas para sua opinião sobre um candidato; pessoas pertencentes a redes homogêneas e densas – seriam cidadãos politicamente engajados, partidários, adotariam atitudes políticas polarizadas e seriam capazes de apresentar apenas razões para gostar de um candidato e não gostar de outro; e finalmente as pessoas pertencentes a redes sociais grandes, heterogêneas e menos densas – cidadãos “ambivalentes”, com menor

probabilidade de polarização com relação aos candidatos, desenvolvendo em relação a eles uma atitude que incorpora tanto julgamentos positivos como negativos.

Essa constatação de que cidadãos partidários apresentariam apenas razões para gostar de um candidato e não gostar de outro é encontrada em um estudo recente sobre partidarismo no Brasil de Speck e Balbachevsky (2016). Esses autores analisando dados de survey do ESEB 2014, considerando apenas o entrevistado que se declara partidário de PT, PSDB ou PMDB, verificaram que aquele que votou para o PSDB nos dois turnos das eleições presidenciais de 2010 e 2014 tende a apresentar uma opinião positiva sobre o seu partido e negativa sobre o PT, o mesmo ocorrendo com os eleitores do PT com relação ao seu partido e o PSDB. Entre os eleitores menos partidários, que tiveram uma trajetória de decisão menos alinhada, a avaliação sobre os dois partidos é menos discrepante, sugerindo uma analogia com o modelo de cidadãos “ambivalentes” de Huckfeldt, Johnson e Sprague (2004).

Esse último estudo de Huckfeldt não trata do impacto das redes sociais da internet como “Facebook” e “Twitter” no comportamento político das pessoas. Porém, se considerarmos que nesses espaços sociais virtuais seus membros geralmente “curtem”, “seguem” pessoas, páginas, blogs, etc., politicamente alinhados com suas próprias posições, então esses espaços reforçariam suas opiniões políticas trazendo informações positivas sobre os seus candidatos e negativas sobre os oponentes, contribuindo em última análise para uma maior polarização no debate político.

Em resumo, esses estudos de Robert Huckfeldt e colegas sobre a tese contextual tentam demonstrar que o contexto social, entendido aqui como o ambiente externo mais próximo ao eleitor, influenciaria o comportamento político ao circunscrever e restringir as experiências e principalmente os contatos sociais e informações políticas obtidas via interação social a que os indivíduos tem acesso, alterando as preferências de associação e de opinião, reforçando ou indo em sentido contrário às predisposições sociológicas dos eleitores. As pessoas manteriam contatos e obteriam informações através de interações impessoais inevitáveis dentro dos contextos sociais e de interações pessoais em redes homogêneas ou heterogêneas de comunicação política.

As redes de comunicação política homogêneas se caracterizariam por serem densas e simétricas, onde todos os membros têm contatos com todos e por um maior consenso entre eles. O desacordo político dentro dessas redes tenderia a desaparecer ao longo do tempo através de

processos como o de persuasão da minoria pela maioria. Os eleitores pertencentes as essas redes tenderiam a ser mais polarizados nas suas opiniões políticas.

Já as redes de comunicação política heterogêneas tenderiam a ser menos densas e simétricas, apresentando vínculos fracos, buracos estruturais e se caracterizariam, dentro dos ambientes urbanos, por serem espacialmente dispersas. Haveria uma maior probabilidade dessas redes acomodarem opiniões políticas dissonantes e mais diversificadas o que contribuiria para que seus membros tivessem uma opinião política mais equilibrada e menos polarizada.

4.3 – Uma proposta de análise para os efeitos contextuais em um ambiente urbano

Encontramos, nos estudos de Huckfeldt sobre a configuração das redes sociais de comunicação e nos de Cox, Johnston e outros sobre a influência do efeito de vizinhança no comportamento eleitoral das pessoas, vários pontos em comum que nos permitem propor certas analogias entre eles.

Podemos relacionar membros de uma rede social de comunicação mais densa e pessoas que têm suas interações sociais mais localizadas no seu bairro de residência. Assim como redes sociais menos densas e moradores de um bairro que tenham suas interações dispersas fora do mesmo, diminuindo a probabilidade de um comportamento político consensual baseado nas interações sociais locais.

Como vimos, redes sociais homogêneas e densas tendem a ser concentradas espacialmente, mais consensuais em relação às opiniões políticas circulando dentro delas, e os seus membros tendem a ser mais polarizados. O mesmo ocorre num contexto de vizinhança socialmente homogêneo, onde as pessoas concentram seus contatos sociais localmente, sendo mais influenciadas pelos seus vizinhos e provavelmente pertencendo às mesmas redes de comunicação (figura 13). Em outras palavras, os contatos sociais das pessoas localizam-se espacialmente próximos, intensificando a influência do contexto de vizinhança na estruturação da sua vida social, nas suas ações e no seu comportamento político.

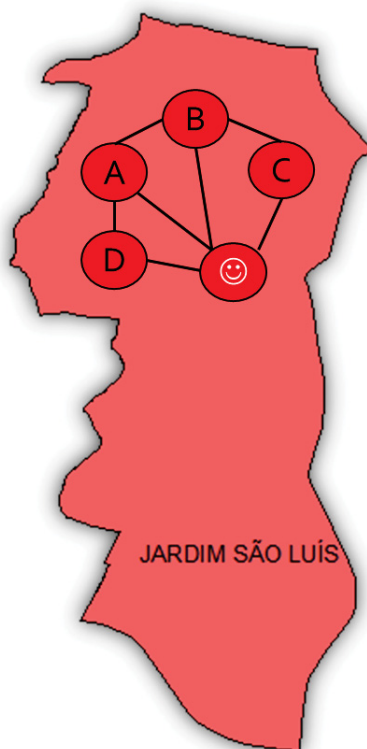


Figura 13 – Exemplo de uma rede fechada em um bairro residencial onde as pessoas concentram as suas redes de contatos sociais localmente. Fonte: elaboração própria.

Redes heterogêneas e menos densas tendem a ser mais dispersas espacialmente e a acomodar mais opiniões dissonantes pelo maior número de vínculos fracos e buracos estruturais. Da mesma forma podemos considerar um bairro socialmente heterogêneo onde é mais difícil a existência de uma opinião política majoritária, ou ainda, uma vizinhança onde seus moradores não tem a maioria das suas interações sociais concentradas localmente. Esses últimos, ao mesmo tempo que são menos influenciados pelo contexto social local, funcionam como ponte sobre o buraco estrutural entre redes sociais que no caso podemos relacionar a contextos geográficos diferentes. Dessa maneira, contribuem para uma menor polarização das opiniões políticas naquela vizinhança e uma menor vinculação do comportamento eleitoral com as demandas e características histórico- geográficas do lugar.

O exemplo da figura 14 mostra dois indivíduos C e D que são colegas de trabalho no local Y mas que não compartilham os mesmos padrões de interação social, pertencendo a redes de contato e contextos geográficos diferentes. Esses indivíduos funcionariam como ponte sobre o buraco estrutural entre suas redes sociais, e portanto haveria uma maior probabilidade de que tivessem perspectivas e pontos de vista políticos mais diversificados. A partir desse esquema,

espera-se que os membros A, B, E e F sejam mais propensos a ter uma opinião política semelhante à majoritária do seu bairro de residência, enquanto que os indivíduos C e D por estarem expostos a um maior número de informações políticas tendem a ser menos influenciados pela sua vizinhança. A partir dessa lógica, quanto maior o número de indivíduos do tipo C e D, menor será a influência do efeito de vizinhança.

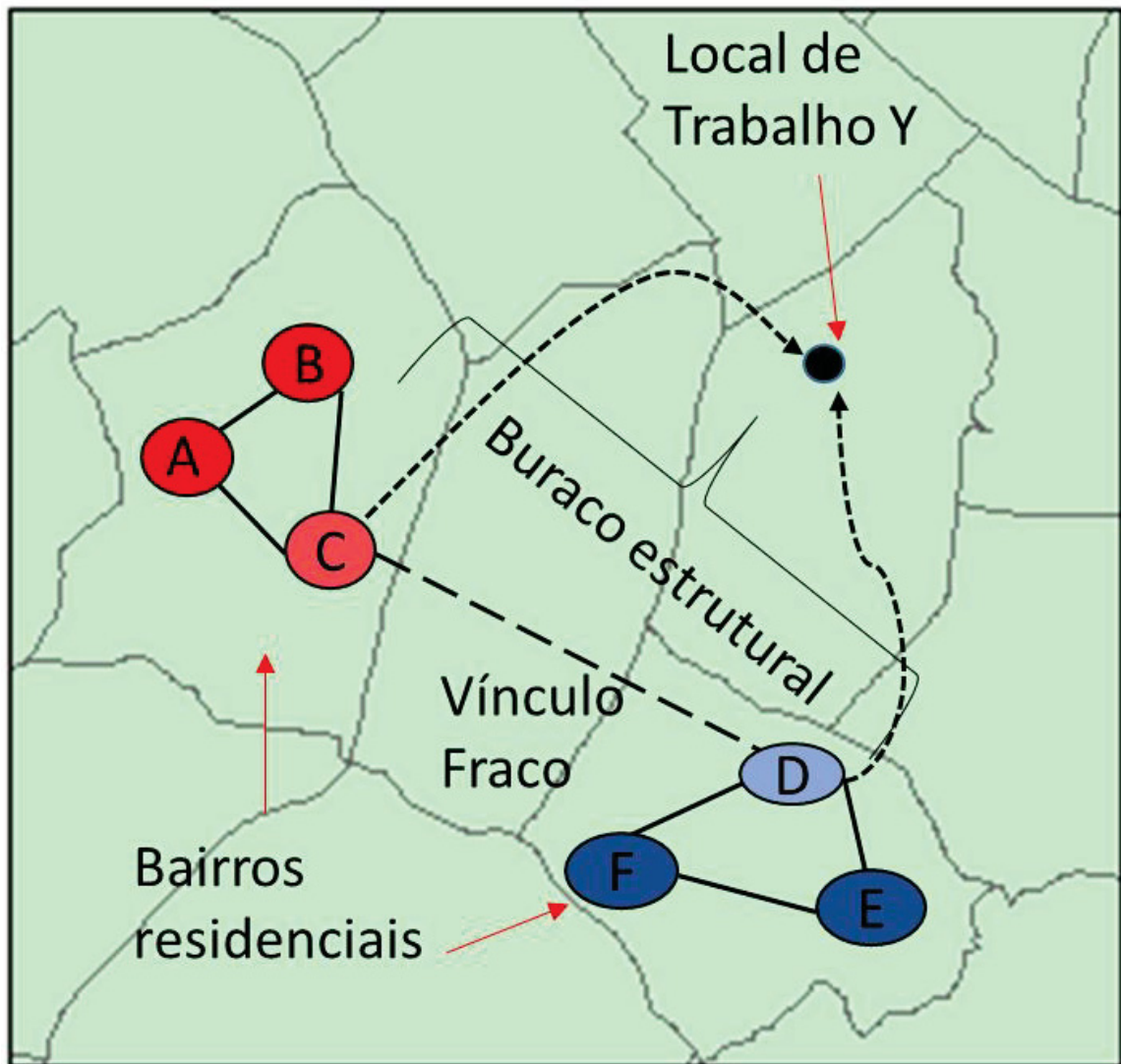


Figura 14 – Exemplo de dois colegas de trabalho (C e D) que moram em dois contextos de vizinhança diferentes e não compartilham as mesmas redes de contato social e de comunicação política. Fonte: elaboração própria.

Essa ideia do efeito de vizinhança estar conectada à menor mobilidade espacial dos indivíduos e portanto à maior integração na vida social do bairro de residência pode ser relacionada ao conceito de “Vila Urbana” de Herbert Gans (1962 apud KNOX; PINCH, 2010). Na “Vila Urbana” haveria um senso de comunidade baseado na solidariedade mútua entre as pessoas que trabalham, estudam, fazem compras, em suma, compartilham o mesmo espaço e

estão conectadas em uma forte rede de similitudes sociais, étnicas e comportamentais. Esse senso de comunidade foi observado principalmente em bairros de trabalhadores (“working class areas”) onde as pessoas compartilhavam as mesmas experiências de vulnerabilidade social e pobreza. Em resumo, a imobilidade espacial e a vivência coletiva das mesmas experiências sociais, reforça uma relação de solidariedade e comunidade entre as pessoas. Por outro lado, em um bairro suburbano ou periférico onde as pessoas utilizam o local de residência apenas como “dormitório” não há tempo para o desenvolvimento de um sistema social local, seus moradores não são expostos na vida cotidiana às mesmas experiências e enfrentam níveis diferentes de privação e exclusão social. Transportando essa ideia para o nosso argumento, podemos dizer que nas áreas onde as pessoas apresentam uma maior mobilidade espacial, não compartilham os mesmos padrões de interação social e não conversam com seus vizinhos, o efeito de vizinhança é menos provável e conseqüentemente haverá um menor consenso nas opiniões políticas e eleitorais.

Doreen Massey (1984) no seu estudo sobre a divisão espacial do trabalho demonstra que, dependendo do contexto e das estruturas sociais dos lugares, esse aumento da mobilidade pode influir de outros modos no comportamento político dos trabalhadores, e no nível de organização e solidariedade entre eles. A autora usa como exemplo o estudo de Mandel (1963 apud MASSEY, 1984) sobre a relação entre região, trabalho e classe na Bélgica. A região da Valônia, primeiro núcleo industrial do país, apresentava uma população proletária já bem organizada em sindicatos de ideologia anticlerical e socialista enquanto Flanders era uma região predominantemente agrícola, com taxas históricas de desemprego e socialmente controlada pela igreja católica. Como forma de manter uma produção industrial competitiva baseada em baixos salários, as elites daquele país aproveitaram-se da diferença entre as estruturas sociais das duas regiões. Devido às condições sociais já descritas, os moradores de Flanders viam a possibilidade de trabalho na indústria como uma grande oportunidade, assim criou-se um sistema de transportes eficiente e barato entre essa região agrícola e a Valônia, de modo que essas pessoas desempregadas, recém-saídas do campesinato e não sindicalizadas, pudessem trabalhar em cidades industriais como Antuérpia e Gent, continuando a morar nas suas vilas camponesas de origem. Dessa forma, esses novos trabalhadores mantiveram-se na esfera de influência da estrutural social local controlada pela igreja católica, e com o tempo dispendido no trajeto casa/trabalho, 5 a 6 horas diárias de viagem, criou-se uma barreira física dificultando o modo de organização e a penetração da ideologia sindical socialista dos centros urbanos.

Nesse caso, a possibilidade dessas pessoas na condição de trabalhadores industriais se organizarem, sindicalizarem e adquirirem uma consciência de classe foi dificultada por um processo que facilitava sua mobilidade espacial, ou seja, ao permanecerem morando no campo, continuaram influenciadas pela sua estrutura social arcaica, impedindo uma maior aceitação da ideologia de esquerda socialista presente nas vilas operárias dos centros urbanos.

Como vimos no capítulo 2, para Miller (1977 apud MACALLISTER et al., 2001) as pessoas reagem ao contato com os seus vizinhos de 4 formas diferentes:

1. Não sofrem influência alguma.
2. Reforçam as suas próprias opiniões contra a maioria.
3. Convergem consensualmente com a opinião da maioria.
4. Pessoas de classe média em bairros mais pobres agem de forma reativa à opinião da maioria, e membros das classes pobres agem de forma consensual em bairros de classe média (Efeito de Przeworski).

Quando o indivíduo se comporta como nas duas primeiras formas, a tendência é ele se isolar socialmente da sua vizinhança. Em redes sociais homogêneas, as pessoas para não serem influenciadas por opiniões discordantes das suas, tendem a censurar os seus contatos sociais de modo que suas redes se mantenham homogêneas. Em um ambiente urbano, onde a mobilidade espacial é maior, é plausível que uma pessoa se mantenha socialmente isolada no seu local de residência, tendo os seus contatos sociais dispersos pelo espaço urbano. Porém, essa mesma pessoa pelo simples motivo de residir naquele local e vivenciar a estrutura social e material do mesmo através, por exemplo, dos contatos informais inevitáveis, deve ser influenciada por aquele contexto.

No efeito Przeworski (1974 apud MACALLISTER et al., 2001), pessoas de classe alta ou média que vivem em bairros populares tendem a não ser influenciadas pela maioria, ao contrário, o contato com pessoas de opiniões diferentes apenas reforça a sua opinião de classe, mais ainda, pela sua maior mobilidade espacial, não sentiria necessidade de manter contatos sociais num ambiente onde ela é minoria. Já as pessoas de status social mais inferior em um ambiente de classe média tendem a ser mais receptivas a opiniões dissonantes das suas. Estando em minoria em um ambiente fortemente hierarquizado como o local de trabalho, por exemplo, exercem apenas o papel de receptores e processadores de informação, viés de “campo de força” de Cox (1969a).

Segundo Huckfeldt e Sprague (1995), os eleitores tendem a selecionar como fonte de informação política pessoas mais bem informadas e mais instruídas. Em outras palavras, as pessoas menos escolarizadas tendem a considerar mais as informações políticas passadas pelos seus contatos de status social mais elevado (por exemplo, no seu local de trabalho) em um mecanismo social de deferência. Nesse sentido, em alguns contextos uma pessoa de status social mais elevado talvez desempenhe um papel de formador de opinião apenas enviando informações, e não sendo influenciado (“não reciprocidade”).

Os estudos sobre o efeito de vizinhança mostram que quanto mais socialmente homogêneo é um lugar, maior a probabilidade desse efeito operar sobre grupos socialmente minoritários e novos moradores, fazendo com que a quantidade de votos de um candidato ou partido apoiado pelo grupo social majoritário em uma localidade seja maior do que o número de pessoas pertencentes a esse mesmo grupo: as pessoas em minoria seriam convencidas via interação social (conversação, observação da realidade econômica local e dos vizinhos, identidade de lugar, etc.) a votar em consenso com a maioria. Já os estudos sobre as redes sociais de comunicação argumentam que redes fechadas ou densas, onde todos compartilham os mesmos padrões de interação, tendem a ser homogêneas politicamente e os seus membros apresentam um comportamento mais polarizado e partidário.

Podemos então relacionar redes densas homogêneas apresentando membros polarizados politicamente com contextos socialmente homogêneos onde a maioria das pessoas mantém suas interações concentradas espacialmente, produzindo um efeito consensual de vizinhança e apoio eleitoral concentrado para um determinado partido ou político.

Em lugares com uma estrutura social caracterizada por atraso econômico e baixa população, como já visto anteriormente, ocorre uma menor competição política com votação elevada para um único candidato ou partido. Acrescentaríamos que nesses lugares as informações disponíveis geralmente são controladas pelas elites econômicas e políticas que funcionariam como formadores de opinião. A relação de dependência econômica e uma maior dificuldade para a circulação de opiniões políticas divergentes acabam criando uma rede de comunicação fechada.

Em um contexto urbano, onde há um mosaico de bairros socialmente diferentes e uma maior circulação de pessoas, a probabilidade dos indivíduos serem confrontados com opiniões divergentes é maior, tanto dentro das redes pessoais de contato quanto nas experiências e interações sociais inescapáveis dentro dos micro-contextos que compõem sua vida cotidiana,

além do maior acesso às mídias de comunicação de massa. Como vimos, membros de redes sociais politicamente heterogêneas tendem a ser cidadãos menos polarizados e mais ambivalentes nas suas opiniões políticas; o mesmo ocorreria com as pessoas em um ambiente urbano caracterizado por uma alta mobilidade espacial e acesso a um número maior de informações políticas, assim dificilmente encontraríamos lugares com resultados eleitorais expressivos para um único candidato condizentes com o efeito de vizinhança.

Por fim, não poderíamos deixar de reconhecer a influência dos espaços virtuais criados pelas novas tecnologias na socialização e formação da opinião política. A clássica ideia de comunidade da “Vila Urbana” afirma que o desenvolvimento de um sistema social local é reforçado por interações localmente concentradas em ambientes tradicionais de socialização como bares, clubes, igrejas, etc. Nos dias atuais, os espaços virtuais cada vez mais substituem esses ambientes tradicionais de socialização (SOUKUP, 2006). Isso aconteceria por dois motivos principais: a intensificação da sociedade de consumo pós-moderna que estimularia o comportamento individualista das pessoas, diminuindo a predisposição para o contato social interpessoal e o processo de privatização dos espaços públicos que tem como consequência a diminuição dos ambientes tradicionais de socialização nas cidades.

Como vimos, as redes de contato e comunicação política pelas quais os eleitores se informam, compõem o seu espaço social que na maioria das vezes é espacialmente disperso e percorre uma infinidade de micro contextos que representam o ambiente mais próximo do eleitor. A influência de um contexto de vizinhança e do seu fluxo de informações políticas, dependeria do grau de correspondência desse lugar específico com o espaço social formado pelas redes de contatos e comunicação política de cada eleitor. Na sua influência sobre o comportamento eleitoral, as redes de contato e comunicação e o contexto geográfico podem ser vistos como operando separadamente, apesar de muitas vezes serem dependentes como, por exemplo, o contexto moldando e restringindo a possibilidade de interação e contato social entre as pessoas.

A importância dessa problematização depende da escala de estudo. Quando buscamos analisar a influência do contexto na diferença do comportamento político de indivíduos, comparando duas cidades ou regiões, o estudo das realidades sociais, históricas e culturais desses lugares que guiariam as ações e o voto dos eleitores, como na perspectiva de Agnew, talvez seja a melhor opção. Como vimos, essa perspectiva considera difícil as pessoas serem influenciadas por mais de um lugar simultaneamente. Nessa escala de análise, o fluxo de informações políticas e as redes de interação social dos eleitores seriam apenas um fragmento

da realidade empírica desses lugares. Já a nível de uma grande metrópole urbana, em uma análise na escala de bairros ou distritos, representando vários micro-contextos (bairros residenciais, locais de trabalho, etc.), seria necessário analisar separadamente o grau de mobilidade espacial e a configuração das redes de interação e informação política dos eleitores devido à variação que esses últimos fatores causariam na influência de um contexto geográfico como o de vizinhança.

Assim, a partir dessas analogias entre os estudos sobre contexto e os sobre rede social, chegamos à hipótese de que o eleitor do ponto de vista contextual é influenciado em dois níveis distintos que se inter cruzam: o contexto de vizinhança visto como “lugar”, e as redes de contato e comunicação política. A configuração das redes de contato e o grau de mobilidade espacial das pessoas modularia a influência do contexto de vizinhança sobre elas, ou seja, o papel de um determinado contexto no comportamento eleitoral dos indivíduos dependeria de quanto esse lugar é relevante na sua vida social. Um indivíduo que tem todas suas interações sociais concentradas em determinado lugar tem uma maior probabilidade de reproduzir no seu comportamento as opiniões baseadas na realidade empírica local: características socioeconômicas, estrutura social, divisão social do trabalho, etc.

Essa hipótese de que a configuração das redes de contato e o grau de mobilidade espacial das pessoas modulariam a influência do contexto no comportamento eleitoral será testada no capítulo seguinte através de um estudo de caso sobre a cidade de São Paulo, investigando a intensidade do apoio a PT e PSDB nas regiões periféricas e centrais da cidade, de acordo com os padrões de mobilidade espacial e interação social dos eleitores dessas regiões.

Capítulo 5

GEOGRAFIA ELEITORAL NO BRASIL E NA CIDADE DE SÃO PAULO: PERÍODO DE “VOTO NORMAL” E A INFLUÊNCIA DO CONTEXTO NO COMPORTAMENTO ELEITORAL

A partir da combinação de conceitos e argumentos de ambos os estudos, sobre o efeito de vizinhança e sobre as redes sociais de comunicação política, no capítulo anterior especulamos como a influência do contexto no comportamento eleitoral opera em um ambiente urbano. Vimos que nesse ambiente, de um ponto de vista contextual, podemos argumentar que as pessoas são influenciadas em dois níveis: contexto social de vizinhança entendido como “lugar” e redes sociais de contato e de comunicação política. Nesse capítulo, empregamos uma metodologia que busca mapear as regiões eleitorais de apoio aos candidatos e partidos ao longo do tempo através de dados agregados, utilizando comparação de mapas e análise fatorial, e ao mesmo tempo tenta analisar as redes de contato social e a mobilidade espacial dos eleitores através de dados individuais a partir de pesquisas de opinião (“surveys”), com a hipótese que essas últimas “modulam” a influência do contexto no comportamento eleitoral das pessoas.

Adotamos essa metodologia num estudo de caso sobre a cidade de São Paulo. Primeiramente, usando a técnica de análise fatorial do modo T e S para um estudo sobre a geografia eleitoral das eleições presidenciais em escala nacional, buscamos identificar os períodos de estabilidade e mudança eleitoral de 1989 a 2014 e as regiões de apoio aos partidos PT e PSDB durante o período de voto normal encontrado de 2006 a 2014. Posteriormente, identificamos as regiões de apoio para esses mesmos partidos nesse último período, na cidade de São Paulo. A partir de uma série de pesquisas de opinião tentamos analisar os padrões de mobilidade espacial e as redes de interação social dos eleitores em busca de evidências da existência e do grau de influência do contexto no comportamento eleitoral. Apesar de um aparente processo de desalinhamento eleitoral no período em que realizamos a pesquisa, principalmente em relação ao PT, verificamos que os indivíduos que concentram as interações sociais no seu contexto geográfico de vizinhança tendem a apresentar uma opinião política mais condizente com o padrão histórico da região e que os eleitores têm percepção da similaridade ou diferença da sua opinião em relação ao contexto de vizinhança, conversando menos com seus vizinhos quando sua opinião é diferente.

5.1 – Uma análise da geografia eleitoral das eleições presidenciais brasileiras de 1989 a 2014

Como vimos anteriormente, o geógrafo americano Clark Archer realizou uma série de estudos sobre os padrões de votação nas eleições presidenciais americanas através da análise fatorial utilizando os conceitos de “eleições críticas” e “voto normal” apresentados por Key (1955) e Converse (1966) respectivamente.

O “voto normal” representaria períodos de estabilidade no apoio dos eleitores aos partidos políticos, quando no conjunto de causas que determinam a decisão eleitoral (“funil de causalidade” de CAMPBELL et al 1960) predominam os estímulos antigos e duradouros gerando manutenção do apoio eleitoral anterior. Estímulos recentes podem causar flutuações nos padrões de “voto normal” e quando suficientemente fortes podem levar a uma “eleição crítica” que representaria a quebra de um período de estabilidade ou de “voto normal” podendo levar a três situações diversas: eleição desviante, realinhamento eleitoral ou desalinhamento eleitoral.

A eleição desviante ocorre quando os acontecimentos pontuais de um determinado período eleitoral causam uma mudança nos padrões de apoio. No entanto, esses estímulos não teriam força estruturante suficiente para alavancar um realinhamento duradouro dos apoios eleitorais, ocorrendo assim uma volta aos padrões do período normal anterior nas eleições subsequentes.

O realinhamento eleitoral ocorre quando os estímulos causais dos acontecimentos próximos a uma eleição são suficientemente fortes para criar uma mudança duradoura nos padrões de apoio eleitoral. Segundo a literatura sobre o tema (MAYHEM, 2002; CAMPBELL, 2006; CARRERAS; MORGENSTERN; SU, 2013), as eleições críticas que precedem um realinhamento ocorrem geralmente em momentos de crise econômica ou social, de “traumas sociais”, onde surgem novas preocupações e temas de interesse, causando um rearranjo das alianças entre os partidos e os eleitores, alterando portanto os padrões de apoio eleitoral. Essas eleições críticas são caracterizadas por um maior interesse dos eleitores identificado no aumento do comparecimento às urnas. Esses acontecimentos marcantes muitas vezes causam um efeito psicológico e emocional tão forte que acabam sendo absorvidos pelos eleitores na sua identidade pessoal. No Brasil, o impacto de programas sociais como o “Bolsa Família” e “Fome Zero”, apontado pela literatura como uma das causas de apoio eleitoral maciço das classes menos favorecidas ao Partido dos Trabalhadores a partir do governo Lula, pode ser considerado como um exemplo desse efeito. Como veremos a seguir, a mudança nos padrões espaciais de

votação do PT na eleição de 2006 teria ocorrido em grande parte pela atuação do governo na implementação desses programas sociais (HUNTER; POWER, 2007 e SOARES; TERRON, 2008). Esse novo padrão, numa certa medida, mantém-se nas eleições presidenciais subsequentes de 2010 e 2014.

O desalinhamento eleitoral representaria uma deterioração do alinhamento anterior sem a substituição por um novo. O período de desalinhamento é caracterizado por uma diminuição da identidade partidária, do comparecimento às urnas e um aumento dos eleitores que se identificam como independentes (DALTON; MCALLISTER; WATTENBERG, 2003; CARRERAS; MORGENSTERN; SU, 2013). Com a diminuição da identidade partidária por diversos motivos, como o surgimento de novos assuntos de interesse não representados pelos partidos tradicionais (meio ambiente, gênero, etc.) e o descontentamento com a classe política devido, por exemplo, à corrupção como ocorre no Brasil nos últimos anos, o vínculo afetivo entre partido e eleitor acaba diminuindo, e esse último acaba sendo cada vez mais influenciado pelos meios de comunicação e por fatores de curto de prazo trazidos pelas campanhas políticas, aumentando a possibilidade do surgimento de novos partidos e candidatos populistas ou apartidários. As principais consequências desse processo de desalinhamento eleitoral são a diminuição do apoio dos eleitores aos partidos tradicionais e um aumento significativo na volatilidade eleitoral, ou seja, os padrões de votação vão variando de uma eleição para outra sem a formação de um alinhamento eleitoral identificável e duradouro.

A “análise fatorial” é uma técnica estatística que visa facilitar a análise de um grande número de variáveis, através da redução em novas variáveis ou “fatores” que auxiliem no entendimento das originais, sem que no entanto ocorra uma perda significativa das informações. Para a análise dos resultados eleitorais em unidades geográficas, existe uma série de modelos estatísticos de análise fatorial, entre eles os do tipo “T” e “S” (ARCHER; TAYLOR, 1981).

O modelo “T” investiga a correlação entre os padrões espaciais dos resultados de eleições consecutivas em uma escala determinada, agrupando-os em fatores que representariam períodos com padrão de votação semelhante (“voto normal”). O modelo “S” em vez de agrupar anos eleitorais com padrões semelhantes, busca encontrar regiões com padrões de voto semelhantes em um determinado período de tempo, identificando regiões eleitorais de apoio aos partidos em disputa.

No nosso trabalho analisamos a geografia eleitoral das eleições presidenciais brasileiras de 1989 a 2014 empregando, assim como nos estudos de Clark Archer e colegas (ARCHER;

TAYLOR, 1981, ARCHER; SHELLEY, 1986), a análise fatorial dos modelos “T” e “S”, buscando identificar os períodos de estabilidade e mudança nos padrões espaciais de votação e as regiões eleitorais de apoio duradouro aos principais partidos políticos. Em relação aos procedimentos técnicos utilizamos os mesmos parâmetros de Archer e Taylor (1981). O método de redução de dados (em componentes) utilizado em ambos os modelos (T e S) foi o de “Análise de Componentes Principais” (ACP). Esse método agrupa em um determinado componente (ou fator) tanto a variância comum como a específica dos itens. A variância comum é aquela compartilhada com todos as variáveis que compõem o fator e a específica se refere à porção da variância que não é compartilhada com as demais variáveis. Esse método “preocupa-se com a variância total das variáveis contidas no espaço (ARCHER; TAYLOR, 1981, p.218)”.

As variáveis analisadas apresentam muitas vezes cargas fatoriais elevadas em mais de um fator, assim com o objetivo de facilitar a interpretação, utiliza-se o método de “rotação de fatores” (DAMÁSIO, 2012). Os métodos rotacionais manipulam os dados de uma forma que cada variável apresente carga fatorial elevada em poucos ou em apenas um fator, facilitando assim a sua interpretação. Existem dois métodos de rotação fatorial: ortogonal e oblíqua. A “ortogonal” assume que os fatores extraídos são independentes entre si (não se correlacionam) fornecendo muitas cargas fatoriais altas e baixas, e poucas intermediárias para cada variável. Archer e Taylor (1981) considera que essa rotação fatorial é a melhor opção quando se procura a obtenção de regiões uniformes, sendo assim utilizado no modelo “S”. Já a rotação fatorial do tipo “oblíqua” permite que os fatores se correlacionem entre si e tem uma maior probabilidade de fornecer cargas fatoriais intermediárias indicando portanto uma interação entre os fatores. Caso os fatores não sejam correlacionados, o resultado irá ser semelhante ao da rotação ortogonal.

No nosso estudo, adotou-se o método de rotação oblíqua simples “oblimim” no modelo “T” e o método ortogonal “Varimax” no modelo “S”. Utilizamos primeiramente o modelo “T” para estudar nas eleições presidenciais de 1989 a 2014 os padrões espaciais dos dois principais partidos políticos concorrentes nesse período (PT e PSDB), em duas escalas diferentes: estados e microrregiões.

Na escala dos estados, o modelo “T” resultou na extração de dois fatores tanto para o PT quanto para o PSDB, explicando respectivamente 72% e 69% da variabilidade dos dados. Na escala de microrregiões para o PT foram extraídos 2 fatores explicando 79% da variabilidade total dos dados e para o PSDB foram extraídos 3 fatores explicando 87% da variabilidade. Os

resultados do modelo “T” são melhor entendidos quando representados graficamente a partir da observação da sequência das cargas fatoriais mais altas de cada fator. Os gráficos 2 e 4 representam a análise fatorial na escala dos estados brasileiros (26 estados mais o distrito federal) e os gráficos 3 e 5 na escala das microrregiões (558 unidades). Nos padrões de votação do PT na escala dos estados brasileiros (gráfico 2), por exemplo, o fator II apresenta as cargas fatoriais mais altas no período da eleição presidencial de 1989 a 2002, correspondendo ao período em que o partido representava a oposição; já no período de 2006 a 2014, as cargas fatoriais mais altas estão no fator I, representando o período em que o PT foi governo. Percebe-se também que esse último período apresenta graficamente uma linearidade aparente em ambas as escalas de análise, ou seja, os padrões espaciais de votação do PT se mantiveram estáveis. Nesse sentido, de acordo com a teoria, podemos classificar esse período como de “voto normal”.

Apesar da eleição de 2002 ter sido aquela em que o PT venceu pela primeira vez, a “eleição crítica” do ponto de vista da geografia eleitoral é a de 2006 por ter sido o momento em que ocorre a mudança no padrão espacial de votação do partido como pode ser observado nos gráficos 2 e 3. A nossa análise agrupa a eleição de 2002 junto com as de 1994 e 1998, ou seja, o padrão espacial de votação do PT de 2002 se assemelha mais às eleições anteriores do que as de 2006 em diante.

Key explica que o realinhamento pode se desenvolver gradualmente ao longo de uma série de eleições consecutivas quando uma nova clivagem partidária aos poucos vai se consolidando. O autor chama esse processo de “realinhamento secular” (KEY, 1959). Assim, podemos argumentar que apesar do PT ter vencido as eleições presidenciais pela primeira vez em 2002, apenas em 2006 após o seu primeiro governo no qual desenvolveu suas políticas sociais, é que suas novas bases espaciais de apoio eleitoral se estabeleceram e se tornaram aparentes. Estudos como os de Bohn (2011) e Limongi e Guarnieri (2014) afirmam que foi na transição das eleições 1998/2002 que o PT ampliou suas bases de apoio que estavam concentradas nos eleitores escolarizados das grandes cidades, passando a receber votação expressiva entre todas as camadas sociais, inclusive entre os mais pobres (mesmo antes das políticas de distribuição de renda), porém é na eleição de 2006 que esse apoio dos pobres se tornou mais evidente (HOLZHACKER; BALBACHEVSKY, 2007). Nesse sentido, podemos considerar o período que abrange as eleições de 2002 a 2006 como de um “realinhamento secular” do voto petista. Essa constatação não é inteiramente nova, André Singer (2010) por exemplo, considera que a vitória petista na eleição de 2002 pode ser vista como um rompimento (“eleição crítica”) com

a formação de uma nova maioria e a eleição de 2006 como um realinhamento em torno do que o autor denomina de “voto lulista”.

Os gráficos 4 e 5 apresentam o modelo “T” de análise para os padrões espaciais de votação do PSDB. Na escala das microrregiões (gráfico 5), o fator I representa as eleições de 2006 a 2014 vencidas pelo PT, com o PSDB apresentando a mesma linearidade nos padrões espaciais de votação encontrada no seu adversário. O fator II representa as eleições de 1994 e 1998 período dos dois governos do presidente Fernando Henrique Cardoso, e o fator III a eleição de 1989, ano em que o PSDB obteve uma votação concentrada quase exclusivamente no estado de São Paulo.

Comparando o resultado da análise do modelo “T” para ambos os partidos, talvez não possamos considerar o período “crítico” de 2002 a 2006 e o período de “voto normal” de 2006 a 2014 como um realinhamento eleitoral nos moldes da literatura americana, devido à ausência de um alinhamento anterior. Quando observarmos a representação gráfica do fator II no modelo “T” para o PSDB (gráficos 4 e 5) no período de 1994 a 1998 (anos da eleição e reeleição respectivamente do presidente Fernando Henrique Cardoso) encontramos uma certa linearidade dos padrões espaciais de votação do partido, o que não ocorre porém com o PT. Só no período de 2006 a 2014 o padrão espacial de ambos se mantém linear.



Gráfico 2 – Representação gráfica da análise fatorial “modelo T” da porcentagem de votos do PT nas eleições presidenciais de 1989 a 2014 na escala dos estados brasileiros, utilizando os métodos de componentes principais e rotação oblíqua simples ”oblimin”. Fonte: TSE, elaboração do autor.

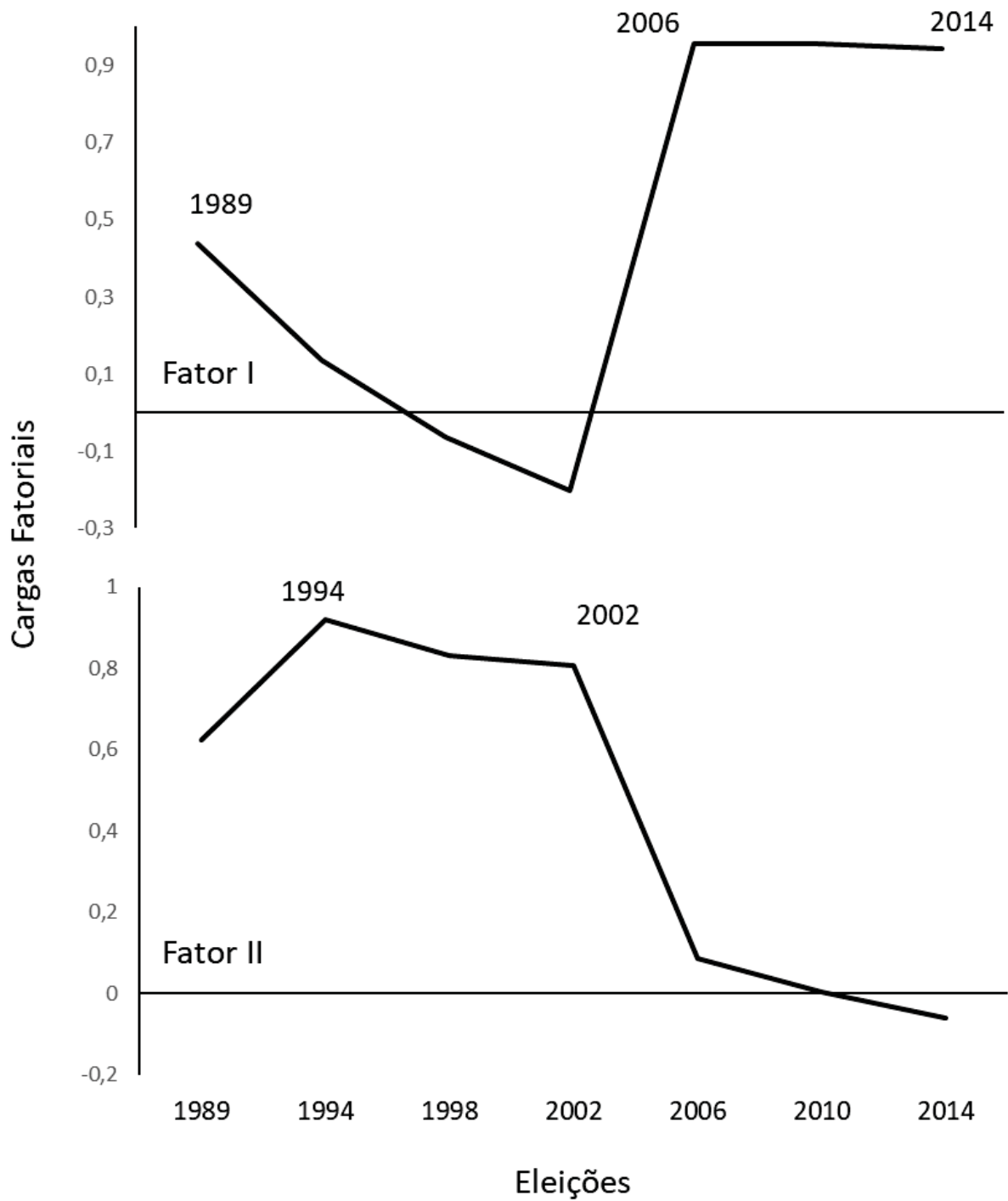


Gráfico 3 – Representação gráfica da análise fatorial “modelo T” da porcentagem de votos do PT nas eleições presidenciais de 1989 a 2014 na escala das microrregiões, utilizando os métodos de componentes principais e rotação oblíqua simples “oblimin”. Fonte: TSE, elaboração do autor.



Gráfico 4 – Representação gráfica da análise fatorial “modelo T” da porcentagem de votos do PSDB nas eleições presidenciais de 1989 a 2014 na escala dos estados brasileiros, utilizando os métodos de componentes principais e rotação oblíqua simples ”oblímin”. Fonte: TSE, elaboração do autor.

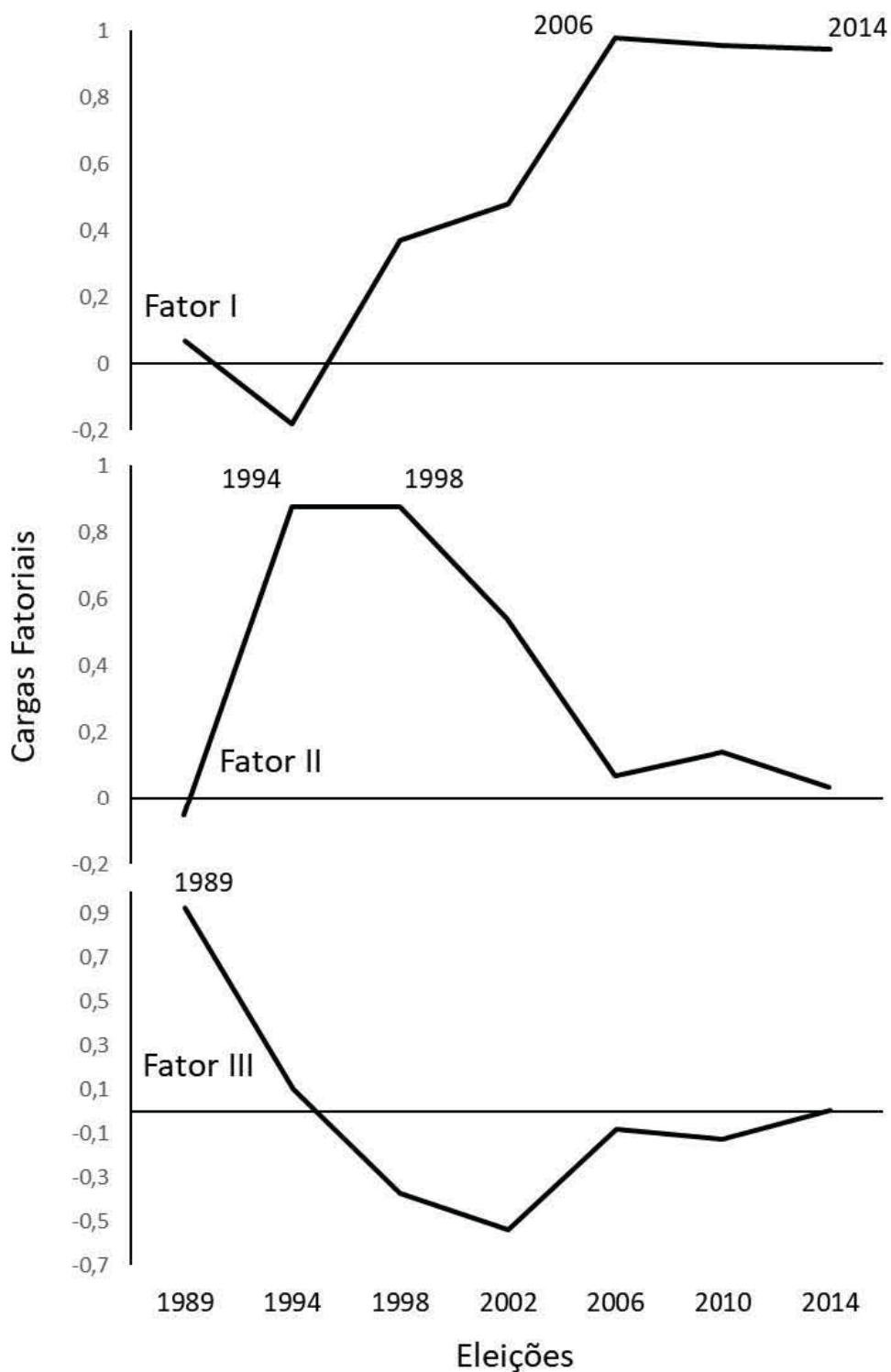


Gráfico 5 – Representação gráfica da análise fatorial “modelo T” da porcentagem de votos do PSDB nas eleições presidenciais de 1989 a 2014 na escala das microrregiões, utilizando os métodos de componentes principais e rotação oblíqua simples “oblimin”. Fonte: TSE, elaboração do autor.

Constatado o período de voto normal de 2006 a 2014, utilizamos o modelo “S” de análise fatorial para identificar as regiões eleitorais de apoio para os dois principais partidos desse período. Usando o método de componentes principais e rotação ortogonal “varimax”, foram gerados nas escalas de estados e microrregiões respectivamente 4 e 5 fatores (figuras 15 a 18) explicando 98% e 99% da variabilidade dos dados. No entanto, entre esses fatores, o primeiro (fator I em ambas as escalas) é o que explica mais a variabilidade (por volta de 70%).

Quando representamos cartograficamente as cargas fatoriais do fator I extraídas a partir do modelo “S” (figuras 15 e 17) e comparando com os mapas eleitorais das eleições presidenciais de 2006, 2010 e 2014 que representam o candidato vitorioso em cada microrregião (mapas 5, 6 e 7), identificamos as principais áreas de apoio a PT e PSDB durante o período de “voto normal”: para o PT, grande parte da região norte e nordeste e os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, e para o PSDB, região sul, centro-oeste, o estado de São Paulo, Acre, Roraima e partes dos estados do Pará, Minas Gerais e Espírito Santo.

Mais ainda, se compararmos as regiões eleitorais encontradas na análise do modelo “S” com um mapa que mostre a porcentagem de domicílios permanentes com renda média igual ou inferior a dois salários mínimos no ano de 2010 (censo do IBGE), observamos claramente uma clivagem de renda entre o norte e o sul do país e o apoio eleitoral a PT e PSDB respectivamente (mapas 8 e 9).

Vários estudos (HUNTER; POWER, 2007; SOARES; TERRON, 2008; ZUCCO, 2008 e 2013; JACOB et al 2009; SINGER, 2009; RENNÓ; CABELLO, 2010; PEIXOTO; RENNÓ 2011; e BOHL, 2011) identificaram essa clivagem geralmente atribuída à mudança no padrão de apoio eleitoral ao PT da eleição de 2002 para a de 2006.

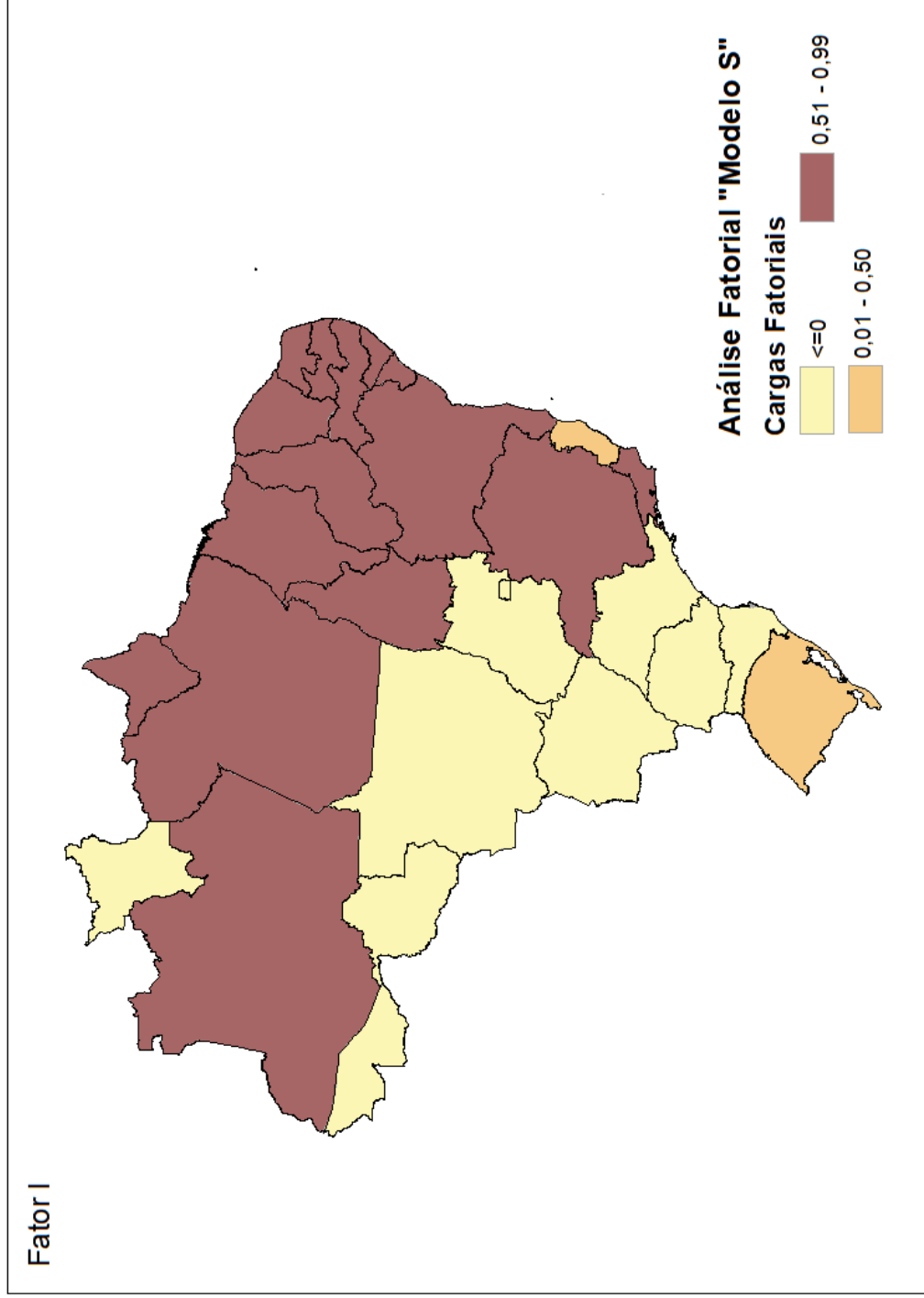


Figura 15 – Representação cartográfica do fator I gerado a partir do modelo “S” de análise fatorial sobre os resultados eleitorais de PT e PSDB nas eleições presidenciais em primeiro turno de 2006 a 2014 na escala dos estados brasileiros, utilizando os métodos de componentes principais e rotação ortogonal “Varimax”. Fonte: TSE, IBGE, elaboração própria.

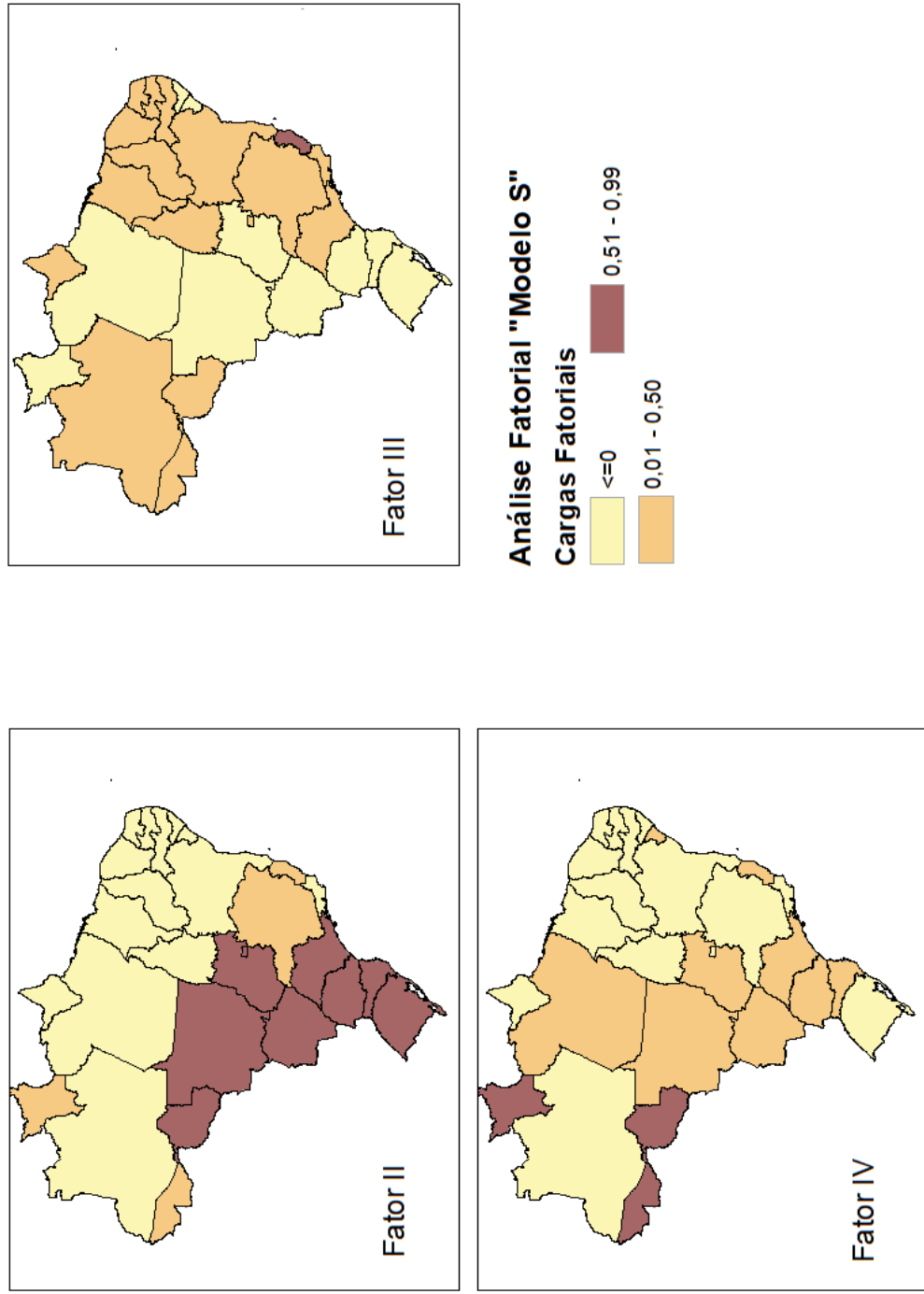


Figura 16 – Representação cartográfica dos fatores II, III e IV gerados a partir do modelo “S” de análise fatorial sobre os resultados eleitorais de PT e PSDB nas eleições presidenciais em primeiro turno de 2006 a 2014 na escala dos estados brasileiros, utilizando os métodos de componentes principais e rotação ortogonal “Varimax”. Fonte: TSE, IBGE, elaboração própria.

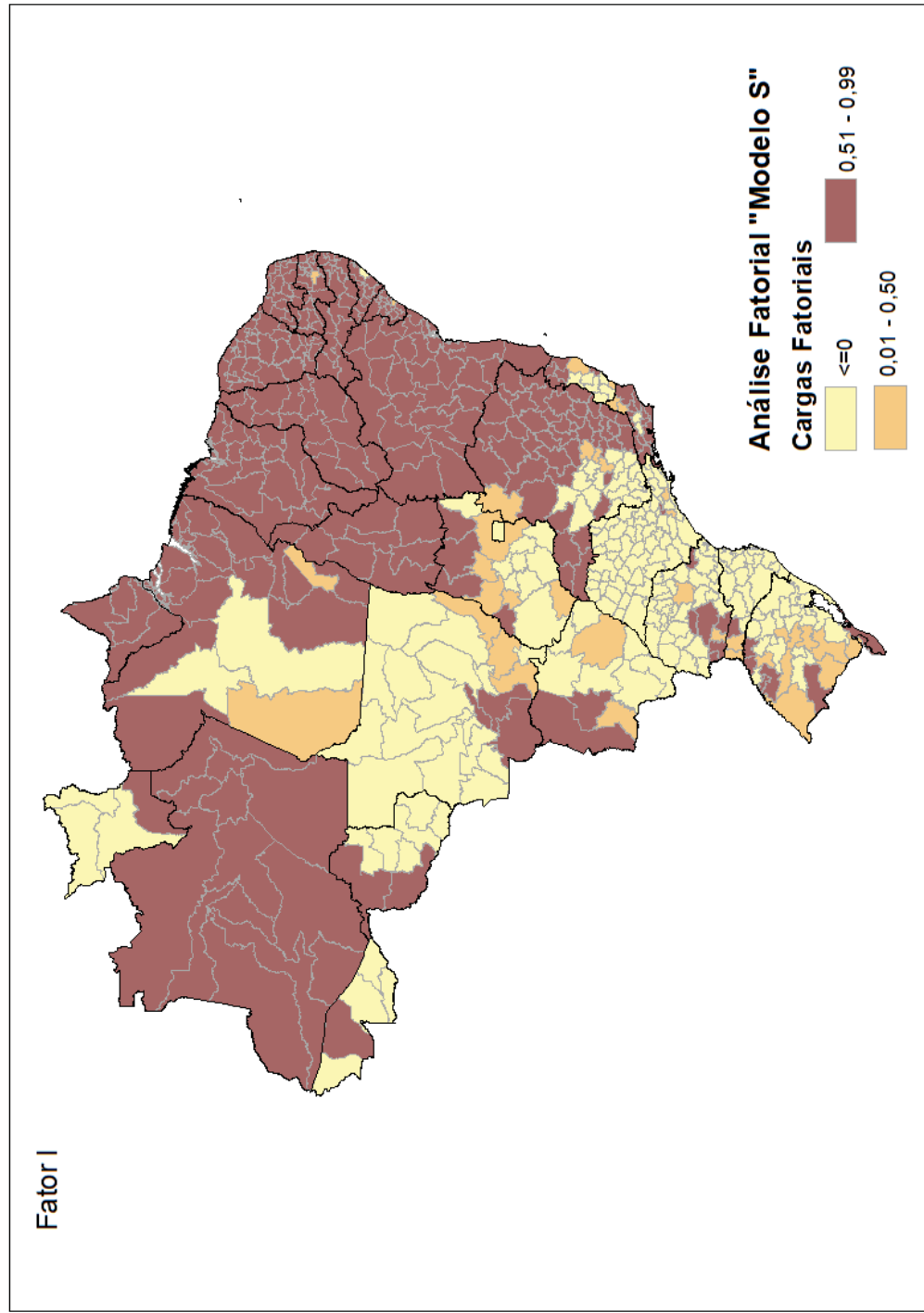


Figura 17 – Representação cartográfica do fator I gerado a partir do modelo “S” de análise fatorial sobre os resultados eleitorais de PT e PSDB nas eleições presidenciais em primeiro turno de 2006 a 2014 na escala das microrregiões, utilizando os métodos de componentes principais e rotação ortogonal “Varimax”. Fonte: TSE, IBGE, elaboração própria.

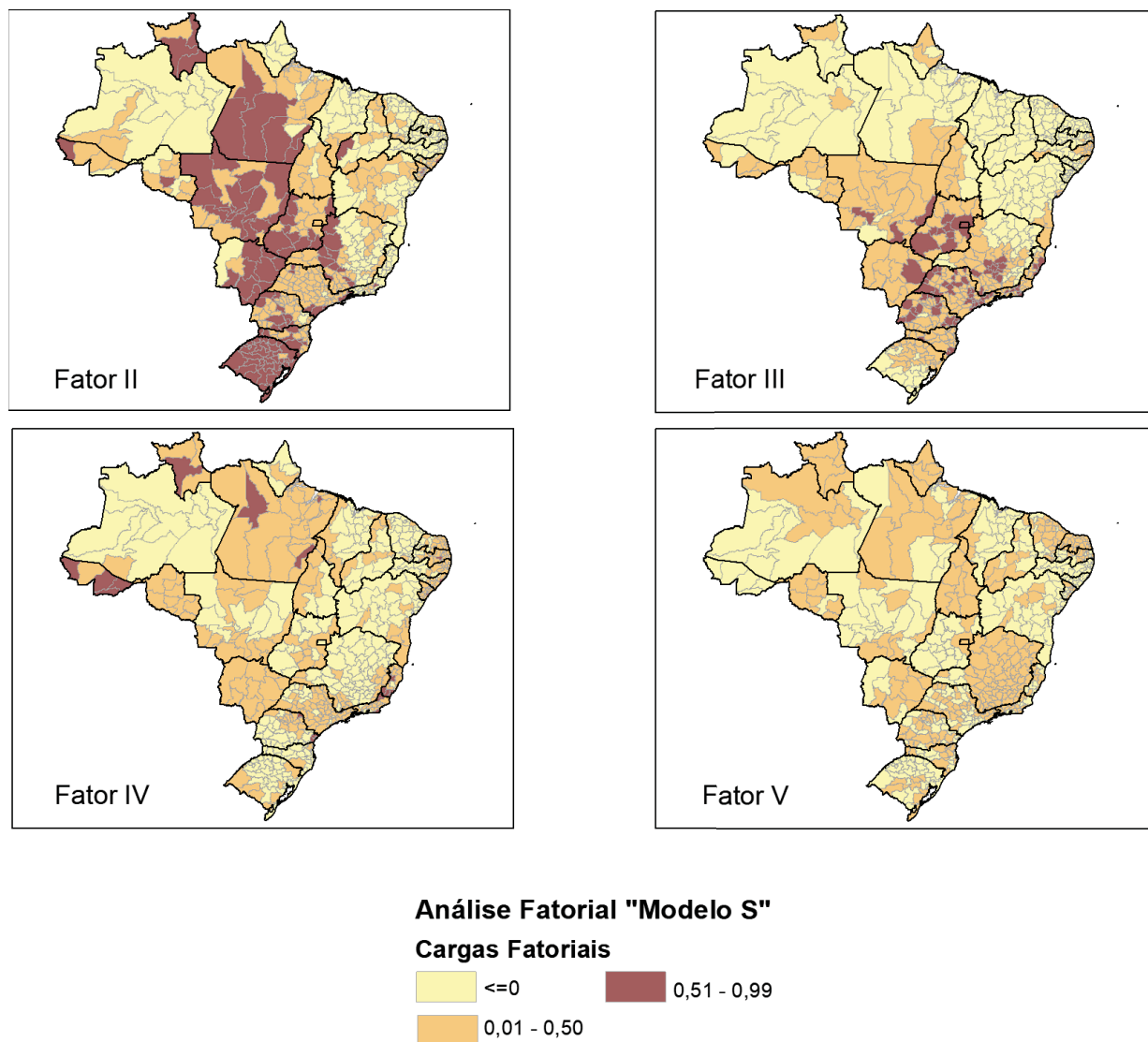
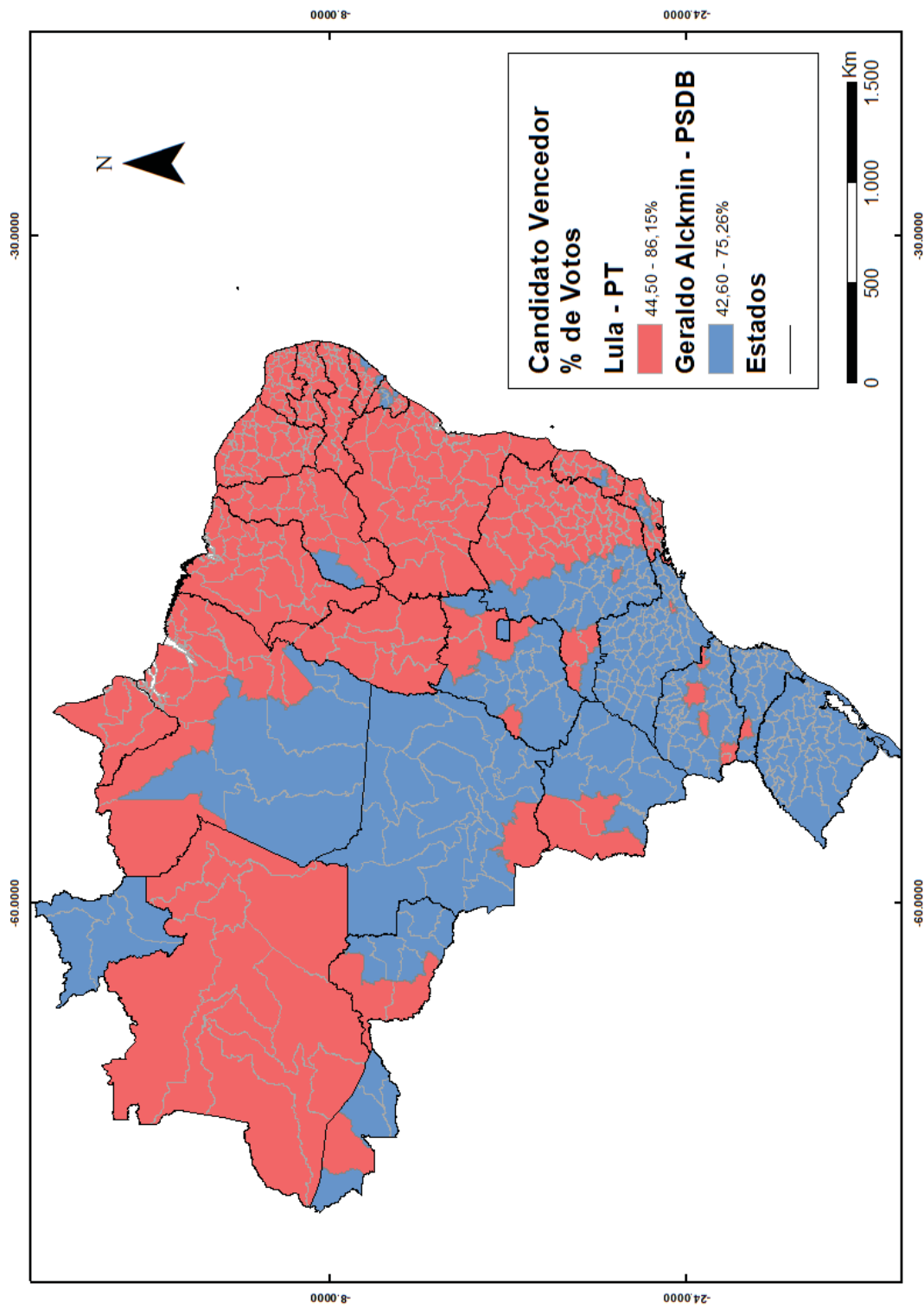
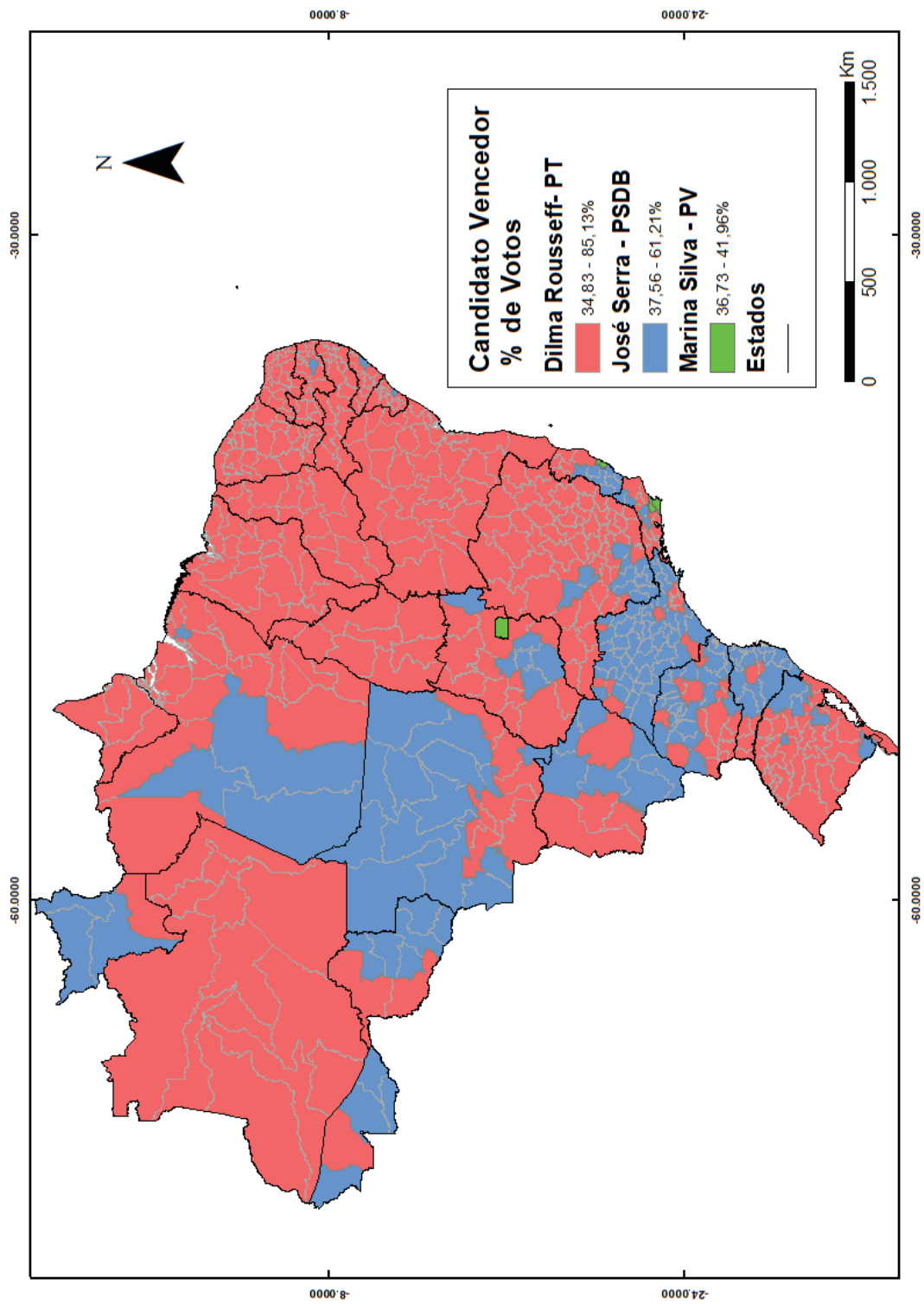


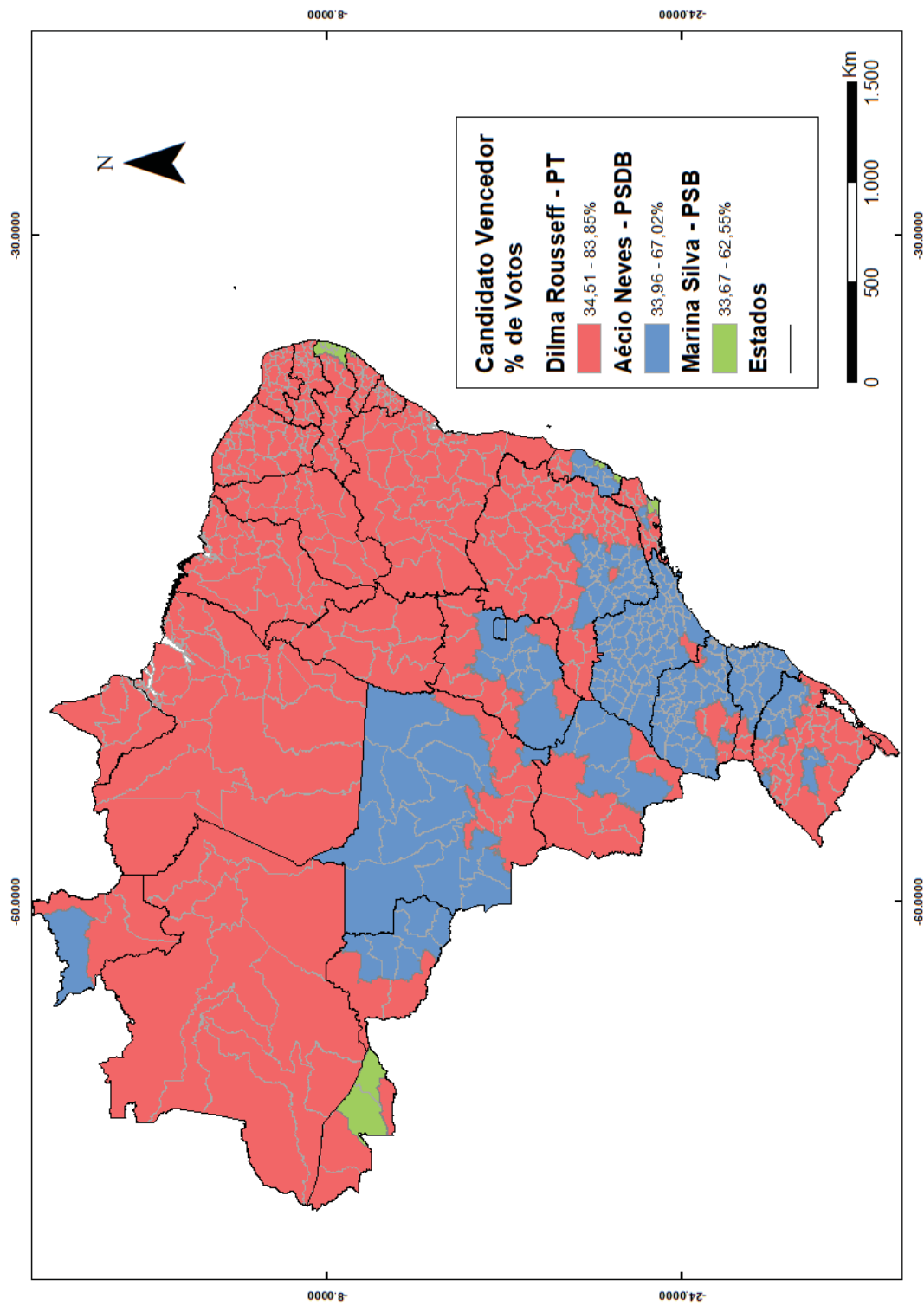
Figura 18 – Representação cartográfica dos fatores II, III, IV e V gerados a partir do modelo “S” de análise fatorial sobre os resultados eleitorais de PT e PSDB nas eleições presidenciais em primeiro turno de 2006 a 2014 na escala das microrregiões, utilizando os métodos de componentes principais e rotação ortogonal “Varimax”. Fonte: TSE, IBGE, elaboração própria.



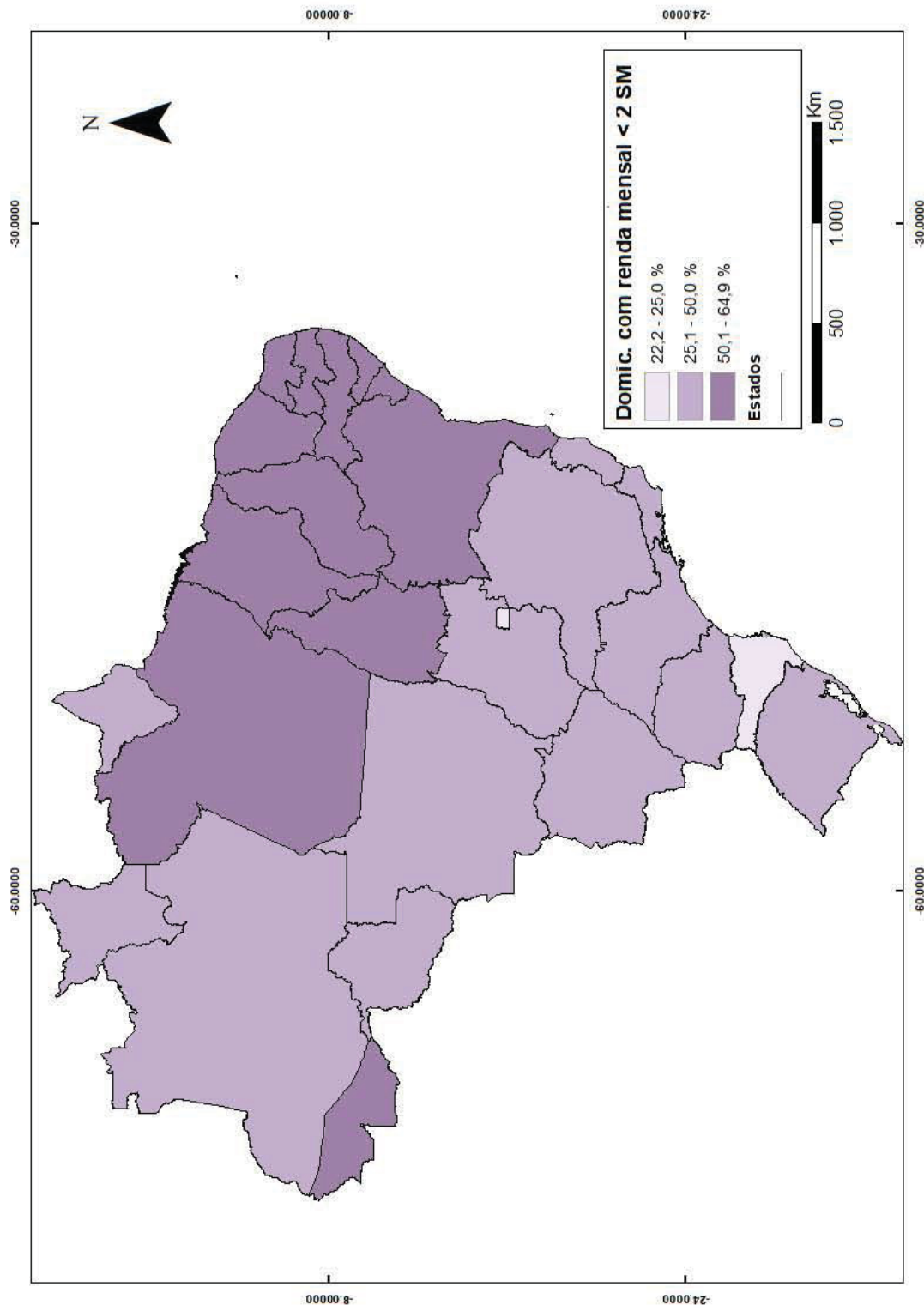
Mapa 5 – Candidato vitorioso no primeiro turno da eleição presidencial de 2006 na escala das microrregiões. Fonte: TSE, IBGE, elaboração própria.



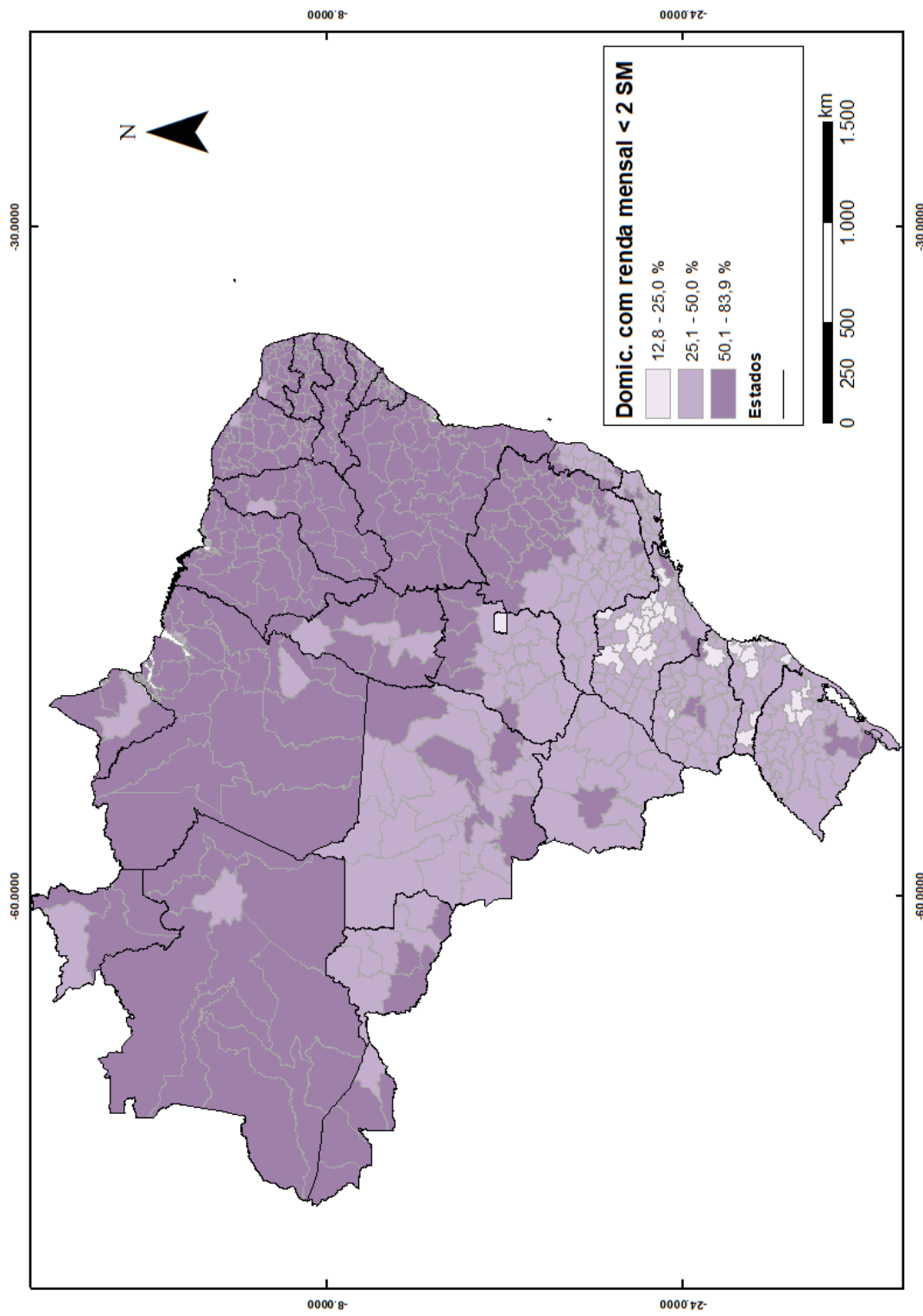
Mapa 6 – Candidato vitorioso no primeiro turno da eleição presidencial de 2010 na escala das microrregiões. Fonte: TSE, IBGE, elaboração própria.



Mapa 7 – Candidato vitorioso no primeiro turno da eleição presidencial de 2014 na escala das microrregiões. Fonte: TSE, IBGE, elaboração própria.



Mapa 8 – Porcentagem de domicílios permanentes com renda mensal menor que 2 salários mínimos, na escala dos estados brasileiros. Fonte: IBGE, Censo de 2010, elaboração própria.



Mapa 9 – Porcentagem de domicílios permanentes com renda mensal menor que 2 salários mínimos, na escala das microrregiões. Fonte: IBGE, Censo de 2010, elaboração própria.

Segundo Soares e Terron (2008), o candidato Lula em 2006 ainda manteve o apoio nas suas bases eleitorais anteriores, as áreas metropolitanas mais populosas do sul e sudeste, as quais no entanto perderam “coesão” sendo substituídas por um extenso agrupamento regional de municípios menos populosos e mais pobres, concentrados em sua maioria na região nordeste do país. Assim, ocorre um deslocamento com o surgimento de uma nova base espacial de apoio para o PT. Para os autores, o Bolsa Família foi o fator determinante para esse “novo contorno das bases geoeleitorais”.

É consenso nos estudos da sociologia política (HUNTER; POWER, 2007, NICOLAU; PEIXOTO, 2007; SOARES; TERRON, 2008) que esse padrão de alta concentração de votos para o PT nas regiões mais pobres do país está relacionado com os benefícios sociais promovidos pelos governos Lula e Dilma. Outros estudos (RENNÓ; CABELLO, 2010 e PEIXOTO; RENNO, 2011) indicam também que a retribuição a esses ganhos sociais na forma de apoio eleitoral seria uma resposta nas urnas à avaliação positiva do governo e à sensação de mobilidade social trazida por essas políticas.

Por outro lado, a perda de apoio entre a classe média e os mais escolarizados das grandes cidades e regiões mais desenvolvidas do país seria consequência dos seguidos casos de corrupção dentro do governo, principalmente o “Mensalão” (HUNTER; POWER, 2007), e o “cerco midiático” que a grande imprensa realizou contra o partido, estimulada por esses acontecimentos. Essa mudança de duas vias, ganho nas regiões pobres do norte e nordeste e perda nos centros urbanos das regiões mais desenvolvidas, é o que tornou a mudança nas bases espaciais de apoio eleitoral de 2002 para 2006 tão aparente, como demonstrado na análise fatorial do modelo “T”.

Apesar dos programas de distribuição de renda terem contribuído para essa mudança dos padrões espaciais de 2002 para 2006, para Zucco (2008), essa influência seria de curto prazo uma vez que no Brasil os candidatos incumbentes, historicamente, sempre têm maior votação nas áreas menos desenvolvidas devido à dependência dos recursos federais. O autor (ZUCCO, 2013), demonstra estatisticamente que em 2002 o candidato incumbente José Serra do PSDB também se beneficiou eleitoralmente desse efeito dos programas de distribuição de renda, no caso, o “bolsa escola”. Assim, esse efeito para o PT na eleição de 2006 não teria sido algo único ou singular.

Bohn (2011), questiona o pensamento paradigmático de que os programas de distribuição de renda, como o Bolsa Família, foram primordiais para a mudança nos padrões de apoio

eleitoral de 2002 para 2006 ao PT, em um efeito clientelista. Primeiramente, a autora identifica que a maior parte dos estudos sobre essa mudança nos padrões de apoio e o impacto da Bolsa Família usam dados agregados, alertando para o risco da “falácia ecológica” nos seguintes termos: cidades com alta proporção de beneficiários do Bolsa Família nas quais Lula obteve maioria, assume-se que esses beneficiários mudaram o seu voto para o PT. A autora utiliza dados de pesquisa de opinião defendendo que esses seriam mais efetivos no entendimento das mudanças na base de apoio eleitoral do candidato. Bohn admite que houve mudança no perfil dos eleitores de Lula em 2006, mas que esta já vinha acontecendo gradualmente, principalmente entre 1998 e 2002²², portanto não podendo ser imputada aos programas sociais. O seu estudo conclui que os beneficiários do Bolsa Família em 2006 já votavam em Lula em 2002, não existiria diferença estatística significativa entre beneficiários e não beneficiários no voto para Lula, e finalmente os pobres (faixa de renda até dois salários mínimos) não votam de forma homogênea através das regiões; no Nordeste estariam mais propensos a votar em Lula do que no Sul e Sudeste. Destaca também que os programas sociais implementados durante o governo Lula (mais de 30), realmente mudaram a condição de vida dos pobres e que creditar esse aumento de apoio eleitoral apenas a uma manobra clientelista seria um pensamento, no mínimo, reducionista.

Apesar dos resultados estatísticos da sua pesquisa serem contestados (ZUCCO; POWER 2013), no seu estudo, Bohn ressalta um aspecto importante para a tese contextual da geografia eleitoral ao considerar que seria falacioso assumir que os pobres no Brasil são um grupo homogêneo e se comportam politicamente de maneira uniforme. Utilizando dados do Banco Mundial, afirma que países como o Brasil com uma estrutura de classe altamente fragmentada apresentariam diferentes tipos de pobreza (de lugar para lugar) como resultado das diferentes combinações entre as variáveis educação e renda. Poderíamos, em outras palavras, dizer que esses tipos de pobreza seriam consequência das diferentes estruturas dos lugares pela combinação de seus componentes sociais, econômicos e culturais, produzindo comportamentos políticos igualmente diversos, inclusive em resposta aos programas assistenciais. Podemos acrescentar que a autora destaca essa variação contextual a partir de uma observação empírica enquanto que para a geografia eleitoral ela é conceitual, ou seja, ela é o ponto de partida e não o de chegada.

²² Como demonstrado também por Limongi e Guarnieri, 2014) através de dados agregados por seção eleitoral.

Independentemente do que motivou essa mudança no padrão de voto do PT, o que podemos constatar pela análise fatorial que utilizamos no nosso trabalho é que a partir da eleição de 2006 formaram-se duas regiões distintas de apoio eleitoral em uma clivagem norte-PT/sul-PSDB que se manteve estável até 2014, representando um período de “voto normal”.

Essa estabilidade do período de “voto normal” não significou no entanto um “congelamento” na variação de voto dos partidos, mas sim uma estabilidade nos padrões espaciais de votação. Por exemplo, durante esse período, na região de apoio ao PT este sempre obteve a maioria mas isso não significa que não houve variação na quantidade de seus votos de uma eleição para outra. No primeiro turno podemos atribuir essa variação nos votos à existência de um terceiro candidato mais competitivo a partir de 2010, no caso, Marina Silva. O estudo de Zolnerkevic e Fernandes (2016) mostra que os terceiros candidatos mais bem votados nas eleições presidenciais são grandemente beneficiados pelo efeito contextual de “amigos e vizinhos” que, como visto, ocorre quando o candidato concentra os seus votos e obtém uma vantagem no seu estado de origem. Assim, Marina Silva obteve os seus melhores resultados no seu estado natal, Acre, nas eleições de 2010 e 2014, e nesta última também em Pernambuco, estado natal do seu companheiro de chapa Eduardo Campos.

Um outro aspecto é que essa variação durante o período de voto normal não se deu de forma uniforme no espaço nacional. Analisamos os resultados finais das eleições em primeiro e segundo turno no recorte nacional (tabela 1) e em duas áreas (tabela 2 e 3) representando, uma a região eleitoral de influência do PT (microrregiões com cargas fatoriais do fator I acima de 0,5)²² e a outra do PSDB, ou talvez apenas refratária ao PT (microrregiões com cargas fatoriais do fator I menores que 0,5)²³. Observa-se ao longo do tempo uma diminuição da margem de vantagem do PT em ambos os turnos. Identificamos também um aumento no número de votos para o PSDB nacionalmente, principalmente no segundo turno e na sua região de apoio (tabela 3).

²³ Ver figura 17.

Tabela 1 – Porcentagem de votos dos primeiros colocados nas eleições presidenciais em primeiro e segundo turno de 2006 a 2014 no Brasil.

| Brasil | | | | |
|----------|------|--------|--------|-------------------|
| Eleições | | PT | PSDB | Terceiro Colocado |
| 1º Turno | 2006 | 48,61% | 41,64% | 6,85% |
| | 2010 | 46,91% | 32,61% | 19,33% |
| | 2014 | 41,62% | 33,53% | 21,32% |
| 2º Turno | 2006 | 60,83% | 39,17% | |
| | 2010 | 56,08% | 43,92% | |
| | 2014 | 51,68% | 48,32% | |

Fonte: TSE, elaboração própria.

Tabela 2 – Porcentagem de votos dos primeiros colocados nas eleições presidenciais em primeiro e segundo turno de 2006 a 2014 na região eleitoral de apoio do PT.

| Região eleitoral do PT | | | | |
|------------------------|------|--------|--------|-------------------|
| Eleições | | PT | PSDB | Terceiro Colocado |
| 1º Turno | 2006 | 61,49% | 28,96% | 6,57% |
| | 2010 | 57,13% | 23,07% | 18,76% |
| | 2014 | 54,26% | 21,02% | 21,74% |
| 2º Turno | 2006 | 73,76% | 26,24% | |
| | 2010 | 67,50% | 32,50% | |
| | 2014 | 65,89% | 34,11% | |

Fonte: TSE, elaboração própria.

Nota: Foram consideradas como regiões eleitorais de apoio ao PT as microrregiões com cargas fatoriais acima de 0,50 no fator I (figura 17).

Tabela 3 – Porcentagem de votos dos primeiros colocados nas eleições presidenciais em primeiro e segundo turno de 2006 a 2014 na região eleitoral de apoio do PSDB.

| Região eleitoral do PSDB | | | | |
|--------------------------|------|--------|--------|-------------------|
| Eleições | | PT | PSDB | Terceiro Colocado |
| 1º Turno | 2006 | 37,44% | 52,62% | 7,10% |
| | 2010 | 38,22% | 40,73% | 19,81% |
| | 2014 | 30,42% | 44,60% | 20,94% |
| 2º Turno | 2006 | 49,71% | 50,29% | |
| | 2010 | 46,20% | 53,80% | |
| | 2014 | 39,55% | 60,45% | |

Fonte: TSE, elaboração própria.

Nota: Foram consideradas como regiões eleitorais de apoio ao PSDB as microrregiões com cargas fatorias abaixo de 0,50 no fator I (figura 17).

Podemos analisar essa desigualdade regional na variação dos votos através de dois índices globais utilizados em estudos demográficos que medem a segregação espacial entre grupos populacionais, o índice de dissimilaridade e o de isolamento. Esses índices foram utilizados por Klinkner (2004) e Glaeser e Ward (2006) para estudar o grau de polarização espacial nas eleições presidenciais americanas.

O índice de dissimilaridade, primeiramente apresentando em Duncan e Duncan (1955), mensura o grau de segregação entre dois grupos de pessoas em um conjunto de áreas. Conceitualmente, este índice mede a proporção da população de um grupo que deveria se mudar para outras áreas para que a composição populacional em cada área seja a mesma da distribuição observada na região como um todo. Em uma escala que vai de 0 a 100 (multiplicando o índice original por 100), quanto mais próximo de 0 significa que a proporção entre dois grupos em todas as áreas é similar, por exemplo, em todos os distritos de uma cidade a proporção entre brancos e negros é 3:1. Agora, se tivermos 3/4 da cidade em que a proporção continua 3:1 e 1/4 da mesma cidade com uma proporção oposta (1:3), o índice de dissimilaridade será de 41²⁴.

²⁴ Formula do índice de dissimilaridade:

$$D=100 \times \frac{1}{2} \sum_i \left| \frac{N_{1i}}{N_1} - \frac{N_{2i}}{N_2} \right|$$

Onde N_{1i} é a população do grupo 1 na área “i” e N_1 é o número total da população do grupo 1 em todas as áreas estudadas, o mesmo se aplicando ao grupo 2.

No caso específico da utilização desse índice em eleições, ele indica o quanto é desigual a proporção de votos entre dois partidos nas unidades geográficas estudadas.

O índice de isolamento de Lieberman (1981) mede a proporção da população pertencente a um determinado grupo na área em que o membro médio desse grupo vive. Se nessa área a proporção do grupo for muito maior do que no conjunto de todas as áreas, então teremos um alto grau de segregação, o índice global de isolamento será a somatória de todas as áreas. A escala desse índice vai de quase 0 a 100²⁵. Em uma análise eleitoral ele mostra a porcentagem de votos de um partido na área onde o apoiador médio desse partido vive.

Analisando os resultados das eleições presidenciais de 1994 a 2014²⁶ na escala das microrregiões, utilizamos os índices de dissimilaridade e isolamento no recorte geográfico nacional e nas eleições de 2006 a 2014 também nas regiões eleitorais identificadas de apoio a PT e PSDB. No primeiro turno consideramos os três candidatos mais bem votados, nesse caso específico utilizando uma versão alternativa do índice de dissimilaridade proposto por Sakoda (1981)²⁷, utilizado quando se analisa mais de dois grupos, e por ele denominado “índice de dissimilaridade generalizado”.

Quando analisamos os resultados em primeiro turno (gráfico 6), os dados mostram um índice de dissimilaridade relativamente estável (20 pontos) nas eleições de 1994 a 2002; a partir do período do “voto normal” e da formação em 2006 da clivagem norte/sul, ocorre um aumento gradual desse índice atingindo seu valor maior na eleição de 2014 (27,43 pontos). Isso significa que a proporção de votos entre os partidos em cada microrregião tornou-se cada vez mais desigual ao longo desse período, o que se correlaciona com os resultados do índice de isolamento para cada partido.

²⁵ Formula do índice de isolamento:

$$I = 100 \times \sum_i \left| \frac{N_{ji}}{N_j} \times \frac{N_{ji}}{N_i} \right|$$

Onde N_{ji} é a população do grupo “j” na área “i”, N_j é o número total da população do grupo “j” em todas as áreas estudadas e N_i é a população total da área “i”.

²⁶ A eleição de 1989 foi descartada porque é a única eleição presidencial da série na qual o PSDB não esteve entre os dois partidos mais votados.

²⁷ Formula do índice de dissimilaridade generalizado:

$$D_G = 100 \times \frac{1}{2} \frac{\sum_j \sum_i |N_{ij} - E_{ij}|}{\sum_j N P_j (1 - P_j)} \quad \text{onde } E_{ij} = \frac{N_i N_j}{N} \text{ e } P_j = \frac{N_j}{N}$$

N_{ij} é o número de total da população do grupo “j” na área “i”, E_{ij} é a frequência esperada do grupo “j” na área de estudo, P_j é proporção do grupo “j” na área de estudo e N é a população total.

No período de 1994 a 2002 sempre havia um partido hegemônico em todas áreas. Nas eleições de 1994 e 1998 a razão do índice de isolamento PSDB/PT era praticamente 2:1; nas eleições de 2002 essa razão a grosso modo se manteve, porém a favor do PT, fazendo com que o índice de dissimilaridade permanecesse estável. Entretanto, a partir de 2006, durante o período de “voto normal”, a diferença entre os índices de isolamento do PT e PSDB diminuiu. Em 2002 o eleitor médio do PT vivia em uma área onde 54% dos eleitores apoiavam o seu partido enquanto que na área equivalente do PSDB 31,1% das pessoas apoiavam esse último; em 2006 esses valores passaram para 54% e 48% respectivamente, com essa aproximação entre os índices explicada pela clivagem norte/sul entre PT e PSDB.

Quando fazemos essa mesma análise a nível regional (gráficos 7, 8), encontramos uma clara divisão em relação ao apoio aos dois partidos em um processo de polarização espacial. Como era de se esperar, na região eleitoral identificada como de apoio ao PT durante o período de voto normal não há alteração nos índices de dissimilaridade e isolamento para os dois partidos. Nessa região o eleitor médio do PT vive em uma área onde 60% dos eleitores apoiam o partido. Já na região em que o PSDB é hegemônico observa-se uma maior variação no índice de isolamento para ambos os partidos.

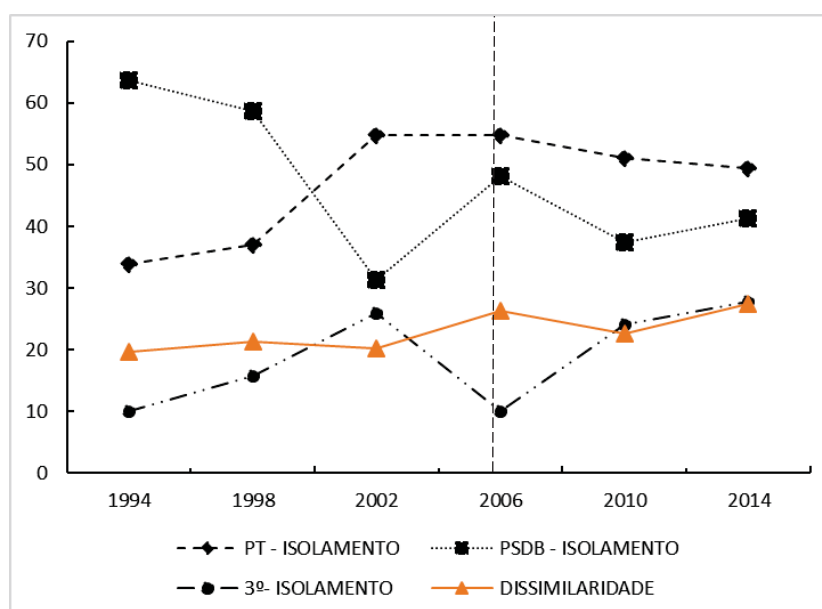


Gráfico 6 – Representação gráfica do índice de dissimilaridade generalizado e do índice de isolamento sobre os resultados eleitorais de PT, PSDB e terceiro colocado nas eleições presidenciais em primeiro turno no período de 1994 a 2014 na escala das microrregiões. Nota: Em destaque a eleição de 2006 que marca o período de “voto normal”. Fonte: TSE, elaboração própria.

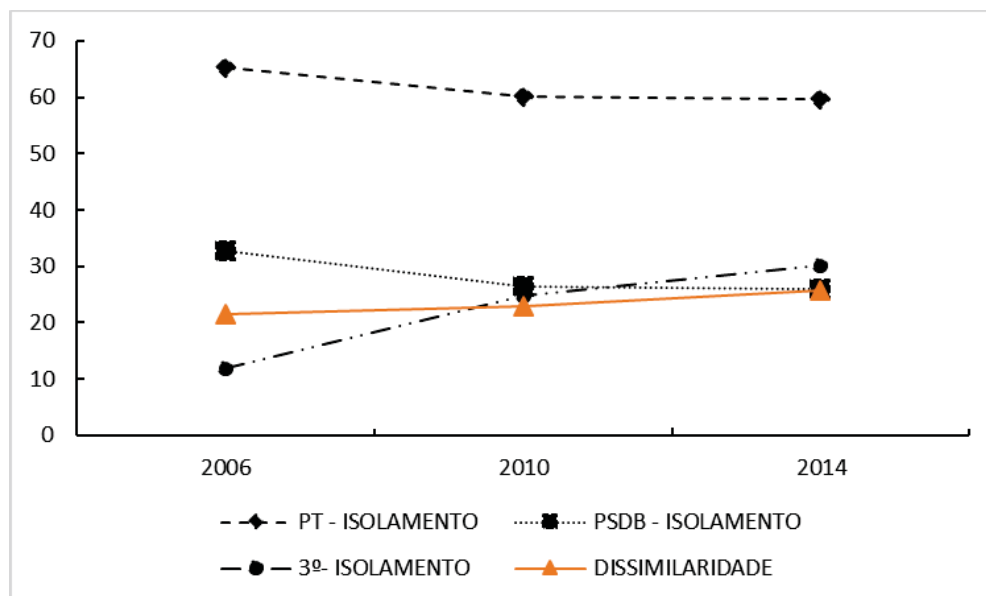


Gráfico 7 – Representação gráfica do índice de dissimilaridade generalizado e do índice de isolamento sobre os resultados eleitorais de PT, PSDB e terceiro colocado nas eleições presidenciais em primeiro turno no período de 2006 a 2014 na escala das microrregiões, na região de apoio eleitoral do PT. Fonte: TSE, elaboração própria.

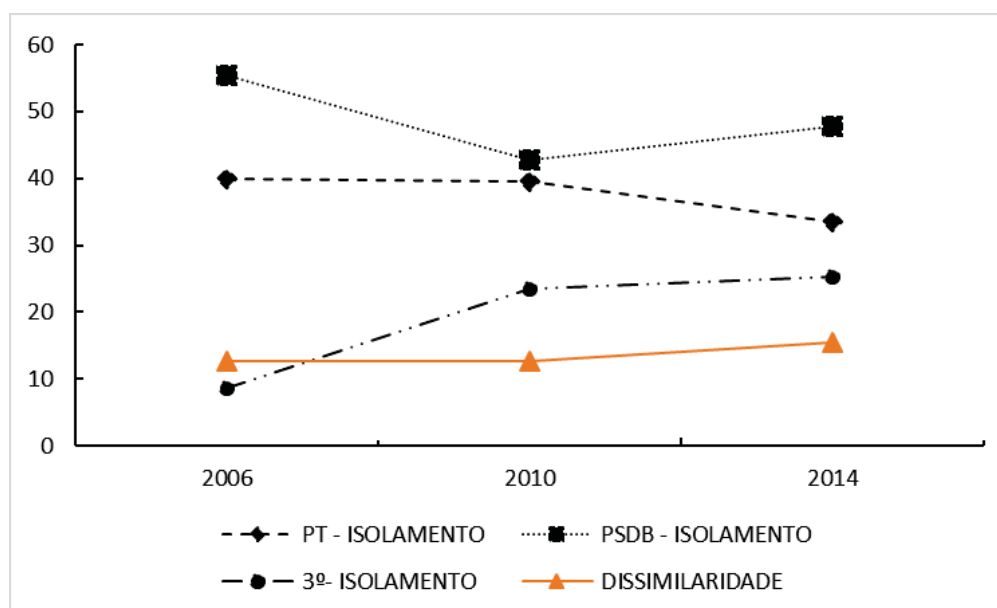


Gráfico 8 – Representação gráfica do índice de dissimilaridade generalizado e do índice de isolamento sobre os resultados eleitorais de PT, PSDB e terceiro colocado nas eleições presidenciais em primeiro turno no período de 2006 a 2014 na escala das microrregiões, na região de apoio eleitoral do PSDB. Fonte: TSE, elaboração própria.

Quando analisamos os resultados das eleições em segundo turno, encontramos um claro indicio da consolidação de uma clivagem norte/sul entre PT e PSDB principalmente na eleição presidencial de 2014 (gráfico 9). Nacionalmente, observa-se uma gradual aproximação nos índices de isolamento de ambos os partidos, porém essa aproximação se deve à variação ocorrida a favor do PSDB na sua região de apoio (gráfico 11), enquanto a região de apoio ao PT se mantém estável (gráfico 10).

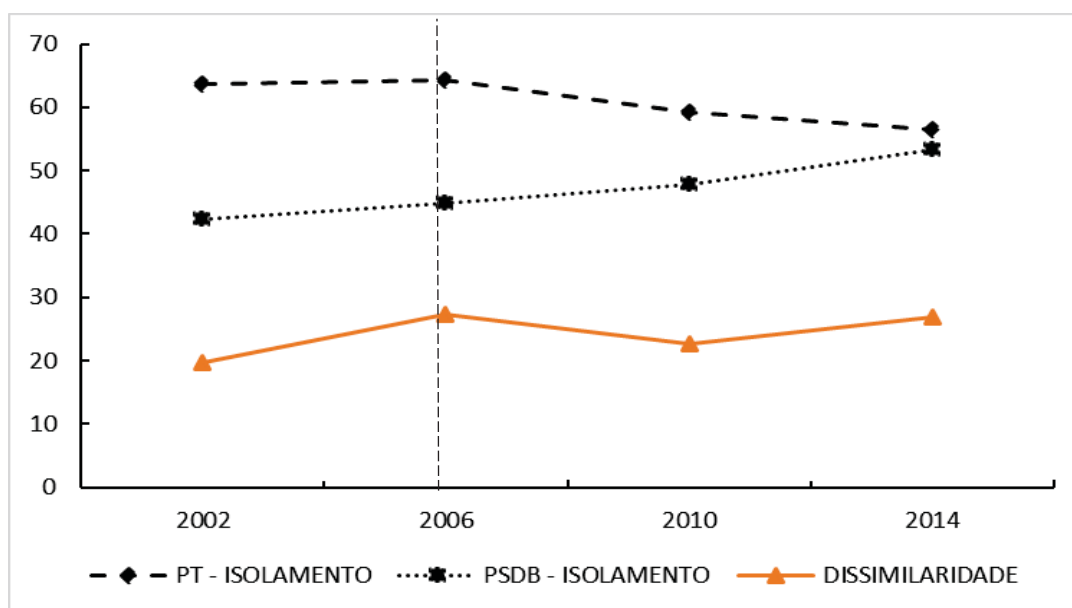


Gráfico 9 – Representação gráfica dos índices de dissimilaridade e isolamento sobre os resultados eleitorais de PT e PSDB nas eleições presidenciais em segundo turno no período de 2002 a 2014 na escala das microrregiões. Nota: Em destaque a eleição de 2006 que marca o período de “voto normal”. Fonte: TSE, elaboração própria.

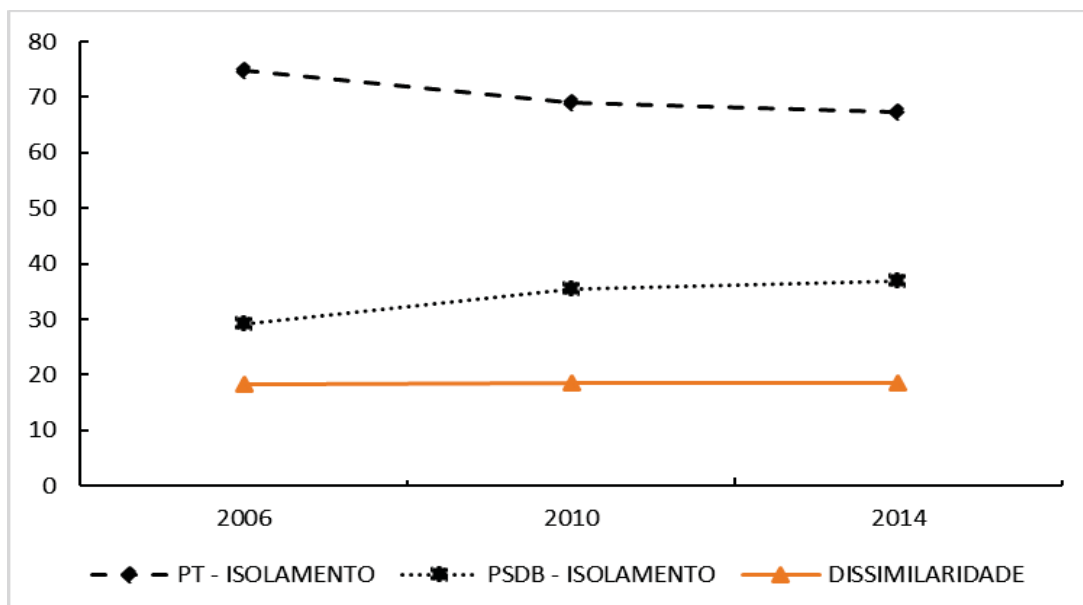


Gráfico 10 – Representação gráfica dos índices de dissimilaridade e isolamento sobre os resultados eleitorais de PT e PSDB nas eleições presidenciais em segundo turno no período de 2006 a 2014 na escala das microrregiões, na região de apoio eleitoral do PT. Fonte: TSE, elaboração própria

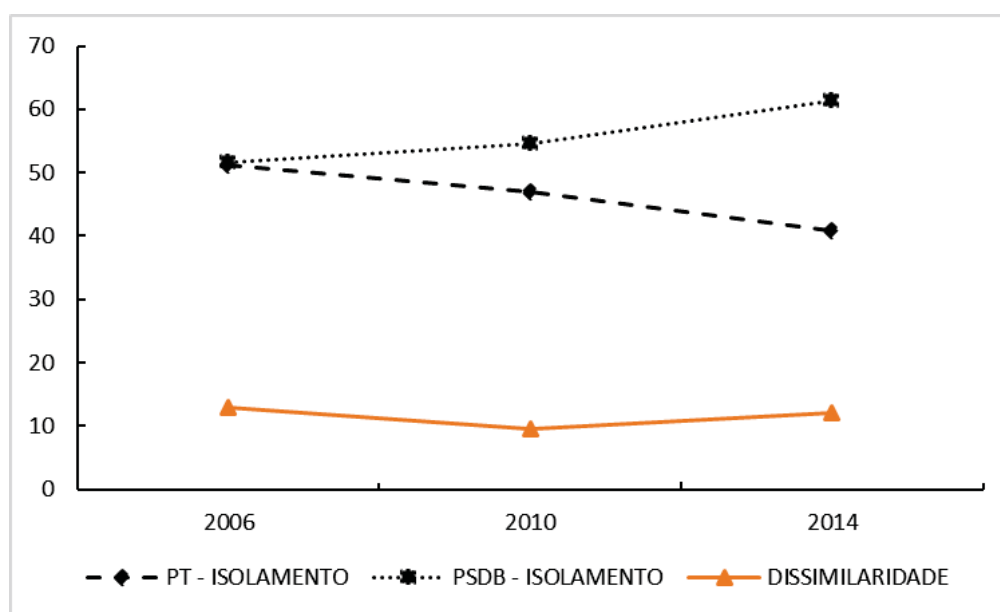


Gráfico 11 – Representação gráfica dos índices de dissimilaridade e isolamento sobre os resultados eleitorais de PT e PSDB nas eleições presidenciais em segundo turno no período de 2006 a 2014 na escala das microrregiões na região de apoio eleitoral do PSDB. Fonte: TSE, elaboração própria.

Em resumo, durante o período de voto normal ocorre um aumento no índice de dissimilaridade a nível nacional, ou seja, uma maior desigualdade regional na proporção de apoio aos partidos refletindo uma polarização espacial norte/sul entre PT e PSDB, mais aparente na eleição presidencial de 2014.

Como Bohn (2011) destaca no seu estudo, os programas sociais dos governos do PT talvez tenham mudado a vida das pessoas nas áreas mais pobres do país, modificando permanentemente as estruturas sociais locais. Dessa forma, o alinhamento gradual a favor do PT que começou em 2002 e se manteve em novas bases geográficas nas eleições presidenciais subsequentes até 2014 poderia ser considerado como secular (KEY 1959). Mais ainda, na perspectiva da difusão espacial das informações políticas, com a consolidação desse apoio eleitoral nas áreas mais pobres é de se esperar a manutenção nesses lugares de uma rede de comunicação política favorável ao PT e refratária a opiniões dissonantes trazidas, por exemplo, pelas mídias de massa.

Por fim, é difícil prever o impacto do novo panorama político resultante do “impeachment” da presidente Dilma e saída do PT do governo sobre o alinhamento “secular” lulista identificado nas suas regiões de apoio. Podemos especular que esse apoio ao PT poderá se manter de forma enraizada na identidade das pessoas desses lugares em resposta aos ganhos sociais promovidos, independentemente dos acontecimentos posteriores. Outra hipótese seria atribuir a possível permanência desse apoio nas próximas eleições à difusão desigual das informações: as regiões mais bem informadas e mais integradas às transformações sociais causadas pela crise econômica e política reagiriam de forma mais rápida, enquanto áreas mais isoladas, interioranas e menos plurais, mudariam mais lentamente. Em outras palavras, é bem provável que essa clivagem norte/sul em grande medida esteja presente na eleição presidencial de 2018, principalmente se o presidente Lula conseguir se candidatar.

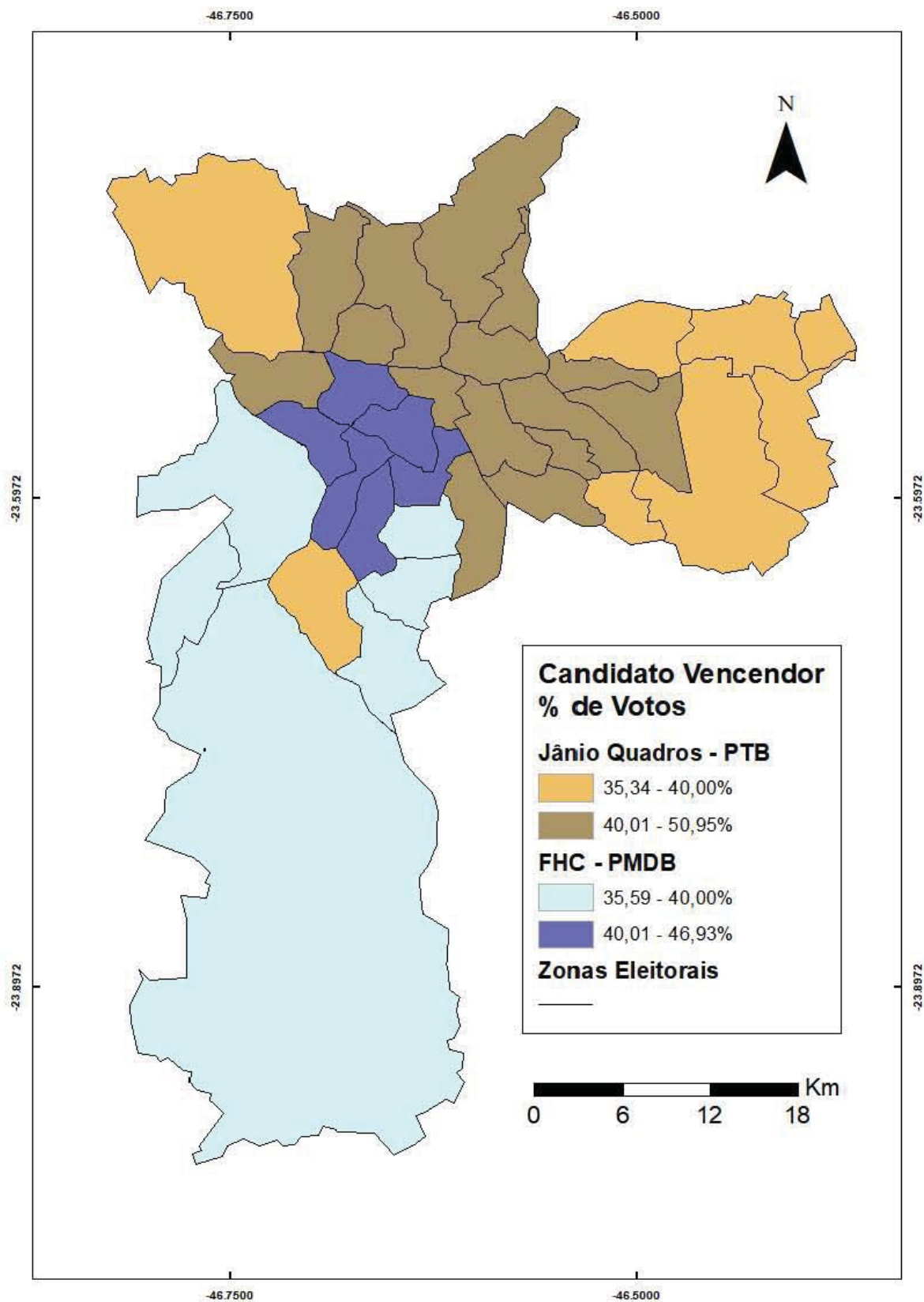
5.2 – Uma análise sobre a geografia eleitoral da cidade de São Paulo e a influência do contexto no comportamento eleitoral

Estudos sobre a geografia eleitoral da cidade de São Paulo mostram que historicamente a cidade esteve sob a influência de três grandes forças políticas: a direita populista representada por políticos folclóricos como Ademar de Barros, Jânio Quadros e Paulo Maluf; forças liberais de centro direita representadas no período pós-redemocratização pelo PSDB e políticos como Gilberto Kassab (PFL/DEM/PSD), e finalmente a esquerda, representada pelo PT.

Dois dos primeiros estudos sobre comportamento eleitoral e geografia do voto na cidade de São Paulo são o de Aziz Simão no ano de 1956 e o de Francisco Weffort em 1965. Esses estudos analisam os resultados eleitorais na cidade de São Paulo no período da Quarta República (1945-1964) e mostram que o voto popular operário concentrado nos bairros proletários mais antigos da cidade (Bexiga, Brás, etc.) apoiava nos anos 1940 partidos mais à esquerda como PTB e PCB, mas a partir da década de 1950 acaba migrando para candidatos populistas como Ademar de Barros e mais tarde Jânio Quadros.

Já nos anos 1980, no começo do período pós-redemocratização, os estudos de Muzynski e Sadek (1986) e Pierucci (1987,1989) mostram que essas áreas identificadas como “janistas” no período anterior à ditadura, mesmo após 21 anos sem eleições populares permaneceram identificadas com candidatos populistas de direita como o próprio Jânio Quadros na eleição municipal de 1985²⁸ e Paulo Maluf na eleição para governador em 1986. Pierucci (1989), por exemplo, constata que os bairros populares das regiões leste e norte da cidade mantiveram o seu apoio eleitoral a Jânio Quadros apesar do perfil sociológico do bairro ter mudado de “operário” para “intermediário de classe média baixa”. Ele chega à conclusão que essas bases eleitorais janistas apresentam dois aspectos distintos: a característica socioeconômica dos eleitores, que mudou ao longo tempo e “(...) a história política e a conformação cultural (...)” do lugar, estas últimas sendo as variáveis mais importantes. Essa conclusão é mais um exemplo da importância da tese contextual e da geografia no estudo do comportamento eleitoral. Apesar do perfil sociológico dos eleitores dessas regiões ter mudado, o comportamento eleitoral se manteve devido às características singulares do contexto.

²⁸ O mapa 10 mostra que Jânio teve sua maior votação nos bairros mais antigos da zona norte e leste.



Mapa 10 – Candidato vitorioso por zona eleitoral da cidade de São Paulo no primeiro turno da eleição municipal de 1985. Fonte: SEADE, TRE-SP, elaboração própria. Nota: divisão por zonas eleitorais adotada até 1992.

Enquanto os populistas de direita como Jânio Quadros e Paulo Maluf concentravam o seu apoio eleitoral nas antigas regiões operárias da zona norte e leste, o PT sempre esteve associado às regiões mais periféricas da cidade, especialmente aquelas mais próximas aos municípios do ABC (Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano), onde o partido havia surgido em torno dos movimentos sindicais de trabalhadores nas montadoras de automóveis localizadas naquela região, tais como a GM e a Volkswagen. O estudo de Sadek (1984) aponta que a intensa atividade partidária nesses municípios (número de diretórios e filiados), através de um efeito de “propinquidade” ou proximidade, alavancou o apoio eleitoral para o PT nas regiões vizinhas.

Apesar do partido sempre estar associado geograficamente às regiões mais pobres e periféricas da cidade, durante as primeiras eleições disputadas nos anos 1980 e 1990 tinha bons resultados entre os eleitores com renda média e mais escolarizados, e só a partir dos anos 2000, assim como a nível nacional, passou a receber um apoio concentrado entre as classes mais pobres (FRIZZO, D. 2013).

O PSDB, mesmo antes da sua viabilidade eleitoral, caracterizou-se por apresentar o seu maior apoio nas regiões mais ricas e centrais da cidade, mas também foi preenchendo os espaços deixados pelos candidatos populistas de direita, ou quando esses não disputavam a eleição, ou quando perderam força eleitoral a partir de 2004 (NOVAES, 1996; FIGUEIREDO et al., 2002; e LIMONGI; MESQUITA 2008).

Segundo Figueiredo et al. (2002), no período de 1994 a 2000 os partidos PT, PSDB e PPB/PP (de Paulo Maluf) tinham suas bases geográficas de apoio bem definidas na cidade: o PT nas regiões mais pobres, principalmente zona leste, PSDB nas regiões centrais e de maior renda e Paulo Maluf nas regiões de classe média baixa. A eleição municipal de 2000 representa bem essa geografia eleitoral da cidade de São Paulo. Nessa eleição, as três forças políticas tinham candidatos competitivos: Marta Suplicy do PT, Paulo Maluf do PP e Geraldo Alckmin do PSDB. Como mostra o mapa 11, no primeiro turno a candidata petista que acabaria ganhando aquela eleição foi vitoriosa em quase todos os distritos da cidade com destaque para os distritos periféricos do sul, leste e noroeste; o PSDB, por sua vez, concentrou os seus votos nos distritos com maior renda localizados no centro-sul da cidade; já o candidato de direita populista Paulo Maluf, apesar de ter sido bem votado nas regiões intermediárias leste e norte da cidade (mapa 12) não venceu em nenhum dos distritos. Mesmo assim, Paulo Maluf acabou obtendo mais votos que o candidato do PSDB e foi para o segundo turno por uma diferença de apenas 7.691 votos ou 0,14% dos votos válidos.

Um das explicações para essa vitória mínima de Paulo Maluf sobre o candidato do PSDB está justamente na questão da distribuição geográfica dos votos de ambos os candidatos. O candidato Geraldo Alckmin do PSDB conseguiu uma alta votação em poucos distritos da cidade, justamente naqueles onde foi vitorioso, enquanto que Paulo Maluf obteve uma votação média significativa em uma porção maior de distritos. Esse fato pode ser verificado pelo índice de desigualdade regional cumulativo²⁹ (IDRC) de Urwin (1985 apud NICOLAU, 2005) que calcula o quanto o voto de um determinado candidato é concentrado ou disperso no território (tabela 4). O IDRC de Alckmin foi de 32,43 enquanto que o de Maluf foi de 15,73.

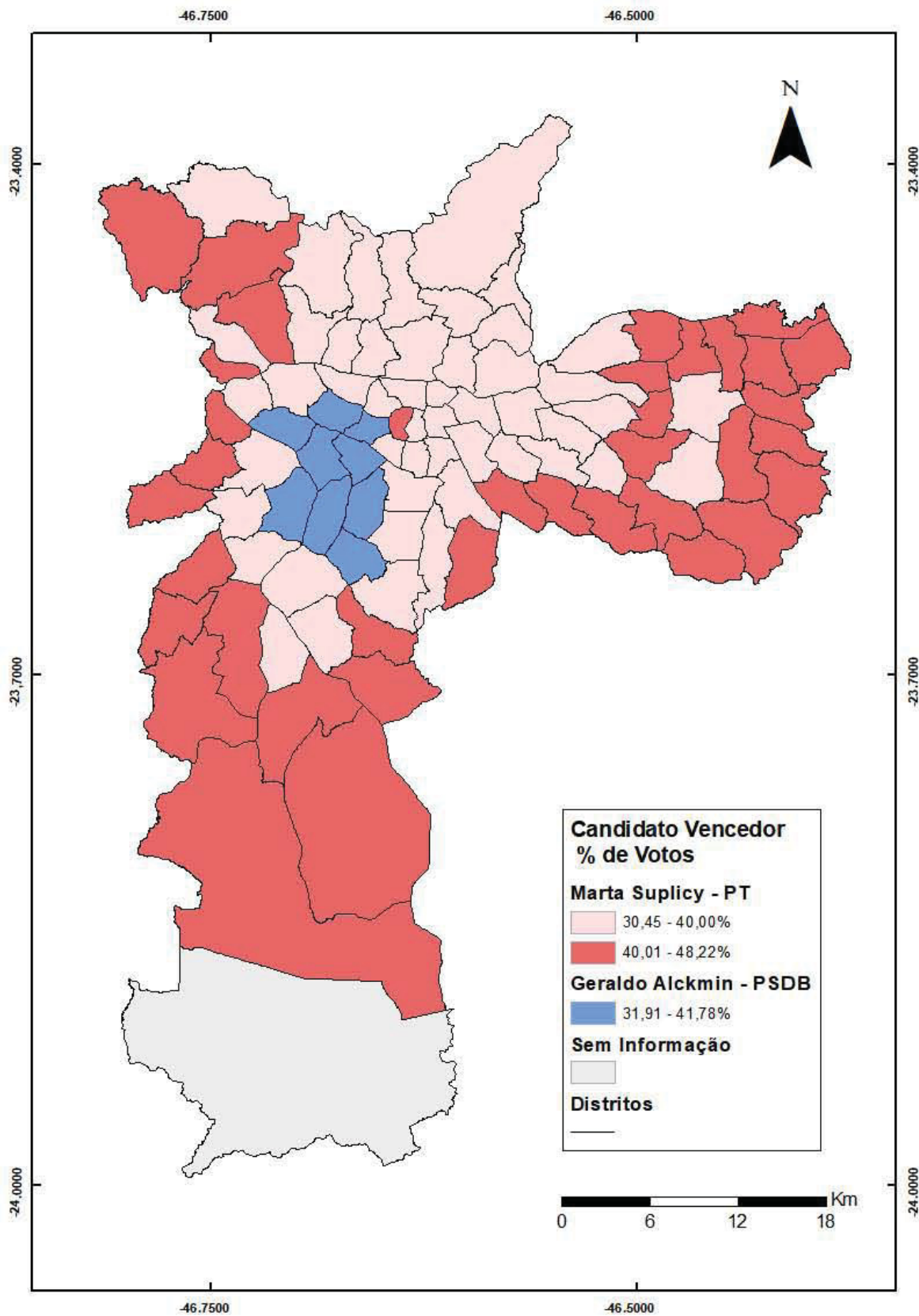
Tabela 4 – Índice de desigualdade regional cumulativo sobre o resultado eleitoral dos três principais candidatos no primeiro turno da eleição municipal de 2000 na cidade de São Paulo aplicado na escala dos distritos administrativos da cidade.

| Candidatos | Geraldo Alckmin (PSDB) | Paulo Maluf (PP) | Marta Suplicy (PT) |
|------------|------------------------|------------------|--------------------|
| IDRC | 32,43 | 15,73 | 10,55 |

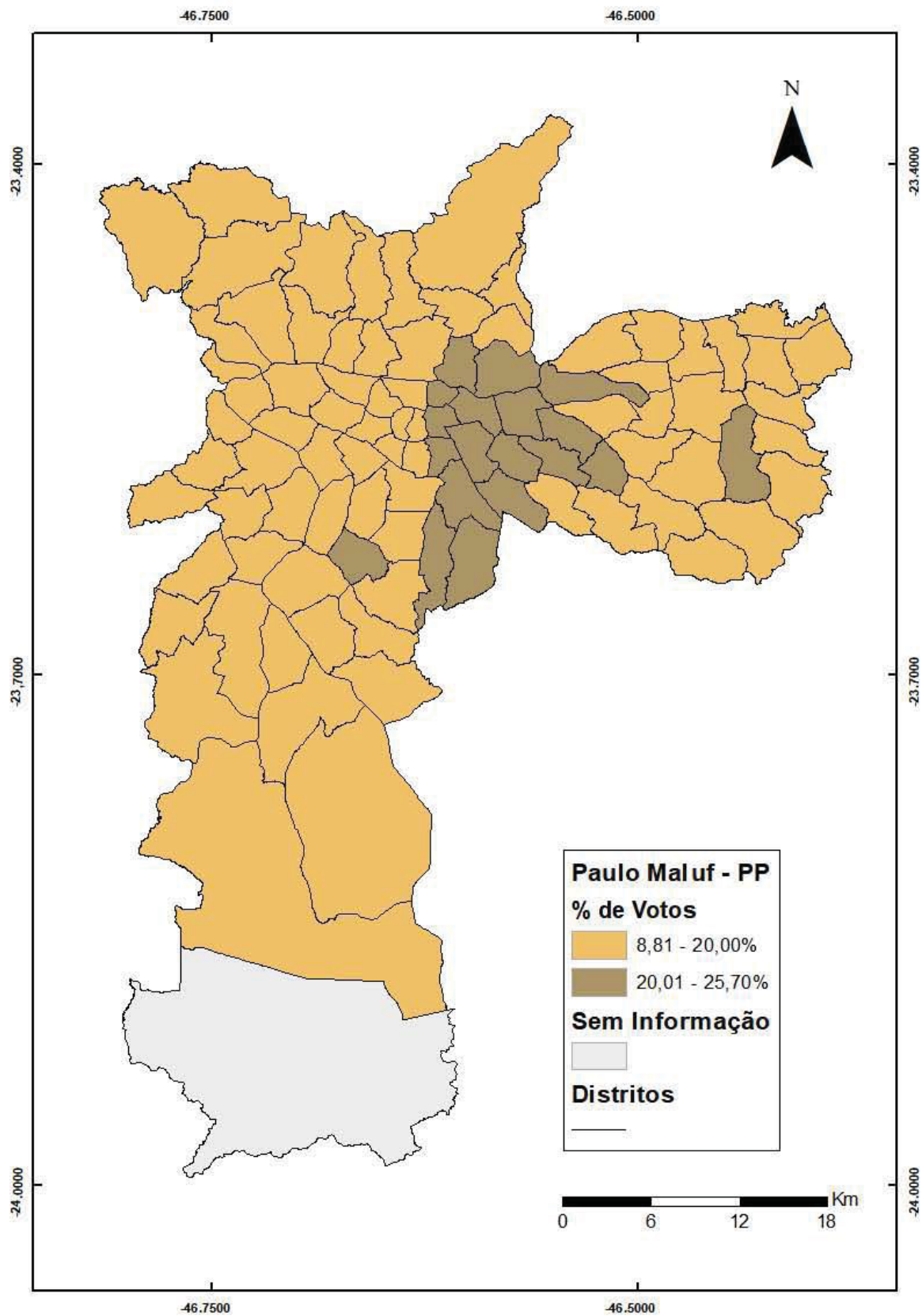
Fonte: TSE, elaboração própria

Após o pleito de 2000, as forças políticas populistas de direita foram perdendo espaço e a disputa eleitoral ficou polarizada entre o PT, concentrado nas regiões periféricas da cidade, e a direita liberal representada pelo PSDB nas eleições de 2004 e 2012 e por Gilberto Kassab (PFL/DEM/PDS) na eleição de 2008, com maior apoio na região central e mais rica da cidade.

²⁹IDRC= $\sum \left(\frac{N_{ji} \times 100}{N_j} \right) - \left(\frac{N_i}{N} \right)$ onde N_{ji} é o número de votos de uma partido “j” na área “i”, N_j é o total de votos do partido “j” em toda área de estudo, N_i é o número total de votos da área “i” e “N” é o número total de votos na área de estudo como um todo. Numa escala que vai de 0 a 100 quanto mais perto de 0 mais disperso, quanto mais perto de 100 mais concentrado.



Mapa 11 – Candidato vitorioso por distrito administrativo da cidade de São Paulo no primeiro turno da eleição municipal de 2000. Fonte: TSE, IBGE, elaboração própria.



Mapa 12 – Desempenho eleitoral do candidato Paulo Maluf do partido PP no primeiro turno da eleição municipal de 2000 na cidade de São Paulo. Fonte: TSE, IBGE elaboração própria.

As eleições presidenciais na cidade de São Paulo em certa medida acompanharam esse padrão espacial das eleições locais com uma polarização entre PSDB e PT. Na escala dos distritos administrativos da cidade³⁰, aplicando a análise do modelo “S” para os resultados eleitorais em primeiro turno de PT e PSDB nas eleições presidenciais do período de “voto normal”, identificado nacionalmente entre 2006 a 2014, chegou-se a dois fatores que juntos explicam 98,7% da variabilidade dos dados. Pela representação cartográfica das cargas fatoriais desses fatores, encontramos duas regiões de apoio eleitoral distintas: uma do PSDB (fator I) correspondendo à região mais central da cidade e outra do PT (fator II) abrangendo os distritos mais periféricos (figura 19). Essas duas áreas correspondem às regiões “médias” de apoio para ambos os partidos nas eleições presidenciais de 2006 a 2014 (ver mapa 13, 14 e 15).

³⁰ Foram utilizados os resultados eleitorais por locais de votação agregados na escala dos distritos administrativos da cidade de São Paulo. Os votos do primeiro turno da eleição presidencial de 2006 foram obtidos através do banco de dados disponibilizado pelo CEM (Centro de Estudos da Metrópole) e os das eleições de 2010 e 2014 pela geocodificação realizada para esse trabalho usando os endereços dos locais de votação disponibilizados pelo TSE a partir da eleição de 2008.

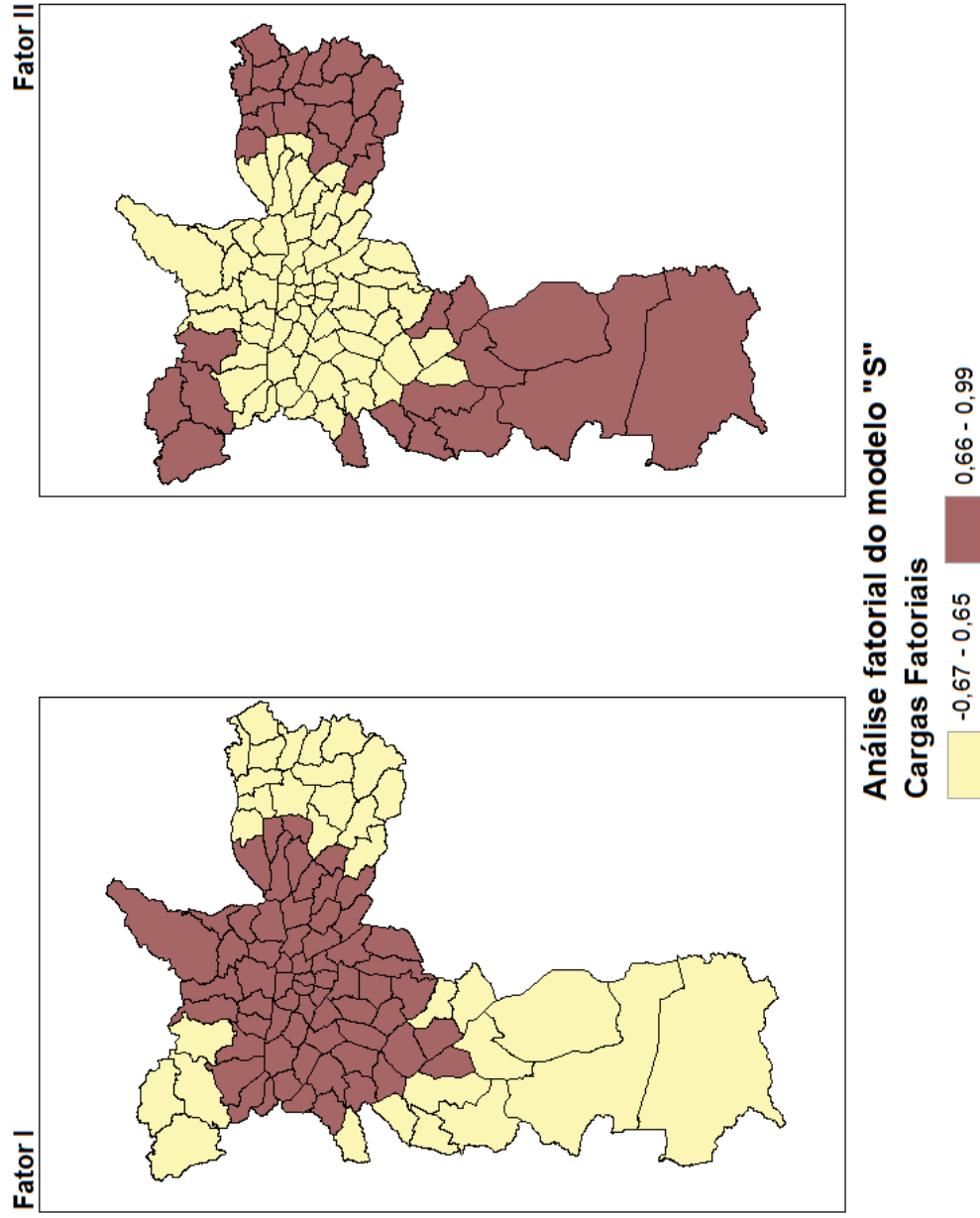
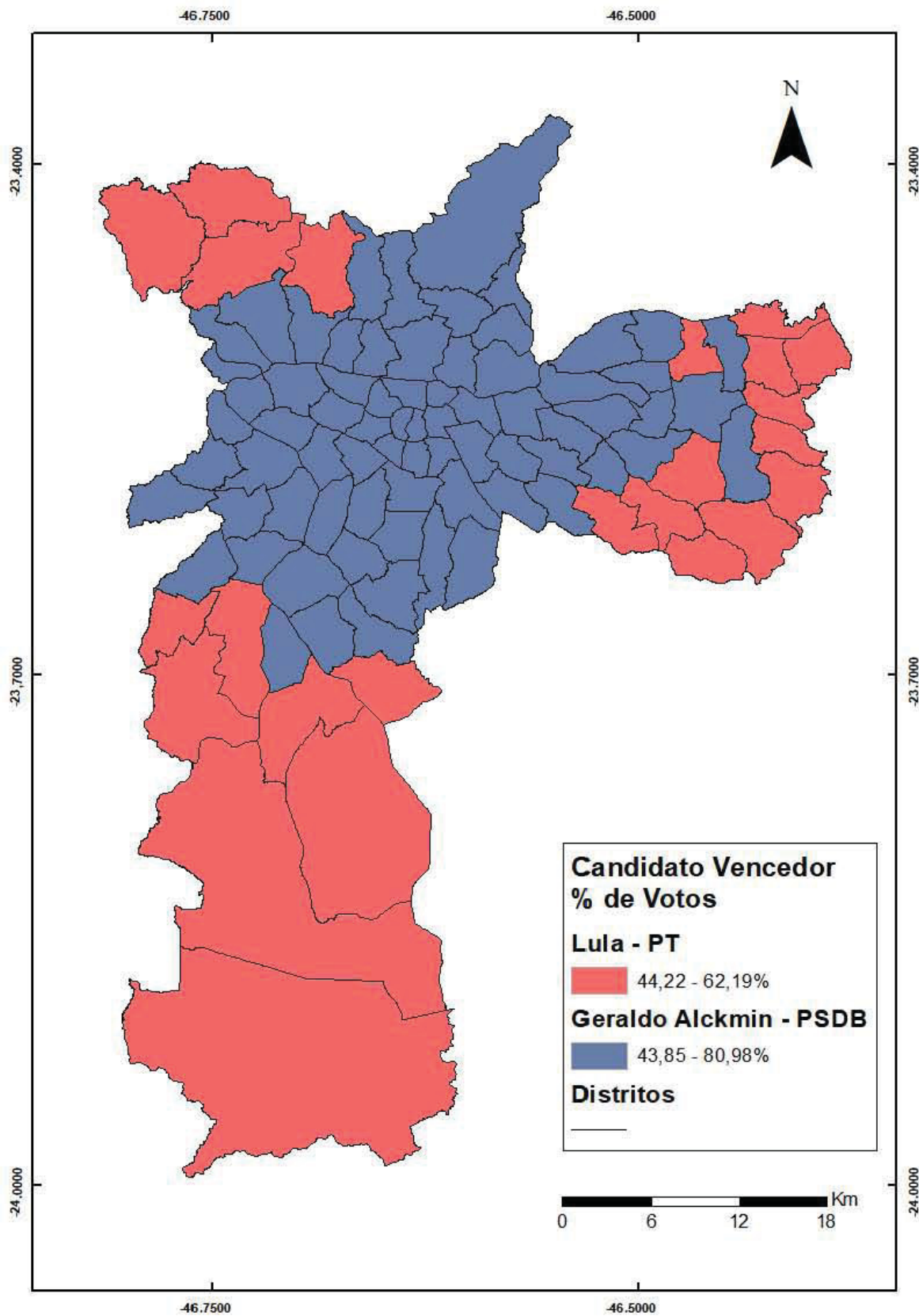
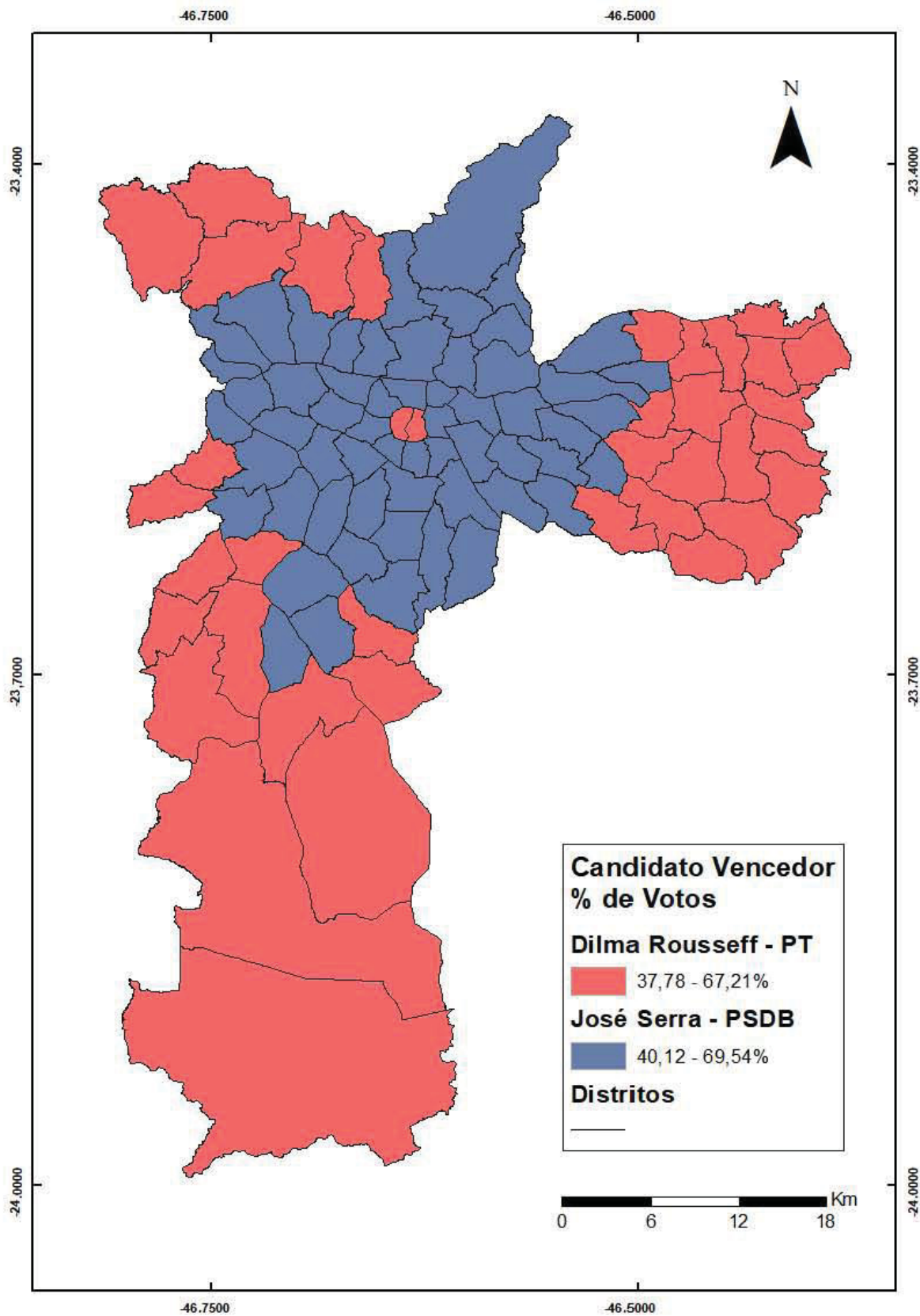


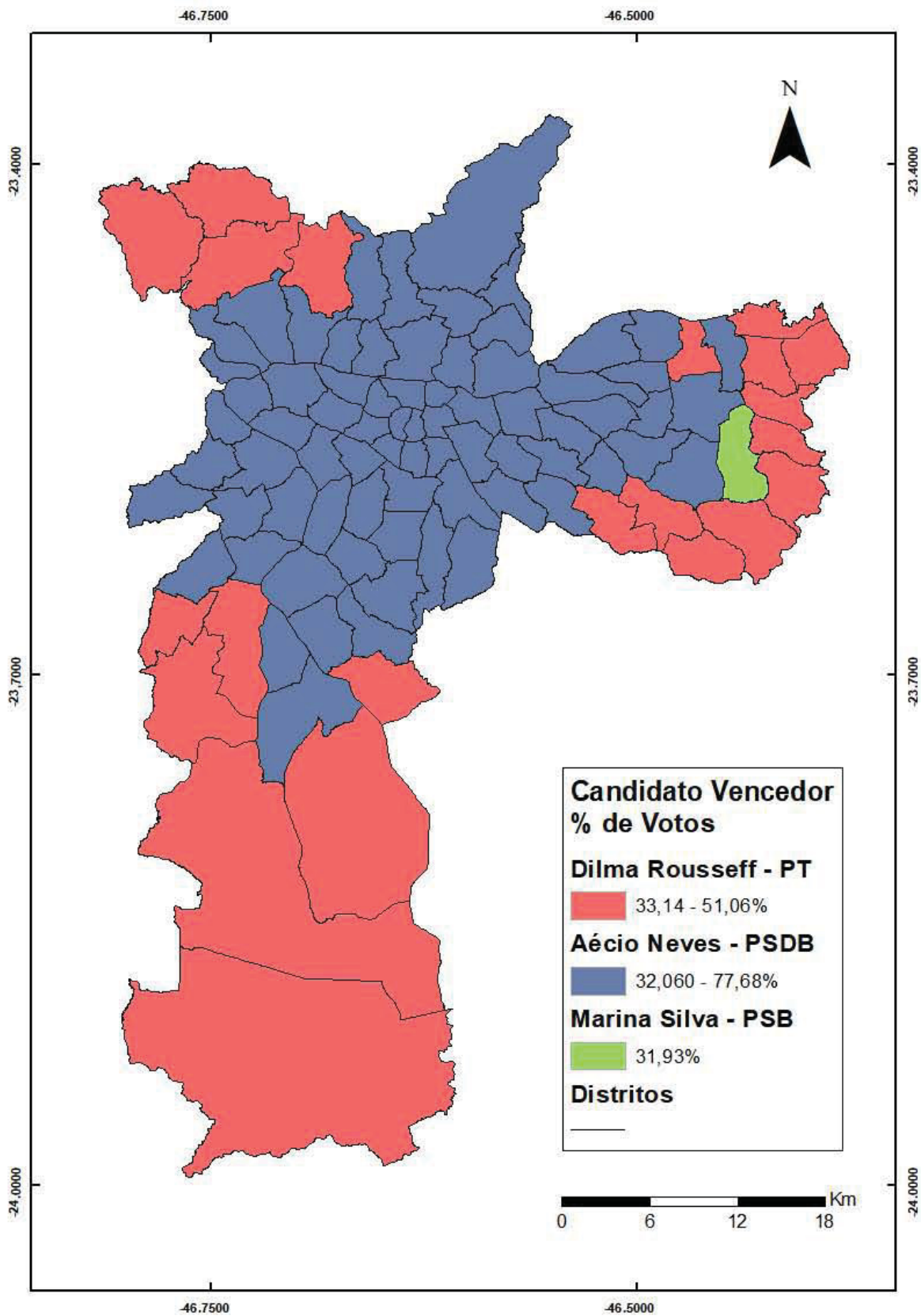
Figura 19 – Representação cartográfica do modelo “S” da análise fatorial sobre os resultados eleitorais de PT e PSDB nas eleições presidenciais em primeiro turno de 2006 a 2014 na escala dos distritos administrativos da cidade de São Paulo, utilizando os métodos de componentes principais e rotação ortogonal “Varimax”. Fonte: TSE, IBGE, elaboração própria.



Mapa 13 – Candidato vitorioso por distrito administrativo da cidade de São Paulo no primeiro turno da eleição presidencial de 2006. Fonte: TSE, IBGE, elaboração própria.



Mapa 14 – Candidato vitorioso por distrito administrativo da cidade de São Paulo no primeiro turno da eleição presidencial de 2010. Fonte: TSE, IBGE, elaboração própria.



Mapa 15 – Candidato vitorioso por distrito administrativo da cidade de São Paulo no primeiro turno da eleição presidencial de 2014. Fonte: TSE, IBGE, elaboração própria.

Ao se medir os dois índices de segregação, o de dissimilaridade e o de isolamento, observa-se nas eleições presidenciais na cidade de São Paulo (gráfico 12) tal como no recorte nacional, um aumento do índice de dissimilaridade a partir do período de “voto normal” indicando uma maior polarização espacial.

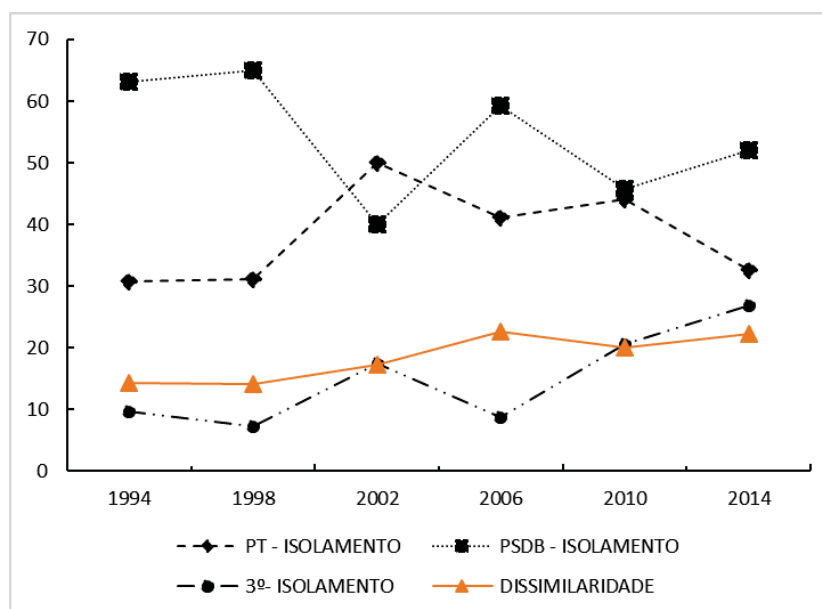


Gráfico 12 – Representação gráfica dos índices de dissimilaridade e isolamento nos resultados eleitorais de PT e PSDB das eleições presidenciais em primeiro turno no período de 1994 a 2014 na cidade de São Paulo na escala dos distritos administrativos. Fonte: TSE, elaboração própria.

No entanto, de modo inverso ao recorte nacional, a região eleitoral de apoio ao PSDB durante esse período é a que se apresenta mais estável ao longo do tempo (gráfico 13). A maior variação na cidade ocorre na periferia, região de apoio ao PT, que perde apoio principalmente na eleição presidencial de 2014 (gráfico 14).

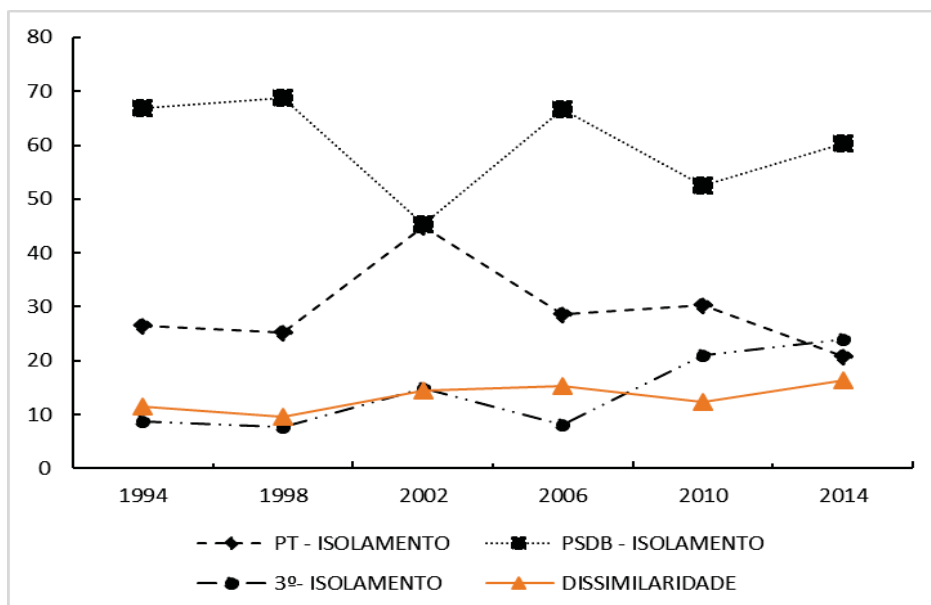


Gráfico 13 – Representação gráfica do índice de dissimilaridade e isolamento sobre os resultados eleitorais de PT e PSDB nas eleições presidenciais em primeiro turno no período de 2006 a 2014 na cidade de São Paulo na escala dos distritos administrativos, na região de apoio ao PSDB. Fonte: TSE, elaboração própria.

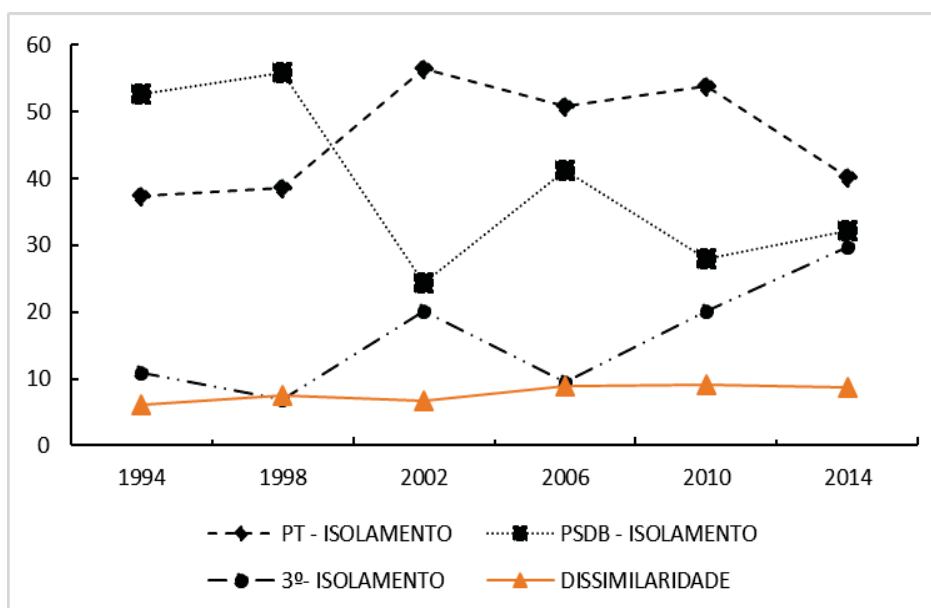


Gráfico 14 – Representação gráfica do índice de dissimilaridade e isolamento sobre os resultados eleitorais de PT e PSDB nas eleições presidenciais em primeiro turno no período de 2006 a 2014 na cidade de São Paulo na escala dos distritos administrativos, na região de apoio ao PT. Fonte: TSE, elaboração própria.

Uma hipótese para essa perda de votos do PT nas regiões periféricas da cidade seria a alteração da estrutura social desse contexto e a desarticulação da organização dos trabalhadores em bases proletárias. O filósofo Francisco de Oliveira, em entrevista à Folha de São Paulo em 19 de outubro de 2008, comenta o resultado do primeiro turno na eleição municipal da cidade de São Paulo daquele ano (que teve Gilberto Kassab do DEM com 33% em primeiro lugar e Martha Suplicy do PT com 32% em segundo lugar), argumentando que a desindustrialização e consequente desproletarização do trabalhador paulista estaria contribuindo para a mudança do perfil do eleitorado paulista em direção à direita, no espectro ideológico³¹. Mais ainda, o filósofo critica o programa “Bolsa Família” por se tratar de uma “política conformista” que reflete apenas a demanda pragmática das classes pobres desproletarizadas que almejam benefícios imediatos e não transformações estruturantes na sociedade. Em outra entrevista em 2006 a esse mesmo meio de comunicação, ele argumenta que o Bolsa Família seria uma tentativa do governo tirar a centralidade do trabalho na política, “(...) uma criação foucaultiana. Um instrumento de controle, em primeiro lugar. Restaura uma espécie de clientelismo que não leva à política(...)”³². Para o autor, o estado através desse programa distribui benefícios a partir de uma constatação da carência daquele determinado grupo social, e não por causa de uma demanda política construída a partir de uma organização dos trabalhadores. O seu argumento, no nosso entendimento, é que a desproletarização do trabalhador paulista e os programas assistencialistas de distribuição de renda, que desestimulam uma maior organização de classe, causam uma desmobilização dos trabalhadores nos lugares onde eles tradicionalmente se organizavam, as regiões periféricas.

Em um ponto de vista contextual, no modelo de Cox (1969a) e na perspectiva de lugar (AGNEW, 1987), defende-se que o indivíduo seria influenciado pelas fontes de informação do seu contexto mais próximo, o lugar onde pratica sua vida social, com suas características socioeconômicas e culturais. No caso dos bairros trabalhadores e periféricos da cidade de São Paulo, podemos dizer que com o processo de desindustrialização aos poucos perderam-se as referências espaciais e o conjunto de fatores sociais e culturais locais (trabalho no setor industrial, sindicalismo, etc.) que contribuíam para uma maior socialização e organização dos indivíduos baseadas em uma ideologia de classe. A partir do momento em que as fábricas foram fechando ou mudando para outros lugares, as pessoas foram obrigadas a se deslocar para outras

³¹ “Desindustrialização expulsa esquerda de SP, diz sociólogo” Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1910200805.htm>> Acessado em Junho de 2009.

³² “A política interna se tornou irrelevante, diz sociólogo”, Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2407200614.htm>>

regiões da cidade à procura de emprego ou para trabalhar na informalidade, levando a uma desorganização dos trabalhadores. Além disso, com a maior mobilidade espacial e maior exposição a interações inter-classe e opiniões políticas diferentes, aumentou a possibilidade desses trabalhadores votarem em uma direção contrária aos seus interesses de classe e lugar.

Assim, a diminuição do apoio ao PT nas regiões periféricas da cidade e uma consequente maior penetração do PSDB talvez sejam consequências por um lado, da mudança na estrutura social desses lugares causada pela desindustrialização e desorganização dos trabalhadores e por outro, pela maior mobilidade espacial das pessoas. Nesses termos, podemos considerar que esses dois processos dialogam com a discussão sobre a influência do contexto na geografia eleitoral e com a nossa hipótese de que as redes de interação social e a mobilidade espacial dos eleitores modulam a influência do contexto no comportamento.

Deve ser ponderado, no entanto, que a queda real do apoio ao PT na periferia ocorre a partir da eleição presidencial de 2014 permanecendo em 2016 com a crise econômica e política que culminou no “impeachment” da presidente Dilma indicando, como Oliveira havia antevisto, que o apoio eleitoral nas regiões periféricas e entre os mais pobres da cidade de São Paulo não estava tão consolidado como antes se esperava. Essa queda no apoio eleitoral ao PT em certa medida dá argumentos para os que afirmam que este apoio não era baseado em uma auto organização dos trabalhadores ou em uma consciência de classe, mas seria apenas uma resposta retrospectiva pragmática ao desempenho do governo e portanto passível de ser alterada por acontecimentos de curto prazo como a queda da economia, pelo fluxo de informações políticas através do espaço e pelas mídias de massa.

5.2.1 – Resultados das pesquisas de opinião

Identificando no período das eleições presidenciais de 2006 a 2014 (período de “voto normal”) as regiões de apoio eleitoral ao PT e PSDB na cidade de São Paulo, regiões periférica e central respectivamente (ver figura 19), buscamos através de pesquisas de opinião (“surveys”) obter dados individuais sobre os eleitores nessas regiões com o objetivo de testar a nossa hipótese de que a mobilidade espacial e as redes de interação dos eleitores “modulam” a influência do contexto no comportamento eleitoral.

Utilizamos um “survey” realizado nos meses de junho e julho³³ e outro no mês de agosto de 2016³⁴, ambos elaborados por uma empresa de pesquisa³⁵. A primeira é uma amostra representativa de 1395 entrevistas realizadas por telefone em todos os distritos da cidade, enquanto que a segunda é uma amostra de 1008 entrevistas presenciais face a face concentradas nos distritos centrais da cidade de São Paulo (figura 20), correspondendo em parte à região de apoio eleitoral do PSDB. Em ambas pesquisas, as entrevistas foram realizadas dentro de setores censitários selecionados por sorteio. Nesses setores censitários, os entrevistados foram selecionados a partir de um sistema de cotas proporcionais ao universo de indivíduos, através das seguintes variáveis: sexo, faixa de idade, escolaridade e PEA (População Economicamente Ativa). Na pesquisa realizada por telefone (fixo), não se sabia previamente o sexo, idade, instrução, etc. do entrevistado, essas informações só eram obtidas na hora da entrevista, assim caso o indivíduo se encaixasse na cota previamente estipulada, a entrevista era levada a diante como se fosse uma pesquisa face a face.

³³ Em cinco levadas de entrevistas (31 de maio a 2 de junho, 14 a 16 de junho, 28 a 30 de junho, 12 a 14 de julho e 26 a 28 julho de 2016) cada uma com uma média de 270 entrevistas.

³⁴ Realizadas de 24 a 29 de agosto de 2016.

³⁵ APPC

Pelas limitações impostas à nossa pesquisa tivemos que utilizar um número reduzido de perguntas. As perguntas A e B foram aplicadas nas duas pesquisas, as perguntas C e D apenas na primeira e as perguntas E, F e G apenas na segunda (ver tabela 5).

Nas perguntas A e B, foi solicitada ao entrevistado uma nota (0 a 10) para cada um dos dois partidos, PT e PSDB, de acordo com a sua preferência. Na C perguntou-se ao entrevistado se trabalhava no seu bairro de residência ou não, com o objetivo de buscar informação sobre o seu grau de mobilidade, esperando que no caso da resposta afirmativa a pessoa tivesse uma opinião política mais próxima da esperada para aquela região. Tentamos também obter dos entrevistados o endereço do seu local de trabalho (bairro ou distrito), porém essa pergunta demonstrou-se de difícil aplicação³⁶. Na pergunta D procuramos saber a frequência com que a pessoa conversa sobre política no seu local de trabalho, com a hipótese de que a pessoa com uma opinião dissonante da maioria tende a não conversar sobre política para evitar o desacordo.

A pergunta E, se o entrevistado costuma conversar sobre política com os seus vizinhos ou não, busca testar a hipótese de que em caso afirmativo a pessoa tende a apoiar mais o partido predominante na região. As perguntas F e G buscam testar o grau de percepção das pessoas na relação das suas opiniões políticas com as do seu entorno.

³⁶ Essa pergunta teste foi feita na primeira leva de 31 de maio a 2 de junho de 2016 e apenas 30% dos entrevistados a responderam.

Tabela 5 – Perguntas elaboradas para a pesquisa de “survey” de junho/julho e agosto de 2016.

- | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| A. Numa escala de 0 a 10, o quanto você gosta do PSDB? |
| B. Numa escala de 0 a 10, o quanto você gosta do PT? |
| C. Você trabalha no mesmo bairro que mora? (1- sim, 2- não) * |
| D. Com que frequência você conversa sobre política no seu local de trabalho? (1- nunca, 2- raramente, 3- às vezes, 4- quase sempre, 5- sempre) * |
| E. Você costuma conversar sobre política com os seus vizinhos? (1- sim, 2- não) ** |
| F. Comparando com as outras pessoas do seu bairro, você diria que a sua opinião política é (1- muito diferente, 2- diferente, 3- similar, 4- muito similar) ** |
| G. Pelo o que você sabe ou ouviu falar, qual o partido político mais forte no seu bairro de residência? (Pergunta aberta) ** |

Nota: * pesquisa junho/julho 2016, **pesquisa agosto 2016

Analisando os níveis de apoio eleitoral ao Partido dos Trabalhadores na pesquisa de opinião de junho/julho (tabela 6) em comparação com pesquisas anteriores, como as do ESEB (Estudo Eleitoral Brasileiro) de 2002, 2006, 2010 e 2014 na cidade de São Paulo (gráfico 15), observamos uma acentuada queda de apoio ao partido na cidade³⁷.

Tabela 6 – As 5 levas de perguntas sobre a opinião dos entrevistados sobre o PT nas pesquisas de opinião junho/julho.

| Gosta do PT (0 a 10) | 31- 02 jun | | 14 – 16 jun | | 28 – 30 jun | | 12 – 14 jul | | 26 – 28 - jul | | Média das % |
|----------------------|------------|------|-------------|------|-------------|------|-------------|------|---------------|------|-------------|
| Pouco (0 a 3) | 19 | 75% | 202 | 79% | 187 | 78% | 203 | 76% | 193 | 78% | 77% |
| Médio (4 a 6) | 40 | 16% | 33 | 13% | 43 | 18% | 48 | 18% | 36 | 15% | 16% |
| Muito (7 a 10) | 23 | 9% | 21 | 8% | 11 | 5% | 15 | 6% | 19 | 8% | 7% |
| Total (N) | 253 | 100% | 256 | 100% | 241 | 100% | 266 | 100% | 248 | 100% | 100% |

³⁷ Perguntas do ESEB utilizadas:

2002 - Pergunta Q87 "opinião sobre o PT (0 a 10)";

2006 - Pergunta Q65 "Agora gostaria de saber com mais detalhes o que o(a) Sr(a) pensa de alguns partidos políticos. Por favor, use uma nota de 0 a 10 para indicar o quanto o(a) Sr(a) gosta do partido que eu vou mencionar: PT";

2010 - Pergunta Q53 "Gosta do Partido: PT (0 a 10)";

2014 - Pergunta Q9A "Gosta/Não Gosta do Partido: PT (0 a 10)"

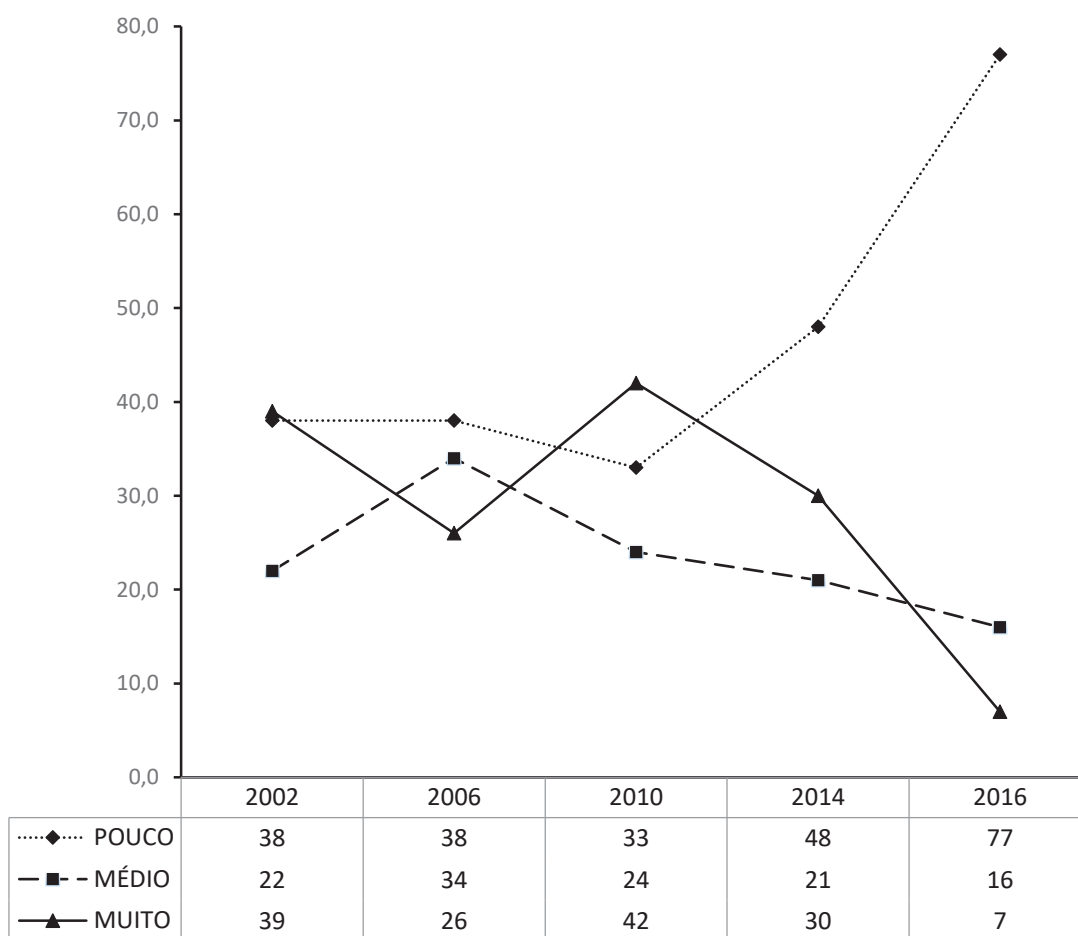


Gráfico 15 – Opinião sobre o PT ao longo do tempo na cidade de São Paulo baseado nas pesquisas de survey ESEB 2002, ESEB 2006, ESEB 2010, ESEB 2014, e a média das notas da pesquisa junho/julho de 2016 utilizada nesse trabalho (ver tabela x). Fonte: ESEB 2002, 2006, 2010, 2014; APPC survey de julho/julho de 2016. Notas: ESEB 2002, 249 casos; ESEB 2006, 63 casos; ESEB 2010, 124 casos; ESEB 2014, 152 casos e pesquisa de survey de junho/julho 2016, 1264 casos divididos em 5 levas com aproximadamente 250 casos cada.

Essa queda de apoio ao Partido dos Trabalhadores pode ser atribuída à influência da situação político-econômica no período em que estas pesquisas foram realizadas: o processo de “impeachment” de Dilma Rousseff, os casos de corrupção envolvendo membros do PT e a crise econômica levando a um forte aumento do nível de desemprego, com a taxa de desocupação segundo o IBGE no segundo trimestre de 2016 chegando a 11,3% contra 6,85% no mesmo período em 2014³⁸. As pesquisas de opinião utilizadas nesse trabalho foram realizadas entre junho, julho e agosto de 2016 durante o processo de impeachment do presidente Dilma Rousseff que teve início em 5 dezembro de 2015 e foi concluído no dia 31 de agosto de 2016, dia do seu

³⁸ <http://www.valor.com.br/brasil/4757753/taxa-de-desemprego-vai-118-no-3-trimestre-aponta-ibge>

juízo no Senado, dessa forma era de se esperar uma baixa avaliação do Partido dos Trabalhadores durante esse período (talvez a mais baixa da sua história) principalmente na cidade de São Paulo.

Pode também ser argumentado que essa queda de apoio ao PT identificada se deve ao fato dessa pesquisa ter sido feita fora do período eleitoral. As opiniões dos indivíduos entre as eleições tendem a ser idiossincráticas entre si porque a comunicação política entre os cidadãos durante esses períodos geralmente é muito baixa. O período eleitoral e as campanhas servem justamente para levar ao eleitor as informações relevantes sobre a nova eleição, reativando e alimentando as redes de comunicação política, com as pessoas sendo mais estimuladas a se posicionarem politicamente (LAZARFELD et al. 1948 apud HUCKFELDT; JOHNSON; SPRAGUE, 2004). Em outras palavras, as opiniões políticas colhidas numa pesquisa longe do período eleitoral tendem a não refletir a escolha de voto das pessoas no dia da eleição. Um exemplo disso é a variação entre a média das notas dos eleitores aos partidos PT e PSDB na pesquisa de junho/julho e a média das notas de agosto de 2016 (tabela 7), ponderando que os universos das amostras são diferentes, na primeira pesquisa a cidade inteira, e na segunda só alguns distritos centrais.

Tabela 7 – Médias das opiniões dos entrevistados sobre PT e PSDB (de 0 a 10) nas pesquisas de opinião de junho/julho e agosto de 2016.

| Opinião sobre os partidos (0 a 10) | Junho/julho-2016 | Agosto 2016 |
|------------------------------------|------------------------|-----------------------|
| PT | 1,69 (2,601) N=1261 | 2,54 (3,224) N=917 |
| PSDB | 4,42 (3,017) N=1198 | 3,82 (3,123) N=893 |

Fonte: APPC, elaboração própria.

Notas: Desvio Padrão entre parênteses.

Mesmo que o Partido dos Trabalhadores tenha perdido grande parte do seu apoio na cidade de São Paulo desde a eleição presidencial de 2014, os dados da pesquisa mostram que o seu padrão de apoio regional permanece semelhante, ou seja, maior na periferia e menor no centro (figura 21).

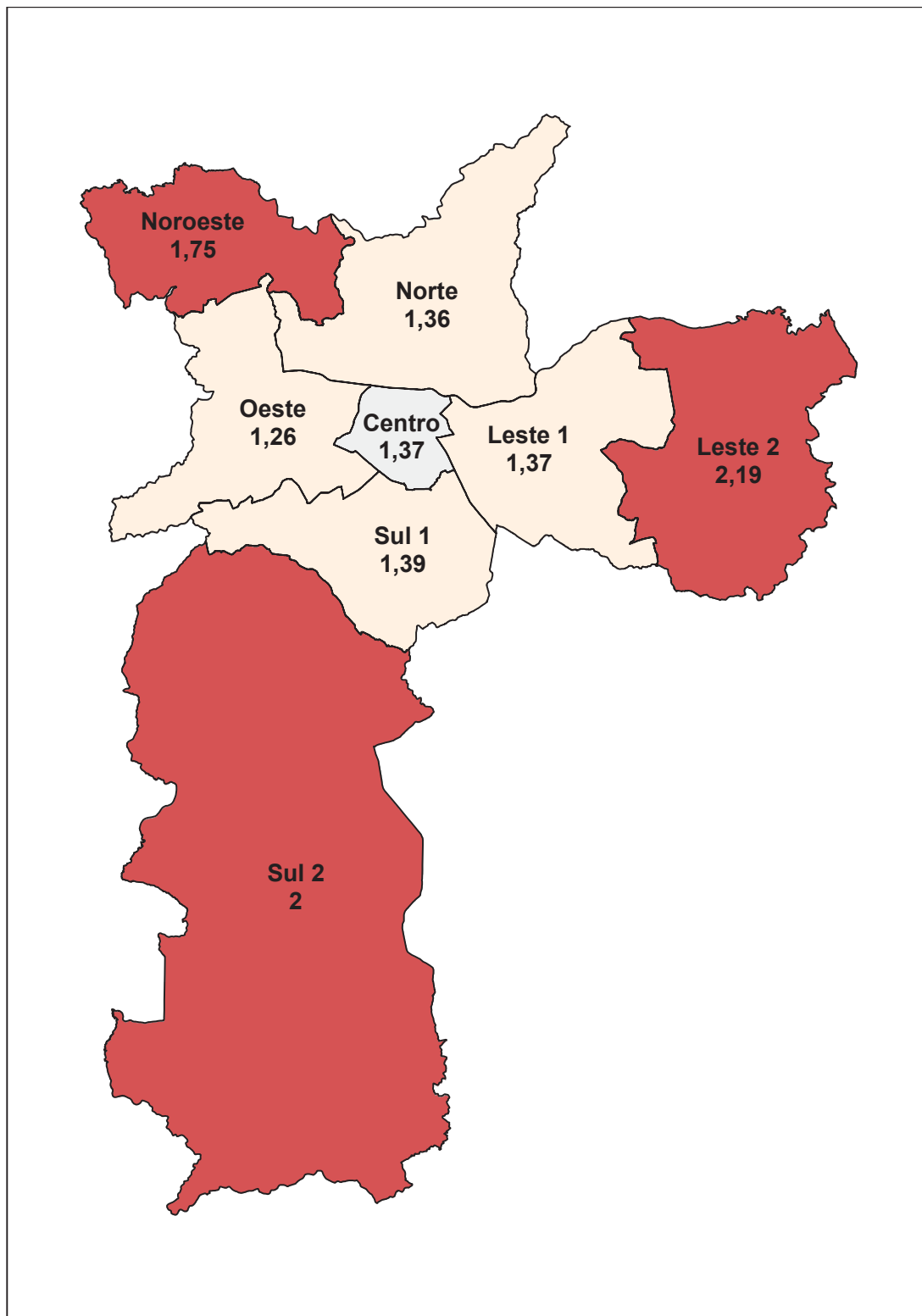


Figura 21 – Distribuição geográfica da média das opiniões sobre o PT (0 a 10) na cidade de São Paulo dividida em 8 regiões (Centro, Leste 1, Leste 2, Noroeste, Norte, Oeste, Sul 1 e Sul 2). Fonte: APPC, elaboração própria.

A opinião média dos entrevistados na cidade de São Paulo na pesquisa de opinião de junho/julho sobre PT e PSDB (perguntas A e B) foi de 1,69 e 4,42 respectivamente numa escala de 0 a 10. Quando analisamos agora esses valores em cada uma das regiões de apoio identificadas pela análise fatorial do modo S (periferia/PT e centro/PSDB), verificamos uma maior variação na opinião sobre o PT entre centro e periferia (1,34 e 2,07 respectivamente) do que sobre o PSDB (4,61 na região central e 4,21 na periferia).

Essa variação é melhor entendida através de uma análise estatística de regressão que tem como objetivo verificar a existência de uma relação de dependência entre duas ou mais variáveis³⁹. Quando se controla os efeitos das variáveis faixa de idade, instrução e renda, a análise de regressão para o conjunto das regiões (periferia e centro) mostra que o entrevistado localizado na região periférica, mais jovem, com menor renda é o que tem uma maior tendência para apoiar o PT independentemente do nível de instrução. Enquanto que aquele mais velho, menos instruído e com maior renda, localizado na região central, tende a apoiar o PSDB (tabela 8).

Uma limitação para as análises de regressão utilizadas nesse trabalho é o baixo número de casos considerados. Primeiro, porque é necessário excluir aqueles entrevistados que não responderam uma ou mais das perguntas envolvidas em cada análise, e segundo porque quando se busca realizar uma análise contextual é natural a desagregação dos casos regionalmente, reduzindo conseqüentemente o número de casos disponíveis para a análise, portanto alterando os resultados assim como sua significância estatística. Esse problema da redução do número de casos devido à desagregação regional é um dos grandes desafios da análise contextual (BOOKS; PRYSBY 1991) porque a maioria das pesquisas de opinião não são planejadas para esse fim, como é o caso das pesquisas disponíveis para a realização do nosso trabalho.

³⁹ Essa análise nos fornece uma equação e determina se a associação entre duas ou mais variáveis se aproxima de uma associação linear. A Equação ou função linear é representada pela equação “ $y = \alpha + \beta x$ ” onde y é a variável independente, x a variável dependente, α é o intercepto do eixo y e β é a curva da reta da equação quando representada num gráfico. O nível de significância para se rejeitar a hipótese nula foi fixado em quatro tipos, em ordem decrescente de importância, “valor p ”: $< 0,001$; $< 0,01$; $< 0,05$ e $< 0,06$ acima desse valor assume-se que a hipótese é nula e não há relação entre as variáveis. Os coeficientes de correlação das regressões lineares são lidos como a de Pearson assumindo valores de -1 a +1, sendo que quanto mais próximo o valor de 0, menor a dependência entre as variáveis. Para as regressões múltiplas é expresso também o erro padrão do modelo e o R^2 (coeficiente de determinação).

Tabela 8 – Modelo de regressão linear múltipla entre opinião sobre os partidos PT e PSDB na cidade de São Paulo e algumas características socioeconômicas dos eleitores mais a sua localização entre as regiões eleitorais de apoio ao PT e PSDB.

| Opinião sobre os partidos (0 a 10) | PT | | PSDB | |
|------------------------------------|-----------------|---------|-----------------|---------|
| | B | Beta | B | Beta |
| Faixa Idade | -,271 (,085) | -,108** | ,344 (,105) | ,114*** |
| Instrução | -,027 (,086) | -,011 | -,297 (,105) | -,101* |
| Renda | -,330 (,176) | -,064+ | ,444 (,217) | ,072* |
| Região | -,497 (,165) | -,100** | ,389 (,203) | ,065* |
| Constante | (,426)*** | | (,524)*** | |
| N | 918 | | 869 | |
| R ² | ,032 | | ,037 | |

Fonte: APPC, elaboração própria.

Notas: Erro padrão entre parênteses. Variáveis: Faixa de Idade 1=16 a 24; 2=25 a 44; 3=45 a 59; 4=>60. Instrução 1=até a 4ª série; 2=De 5ª a 8ª Série; 3=Ensino médio; 4= Ensino Superior. Renda 1=até 2 SM; 2=Mais de 2SM. Região 1=Periferia; 2= Centro. Valor p: *** <0,001; **<0,01; *<0,05; +<0,06.

Os resultados das pesquisas de certa forma são condizentes com a nossa hipótese de que a mobilidade espacial e as redes de interação social modulam a influência do contexto no comportamento eleitoral. Na região periférica a opinião média sobre o PT entre os entrevistados que disseram trabalhar no seu bairro de residência foi de 2,97 pontos, enquanto que entre os que trabalham fora foi de 1,91 pontos, ou seja, aquele que permanece mais na região de apoio ao PT tende apoiar mais o partido. Mais ainda, entre aqueles que trabalham no bairro e costumam conversar sobre política a nota média sobe para 3,24 pontos.

Considerando separadamente centro e periferia (tabela 9), a análise de regressão mostra que na periferia o apoio ao PT é maior entre os que que conversam sobre política no seu local de trabalho, são mais jovens e com menor renda. Na região central, mesmo que os resultados sejam estatisticamente menos significantes, aqueles que responderam trabalhar fora do seu bairro de residência são mais propensos a apoiar mais o PT. Nessa pesquisa, assumiu-se que o entrevistado que responde à pergunta C (trabalha no mesmo bairro que mora?) trabalha, assim a variável PEA (População Economicamente Ativa) foi desconsiderada nos modelos de regressão multivariada.

Tabela 9 – Modelo de regressão linear múltipla entre opinião sobre o PT nas regiões de apoio eleitoral (periferia e centro) e algumas características socioeconômicas dos eleitores mais as perguntas C e D.

| Opinião sobre os PT (0 a 10) | Periferia | | Centro | |
|----------------------------------------------------------------------|-----------------|---------|-----------------|-------|
| | B | Beta | B | Beta |
| Faixa Idade | -,548 (,213) | -,184** | -,151 (,163) | -,063 |
| Instrução | ,065 (,227) | ,022 | ,110 (,154) | ,051 |
| Renda | -,788 (,391) | -,148* | -,535 (,358) | -,107 |
| Trabalha no mesmo bairro que mora? (C) | -,702 (,387) | -,125 | ,653 (,321) | ,137* |
| Frequência que conversa sobre política no seu local de trabalho? (D) | ,252 (,134) | ,139+ | ,025 (,107) | ,016 |
| Constante | (1,134)*** | | (,931) | |
| N | 204 | | 223 | |
| R ² | ,075 | | ,034 | |

Fonte: APPC, elaboração própria

Notas: Erro padrão entre parênteses. Variáveis: Faixa de Idade 1=16 a 24; 2=25 a 44; 3=45 a 59; 4=>60. Instrução 1=até a 4ª série; 2=De 5ª a 8ª Série; 3=Ensino médio; 4= Ensino Superior. Renda 1=até 2 SM; 2=Mais de 2SM; Pergunta C 1=sim; 2=não. Pergunta D- 1= nunca; 2= raramente; 3= às vezes; 4= quase sempre; 5= sempre. Valor p: *** <0,001, **<0,01, *<0,05, +<0,06.

Em resumo, o indivíduo que mora na região de apoio eleitoral do PT, periferia, apresenta uma maior tendência de apoiar o partido, no entanto essa tendência varia de acordo a configuração da sua rede de interação social, investigada na pesquisa através das perguntas C e D. O indivíduo que mora e trabalha na periferia e conversa sobre política tende a apoiar mais o PT do que, por exemplo, aquele que não conversa sobre política, e que portanto está menos conectado com a rede de comunicação política local.

Como vimos, as variáveis que influenciam na opinião dos entrevistados na periferia são a faixa de idade, renda, e se a pessoa trabalha no mesmo bairro que mora e com que frequência conversa sobre política (perguntas C e D). Analisando a interação entre as variáveis Renda e a pergunta C, se a pessoa trabalha no bairro que mora (neste caso a periferia). Observa-se que a variação na opinião sobre o PT ocorre mais entre os entrevistados que ganham mais de dois salários mínimos (gráfico 16). Segundo a literatura, historicamente, a pessoa que ganha mais de 2SM tende a apoiar menos o partido, porém observamos que quando ela mora e também

trabalha na periferia, ao concentrar suas interações sociais localmente talvez mais influenciada pelo contexto social favorável ao PT, adota uma opinião política contrária ao esperado apenas pela sua característica composicional de renda. Aquele com o mesmo nível de renda, mas que trabalha fora, possivelmente na região central, talvez por ser menos influenciado pelo contexto de vizinhança apoia menos o partido.

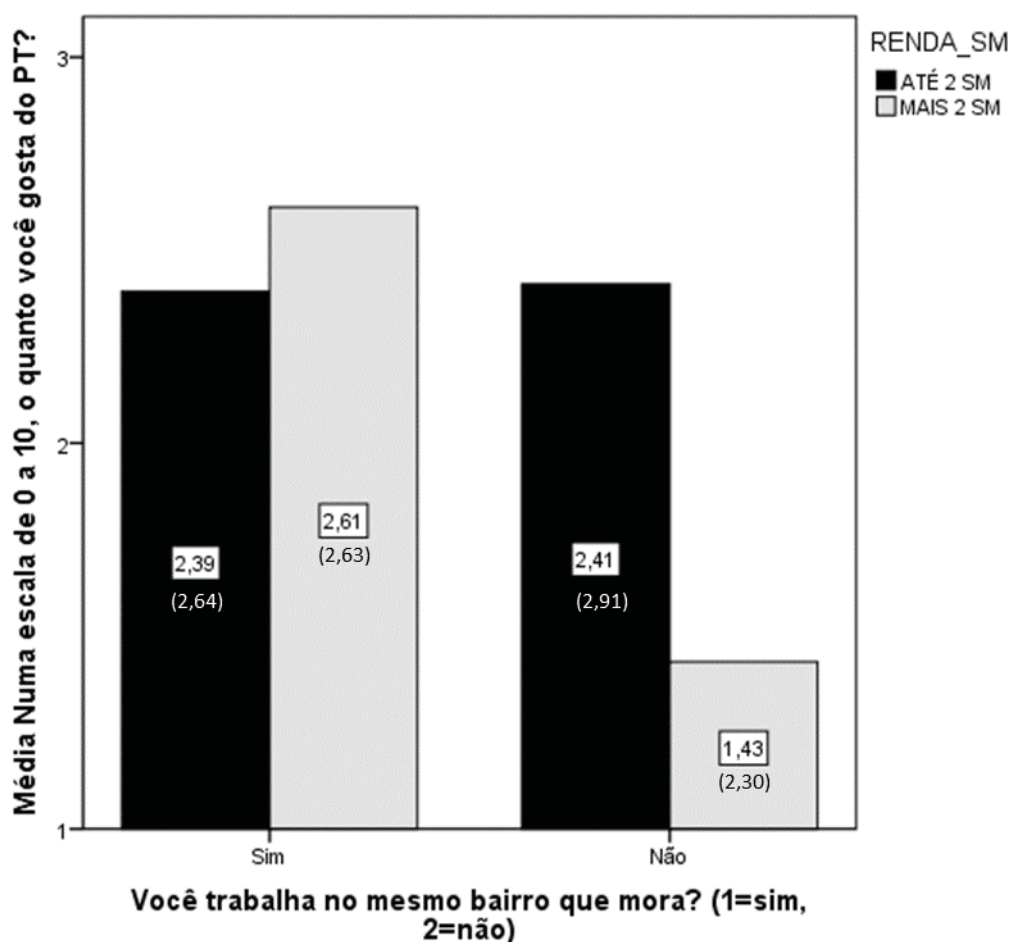


Gráfico 16 – Representação gráfica da média da opinião sobre o PT quando da interação entre as variáveis renda e a pergunta C, se o indivíduo trabalha no bairro que mora (sim ou não), na região de apoio eleitoral do partido (periferia). Fonte: APPC, elaboração própria. Notas: desvio padrão entre parênteses; N= 28, 36, 51, 90 e total = 205

Já em relação à interação entre as perguntas C e D “trabalha no bairro que mora” e “conversa sobre política no seu local de trabalho” (gráfico 17), observa-se que entre os que trabalham fora praticamente não há variação no apoio ao partido, enquanto que entre aqueles que trabalham no seu bairro (periferia) há um incremento significativo no apoio ao PT entre os que conversam mais sobre política no local de trabalho. Pode-se assumir que pelo fato dessa região apoiar

historicamente o PT, suas redes de comunicação política são igualmente favoráveis ao partido, amplificando o efeito do contexto no comportamento.

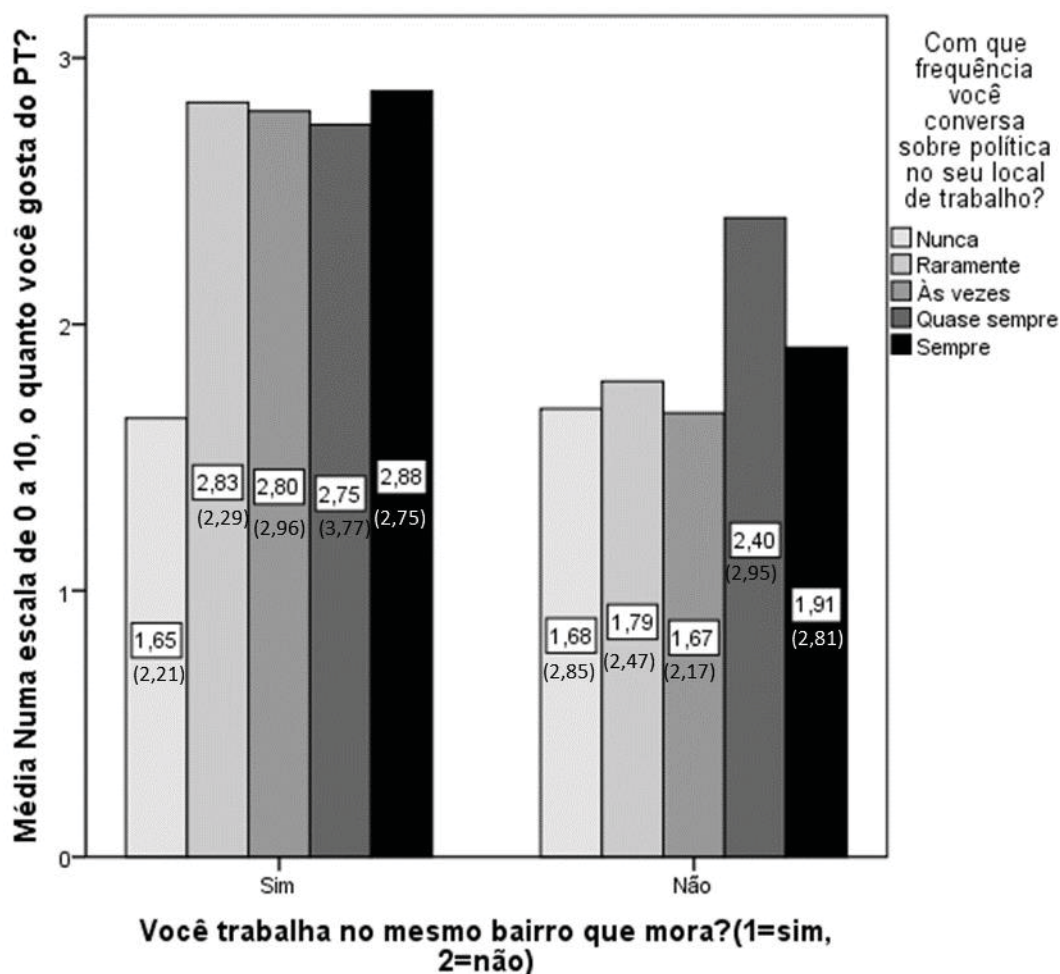


Gráfico 17 – Representação gráfica da média da opinião sobre o PT quando da interação entre as perguntas C, se o indivíduo trabalha no bairro que mora (sim ou não), e a pergunta D, se conversa sobre política no seu local de trabalho, na região de apoio eleitoral do partido (periferia). Fonte: APPC, elaboração própria. Nota: desvio padrão entre parênteses; N= 17; 12; 15; 4; 16; 41; 28; 39; 10; 23 e total=205.

Na região identificada como de apoio ao PSDB a opinião média sobre o partido entre os que dizem conversar sempre sobre política no local de trabalho é de 4,46 pontos, enquanto que entre os que afirmam nunca conversar é de 3,72 pontos. Essa variação na opinião sobre o partido é melhor entendida através da análise de regressão (tabela 10). Controlando os efeitos das variáveis faixa de idade, instrução e renda na região central, a única variável significativa é a pergunta D sobre a frequência com que o entrevistado conversa sobre política no seu local de trabalho, estando portanto de acordo com a nossa hipótese de que as redes sociais de interação funcionariam como moduladoras da influência do contexto no comportamento político.

Tabela 10 – Modelo de regressão linear múltipla entre a opinião sobre o PSDB nas regiões de apoio eleitoral (periferia e centro) e algumas características socioeconômicas dos eleitores mais as perguntas C e D.

| Opinião sobre os PSDB (0 a 10) | Periferia | | Centro | |
|-------------------------------------------------------------------------|-----------------|-------|-----------------|--------|
| | B | Beta | B | Beta |
| Faixa Idade | ,516 (,235) | ,164* | ,371 (,223) | ,113 |
| Instrução | -,447 (,246) | -,144 | -,294 (,216) | -,099 |
| Renda | ,247 (,425) | ,044 | -,013 (,488) | -,002 |
| Trabalha no mesmo bairro que mora? (C) | ,654 (,416) | ,112 | -,372 (,445) | -,057 |
| Frequência que conversa sobre política no seu local de trabalho? (D) | -,014 (,146) | -,007 | ,393 (,147) | ,189** |
| Constante | (1,220)* | | (1,275)** | |
| N | 193 | | 215 | |
| R ² | ,066 | | ,053 | |

Fonte: APPC, elaboração própria

Notas: Erro padrão entre parênteses. Variáveis: Faixa de Idade 1=16 a 24; 2=25 a 44; 3=45 a 59; 4=>60. Instrução 1=até a 4ª série; 2=De 5ª a 8ª Série; 3=Ensino médio; 4= Ensino Superior. Renda 1=até 2 SM; 2=Mais de 2SM; Pergunta C 1=sim; 2=não. Pergunta D- 1= nunca; 2= raramente; 3= às vezes; 4= quase sempre; 5= sempre. Valor p: *** <0,001, **<0,01, *<0,05, +<0,06.

Em relação à pesquisa realizada em agosto, na pergunta F, que pede para o indivíduo comparar sua própria opinião com a dos demais moradores do bairro, encontramos uma coerência na percepção das pessoas sobre a opinião política majoritária do seu bairro em relação à sua própria. Considerando que os distritos mais centrais da cidade, onde essa pesquisa foi realizada, historicamente apoiam mais o PSDB, há uma diferença linear crescente na nota do partido entre os que dizem ter uma opinião diferente e os que afirmam ter opinião similar a aquela que consideram majoritária. Enquanto que a média da avaliação sobre o partido entre os entrevistados que dizem ter uma opinião “Muito Diferente” e “Diferente” das outras pessoas do seu bairro é de 3,23 e 3,85 respectivamente, aqueles que consideram ter uma opinião “Similar” e “Muito Similar” ela passa para 4,38 e 4,51 pontos respectivamente. Assim, podemos concluir que o eleitor médio parece ter consciência sobre sua opinião política ser ou não semelhante ao seu contexto de vizinhança.

Se analisarmos agora a associação entre as perguntas (E) se costuma conversar sobre política com os vizinhos e (F) se considera sua opinião diferente ou similar à deles, verificamos que as pessoas que consideram sua opinião diferente tendem a não conversar sobre política com seus vizinhos, o inverso ocorrendo com os que acham sua opinião parecida (tabela 11). Essa constatação vai de acordo com a ideia de que os eleitores buscam pertencer a redes sociais de comunicação política homogêneas, evitando a exposição a informações conflituosas.

Tabela 11 – Relação entre as perguntas: se o entrevistado considera sua própria opinião similar ou parecida com os outros do seu bairro (F) e se ele costuma conversar sobre política com os seus vizinhos (E).

| Você costuma conversar sobre política com seus vizinhos (E) | Comparando com as outras pessoas do seu bairro, você diria que a sua opinião política é (F) | | | | | | | | | | |
|-------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------|--------|-----------|--------|---------|--------|---------------|--------|-------|--------|------|
| | Muito Diferente | | Diferente | | Similar | | Muito similar | | Total | | Beta |
| Sim | 30 | 44,80% | 92 | 50,30% | 150 | 52,80% | 44 | 84,60% | 316 | 53,90% | |
| Não | 37 | 55,20% | 91 | 49,70% | 134 | 47,20% | 8 | 15,40% | 270 | 46,10% | |
| Total | 67 | 100% | 183 | 100% | 284 | 100% | 52 | 100% | 586 | 100% | |

Fonte: APPC, elaboração própria.

Notas: Valor p: ***<0,001, **<0,01, *<0,05, +<0,06

A análise de regressão feita entre as variáveis da pesquisa de agosto (tabela 12), mostra que o indivíduo com menor renda, mais jovem, menos instruído e que conversa sobre política com seus vizinhos tende a apoiar mais o PT, enquanto que no apoio ao PSDB a únicas variáveis estatisticamente significativas foram similaridade de opinião com os vizinhos e ser mais velho.

Tabela 12 – Modelo de regressão linear múltipla entre opinião sobre os partidos PT e PSDB nos distritos centrais cobertos pela pesquisa de opinião de agosto de 2016 e algumas características socioeconômicas dos eleitores mais as perguntas E e F.

| Opinião sobre os partidos (0 a 10) | PT | | PSDB | |
|----------------------------------------------------|-----------------|---------|-----------------|--------|
| | B | Beta | B | Beta |
| Faixa Idade | -,409 (,154) | -,115** | ,381 (,147) | ,113** |
| Instrução | -,388 (,202) | -,086* | -,276 (,193) | -,065 |
| Renda | -,741 (,319) | -,104* | ,112 (,306) | ,017 |
| Conversa sobre política com os seus vizinhos (E) | -,565 (,290) | -,084* | -,341 (,277) | -,053 |
| Comparando com as outras pessoas do seu bairro (F) | -,240 (,176) | -,059 | ,420 (,168) | ,107** |
| Constante | (1,036)*** | | (,997)** | |
| N | 560 | | 552 | |
| R ² | ,039 | | ,044 | |

Fonte: APPC, elaboração própria

Notas: Erro padrão entre parênteses. Variáveis: Faixa de Idade 1=16 a 24; 2=25 a 44; 3=45 a 59; 4=>60. Instrução 1=ensino fundamental; 2=ensino médio; 3=ensino superior. Renda 1=até 2 SM; 2=mais de 2SM. Pergunta E 1=sim; 2=não. Pergunta F 1= muito diferente; 2= diferente; 3= similar; 4= muito similar. Valor-p: ***<0,001, **<0,01, *<0,05, +<0,06.

Os distritos cobertos pela pesquisa foram agrupados por classe de renda de acordo com a proporção de residentes permanentes que ganham menos de dois salários mínimos (classe 1 - 80 a 71%[N = 151], classe 2 - 70 a 61%[N = 141], classe 3 - 60 a 31%[N = 146] e classe 4 - 30 a 0%[N = 123]). Utilizando um tipo de regressão linear múltipla denominada “modelo de regressão múltipla com efeito de interação” que investiga a interação em conjunto de variáveis explicativas no efeito sobre a variável dependente (AGRESTI; FINLAY, 2012)⁴⁰, quando analisamos nesses distritos agrupados a relação entre a pergunta “F” (opinião diferente/similar) e a avaliação dos entrevistados sobre o PSDB, observamos uma maior variação nos bairros mais

⁴⁰ O modelo de regressão múltipla com efeito de interação é representado pela fórmula $Y = \alpha + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \beta_3 X_1 X_2$ onde Y representa a variável dependente, X_1 representa variável independente 1, X_2 a variável independente 2 e $X_1 X_2$ representa a interação entre ambas as variáveis no seu efeito sobre a variável dependente Y.

ricos. Historicamente os eleitores desses bairros apoiam mais esse partido. A nossa análise mostra que quanto mais “rico” é o bairro, maior é a discrepância na avaliação do PSDB entre os que consideram sua opinião similar ou diferente. Nos bairros mais “pobres” a nota para o partido é mais próxima em ambos os casos (gráficos 18), o que pode ser atribuído ao fato dessa pesquisa (de agosto) não incluir os distritos localizados na região de apoio ao PT (periferia).

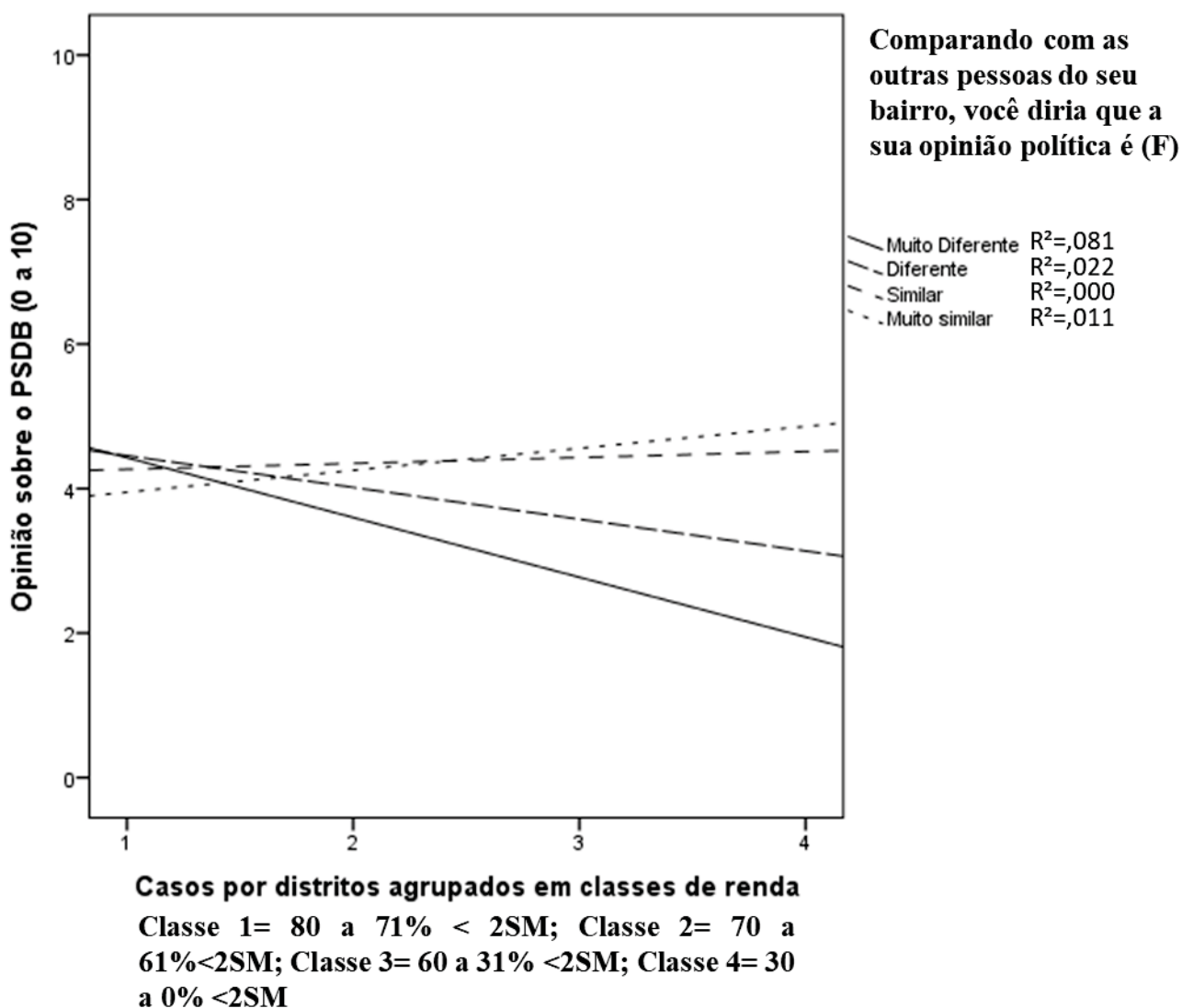


Gráfico 18 – Representação gráfica do efeito na opinião sobre o PSDB da interação entre os casos por distritos agrupados em classes de renda e a pergunta “F” (opinião diferente/similar), nos distritos coberto pela pesquisa de agosto. Fonte: APPC, IBGE, elaboração própria.

Esse resultado aparentemente indica que nos bairros mais ricos existe uma maior polarização das opiniões sobre o PSDB, ao mesmo tempo que a percepção do eleitor na relação da sua própria opinião com a dos vizinhos é também maior. Como esses bairros são socialmente

mais homogêneos, os entrevistados identificam mais facilmente o PSDB como sendo o partido mais forte (pergunta G, ver gráfico 19) enquanto que o eleitor desses bairros que não gosta do PSDB tem uma maior convicção que sua opinião é diferente.

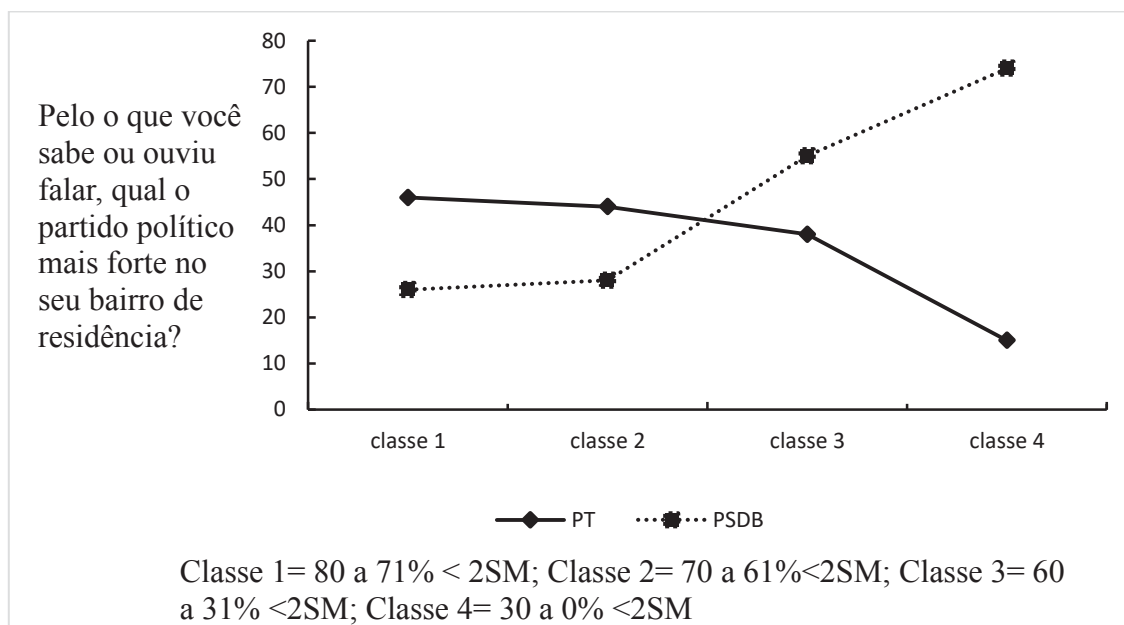


Gráfico 19 – Porcentagem de entrevistados que consideram PT ou PSDB como o partido mais forte no seu bairro (pergunta G), nos distritos agregados de acordo com a classe de renda. Fonte: APPC, IBGE, elaboração própria. Nota: classe 1= 80 a 71%; classe 2=70 a 61%; classe 3=60 a 31%; e classe 4= 30 a 0%.

Ao analisarmos agora a opinião sobre o PT, observamos uma discrepância na avaliação entre os que consideram sua opinião similar ou diferente tanto nos bairros mais ricos (classe 4), quanto nos bairros mais pobres (classe 1), principalmente quando as respostas do entrevistado são superlativas (“muito similar” e “muito diferente”, gráfico 20). Podemos de uma certa maneira considerar que as opiniões positivas ou negativas são mais fortes para o PT do que para o PSDB, assim uma pequena alteração na composição social do bairro acarreta uma maior mudança na opinião sobre o PT e na percepção sobre a força do partido no bairro.

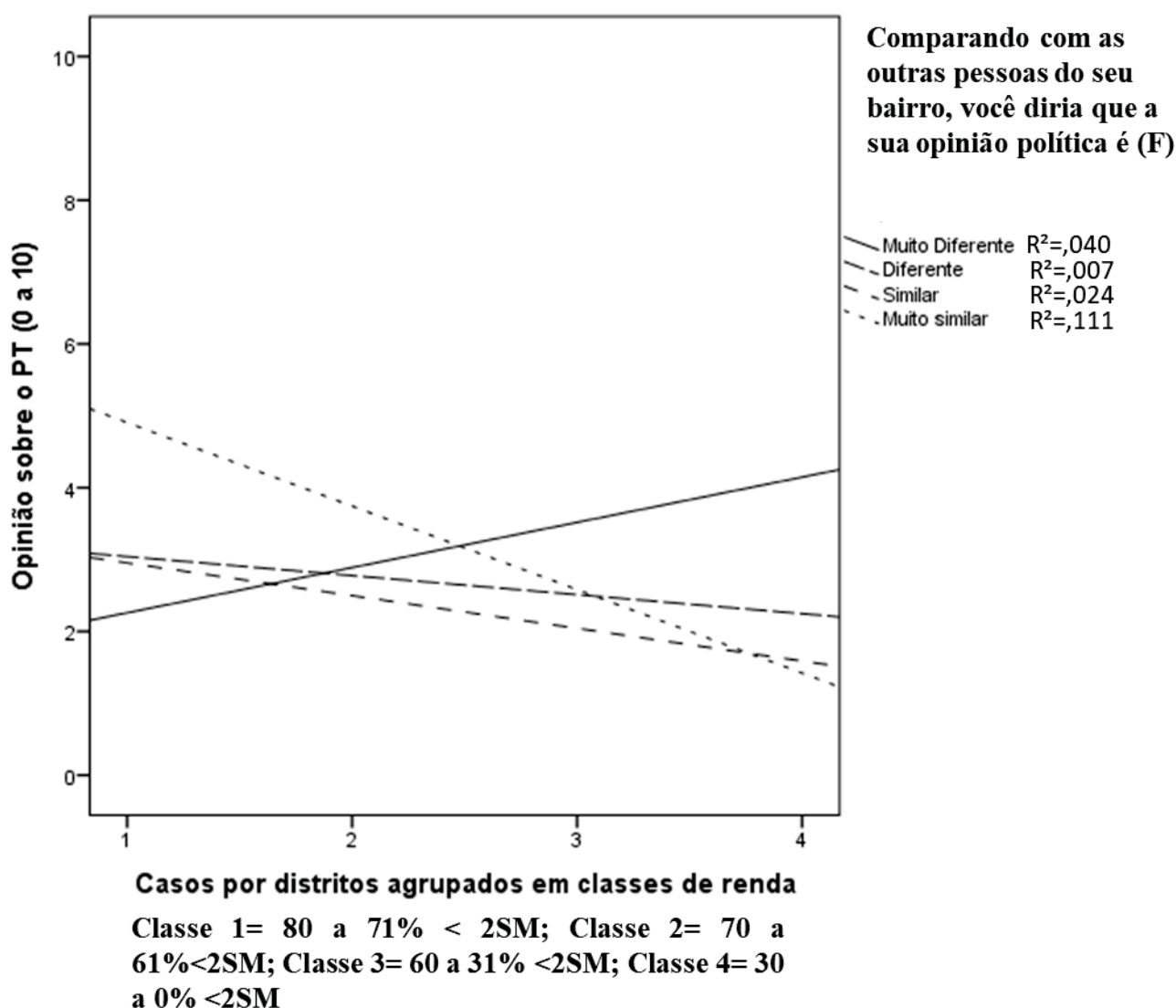


Gráfico 20 – Representação gráfica do efeito na opinião sobre o PT da interação entre os casos por distritos agrupados em classes de renda e a pergunta “F” (opinião diferente/similar), nos distritos coberto pela pesquisa de agosto. Fonte: APPC, IBGE, elaboração própria.

Na pesquisa de opinião de agosto de 2016 (realizada só em alguns distritos centrais) perguntamos também qual seria o partido político mais forte do bairro na opinião do entrevistado (pergunta G). Excluindo aqueles que não souberam e não responderam, 48% das pessoas disseram que o PSDB é o partido mais forte no bairro que mora, enquanto que 37% responderam ser o PT. Quando analisamos a associação entre a opinião desses eleitores sobre os partidos e se suas opiniões são diferentes ou similares aos vizinhos, encontramos uma forte associação: aqueles que acreditam ser o PSDB o partido mais forte no bairro e ao mesmo tempo consideram a sua opinião similar à dos seus vizinhos, têm uma maior tendência a apoiar o partido, enquanto que aqueles que consideram sua opinião diferente tendem a apoiar menos

(tabela 13). Interessante notar que entre os que consideram o PT como partido mais forte, tanto os que apoiam o PT, quanto os que apoiam o PSDB consideram sua opinião mais similar à dos seus vizinhos. Embora esse último resultado não tenha significância estatística (tabela 14), indica que a opinião “histórica” da vizinhança sobre o PT não corresponde à atual na visão destes últimos entrevistados.

Tabela 13 – Coeficiente de correlação de Pearson entre a opinião sobre o PT e PSDB e a pergunta “F” e se o entrevistado considera sua opinião diferente ou similar aos seus vizinhos entre aqueles que consideram o PSDB o partido mais forte no bairro.

| Opinião sobre o partido (0 a 10) | PT | PSDB |
|----------------------------------------------------|----------|---------|
| Comparando com as outras pessoas do seu bairro (F) | -,384*** | ,298*** |
| N | 144 | 144 |

Fonte: APPC, elaboração própria.

Notas: Pergunta F 1= muito diferente; 2= diferente; 3= similar; 4= muito similar. Valor p: ***<0,001, **<0,01, *<0,05, +<0,06

Tabela 14 – Coeficiente de correlação de Pearson entre a opinião sobre o PT e PSDB e a pergunta “F” e se o entrevistado considera sua opinião diferente ou similar aos seus vizinhos entre aqueles que consideram o PT o partido mais forte no bairro.

| Opinião sobre o partido (0 a 10) | PT | PSDB |
|----------------------------------------------------|---------|------|
| Comparando com as outras pessoas do seu bairro (F) | ,247*** | ,113 |
| N | 144 | 109 |

Fonte: APPC, elaboração própria.

Notas: Pergunta F 1= muito diferente; 2= diferente; 3= similar; 4= muito similar. Valor p: ***<0,001, **<0,01, *<0,05, +<0,06

Em resumo, a partir dos resultados das pesquisas de opinião encontramos evidências da influência do contexto no comportamento eleitoral principalmente através da constatação de que a mobilidade espacial e a configuração das redes de interação social das pessoas “modulam” essa influência. Vimos que apesar da redução drástica do apoio eleitoral ao PT na cidade de São Paulo após o período de “voto normal” a periferia, sua região de maior apoio identificada através da análise fatorial do modelo “S”, continua sendo o “lugar” onde o partido é mais forte. Encontramos evidências da influência do contexto no comportamento eleitoral ao constatar que os entrevistados que tem suas interações sociais mais concentradas nessa região (trabalham no

mesmo bairro que moram) e pertencem a uma rede de comunicação política local (conversam sobre política) tendem a apoiar mais o partido, mesmo aqueles que ganham mais de dois salários mínimos e seriam portanto mais propensos a rejeita-lo. Em outras palavras, as pessoas que moram nesse lugar ou contexto específico têm uma maior propensão a apoiar o partido que é ainda maior entre as pessoas que concentram suas interações sociais nesse local. Assim, estaria confirmada a nossa hipótese de que o nível de mobilidade e as redes de interação social modulam a influência do contexto em um ambiente urbano.

Com relação ao processo de desalinhamento do eleitor petista, podemos interpretar a partir dos resultados da pesquisa, que a maior exposição do eleitor a um contexto geográfico e a um ambiente onde continua a existir uma rede de comunicação política favorável ao partido, faz com que esse processo ocorra com menor intensidade. Essa interpretação reforça a nossa especulação sobre o cenário nacional de que o apoio ao PT, principalmente nas regiões Norte e Nordeste do país, que se manteve linearmente estável durante o período de voto normal de 2006 a 2014, talvez permaneça nas próximas eleições, seja pela existência de uma rede de informação política local favorável, seja pela incorporação do apoio ao PT na identidade das pessoas em resposta aos ganhos sociais promovidos.

Na região de apoio ao PSDB o fator mais significativo na avaliação sobre o partido é a frequência com que as pessoas conversam sobre política (redes de comunicação social). Nesta mesma região, através dos resultados da pesquisa de agosto, observamos que o eleitor na sua maioria tem consciência da sua opinião ser semelhante ou não ao contexto de vizinhança. Com relação à opinião sobre o PSDB essa percepção é maior nos bairros mais ricos enquanto que na opinião sobre o PT ela ocorre também nos bairros mais pobres. Finalmente, observamos que quando o eleitor considera sua opinião diferente do seu contexto de vizinhança conversa menos sobre política.

Por fim, a relação entre a percepção do eleitor sobre se a sua opinião política é similar ou diferente à do seu contexto social de vizinhança e o seu padrão de comunicação (conversar ou não sobre política com os seus vizinhos) pode ser considerada como mais uma evidência da influência do contexto no comportamento eleitoral, onde a variação no padrão de interação social das pessoas funcionaria como indicador dessa influência.

Capítulo 6

CONCLUSÃO

Nesse trabalho procuramos apresentar estudos, teorias e métodos de análise da geografia eleitoral desenvolvidos principalmente nos países anglo-saxônicos.

Podemos argumentar que a tese implícita nesses estudos é a de que o espaço e o contexto ou “lugar” são componentes importantes na explicação dos resultados eleitorais, no comportamento eleitoral das pessoas e nas estratégias dos atores políticos. Entende-se por “contexto” um lugar físico associado a processos, experiências de vida, relações de identidade e conectado a outros lugares. Em uma escala micro urbana, também pode-se referir ao ambiente (*milieux*) mais próximo ao indivíduo como sua vizinhança, seu local de trabalho, enfim, onde ele pratica sua vida social.

Os primeiros estudos de Siegfried (1913, 1949) na França e de Turner (1932) na América em grande parte foram influenciados pelo determinismo ambiental e pelo culturalismo, a ideia de que o ambiente físico e a cultura de uma determinada região controlam as ações e os comportamentos do indivíduo, relacionando os padrões espaciais de votação às características físicas, culturais e de ocupação das regiões através da comparação de mapas.

A tese seccional desenvolvida por Turner (1932) e que orientou os estudos de Archer (1981, 1986), por sua vez, defende que o sistema partidário e os padrões espaciais de votação nas eleições presidenciais americanas refletem as diferenças no desenvolvimento regional histórico, econômico e cultural das seções que dividem aquele país: norte, sul e oeste. Archer busca através da análise fatorial identificar os períodos de estabilidade e mudança nos padrões espaciais dos resultados eleitorais, assim como as regiões com comportamento eleitoral semelhante ao longo do tempo.

Em paralelo, o estudo de Cox (1969a) ao analisar o processo de decisão do voto, desenvolve um modelo explicativo teórico sobre o comportamento eleitoral baseado na ideia da difusão espacial das informações políticas através de redes, onde o espaço é o componente central. O seu modelo serviu como referência para os estudos na geografia e na sociologia política que buscavam analisar a influência dos efeitos contextuais sobre o voto, identificados inicialmente por Tingsten (1937), Key (1949) e Berelson et al. (1954). Durante os anos seguintes esses estudos, particularmente na Inglaterra, tiveram como principal objetivo demonstrar a influência dos efeitos contextuais nos resultados locais considerados desviantes dos padrões nacionais de

apoio eleitoral, baseados na clivagem de classes (trabalhadores apoiando o Partido Trabalhista e classe média o Partido Conservador).

Já Agnew (1987), em um pensamento intrinsecamente geográfico sobre o comportamento político, considera que os padrões nacionais e regionais de apoio político-eleitoral são o agregado das ações políticas realizadas nos lugares, considerando portanto reducionistas as análises que adotam categorias sociológicas como classe e renda sem considerar as especificidades locais do contexto onde as pessoas vivem e se socializam politicamente. Para esse autor, as escolhas político-eleitorais são mediadas e restritas pelo conjunto de elementos socioeconômicos, culturais, e pelas informações políticas, como no modelo de Cox (1969a), encontradas nos lugares onde as pessoas vivem e que contribuiriam para a formação da sua identidade pessoal. Esses lugares, por sua vez, baseando-se na “teoria da estruturação” de Anthony Giddens, seriam construídos a partir da intersecção entre as ações humanas da prática cotidiana e as estruturas sociais mais amplas e duradouras que restringem e ao mesmo tempo são potencialmente modificadas por essas mesmas ações humanas em um processo contínuo de mudança e transformação.

Os estudos sobre a geografia da representação no Brasil destacam a adoção pelos atores políticos de estratégias político-eleitorais envolvendo o território, tais como a “distritalização” das campanhas e mandatos através de um processo de “territorialização” do espaço, estabelecimento de controle sobre um território, considerado por autores como Castro (1992, 2005, 2011) e Magdanelo (2010) processo intrínseco à representação política. O estudo dessas estratégias em sua maioria seria feito a partir do conceito de “conexão eleitoral”, relação condicional entre a atividade parlamentar e a arena eleitoral, partindo da concepção de que o político tem sempre como objetivo principal a formação de um reduto eleitoral para que possa se reeleger indefinidamente. Analisando criticamente esses estudos, propomos que a adoção de tais práticas pelo candidato dependeria, por um lado dos recursos e opções disponíveis, por exemplo, na condição de novato e desconhecido a distritalização da campanha através do efeito contextual de amigos e vizinhos talvez seja a sua única opção; e por outro, dependeria da estrutura social do lugar onde o candidato pretende exercer influência, a qual tornaria a adoção de práticas clientelistas mais ou menos custosas.

Os estudos sobre redes sociais de contato e comunicação política de Huckfeldt defendem de forma similar aos estudos da geografia eleitoral que o comportamento eleitoral dos indivíduos seria influenciado não apenas pelas suas características sociológicas, mas também pelo seu ambiente mais próximo: família, amigos, conhecidos e colegas de trabalho, através de

interações sociais formais e informais. As experiências e as oportunidades de interação seriam circunscritas pelo contexto social à sua volta, entendido como o ambiente externo mais próximo ao indivíduo: a sua vizinhança, o seu local de trabalho, etc. Esse contexto social seria capaz de moldar e alterar os padrões de associação entre as pessoas, muitas vezes contrariando suas predisposições de interagir com pessoas socialmente parecidas ou que pensam da mesma forma. Como no modelo de Cox (1969a), as interações interpessoais são entendidas como redes que podem adquirir diversas configurações (grandes ou pequenas, densas ou dispersas, simétricas ou assimétricas) e níveis de heterogeneidade em relação às opiniões políticas.

No entanto, o estudo de Baybeck e Huckfeldt (2002) mostra que as redes de contato social e comunicação política entre as pessoas em um espaço urbano são em sua maioria dispersas espacialmente para além do contexto de vizinhança, aumentando a probabilidade destas redes serem mais heterogêneas e acomodarem um número maior de opiniões diversas e dissonantes. Dessa forma, além da localização do eleitor no espaço, a influência do contexto no seu comportamento eleitoral em um espaço urbano estaria condicionada à configuração da sua rede de comunicação política e de interação social, assim como a sua mobilidade espacial, podendo –se então argumentar que o indivíduo do ponto de vista contextual seria influenciando em dois níveis distintos: o contexto geográfico e as redes de interação social que podem ou não coincidir. Quando essa coincidência ocorre, o indivíduo tem sua rede de interação social concentrada e circunscrita a um determinado contexto geográfico como o de vizinhança e espera-se que seja mais influenciado por esse contexto, suas características sociais, econômicas e identidades que compreendem a estrutura social daquele “lugar” específico, assim como pelas redes de comunicação política local.

A partir dessa ideia, o nosso trabalho buscou investigar a hipótese de que a mobilidade espacial e a configuração das redes sociais de contato e comunicação política dos indivíduos modulariam a influência do contexto no comportamento eleitoral, funcionando também como indicadores dessa influência em uma análise empírica.

Na nossa pesquisa empírica, assim como nos estudos de Archer (1981, 1986), através da análise fatorial dos modelos S e T, tentamos identificar os períodos de estabilidade e mudança nos padrões espaciais de votação das eleições presidenciais brasileiras, encontrando um período de “voto normal” entre 2006 e 2014 caracterizado por uma clivagem norte/sul entre PT e PSDB e com a região eleitoral de apoio ao PT mais estável ao longo desse período. Identificamos no mesmo período as regiões de apoio eleitoral para ambos os partidos na cidade de São Paulo. A

periferia, especificamente os distritos mais distantes nas zonas leste, sul e noroeste da cidade, apoiava mais o PT enquanto o PSDB obtinha mais apoio nos distritos centrais e de maior renda.

A partir de duas pesquisas de opinião (“survey”), buscamos testar a hipótese do trabalho. Os resultados sugerem que o indivíduo que permanece mais no seu contexto de vizinhança e pertence a uma rede comunicação política local, tende a apoiar o partido historicamente mais forte naquela região. Encontramos também que o eleitor paulistano tem percepção da similaridade ou diferença da sua própria opinião com a do seu contexto de vizinhança, e de acordo com essa percepção modifica o seu padrão de interação social, evitando conversar sobre política com os seus vizinhos quando tem a percepção que a sua opinião é diferente.

Assim como a literatura mostra que o eleitor seria influenciado pelo contexto através da observação pessoal das condições sociais e econômicas do seu entorno, das interações sociais via conversação e das informações trazidas pelas campanhas e mídias locais, reforçando ou alterando as predisposições sociológicas do eleitor (Cox 1969b, 1970; Miller 1977, 1978; Book e Prysby 1991 e Johnston e Pattie 2006), o nosso trabalho trouxe evidências de como a localização, a mobilidade espacial e a participação do eleitor em um rede de comunicação política local podem influenciar o seu voto.

Quando analisamos os padrões de apoio eleitoral considerando as características composicionais dos indivíduos (idade, escolaridade, renda, etc.) observamos que eles podem mudar de um lugar para outro. Podemos concluir que o comportamento eleitoral deve ser estudado a partir dos aspectos composicionais e contextuais dos eleitores, suas características sociológicas, em conjunto com a sua localização no espaço, com o argumento de que sua decisão eleitoral é influenciada pelo contexto ou lugar onde pratica sua vida cotidiana e é socializado e as suas redes de interação social onde se informa politicamente.

Por fim, através dessa perspectiva contextual da geografia eleitoral, questionamos se o apoio estável ao PT nas suas regiões de influência, ao longo do período “normal” de 2006 a 2014 como identificado no trabalho, irá se manter após o “impeachment” da presidente Dilma e saída do PT do governo. Acreditamos que a resposta a essa pergunta está nas estruturas sociais dos lugares e na forma como o fluxo de informações políticas se dá no espaço. Devido à condição socioeconômica das regiões mais pobres e interioranas do Brasil, principalmente Norte e Nordeste, as políticas sociais realizadas no governo Lula talvez mudaram a vida dos habitantes desses lugares de uma forma que o apoio ao PT se tornou algo permanente na identidade dessas pessoas. Supomos também que uma rede local de informações favoráveis ao partido faça com

que esse apoio se mantenha nessas regiões por algum tempo, enquanto que em lugares mais urbanos, com uma dinâmica de circulação de informações políticas mais complexa e uma maior mobilidade espacial das pessoas, analogamente a uma rede dispersa e heterogênea, o apoio ao partido seja mais frágil e vulnerável a fatores de curto prazo.

A importância do contexto (lugar), quando se busca realizar previsões e análises sobre os resultados eleitorais, talvez seja realmente limitada⁴¹, principalmente quando se busca uma generalização que possa ser utilizada como modelo e não uma explicação real e mais completa que considere todas as idiosincrasias do espaço nacional. Esse espaço na realidade é fragmentado em lugares com diferentes características pela combinação de uma gama de elementos (microgeografia da vida cotidiana, processos espaciais econômicos e sociais em diferentes escalas, conexão com outros lugares, difusão espacial das informações políticas, etc.) que os tornam singulares fazendo com que as pessoas que neles vivem tomem suas decisões políticas e eleitorais de forma diferente ainda que no final estas decisões possam resultar em uma mesma escolha e direção, o que justificaria em última análise as generalizações e a pouca importância dada ao contexto e à geografia nos estudos eleitorais.

Esperamos que esse trabalho tenha contribuído para os estudos eleitorais no Brasil, principalmente no que se refere à geografia do voto e ao comportamento eleitoral, e que possa servir de base para futuras pesquisas sobre este tema.

⁴¹ Ver página 60 - discussão entre King (1996) e Agnew (1996a,1996b).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGNEW, J. *Place and Politics: The Geographical Mediation of State and Society*. Boston: Allen and Unwin, 1987.
- AGNEW, J. From political methodology to geographical social theory? A critical review of electoral geography, 1960-87. In: JOHNSTON, R. J.; SHELLEY, F. M.; TAYLOR, P. J. (ed.) *Developments in Electoral Geography*. London and New York: Routledge, cap. 2, p.15-22, 1990.
- AGNEW, J. Mapping Politics: How Context Counts in Electoral Geography. **Political Geography** v.15, n.2, p. 129–46, 1996a.
- AGNEW, J. Maps and Models in Political Studies: A Reply to Comments. **Political Geography**, v. 15, n.2, p.165-167, 1996b.
- AGNEW, J. *Place and Politics in Modern Italy*. Chicago: University of Chicago Press, 2002.
- AGRESTI, A.; FINLAY, B. *Métodos estatísticos para as ciências sociais*. 4º ed. Porto Alegre: Penso, 2012
- ALMOND, G.; VERBA, S. *The civic culture*. Newbury Park: Sage, 1963.
- AMES B. The Reverse Coattails Effect: Local Party Organization in the 1989 Brazilian Presidential Election. **American Political Science Review** v.88, p.95-111, 1994.
- AMES, B. Electoral Rules, Constituencies Pressures, and Pork Barrel: Bases of Voting in the Brazilian Congress. **The Journal of Politics**, v. 57, p. 324-343, 1995a.
- AMES B. Electoral Strategy under Open-List Proportional Representation. **American Journal of Political Science** v.39, p. 406-433, 1995b.
- AMES, B. *Os entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.
- AMES, B. A estratégia eleitoral na representação proporcional com lista aberta. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v.14 n. 27, p. 59-87, 2012.
- ANSELIN, L. Local Indicators of Spatial Association – LISA. **Geographical Analysis**, v. 27, n. 2, 1995.
- ARCHER, J.; MURAUSKAS, G.; SHELLEY, F. Counties, states, sections, and parties in the 1984 presidential election. **Professional Geographer** v.37, p. 279–87, 1985.
- ARCHER, J. C.; SHELLEY, F. *American electoral mosaics Resource publications in geography*. Washington D. C: Association of American Geographers, 1986.
- ARCHER, J. C.; TAYLOR, P. J. *Section and Party: A Political Geography of American Presidential Elections, from Andrew Jackson to Ronald Reagan*. Chischester: Wiley, 1981.
- AVELINO, G.; BIDERMAN, C.; BARONE, L. S. Articulações Intrapartidárias e Desempenho Eleitoral no Brasil. **Revista dados**, Rio de Janeiro, v. 55 n.4, p. 987-1013, 2012.
- AVELINO, G.; BIDERMAN, C.; SILVA, G. P. A Concentração Eleitoral nas Eleições Paulistas: Medidas e Aplicações. **Revista dados**, Rio de Janeiro, v. 54 n.2, p. 319-347, 2011.
- BAYBECK, B.; HUCKFELDT, R. Urban contexts, spatially dispersed networks, and the diffusion of political information. **Political Geography**, v.21, n.2, p.195-220, 2002.

- BERELSON, B. et al. Voting: A Study of Opinion Formation in a Presidential Election. Chicago: Univ. of Chicago Press, 1954.
- BLOCK, R. H. Frederick Jackson Turner And American Geography. **Annals of the Association of American Geographers**. Taylor & Francis, Ltd. v. 70, n.1, 1980.
- BOHL, S. R. Social policy and vote in Brazil: Bolsa Família and the shifts in Lula's electoral base. **Latin American Research Review**, v. 46, n.1, p. 54-69, 2011.
- BOOKS, C. L.; PRYSBY J. W. Political Behaviour and the Local Context. New York: Praeger, 1991.
- BOSQUE, S. J. Geografía Electoral. Madrid: SINTESIS, 1988.
- BOTELHO, A. Do fordismo à produção flexível: a produção do espaço num contexto de mudança das estratégias de acumulação do capital. 2000. Dissertação de Mestrado, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- BURT, R. S. Structural Holes: The Social Structure of Competition. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1992.
- BUSSI, M. Modeling Spatial Logics of Individual Behaviors: From Methodological Environmentalism to the Individual Resident Strategist. In: GUERMOND, Y. (ed) The Modeling Process in Geography: From Determinism to Complexity; London, UK: ISTE, 2008.
- BUTLER, D.; STOKES, D. Political Change in Britain: Forces Shaping Electoral Choice. London: Macmillan, 1969.
- CAMPBELL, A. et al. The American Voter. New York: Wiley, 1960.
- CAMPBELL, J. E. Party Systems and Realignments in the United States, 1868- 2004. **Social Science History**, Cambridge University Press, v. 30, n. 3, p. 359-386, 2006.
- CAMPELLO de SOUZA, M. C. Federalismo no Brasil: aspectos político-institucionais (1930-1964). **Revista brasileira Ciências Sociais**, São Paulo, v. 21, n. 61, p.7-40, 2006
- CARAMANI, D. The Dynamic Perspective: State Formation and Mass democratization. In: _____. The Nationalization of Politics. Cambridge Studies in Comparative Politics. Cambridge: Cambridge University Press, p. 195-250, 2004.
- CARRERAS, M.; MORGENSTERN, S.; SU, Y. Refining the theory of partisan alignments: Evidence from Latin America. **Party Politics**, v.21, n.5, p.671-685, 2013.
- CARVALHO, N. R. E no início eram as Bases: Geografia Política do Voto e Comportamento Legislativo no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.
- CASTRO, I. E. O mito da necessidade. Discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand, 1992.
- CASTRO, I. E. Geografia e Política: Território, escala de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CASTRO, I. E. O Problema da Espacialidade da Democracia e a Ampliação da Agenda da Geografia Brasileira. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 1, p. 291-305, 2011.
- CLARK, G. L. Regulation union representation elections: towards a third type of electoral geography. In: JOHNSTON, R. J.; SHELLEY, F. M.; TAYLOR, P. J. (ed.) Developments in Electoral Geography. London and New York: Routledge, cap. 16, p. 242-256, 1990.

- COX, K. The voting decision in a spatial context. In: BOARD, R. J. et al. (ed.) *Progress in Geography*, v.1, London: Edward Arnold, p.83-117, 1969a.
- COX, K. Voting in the London suburbs: a factor analysis and a causal model. In: DOGAN, M.; ROKKAN (ed.), *Quantitative Ecological Analysis in the Social Sciences*. Cambridge: Cambridge University Press, p.343-69, 1969b.
- COX, K. Geography, social context and voting behaviour in Wales, 1861-1951. In ALLARDT, E.; ROKKAN, S. (ed.) *Mass Politics: Studies in Political Sociology*. New York: Free Press, p. 117-59, 1970.
- COX, K. The spatial components of urban voting response surfaces. **Economic Geography**, v.47, p.27-35, 1971.
- CONVERSE, P. E. The Concept of a Normal Vote. In: CAMPBELL, A. et al (ed.) *Elections and the Political Order*. New York: Wiley, 1966.
- DALTON, R.J.; MACLISTER, I. & WATTENBERG, M. P. Democracia e identificação partidária nas sociedades industriais avançadas. **Análise Social**, Lisboa, vol. 38, 2003.
- DAMÁSIO, B. F. Uso da análise fatorial exploratória em psicologia. **Avaliação Psicológica**, v. 2, n.11, p. 213-228, 2012.
- DOWNS, A. Uma teoria econômica da democracia. São Paulo: Edusp, 1999.
- DUNCAN, O. D.; DUNCAN, B. Methodological Analysis of Segregation Indexes. **American Sociological Review**, v.20, p.210-217, 1955.
- ELAZAR, D. J. *American Federalism: A View from the States*. 2th ed. New York: Crowell, 1972.
- FIGUEIREDO, A. C. et al. Partidos e distribuição espacial dos votos na cidade de São Paulo (1994-2000). **Novos Estudos**, São Paulo, Cebrap, n.64, p. 153-176, 2002.
- FIGUEIREDO, A. C.; LIMONGI, F. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1999.
- FIGUEIREDO, A. C.; LIMONGI, F. Incentivos Eleitorais, Partidos e Política Orçamentária. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 303-344, 2002.
- FIGUEIREDO, A. C.; LIMONGI, F. *Política Orçamentária no Presidencialismo de Coalizão*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2008.
- FRIZZO, D. *Da Classe média à periferia? O PT nas eleições municipais paulistanas (1996-2012)*. Dissertação de Mestrado, Departamento Ciência Política, Universidade de São Paulo, 2013.
- FUCHS, L. H. American Jews and the Presidential Vote. **American Political Science Review**, v.49, p.385-401, 1955.
- GLAESER, E. L.; WARD, B. A. *Myths and Realities of American Political Geography*. Cambridge MA: National Bureau of Economic Research (NBER), Working Paper 11857, 2005.
- GOMES, P. C. C. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- GRANOVETTER, M. The Strength of Weak Ties. **American Journal of Sociology**, v.78, p.1360-80, 1973.

- GREGORY, D. et. al. (Org.) *The Dictionary of Human Geography*. 5th ed. Oxford: Wiley-Blackwell, 2009.
- GROSSBERG, L. Theorising Context. In: FEATHERSTONE, D.; PAINTER, J. (ed.) *Spatial Politics: Essays for Doreen Massey*. Chichester, UK: John Wiley & Sons, Ltd., 2013.
- GUARNIERI, F. A força dos partidos "fracos". **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 1, p. 235-258, 2011.
- HARVEY, D. *Os Limites do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- HOUTEN, P. V. Multi-Level Relations in Political Parties: A Delegation Approach. **Party Politics**, v.15, n.2, p. 137–156, 2009.
- HOLZHACKER D.O.; BALBACHEVSKY, E. Classe, ideologia e política: uma interpretação dos resultados das eleições de 2002 e 2006. **Opinião Pública**, Campinas, v.13, n.2, p.283-306, 2007.
- HUCKFELDT, R. *Politics in Context: Assimilation and Conflict in Urban Neighborhoods*. New York: Agathon Press. 1986.
- HUCKFELDT, R.; SPRAGUE, J. Networks in context: the social flow of political information. **The American Political Science Review**, v. 81, n.4, p.1197-1216, 1987.
- HUCKFELDT, R.; SPRAGUE, J. Citizens, politics, and social communications: Information and influence in an election campaign. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1995.
- HUCKFELDT, R.; JOHNSON, P. E.; SPRAGUE, J. *The survival of diverse opinions within communication networks*. New York, NY, USA: Cambridge University Press, 2004.
- HUNTER, W.; POWER, T. Recompensando Lula. Poder Executivo, Política Social e as eleições brasileiras de 2006. In: Melo, C. R.; Manuel A. S. *A Democracia Brasileira. Balanço e Perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- HUFF, D. L. Defining and estimating a trade area. **Journal of Marketing**, New York, v. 28, n. 34, p. 37, 1964.
- IHL, O. *El voto*. Tradução de PICAZO, I. Santiago: Editora LOM, 2004.
- JACOB, C. R. et al. A eleição presidencial de 2006 no Brasil: continuidade política e mudança na geografia eleitoral. **Revista Alceu**, v.10, n. 9, p. 232-261, 2009.
- JACOB, C. R. et.al. *A geografia do voto nas eleições presidenciais do Brasil: 1989-2006*. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda., 2010.
- JACOB, C. R. et.al. A eleição presidencial de 2010 no Brasil: continuidade política e estabilidade na geografia eleitoral. **Revista Alceu**, v.12, n.23, p. 189-229, 2011.
- JACOBSON, G. C. *The Politics of Congressional Elections*. 6th ed. New York: Pearson Longman, 2004.
- JOHNSTON, R. et al. Scale, Factor Analyses, and Neighborhood Effects. **Geographical Analysis**, The Ohio State University, v. 36, n.4, 2004.
- JOHNSTON R. et. al. Neighbourhood social capital and neighbourhood effects. **Environment and Planning A**, v.37, p.1443-1457, 2005.

- JOHNSTON, R. et al. Friends and neighbours voting revisited: the geography of support for candidates to lead the UK's Labour party. **Political Geography**, v. 55, p.1- 9, 2016.
- JOHNSTON, R.; PATTIE, C. Putting Voters in Their Place: Geography and Elections in Great Britain. New York: Oxford University Press, 2006.
- JOHNSTON, R.; PATTIE, C. Kevin Cox and Electoral Geography. In: JONAS, A. E. G.; WOOD, A. (ed.) In Territory, the State and Urban Politics. New York: Routledge, 2016.
- KEY, V. O. Southern Politics. New York: Random House, 1949.
- KEY, V. O. A Theory of Critical Elections. **The Journal of Politics**, v.17, n.1, p. 3-8, 1955.
- KEY, V. O. Secular Realignment and the Party System. **Journal of Politics**, v.21, n.2, p.198-210, 1959.
- KING, G. Why context should not count. **Political Geography**, v.15, p. 159-64, 1996.
- KING, G. A solution to the ecological inference problem: reconstructing individual behavior from aggregate data. Princeton: NJ: Princeton University Press, 1997.
- KLINKNER, P. A. Red and Blue Scare: The Continuing Diversity of the American Electoral Landscape. **The Forum**, v.2, n.2, 2004.
- KNOX, P. PINCH, S. Urban Social Geography: An Introduction. 6th ed. Harlow: Pearson, 2010.
- KREHBIEL, E. Geographic Influences in British Elections. In *Geographical Review*, vol. 2, No. 6, p. 419-432, 1916.
- LAZARSELD, P. F.; BERELSON B.; GAUDET, H. The People's Choice: How the Voter Makes Up His Mind in a Presidential Campaign. New York: Columbia University Press, 1948.
- LEAL, V. N. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Alfa- Ômega, 1975.
- LEWIS-BECK, M. S.; RICE, T. W. Localism in presidential elections: The home state advantage. **American Journal of Political Science**, v. 27, n.3, p. 548-556, 1983.
- LIEBERSON, S. An asymmetrical approach to segregation. In: PEAH, C.; ROBINSON V; SMITH, S. (ed.) *Ethnic Segregation in Cities*, Athens, Georgia: The University of Georgia Press, p. 61-82, 1981.
- LIMONGI, F.; MESQUITA, L. Estratégia partidária e preferência dos eleitores. As eleições municipais em São Paulo entre 1985 e 2004. **Novos Estudos**, Cebrap, n.81, 2008.
- LIMONGI, F.; GUARNIERI, F. A base e os partidos: as eleições presidenciais no Brasil pós-redemocratização. **Novos Estudos**, Cebrap, n. 99, p. 5-24, 2014.
- LINKE, A. M.; O'LOUGHLIN, J. Spatial Analysis. In: AGNEW, J. et. al. *The Wiley Blackwell Companion to Political Geography*. Chischester, UK: John Wiley & Sons, Ltd., 2015.
- LIPSET, S. M.; ROKKAN. Cleavage Structures, Party Systems, and Voter Alignments, 1967. In: MAIR, P. *The West European Party System*; Oxford: Oxford University Press, 1990.
- MACALLISTER, I. et al. Class Dealignment and the Neighbourhood Effect: Miller Revisited. **British Journal of Political Science**, v.31, p. 41-59, 2001.

- MCDANIEL, J. A. The Politics that Places Make: Contextual Effects and the Future of Political Behavior Research. **International Journal of Humanities and Social Science**, v.4, n.5, 2014.
- MAINWARING, S. Rethinking party systems in the third wave of democratization: the case of Brazil. Stanford, CA: Stanford University Press, 1999.
- MAGDALENO, F.S. A territorialidade da representação política. São Paulo: Annablume editora, 2010.
- MARENCO, A. S. Topografia do Brasil profundo: votos, cargos e alinhamentos nos municípios brasileiros. **Opinião Pública**, Campinas, v. 19, n.1, p. 1-20, 2013.
- MASSEY, D. Spatial Divisions of Labour. London: Macmillan, 1984.
- MASSEY, D. The political place of locality studies, **Environment and Planning A**, v.23, p. 267–281, 1991a.
- MASSEY, D. A Global Sense of Place. **In Marxism Today**, p. 24-29, 1991b.
- MASSEY, D. Power-geometry and progressive sense of place. Mapping the Futures. In: BIRD, J. et. al. (ed.) Mapping the Futures: Local Cultures, Global Change. London: Routledge, p. 59–69, 1993.
- MASSEY, D. Space, Place and Gender. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.
- MAYHEW, D. R. Electoral realignments: A critique of an American genre. New Haven, CT: Yale University Press, 2002.
- MEREDITH, M. Heterogeneous Friends-and-Neighbors Voting. Unpublished working paper o. Disponível em:
< <http://www.sas.upenn.edu/~marcmere/workingpapers/HeterogeneousLocalism.pdf>>. Acesso em Jul. 2016.
- MILLER, W. L. Electoral Dynamics in Britain since 1918. London: Macmillan, 1977.
- MILLER, W. L. Social class and party choice in England: a new analysis. **British Journal of Political Science**, v.8, p. 259-84, 1978.
- MOK, D.; WELLMAN, B.; CARRASCO, J. Does Distance Matter in the Age of the Internet? **Urban Studies**, v.47, n.13, p.2747–2783, 2010.
- MONTEIRO, J. V. Elementos da conexão eleitoral. **Revista de administração pública**, Rio de Janeiro, v. 44, n.2, p.533-44, 2010.
- MORRILL, R.; KNOPP, L.; BROWN, M. Anomalies in red and blue: Exceptionalism in American electoral geography. **Political Geography**, v.26, p. 525–553, 2007.
- MUZYSKI, M. J. D. B.; SADEK, M. T. Os eleitores paulistanos em 1986: a marca do oposicionismo. **Eleições**, p. 43-66, 1986.
- NICOLAU, J. Partidos na República de 1946: uma réplica metodológica. **Revista Dados**, v.48, n.3, pp.589-609, 2005.
- NICOLAU, J. M.; SCHMITT, R. A. Sistema eleitoral e sistema partidário. **Lua Nova**, São Paulo, n. 36, p. 129-147, 1995.
- NICOLAU, J.; PEIXOTO, V. As Bases Municipais da Votação de Lula em 2006. In: Reis Velloso, J.P. (coord.). Quem elegeu Lula? Cadernos do Fórum Nacional, n.19866. 2007.

- NOVAES, C. A. M. O primeiro turno da eleição para prefeito em São Paulo. **Novos Estudos**, Cebrap. São Paulo, n. 46, 1996.
- PEIXOTO, V.; RENNÓ, L. Mobilidade social ascendente e voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas: v.17, n. 2, p. 304-332, 2011.
- PEREIRA, C.; MUELLER, B. Partidos Fracos na Arena Eleitoral e Partidos Fortes na Arena Legislativa: A Conexão Eleitoral no Brasil. **Revista dados**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 4, pp. 735 a 771, 2003.
- PEREIRA, C.; RENNÓ, L. O que É que o Reeleito Tem? Dinâmicas Político-Institucionais Locais e Nacionais nas Eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 44, n.2, p. 323-362, 2001.
- PIERUCCI, A. F. As bases da nova direita. **Novos Estudos**, Cebrap. São Paulo, n.19, 1987.
- PIERUCCI, A. F. A direita mora do outro lado da cidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), v.4, n.10, 1989.
- PRESCOTT, J. R. V. *Political Geography*. London: Methuen, 1972.
- REILLY, W. J. *Method for the study of retail relationships*. Austin: University of Texas Press, Research Monograph, nº 4, University of Texas Bulletin, 1929.
- RENNÓ, L.; CABELLO, A. As bases do Lulismo: a volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo: v. 25, n. 74, p. 39-60, 2010.
- REYNOLDS, D. R. A Spatial model for analysing voting behaviour. **Acta Sociologica**, v.12, p.122-130, 1969.
- RICCI, P.; ZULINI P. J. Beheading, Rule Manipulation and Fraud: The approval of election results in Brazil, 1894-1930. **Journal of Latin American Studies**, Cambridge, v. 44, n. 3, p. 495-521, 2012.
- RICE, T. W.; MACHT, A. A. Friends and neighbors voting in statewide general elections. **American Journal of Political Science**, v. 31, n.2, p. 448-452, 1987.
- ROBINSON, W.S. Ecological Correlations and the Behavior of Individuals. *American Sociological Review*. **American Sociological Review**, v.15, n. 3, p. 351–357, 1950.
- SADEK, Maria Tereza. Concentração industrial e estrutura partidária: o processo eleitoral no ABC (1966-1982). Tese de doutorado, São Paulo, USP, 1984.
- SANGUIN, A. L. André Siegfried, an unconventional French Political Geographer. **Political Geography Quarterly**, v.4, n.1, p.79-83, 1985.
- SANTOS, M. *A Natureza do Espaço*. 4º ed. São Paulo: Edusp, 2012.
- SAKODA, J. M. A Generalized Index of Dissimilarity. **Demography**, v.18, n.2, p. 245-250, 1981.
- SAUER, C. Geography and the Gerrymander. **American Political Science Review**, v.12, n.3, p. 403-426, 1918.
- SCHATTSCHEIDER, E. E. *The Semisovereign People: A Realist's View of Democracy in America*. Holt: Rinehart and Winston, 1960.

- SHIN, M. E.; AGNEW, J. Berlusconi's Italy: mapping contemporary Italian politics. Philadelphia: Temple University Press, 2008.
- SHIN, M. E. AGNEW, J. Spatial regression for electoral studies: The case of the Italian Lega Nord. In: WARF, B.; LEIB, J. (ed.) Revitalizing Electoral Geography. Surrey: Ashgate publishing limited, 2011.
- SIEGFRIED, A. Tableau politique de lo France de L'Quest sous la Troisieme Republique. Paris: Colin, 1913.
- SIEGFRIED, A. Tableau des partis en France. Paris: Paris, B. Grasset 1930
- SIEGFRIED, A. Geographie electorale de l'Ardeche sous la Troisieme Republique. Paris: Colin, 1949.
- SILVA, G. P. Uma avaliação empírica da competição eleitoral para a câmara federal no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 19 n.2, p.403-429, 2013.
- SIMÃO, A. O Voto Operário em São Paulo, **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, UMG, v.1, n.1, p.130-141, 1956.
- SINGER, A. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. **Novos Estudos**, v.3, n. 85, p. 83–102, 2009.
- SINGER, A. O lulismo e seu futuro. **Revista Piauí**, n. 49, 2010.
- SINGER, A. Os sentidos do lulismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SHELLEY, F. M.; JOHNSTON, R. J.; TAYLOR, P. J. Developments in electoral geography. In: JOHNSTON, R. J.; SHELLEY, F. M.; TAYLOR, P. J. (ed.) Developments in Electoral Geography. London and New York: Routledge, cap. 1, p. 1-11, 1990.
- SPECK, B. W.; BALBACHEVSKY, E. Identificação partidária e voto. As diferenças entre petistas e peessedebistas. **Opinião Pública**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 569 – 602, 2016.
- SOARES, G. A. D.; TERRON, S. L. Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial). **Opinião Pública**, Campinas, v.14, n.2, p. 269-301, 2008.
- SOJA, E. Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- SONNLEITNER, W. La desigualdad territorial en el ejercicio del sufragio universal: fragmentación, diferenciación e individualización del voto en Chiapas. In: CORTÉS, F.; OLIVEIRA, O. (ed.) os grandes problemas de México. CDMX: El Colegio de Mexico AC, v.5 2010.
- SOUKUP, C. Computer-mediated communication as a virtual third place: building Oldenburg's great good places on the world wide web. **New Media & Society**, v. 8, n. 3, p. 421-440, 2006.
- SOUSA, M. A. A.; CATAIA, M. A.; JUNIOR, R. T. Território, Lugar e Poder: A Expressão Territorial do Voto no Ceará. Sobral: Ed. UVA; Campinas: Ed. Territorial, 2002.
- STOKES, S. What killed vote buying in Britain? Unpublished working paper. Yale University, 2011.
- TAYLOR, P. J. Political geography, world economy, nation-state and locality. 2th ed. New York: Longman, 1989.

- TAYLOR, P. J. Places, spaces and Macy's: place–space tensions in the political geography of modernities. **Progress in Human Geography**, v.23, n.1, p. 7-26, 1999.
- TAYLOR, P. J.; FLINT, C. Political geography, world economy, nation-state and locality. 4th ed. London: Prentice Hall, 2000.
- TAYLOR, P. J.; JOHNSTON, R. The Geography of Elections. Harmondsworth: Penguin, 1979.
- TINGSTEN, H. Political Behavior. Totowa, NJ: Bedminster, 1963.
- TOBLER, W. R. Computer movie simulating urban growth in the Detroit region. **Economic Geography**, v.46, p.234- 240, 1970.
- TOBLER, W. R. Frame Independent Spatial Analysis. In: GOODCHILD, M. F.; GOPAL, S. (ed.) The Accuracy of Spatial Databases. London: Taylor and Francis, p.115-22, 1989.
- TOCQUEVILLE, A. A Democracia na América: Leis e Costumes. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- TUAN, Y.F. Space and Place: The Perspective of Experience. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1977.
- TUAN, Y.F. Space and Place: Humanistic Perspective. **Philosophy in Geography**, v. 20, p. 387-427, 1979.
- TURNER, F. J. The Significance of Sections in American History. New York: Holt, 1932.
- VANHANEN, T. Prospects of Democracy: a Study of 172 Countries. London: Routledge, 1997.
- VINEN, R. Bourgeois Politics in France, 1945-1951. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- WALLERSTEIN, I. The Rise and Future Demise of the Capitalist World System: Concepts for Comparative Analysis, **Comparative Studies in history and Society**, v.16, p. 387- 418, 1974.
- WALLERSTEIN, I. The Capitalist World-Economy. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1979.
- WARF, B. Class, Ethnicity, Religion and Place in the 2008 US Presidential Election. . In: WARF, B.; LEIB, J. (ed.) Revitalizing Electoral Geography. Surrey: Ashgate publishing limited, 2011.
- WEFFORT, F. C. Raízes Sociais do Populismo em São Paulo. **Revista Civilização Brasileira**, n. 2, 1965.
- WILLIAMS, R. The City and the Country. London: Chatto & Windus, 1973.
- WITHERS, S. D. Quantitative methods: advancement in ecological inference. **Progress in Human Geography**, v.25, n.1, p. 87–96, 2001.
- WUSTEN, H. V.; MAMADOUH, V. “It is the context, stupid!” Or is it? British-American contributions to electoral geography since the 1960s. **L'Espace Politique**, v. 23, n. 2, 2014. Disponível em: < <http://espacepolitique.revues.org/3048> > Acesso em Dez. 2014.
- ZOLNERKEVIC, A. Geografia eleitoral: volatilidade e tendências nas eleições presidenciais de 1989 a 2006. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 2011.

ZOLNERKEVIC, A.; FERNANDES, H. C. Efeito contextual de “amigos e vizinhos” nas eleições presidenciais brasileiras: o caso da votação do candidato Aécio Neves no estado de Minas Gerais. **Em Tese**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 83-105, 2016.

ZUCCO, C. The President’s ‘New’ Constituency: Lula and the Pragmatic Vote in Brazil’s 2006 Presidential Elections. **Journal of Latin American Studies**, v.40, n.1, p.29–49, 2008.

ZUCCO, C. When payouts payoff: conditional cash transfers and voting behavior in Brazil 2002-10. **American Journal of Political Science**, v. 57, n.4, p. 810-822, 2013.

ZUCCO, C.; POWER, T. J. Bolsa Família and the Shift in Lula’s Electoral Base, 2002–2006: A Reply to Bohn. **Latin American Research Review**, v. 48, n.2, p.3-24, 2013.